

CADERNOS CESPUC DE PESQUISA SÉRIE ENSAIOS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

- Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães
Assessor Especial da Reitoria: José Tarcísio Amorim
Chefe de Gabinete do Reitor: Paulo Roberto de Souza
Pró-Reitores: Extensão – Wanderley Chieppe Felippe;
Gestão Financeira – Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Graduação – Maria Inês Martins; Logística e Infraestrutura – Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e Pós-Graduação – Sérgio de Moraes Hanriot; Recursos Humanos – Sérgio Silveira Martins; Arcos – Jorge Sundermann; Barreiro – Renato Moreira Hadad; Betim – Eugênio Batista Leite; Contagem – Robson dos Santos Marques; Poços de Caldas – Iran Calixto Abrão; São Gabriel – Miguel Alonso de Gouvêa Valle; Guanhães e Serro – Ronaldo Rajão Santiago
Secretário de Comunicação: Mozahir Salomão Bruck
Secretário-Geral: Ronaldo Rajão Santiago
Secretária de Cultura e Assuntos Comunitários: Maria Beatriz Rocha Cardoso
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Carlos Barreto Ribas
Diretora do Instituto de Ciências Humanas: Carla Ferretti Santiago
Chefe do Departamento de Letras: Juliana Alves Assis
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras: Juliana Alves Assis
Coordenadora do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros: Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

CESPUC – CENTRO DE ESTUDOS LUSO-AFRO-BRASILEIROS

• Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 20, Sala 211 • 30535-901
Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4368 • *E-mail:*
cespuc@pucminas.br ou cespuc.pucminas@gmail.com.

EDITORA PUC MINAS

Conselho Editorial: Edil Carvalho Guedes Filho; Eliane Scheid Gazire; Ev'Angela Batista Rodrigues de Barros; Flávio de Jesus Resende; Javier Alberto Vadell; Jean Richard Lopes; Leonardo César Souza Ramos; Lucas de Alvarenga Gontijo; Luciana Lemos de Azevedo; Márcia Stengel; Mariana Teixeira de Carvalho Moura
Meire Chucre Tannure Martins; Mozahir Salomão Bruck; Pedro Paiva Brito; Sérgio de Moraes Hanriot.

Núcleo de apoio aos periódicos (NAP) Alda Verônica G. de Miranda; Javier Alberto Vadell; Raquel Beatriz Junqueira Guimarães, Rodrigo Baroni de Carvalho; Terezinha Taborda Moreira.

Diretora: Mariana Teixeira de Carvalho Moura

Revisão: Kelly Cesário de Oliveira

Tradução do Editorial:

Capa e diagramação: Jefferson Ubiratan de Araújo Medeiros

Imagem da capa: freepik.com

EDITORA PUC MINAS

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Rua Dom Lúcio Antunes, 180, Coração Eucarístico • 30535-490 • Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil • Tel.: (31) 3319-9904 Fax: (31) 3319-9907 • *E-mail*: editora@pucminas.br .

CADERNOS CESPUC DE PESQUISA SÉRIE ENSAIOS

Dialogicidade e heterogeneidade
das e nas práticas da linguagem

Organizadoras

Ana Paula C. Bovo

Jane Quintiliano G. Silva



CESPUC - MG
CENTRO DE ESTUDOS
LUSO-AFRO BRASILEIROS
DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS



Cadernos CESPUC de Pesquisa. Série Ensaios são uma publicação semestral do Departamento de Letras da PUC Minas, do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros – Cespuc - MG.

Comissão de publicações:

Presidente: Ivete Lara Camargos Walty

Editora geral dos **Cadernos CESPUC de Pesquisa. Série Ensaios**: Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Secretárias: Ev^a Angela Batista Rodrigues de Barros
Sandra Maria S. Cavalcante

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

S434

Cadernos CESPUC de Pesquisa. Série Ensaios – n. 1, 1996 – Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2020.

E-ISSN 2358-3231

Quadrimestral

1. Literaturas de língua portuguesa – Periódicos. 2. Língua portuguesa – Periódicos.

I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Letras. II. Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros.

CDU: 82.03(05)

Indexadores: Latindex, Diadorim, WorldCat, IE Library, Google Acadêmico.

SUMÁRIO

Editorial

Dialogicidade e heterogeneidade das e nas práticas da linguagem: algumas palavras

Ana Paula C. Bovo e Jane Quintiliano G. Silva 9

Dossiê temático

“Sabe com quem está falando?” heterogeneidades e posicionamentos discursivos inscritos no discurso aristocrático da elite brasileira

Robson Figueiredo Brito e Fernanda Zilli do Nascimento 26

Ethos e vozeamentos

Fernanda Santana Gomes 45

Autoria e heterogeneidade em (dis)curso

Renato Cassim Nunes 66

A representação do discurso do outro e os posicionamentos identitários

Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues 83

A construção do discurso jornalístico: um olhar analítico para a presença dos princípios de responsividade e interdiscursividade em um artigo de opinião

Juliane Ferraz Oliveira e Andréia Teixeira 105

A pantomima de Regina: fragmento simbólico integrado à rede interdiscursiva de reciclagem memorialística

Daiman Oliveira da Costa 126

Memes e(m) política: movimentos de análise discursiva <i>Kátia Regina de Sousa e Silva e Giliard Dutra Brandão</i>	147
Os textos que um texto esconde... <i>Sérgio de Freitas Oliveira</i>	163
Silêncio e ausência de cor em manchetes jornalísticas de caráter racial: práticas autorais de escrita para outras (res)significações de sentidos <i>Angelo Roberto Gonçalves Ribeiro e Janaína Zaidan Bicalho Fonseca</i>	179
Os sentidos mudam e a cozinha também: análise da(s) formação(ões) discursiva(s) das propagandas da <i>Todeschini</i> <i>Heitor Pereira de Lima e Kátia Regina de Sousa e Silva</i>	200
Machado de Assis e a crônica: “O punhal de Martinha” – o debate dialógico da memória <i>Edson Nascimento Campos, Herbert de Oliveira Timóteo e Mariano Alves Diniz Filho</i>	217
<i>Fahrenheit 451</i> : diálogos com a filosofia de Deleuze <i>Marcela Penaforte Fernandes</i>	236

Apresentação

Dialogicidade e heterogeneidade das e nas práticas da linguagem: algumas palavras

Ana Paula C. Bovo*
Jane Quintiliano G. Silva**

Este número do **Cadernos CESPUC de Pesquisa** é dedicado à publicação de estudos que, em suas articulações teórico-analíticas, voltam-se para o trabalho com questões pertinentes à dialogicidade e à heterogeneidade da linguagem.

Essa temática nos remete, certamente, às bases epistemológicas do Círculo de Bakhtin e vem sendo notadamente contemplada no projeto teórico da Análise do Discurso, mas não se restringe a esses domínios teóricos. Sabemos que, em outras correntes teóricas das Ciências Humanas, essa pauta é reivindicada, sobretudo àquelas que evidenciam perspectivas críticas acerca de estruturas ditas inabaláveis, crenças em uma objetividade pura, dicotomias, verdade uma e una na ciência. Perspectivas, enfim, que problematizam concepções fechadas ao múltiplo.

De modo geral, podemos afirmar que em torno dessa temática gravitam discussões que contemplam um conjunto de questões sobre o discurso de outro, vozes, relações dialógicas, polifonia, bivocalidade, dialogização, hibridismo, intertextualidade, interdiscurso, repetições, paráfrase discursiva, memória discursiva, alteridade, heteroglossia, entre outras.

A respeito dessa trama conceitual, conforme a abordagem teórica que a acampa, podem-se mobilizar percursos teóricos específicos conferindo a tais noções tonalidades distintas. Ainda assim, não nos parece demais dizer que se tem aí noções dinamizadoras, como lentes que revelam lados, arestas e relevos que nos fazem, portanto, desconfiar da completude e transparência da língua, da homogeneidade do discurso, do sujeito como dono ou origem do seu dizer. Em suma, abrem-se gestos de leitura para perscrutar movimentos da prática languageira que reconhecem o heterogêneo, o dissonante, o fragmentário, o descontínuo, o marginal, o provisório.

* Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Doutora em Letras pela PUC Minas.

** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professora do PPG-Letras PUC Minas.

Outro ponto importante a considerar, sob a ótica da temática em pauta, envolve a pluralidade de textualidades, de discursividades e suas formas híbridas, na contemporaneidade, engendradas na dinâmica da cultura digital, no domínio da Web. Tal diversidade vem redesenhando as relações do homem com a linguagem, marcadas pela emergência, pluralidade e heterogeneidade de novas narrativas, de novos gêneros de discursos ou outros em transformação, de outras vozes e identidades, que rompem com o desejo da chamada língua perfeita, da consolidação da verdade uma ou una, da completude do sentido, da ilusão de uma subjetividade pronta e acabada.

Em resumo, na proposta deste Caderno, objetivamos reunir trabalhos cujas discussões enfatizam a dimensão dialógica e heterogênea da linguagem. O silenciamento de tais dimensões, tal como vigorou por muito na história das ideias da linguagem, que acaba por mascarar a porosidade dos discursos, a movência e a historicidade dos sentidos, tem sido continuamente desconstruído nas últimas décadas, numa espécie de contramovimento cujos inúmeros desdobramentos se espalham e se imbricam ao mesmo tempo. O espaço deste número é dedicado a estudos e trabalhos que se ligam a tais desdobramentos, assumindo-os e reconfigurando-os, portanto.

A dimensão dialógica e heterogênea da linguagem ganha força e formas múltiplas a partir das ideias de Bakhtin e das de Volochinov, bem como de inúmeros desdobramentos que essas ideias vão gerando desde a sua maior divulgação e circulação em meio a inúmeros pensadores de diversos campos e lugares. Assim, quaisquer palavras, quaisquer enunciações estariam, por sua própria configuração social, inseridas numa corrente de comunicação verbal ininterrupta.

O diálogo – a troca de palavras – é a forma mais natural da linguagem. Mais ainda: os enunciados longamente desenvolvidos, ainda que eles emanem de um interlocutor único (...) são monológicos somente em sua forma exterior, mas, em sua estrutura interna, semântica e estilística, eles são, com efeito, essencialmente dialógicos”. (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 1976, s.p.).

Os estudos do Círculo de Bakhtin fazem da relação com o outro o fundamento da discursividade e da heterogeneidade da linguagem. Essa

posição teórica, formulada na passagem que segue, dá-nos, em alguma medida, o alcance do papel que outro ocupa no processo da constituição do discurso e da pluralidade dialogizada das vozes no discurso. Dessa perspectiva, diz Bakhtin:

Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados [...] é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos (BAKHTIN, 2003, p. 341).

A noção de heterogeneidade da linguagem está em uma relação inextrincável com a de dialogia, a qual ganha corpo, conforme Bakhtin nos dá a conhecer em suas diferentes obras, na ideia segunda a qual o discurso reencontra o discurso do outro em todos os caminhos que levam a seu objeto e, um não pode não entrar em relação viva e intensa com o outro (BAKHTIN, 2015).

E aqui retomando o que se afirmou já na entrada deste texto, é interessante salientar que em torno do par, heterogeneidade da linguagem e dialogia, acerca-se uma série de conceitos: relações dialógicas, compreensão responsiva, réplica, polifonia, bivocalidade, dialogização interna do discurso, palavra alheia, hibridismo, carnavalização, os quais, entrelaçados numa trama conceitual, compreendem os modos de descrever os fenômenos de manifestação de vozes sociais, dos discursos atravessados por outros discursos, do encontro, confronto e/ou silenciamento de dizeres e de já ditos no corpo de nossas linguagens.

Construindo pontes com teorias sobre o discurso, o caráter duplamente dialógico da linguagem, constituído por suas dimensões interdiscursivas e interlocutivas, configuraria o que Authier-Revuz chama de *heterogeneidade constitutiva* – o outro que atravessa constitutivamente o um. Pensar em relações entre tais heterogeneidades – aquela constitutiva e suas diversas formas e manifestações *mostradas*, é justamente o que fazem, cada qual ao seu estilo, os pesquisadores-autores que se aventuram a escrever sobre a temática aqui proposta.

Convocado o nome de Authier-Revuz, importa-nos, nesse momento da exposição, salientar que é com essa autora que a noção de heterogeneidade

constitutiva ganha novos contornos conceituais, promovidos a partir do deslocamento de uma concepção homogeneizadora da língua e do sujeito para uma concepção heterogênea de língua, de discurso e de sujeito. Sua empreitada teórica volta-se para o que ela vai chamar de heterogeneidade do sujeito e do discurso, apoiando-se, para isso, em uma interlocução com estudos inscritos em campos disciplinares externos à Linguística, domínio científico esse em que se aportam seus trabalhos.

Authier (2004), assumindo que o trabalho teórico-analítico sobre a heterogeneidade mostrada não deveria se esgotar em uma descrição linguística, lança luzes sobre os fatos enunciativos, convocando uma concepção dialógica da linguagem, tal como formulada por Bakhtin, e aliando-se a essa abordagem a de discurso como produto do interdiscurso, trazida pela Análise do Discurso. Nessa investida, outra contribuição decisiva para seu trabalho vem da Psicanálise, da releitura de Freud por Lacan, por ela entender que o sujeito se anuncia no discurso e/ou que se representa no fio do discurso não é um sujeito empírico, tampouco dono de seu dizer, sobre o que se teria pleno controle. Distanciando-se dessa concepção que postula a unicidade do sujeito, inscrita em uma perspectiva humanista-cartesiana, e advoga a subjetividade como sinônimo de individualidade, dominada pela razão, ou seja, pela consciência, o trabalho de Authier acerca-se, desse modo, de uma noção de sujeito afetado pelo outro, o outro do inconsciente, que se mostra descentrado, cindido na sua subjetividade.

É, fundamentada na articulação dessas concepções, que ela se volta para interrogar a heterogeneidade mostrada como formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade de seu discurso. (AUTHIER, 2004, p. 26). Assim, tomadas, numa relação inextricável com a heterogeneidade constitutiva, as marcas do dizer e do dito, trazidas no fio do discurso, são entendidas com fatos enunciativos, fundamentalmente atravessados de heterogeneidades. E, nesse enquadre, são abordadas como formas de ruptura, fraturas, fragmentos do outro ou dos outros que intervêm no fio do discurso, as quais põem em cena o confronto da identidade e alteridade do sujeito e deixam ressoar os efeitos da exterioridade.

Dessa perspectiva, para Authier, as marcas denunciam o outro que abre uma outra heterogeneidade no discurso de uma outra natureza: o outro

do inconsciente, do imprevisto do sentido, de um sentido “desconstruído” no funcionamento autônomo do significante” (AUTHIER, 2004, p. 44). Além, ainda, dos outros que ressoam no discurso, o reivindicado pelo dialogismo e o ideológico, defendido pela Análise do discurso, e que abrem o discurso sobre sua exterioridade.

Como se vê, Authier nos apresenta lentes para desconfiar-se de que o dizer não parece tão óbvio, se, é claro, admitir-se que, como ela nos diz:

Essas palavras porosas, carregadas de discursos que elas têm incorporados e pelos quais elas restituem, no coração do sentido do discurso se fazendo, a carga nutriente e destituente; essas palavras **embutidas**, que se cindem, se transmudam em outras, palavras caleidoscópicas nas quais o sentido, multiplicado em suas facetas imprevisíveis, afasta-se, ao mesmo tempo, e pode, na vertigem, perder-se; essas palavras **que faltam**, faltam para dizer, faltam por dizer defeituosas ou ausentes - aquilo mesmo que lhes permite nomear, essas palavras **que separam** aquilo mesmo entre o que elas estabelecem o elo de uma comunicação [...] (AUTHIER, 1998, p. 26) (Grifos da autora)

Assim, pensar a prática languageira, então, focalizando suas dimensões dialógicas e heterogêneas, é colocar em foco, sob uma lupa investigativa, o embate discursivo vívido que se desenrola cotidianamente ao nosso redor, impulsionado por e impulsionando a refletir sobre a “arena” simbólica que se reconfigura a cada enunciação. Experimentar, na atualidade, um recrudescimento de posturas e narrativas contrárias ao múltiplo como vivenciamos hoje é sentir o paradoxo gritante que redesenha o grande fio “da comunicação verbal ininterrupta”, composto, ele mesmo, de tantas formas de manifestações textuais. É o que sentimos ao ler cada um dos textos que aqui se apresentam.

Sobre esse ponto de nossa discussão, para amplificá-lo, evocamos Chartier (1998) com uma reflexão sobre a íntima relação entre a cultura do escrito e sua tentativa de silenciamento:

A cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem. Antes mesmo que fosse reconhecido o direito do autor sobre sua obra, a primeira afirmação de sua identidade esteve ligada à censura e à interdição dos textos tidos como

subversivos pelas autoridades religiosas ou políticas. Esta apropriação penal dos discursos, segundo a expressão de Michel Foucault, justificou por muito tempo a destruição dos livros e a condenação de seus autores, editores ou leitores. (...) A fogueira em que são lançados os maus livros constitui a figura invertida da biblioteca encarregada de proteger e preservar o patrimônio textual. (CHARTIER, 1998, p.23).

Ora, se a metáfora é válida, é possível dizer que linguagem e silenciamento convivem, desde sempre, intimamente. Em seu estudo sobre “as formas do silêncio”, Eni Orlandi (2007) argumenta que, sob uma determinada perspectiva discursiva, o silêncio pode ser a possibilidade de compreender a dimensão contraditória da constituição discursiva, já que situa o sujeito da linguagem na relação do “um” com o “múltiplo”. Em meio às diversas formas de silêncio, inclusive o fundador, aquele que é também constitutivo da linguagem, vivenciamos “formas de “apagamento”, de “produzir o não-sentido onde ele mostra algo que é ameaça”. Parece-nos que é sobre essas formas de silenciar que muitos dos textos aqui dizem: “assim, quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio ‘fala’ por elas; elas silenciam. As palavras são cheias de sentido a não dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas” (ORLANDI, 2007, p. 14).

Os discursos convivem, pois, dialeticamente com as tentativas de silenciamento desses próprios discursos pela mesma sociedade. Essa convivência, esse embate paradoxal, com certeza, fazem parte da dimensão languageira e não somente da cultura do escrito. Entretanto, senti-lo com tal força na contemporaneidade nos motiva a agir para a coconstrução de contranarrativas, de movimentos analíticos, de ações, enfim, que nos fazem, talvez, “admiradores de flores”, daquelas que, tal qual o poema, rompem o grosso asfalto das tendências monologizantes.

Preso à minha classe e a algumas roupas,
vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias espreitam-me.
Devo seguir até o enjoo?
Posso, sem armas, revoltar-me?
Olhos sujos no relógio da torre:

Não, o tempo não chegou de completa justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.
Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.
(...)
Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralitem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.
Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.
Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

Esperamos que os leitores nos perdoem a metáfora, mas ela nos pareceu interessante para ilustrar um desejo que transparece nos textos e é relativo ao papel de pesquisadores, alunos, professores, autores, enfim, os que se aventuram a escrever sobre determinada temática e que, ousamos dizer, parecem engrossar o rol dos que têm uma certa função – fazendo menção à argumentação de Gagnebin (2009) sobre a função social de poetas, arqueólogos, detetives, cronistas, historiadores: a de lembrar à sociedade dos seus “restos”, dos seus “rastros”.

Abrimos este número, portanto, com o texto de Fernanda Zilli do Nascimento e Robson Figueiredo Brito - *“Sabe com quem está falando?” Heterogeneidades e posicionamentos discursivos inscritos no discurso*

aristocrático da elite brasileira, cuja análise desperta reflexões fundamentais à compreensão das relações sociais em nosso país. As três cenas enunciativas que configuram o objeto de estudo, amplamente divulgadas pela mídia, ilustram a atualização viva, na contemporaneidade, de formações discursivas com raízes profundas na sociedade brasileira e que refletem uma ordem de discurso *aristocrática*. Com princípios assentados em estudos dialógicos sobre a linguagem, os autores iluminam o jogo discursivo em cena, no qual os posicionamentos assumidos pelos atores indiciam vozes diversas, permeadas de historicidade.

Assim, a percepção de que “a formação discursiva da disputa de classes tem tomado atualmente contornos mais autoritários e beligerantes, e para os quais o igualitarismo deve ser combatido em sua raiz” tem eco nesta análise, a qual impulsiona os leitores a imergirem na importante ponderação sobre as bases nas quais construímos e continuamos a construir nossas relações sociais e, portanto, dialógicas. No caso, os sujeitos que apelam para a ordem de discurso em questão revelam o desejo de silenciamento do outro e de sobreposição de suas vontades ao poder regulatório do Estado. Esse é um dos *ethos* presentes em nossa trama social.

O próximo texto fala também de *ethos*, esse conceito que, sob uma perspectiva discursiva, é ressignificado, trazendo à baila as complexas relações que permeiam a interação do locutor/enunciador/escritor com o seu ouvinte/enunciatário/leitor. A ideia de *ethos*, redimensionada, portanto, passa a se referir não somente a características que compõem uma coletividade ou mesmo, como propõe Aristóteles, ao recurso retórico de construção da imagem do orador, mas como parte do intrincado processo do discurso. Como propõe Maingueneau (2008a, p. 29), “a adesão do destinatário se opera por um escoramento recíproco entre a cena de enunciação, da qual o *ethos* participa, e o conteúdo nela desdobrado”.

É pautada por essa proposta que a autora Fernanda Santana Gomes, em seu texto *Ethos e vozeamentos*, propõe-se analisar a música Carta à mãe África, de Genival Oliveira Gonçalves, mais conhecido como GOG – poeta, *rapper* e escritor brasileiro. Assim, a partir das considerações teóricas arroladas e do *corpus* analítico do estudo, é possível ter uma compreensão de como o *ethos* pode funcionar como um movimento retórico com expressiva repercussão argumentativa no discurso. Além disso, como a autora se propõe a trabalhar em conjugação com a perspectiva dialógica, ela

procura mostrar como podem ser percebidas “outras vozes e interdiscursos correlacionados aos povos negros, que servem de sustentação para o seu posicionamento em defesa de valores como liberdade, igualdade e justiça, os quais ajudam a engendrar sua legitimidade e autoridade discursiva”.

Já em *Autoria e heterogeneidade em (dis)curso*, a imbricação entre duas importantes noções nos leva a refletir sobre a constituição discursiva e, portanto, social, dessas ideias. O autor, Renato Cassim Nunes, apresenta um panorama sobre os estudos a respeito da “categoria autor”, a partir do qual a reflexão sobre a temática é tecida.

O processo de constituição autoral é algo que perpassa diversas dimensões da vida em sociedade: esfera jurídica, esfera escolar, esfera literária, esfera acadêmica e outras. Quando se fala em autoria, esse termo pode se referir tanto ao processo de escrita de um aluno na escola quanto aos direitos de alguém sobre sua produção e, por isso mesmo, é uma noção intrigante e complexa que engloba inúmeras nuances a depender de como a observamos. Entre Barthes, que argumenta sobre *a morte do autor*, e Foucault, que pondera sobre a sobrevivência da ideia de autor por meio da escrita e da obra, temos um quadro profícuo de influências teóricas que nuançam o conceito.

Ao trazer à baila as ideias de autoria e heterogeneidade em discurso, o autor ensaia uma reflexão sobre o atravessamento que perpassa a figura autoral representada na pergunta que se impõe: se a linguagem é por natureza heterogênea, seria possível um sujeito se destacar no meio de tantos outros ao mobilizar diferentes discursos numa dada enunciação? E a resposta há de ser positiva se olharmos para alguns exemplos, entre os quais, destaca o autor, os de “comunidades discursivas religiosas de formação cristã, judaica e mulçumana, nas quais os seus autores fundadores se destacaram mobilizando diferentes discursos e fundando novas discursividades”.

O texto seguinte, na tessitura do fio condutor que é a heterogeneidade da linguagem, Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues apresenta o seu estudo sobre a escrita de pesquisa, o qual nos brinda, do início ao fim, com a desconstrução de representações sobre os modos de fazer ciência e de escrever sobre ciência. A autora argumenta que as áreas disciplinares têm papel determinante na construção genérica da escrita universitária e, na esteira do questionamento acerca do discurso do déficit, ela se propõe pensar, junto aos estudos sobre letramentos acadêmicos influenciados

particularmente por Lea e Street, na insustentabilidade da ideia de homogeneização dos modos de fazer e de dizer científicos. Nesse embate, então, com representações persistentes no seio social, a voz dessa autora soma-se às outras deste caderno, despertando para a necessária percepção acerca da ilusão da “objetividade” e “neutralidade” do discurso científico.

No intuito de contribuir com as pesquisas desenvolvidas sobre o letramento acadêmico e reiterar o papel das disciplinas na construção de saberes, Daniela Lopes Dias Ignácio Rodrigues discute o estatuto epistêmico e a funções de referência do discurso do outro em áreas distintas assumindo como pressuposto básico o de que os modos de relatar o discurso do outro manifestam posicionamentos identitários dessas áreas do saber. Para responder a interrogações que a autora se coloca sobre a natureza das citações no discurso acadêmico (quais são as vozes que falam? que tipo de autoridade é conclamado? quais diferenças e ou semelhanças existem em relação ao uso do discurso relatado nas diferentes áreas disciplinares em estudo?), ela nos apresenta a análise de seu objeto de estudo composto de 133 artigos científicos publicados em 12 revistas científicas *Qualis* A e B entre os anos de 2014 e 2016 nas áreas de Linguística, História, Ciências Sociais e Engenharias.

Após essa imersão em questionamentos sobre a natureza do discurso científico, especialmente no que tange aos modos de dizer da escrita de pesquisa, cuja heterogeneidade, apesar de não ser tema novo nos estudos das Ciências Humanas, continua persistentemente em embate com tentativas de silenciamento da diferença, Andréia Teixeira e Juliane Ferraz Oliveira nos transportam novamente ao universo dos textos e discursos com a temática da negritude quando apresentam o trabalho intitulado *A construção do discurso jornalístico: um olhar analítico para a presença dos princípios de responsividade e interdiscursividade em um artigo de opinião*. As autoras mobilizam os conceitos de responsividade e interdiscursividade para a análise do objeto de seu estudo, composto pelas estratégias discursivas que sustentam os discursos antirracistas tematizados no artigo de opinião “O enfrentamento ao racismo precisa ser mais do que posts para aliviar a consciência”, da filósofa Djamila Ribeiro, que nos convida a refletir sobre aquilo que compreendemos como o agir antirracista.

O convite parece ser aceito pelas autoras, as quais engrossam, com o seu estudo, o coro dos que chamam à reflexão sobre a temática. O gênero, no

caso o artigo de opinião, sob a perspectiva dialógica que pressupõe a noção de alteridade como princípio constitutivo, é compreendido como uma ação social, tendo como base a compreensão da língua em movimento, retratando o deslocamento de uma dimensão que seria apenas da forma e do conteúdo para uma noção discursiva de gênero. Com base nesses pressupostos, as autoras vão “deslindando” os fios que entretecem o tecido discursivo do texto, apontando para a percepção de que “a articulista convoca em seu texto todas as vozes que podem e devem acabar com esse silenciamento, lutando contra os movimentos racistas, e em defesa da vida dos sujeitos negros”. A enunciadora reforça o fato de que é preciso uma postura antirracista de fato para combater o racismo institucional e estrutural.

Ainda em relação a formações discursivas arraigadas na trama social, o texto *A pantomima de Regina: fragmento simbólico integrado à rede interdiscursiva de reciclagem memorialística*, de Daiman Oliveira da Costa nos lembra, aliás, sobre a própria memória, que sua configuração discursiva está em constante construção e seus alicerces são constituídos sobre contínuas reciclagens memorialísticas a serviço de uma rede interdiscursiva cujas formações ideológicas são, no mínimo, alarmantes.

A afirmação do autor se sustenta na análise que empreende sobre um certo episódio de nossa cena política. Como se não fosse suficiente enfrentar a crise sanitária e as turbulências da esfera política, afirma o autor, “um recente episódio esdrúxulo profanou parte da memória histórica da política brasileira, dessa vez em forma de uma constrangedora pantomima”. Ele se refere à entrevista concedida por Regina Duarte à CNN, em 7 de maio de 2020. Em sua argumentação, o autor mobiliza conceitos da Análise do Discurso de base pecheutiana na tentativa de esclarecer o funcionamento do discurso e colocar em relevo certas consequências da relação entre memória e discursividade. A pretensão é desenvolver um mapeamento teórico-metodológico que dê conta de evidenciar como a pantomima de Regina seria, na verdade, um acontecimento discursivo cuja participação (contínua e paciente) em certa rede interdiscursiva, recorrentemente recicla a memória histórica através da atualização da memória discursiva. Nessa perspectiva, reforça o autor, as práticas languageiras são concebidas como “metonímias das relações de poder embutidas na esfera pública e o discurso torna-se um incansável gerador de consensos coercitivos que, em grande

medida, impõem ideologias de modo velado e manobram o modo como os sujeitos experienciam e interpretam os fatos sociais”.

A cena política, como visualizamos pela descrição de muitos dos textos já apresentados, permeia este Caderno. Outro texto que aborda essa dimensão é o de autoria de Kátia Regina de Souza e Silva e Giliard Dutra Brandão - *Memes e(m) política: movimentos de análise discursiva*, cujo objetivo é analisar e discutir os efeitos discursivos nos memes que configuram o *corpus* de análise. Para realizarem a tarefa, os autores selecionam um *corpus* no qual é evidente o embate entre duas posições ou entre dois grupos: os bolsomitos ou bolsominions e os bolsolixos; evidenciando uma polarização que mostra diversos desdobramentos e consequências para a política brasileira. Os autores observam como os discursos são atravessados, refratados, de forma a corroborar o pressuposto de que o interdiscurso tem precedência sobre o discurso.

Ao colocar em foco o gênero *meme*, o texto destaca a pluralidade de textualidades, de discursividades e suas formas híbridas engendradas na dinâmica da cultura digital as quais, por seu próprio funcionamento discursivo, evidenciam a questão da heterogeneidade da linguagem, temática deste caderno. Como resultados das análises, os autores fazem notar recortes estratégicos produzidos pelos dois grupos em seus memes, cuja intencionalidade é a de projetar representações (negativas) dos políticos que não apoiam. Importante salientar, de acordo com as conclusões da análise, que a produção de sentidos é possível a partir da mobilização, pelo leitor, de aspectos polifônicos ancorados aos aspectos históricos, culturais e sociais.

(Re)velar a trama textual e discursiva de um texto é um movimento analítico que não pode ter a intenção de desvendamento, embora essa atuação esteja imbricada num círculo de (des)velamento, como queremos marcar/brincar com os parênteses, porque, afinal, tecidos na opacidade da língua, é próprio dos textos o jogo de “mostrar e esconder”, na composição de um sítio de significância que é sempre movediço porque comporta várias dimensões e atores.

Esse é o projeto discursivo que Sérgio de Oliveira nos traz, apostando num movimento analítico que explicita esse jogo presente na leitura e na escrita com seu ensaio *Os textos que um texto esconde*. Corroborando perspectivas que compreendem a leitura como discurso, o autor seleciona

capas de revistas de circulação nacional para (re)velar estratégias de construção na escrita e gestos possíveis de leitura. Assim, o leitor desponta como coconstrutor do texto, já que a interpretação prevê o seu trabalho discursivo de redimensionamento para a construção de um novo efeito.

Quando propusemos a temática da dialogicidade e da heterogeneidade da linguagem para este número, tínhamos em mente as diversas possibilidades não somente de nuances teórico-metodológicas, mas de construção dos objetos de reflexão e análise. É instigante ressaltar, porém, o conjunto significativo de textos que se debruçam sobre questões e relações étnico-raciais. Assim, a opção por entremear esse conjunto na malha do sumário ressalta o desejo de também colocar em relevo a extensidade e a intensidade de uma produção, em nossa área, que escolhe colocar em relevo essa problemática.

Assim, temos o texto de Janaína Zaidan Bicalho Fonseca - *Silêncio e ausência de cor em manchetes jornalísticas de caráter racial: práticas autorais de escrita para outras (res)significações de sentidos*, que aposta na ruptura e na reconstrução dos modos de dizer, estabelecendo uma espécie de “polifonia controversa” com manchetes jornalísticas de caráter racial, na tentativa de problematizar a construção de sentidos resultantes do apagamento da adjetivação e da naturalização do preconceito. Assentada em concepções da Linguística Aplicada, a ideia de cocriação discursiva é experienciada por um aluno por meio da reescrita das manchetes analisadas. O texto é o relato dessa experiência pautada na inversão ideológica no exercício de constituição autoral compreendido como ato responsivo do dizer, o que pressupõe uma concepção de escrita dialógica e singular. Desse modo, o texto participa de iniciativas que desconstroem a ideia de neutralidade midiática e instiga possibilidades de experientiação da coconstrução de significados, especialmente os que materializam formações discursivas preconceituosas.

Na sequência, com o trabalho de Heitor Pereira Lima e e Kátia Regina de Souza e Silva - *Os sentidos mudam e a cozinha também: análise da(s) formação(ões) discursiva(s) das propagandas da Todeschini*, continuamos inseridos na esfera midiática, mas, dessa vez, no campo dos gêneros publicitários. Mudam os gêneros, mudam as formas de se materializar certas representações sociais, embora formações discursivas preconceituosas sobrevivam resistentemente. Entretanto, há certa atuação

dos sujeitos - leitores e escritores - que faz ou que pode fazer frente a tais sobrevivências e que é também evidenciada nos textos deste Caderno.

Os autores compreendem a textualização de um discurso, quer materializada num texto verbal, numa fotografia ou por qualquer semiose, é sempre “autorizada” por uma formação discursiva que legitima o dizer, bem como a forma como se diz. Segundo a análise de discurso inspirada por Pêcheux, mobilizam-se concepções que assumem a importância das formações discursivas, embora considerando que certos movimentos - tomadas de posição dos sujeitos - configuram a manifestação da heterogeneidade dessas próprias formações discursivas. A análise de três propagandas das cozinhas Todeschini evidencia (con)formações ideológicas que se relacionam com formações discursivas responsáveis pela materialização, em imagens e textos verbais, de papéis sociais pautados pela discriminação racial e de gênero, mas mostra também a movência dessas formações. A argumentação do texto nos leva a questionar, com os autores, que “embora a FD pareça homogênea, sem possibilidade de interferência, dotada de unicidade, ela não o é, haja vista suas porosidades que podem levar o sujeito do discurso a significá-la diferentemente, considerando a ideologia vigente”.

Já no texto *Machado de Assis e a crônica: “O punhal de Martinha” – o debate dialógico da memória*, os autores Edson Nascimento Campos, Herbert de Oliveira Timóteo e Mariano Alves Diniz Filho argumentam, por meio de uma análise semiótica que considera a relação sociedade/memória, sobre o fato de que os grupos dominantes da vida social, as forças centrípetas operam pela produção axiológica do esquecimento dos fatos sociais. Fundamentados na percepção teórica de uma modernidade capitalista como espaço dialético de convívio do novo com o velho, no qual o envelhecimento obedece às molas do sistema, os autores postulam que entre “restos e cicatrizes”, o esquecimento não necessariamente precisa ser o lugar ideológico de inércia, mas pode ser um lugar contraideológico de articulação social das forças centrífugas, ou de descentralização.

Assumindo, então, certa concepção baseada em Bakhtin a respeito da exterioridade e da excedência em relação à enunciação de Machado de Assis na crônica “O Punhal de Martinha”, a análise aponta que, nesse texto, o punhal como arma doméstica e pública pode ser pensado na constituição refratada da identidade do herói. No uso do punhal, a figura de Martinha

tem, axiologicamente, os atributos identitários da independência e da assertividade em relação à figura histórica de Lucrecia, cujo uso do mesmo símbolo manifesta atributos da dependência e da não-assertividade. Tais constatações, ponderam os autores, possibilitam a visão do punhal como rastro, ou seja, como uma constituição metonímica que orienta o olhar para o debate proposto pelo autor-criador de Machado de Assis.

Fechamos o Caderno com o instigante texto de Marcela Penaforte Fernandes, *FAHRENHEIT 451: diálogos com a filosofia de Deleuze*, cuja reflexão nos remete à abordagem do texto de abertura e, de certo modo, a todos os outros textos deste número, pela pretensão de leitura de seu objeto de análise sob o olhar do desejo em contraste com uma sociedade de controle. É um movimento analítico que, acreditamos, inspira, em certa medida, o conjunto que ora apresentamos. Assim, à autora, considerando certa linha de escrita vinculada ao fluxo da imaginação, interessa pensar o *FAHRENHEIT 451* - história em quadrinhos de Tim Hamilton, com os conceitos guattaro-deleuzianos a partir de uma leitura que se constrói pelo “caos”, pelas “linhas de fuga”, como ela mesma grifa. Tendo em mente a marca da multiplicidade presente na linguagem, os quadrinhos em questão corroboram, portanto, com as análises propostas por trazerem a temática da perseguição ao conhecimento dentro de um sistema de controle que entende os riscos que o ser pensante oferece para a estrutura do próprio esquema social.

Referências

ANDRADE, C. D. A flor e a náusea. In: ANDRADE, C. D. **A rosa do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AUTHIER, REVUZ. J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. IN: **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Teoria do Romance I: A estilística**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

MAINGUENEAU, D. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-29. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/166478968/Maingueneau-D-A-propósito-do-ethos>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

VOLOSHINOV, V. N./BAKHTIN, M. M. **Discurso na vida e na arte: sobre a poética sociológica**. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza da edição inglesa de TITUNIK, I. R. Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics. In: VOLOSHINOV, V. N. **Freudism**. New York: Academic Press, 1976.

Dossiê temático

“Sabe com quem está falando?” heterogeneidades e posicionamentos discursivos inscritos no discurso aristocrático da elite brasileira

Robson Figueiredo Brito*
Fernanda Zilli do Nascimento**

Resumo

Este trabalho propôs uma descrição dos posicionamentos discursivos inscritos na pauta do “sabe com quem está falando?” da formação discursiva da aristocracia da elite brasileira. Para tanto, analisaram-se três cenas enunciativas, gravadas em vídeos e amplamente divulgados pela mídia, nas quais indivíduos foram interpelados por uma ordem de um agente do Estado, mas se recusaram a acatá-la. A partir dos pressupostos da Análise de Discurso, tomamos as noções de sujeito do discurso, formação discursiva e de pré-construído para descrever quais foram os modos de dizer pelos quais os indivíduos indicaram sua identificação com o discurso da elite brasileira. A análise demonstrou que o indivíduo se identifica com a formação discursiva do “sabe com quem está falando?” assumindo estratégias bélicas que se assentam em: desqualificar o seu oponente; filiar-se a outras vezes hierarquicamente superiores; projetar um ethos que faz supor um poder maior do que o de seu adversário com o objetivo de estabilizar o seu lugar de poder e vencer o seu interlocutor.

Palavras-chave: Formação discursiva. Sabe com quem está falando?. Posicionamento discursivo.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutor em Linguística e Língua Portuguesa. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0557-3185>.

** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0392-3113>.

“Do you know who you are Talking to?” Heterogeneities and Discursive Positions Included in the Aristocratic Discourse of the Brazilian High Class

Robson Figueiredo Brito
Fernanda Zilli do Nascimento

Abstract

This paper proposed a description of the discursive positions inscribed on the agenda “do you know who you’re talking to?” of the discursive formation of the aristocracy of the Brazilian elite. To this end, three enunciative scenes, recorded on videos and widely disseminated by the media were analyzed which showed individuals questioned by an order from a State agent, but refused to comply with it. From the assumptions of Discourse Analysis, we take the notions of subject of discourse, discursive formation and pre-built to describe what were the ways of saying by which individuals indicated their identification with the discourse of the Brazilian elite. The analysis showed that the individual identifies with the discursive formation of “do you know who you’re talking to?” assuming warlike strategies that are based on: disqualifying your opponent; join other hierarchically superior voices; to project an ethos that assumes a power greater than that of its opponent in order to stabilize its place of power and overcome its interlocutor.

Keywords: Discursive formation. Do you know who you are talking to?. Discursive positioning.

Introdução

Este ensaio tratou de examinar as cenas enunciativas e os posicionamentos discursivos flagrados em três vídeos que circularam amplamente em redes e mídias sociais no primeiro semestre de 2020, no Brasil. Os vídeos apresentaram situações distintas com diferentes sujeitos empíricos; mas há neles um fio condutor que os atravessa e, desse modo, costura sua unicidade: os discursos que eles põem em circulação, da ordem do “sabe com quem está falando?”, se inscrevem em uma formação discursiva da *aristocracia* de poder da elite brasileira¹. As cenas enunciativas que compõem nosso *corpus* tornaram-se, desse modo, um acontecimento discursivo analisável, uma vez que os efeitos de sentido ali produzidos foram acionados por meio da memória histórica do pré-construído, do já dito (ORLANDI, 1999).

Os princípios basilares de nossa discussão se assentam nos Estudos Dialógicos da Linguagem, considerando os conceitos de dialogia, de subjetividade e de heterogeneidade (VOLÓCHINOV, 2017; BAKHTIN, 2011), pois, subjacente a essa proposta, reside o pressuposto de que

[...] na relação criadora com a língua, não existem palavras sem voz, palavras de ninguém. Em cada palavra há vozes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais (as vozes dos matizes lexicais, dos estilos, etc.) quase imperceptíveis, e vozes próximas, que soam concomitantemente. (BAKHTIN, 2011, p. 330).

No esteio das considerações sobre a heterogeneidade da linguagem, Authier-Revuz (2004) nos lembra que todas as palavras já foram ditas em algum lugar da história e, por isso, estão impregnadas de valores ideológicos, modificando o seu sentido em função do momento, do uso e do lugar discursivo do enunciador; assim “sempre sob as palavras, ‘outras palavras’ são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia (discursiva), se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 28).

1 A noção de aristocracia foi tomada em consonância com os trabalhos de DaMatta (1997), que defende que a elite brasileira se estrutura na pauta da personalidade, do respeito, da honra, do favor e da consideração pessoal. Como exemplo, o uso do “sabe com quem está falando?”, no Brasil, configura-se como uma prática discursiva cujo efeito de sentido visado é o de projetar o poder econômico e o social legitimados no indivíduo, em sua intelectualidade e na configuração de sua rede de relações de amizade e de influências.

Para empreendermos nossa análise, tomamos também as noções de sujeito do discurso, de formação discursiva e de pré-construído² da Análise do Discurso (AD) de orientação francesa (PÊCHEUX, 1995; MAINGUENEAU, 1997; ORLANDI, 2007, 1999) para a qual o sujeito é – e está – sempre interpelado e atravessado por outras vozes e outros já-ditos³. Em uma cena enunciativa, ao convocar e mobilizar enunciados marcadamente pertencentes a determinadas formações discursivas, o sujeito indicia a sua adesão, ou mesmo a sua vontade de pertencimento, àqueles regimes de verdade e de poder.

Assumimos como orientação metodológica o paradigma indiciário⁴, que nos oferece os dispositivos de leitura desses vídeos que permitem desvelar vestígios, índices e marcas linguístico-discursivas presentes nos posicionamentos discursivos construídos pelos sujeitos falantes flagrados nas cenas enunciativas selecionadas.

2 Apontamentos de ordem teórica

Este ensaio traz, em seu cerne, a discussão sobre as noções de sujeito, heterogeneidade discursiva e posicionamentos discursivos. Assumimos, conforme Pêcheux (1995), que o indivíduo é interpelado enquanto sujeito pela ideologia, e essa compreensão de sujeito é central na relação entre discurso, língua e produção de sentidos. O discurso segue o ritual da palavra com seus movimentos de sentido, com os erros dos sujeitos, com as zonas provisórias de conjugação e dispersão, de unidade, de incerteza, de ancoragem.

Ainda em Pêcheux (1995, p. 163, grifo do autor):

2 O conceito de pré-construído se mostra produtivo para esta análise, pois observamos no enunciado as marcas – por meio dos adjetivos, modalizadores, orações relativas – do discurso anterior, o “já-dito”, acionado na memória discursiva do sujeito.

3 Assinalamos que trouxemos vozes-outras para indicar que já estamos respondendo ao já-dito proposto na chamada desta revista: dialogicidade e heterogeneidade das e nas práticas de linguagem.

4 Consideramos que a gênese do paradigma indiciário estabelecido por Ginzburg (1986, p. 157) está expresso na condição da (im)possibilidade de o historiador obter o conhecimento direto da realidade quando afirma que: “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”. O autor se refere à natureza do conhecimento histórico, no qual lemos, como conhecimento das ciências humanas, ao afirmar que: “E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário e conjectural. [...] Mas o conjunto das ciências humanas permaneceu solidamente ancorado no qualitativo.” (GINZBURG, 1986, p. 165). Concordamos com Tfouni e Pereira (2018, p. 128) que: “A relação entre o dizer e o sentido é indireta, devido à opacidade da linguagem” e que o analista do discurso deve sempre levar em conta os modos de dizer do sujeito do discurso.

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os *traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito.

Nessa direção, interrogar-se sobre como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional, que estabiliza e cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento, que torna possível o diferente, a ruptura, o outro (ORLANDI, 1999). Assim, ao trabalho do analista do discurso interessa o homem falando e a palavra em movimento, ou, como afirma Orlandi (1999, p. 16, grifo nosso), o analista do discurso “considera os processos e as condições de produção da linguagem, *pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer*”. Analisar a discursividade de um texto implica considerá-lo como uma materialidade simbólica própria e significativa que coloca em funcionamento a relação do sujeito com os sentidos que constituem os “[...] processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade” (ORLANDI, 1999, p. 21).

Em nossos estudos (BRITO, 2019), ressaltamos que Bakhtin argumenta que o emprego da língua acontece sob forma de enunciados, tanto orais quanto escritos, concretos e únicos, que são integrados aos mais diversos campos da atividade humana: “[...] cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2011, p. 12). Cabe integrar os argumentos de Authier Revuz (2004, p. 98) sobre os “processos reais da constituição de um discurso”, que incidem sobre a noção de heterogeneidade enunciativa, ancorada na concepção de que o discurso é atravessado pela linguagem.

Nessa linha de pensamento, a heterodiscursividade da linguagem é permeada pela diversidade que marca o discurso e, por isso, percebemos que essa concepção, tal qual afirma a autora, “se articula àquela do sujeito que não é uma entidade homogênea exterior à linguagem” (AUTHIER

REVUZ, 2004, p. 26) e também se apoia na heterogeneidade constitutiva que se organiza em torno das “formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso, o que se denomina heterogeneidade marcada” (p. 32).

Por último, tomamos o constructo psicanalítico de identificação projetiva como uma ferramenta essencial para a análise dos dados. Essa lente de análise nos possibilitou compreender os meios pelos quais os indivíduos, durante as cenas analisadas, acionam um tipo de mecanismo de defesa projetivo que faz instaurar a agressividade nos modos de dizer e nos movimentos gestuais.

No processo de enunciação, o sujeito do discurso é atravessado pelo sujeito do inconsciente em um processo de ejeção de parte do Ego/*Self* para dentro do objeto a ser defendido. O sujeito, em um processo de expelir sua agressividade no outro, inconscientemente reedita os traços de sua personalidade que, segundo Bion (1992) e Klein (1997), projetam uma fantasia onipotente e refletem os aspectos cindidos de seu mundo interno com o desejo de eliminar o seu adversário de modo agressivo e sem certo controle egoico: um dos sintomas manifestos é a incontinência das palavras. A subjetividade do indivíduo é constituída e construída por meio do trabalho nas práticas discursivas de uma sociedade. Saber ou conhecer algo é, em termos, se apropriar dos discursos que circulam em uma sociedade e dos modos de dizê-los e de agir intrínsecos a essas práticas (BAKTHIN, 2011).

Apartir dessas considerações, recorreremos à noção de posicionamento discursivo como o produto de uma força social identificável por meio das práticas discursivas, entendidas como maneiras em que as pessoas ativamente produzem realidades sociais e psicológicas. Dependendo das posições disponibilizadas pelas práticas discursivas, e dentro dessas práticas, atribuímos sentido a nossa própria história e a dos outros. As histórias estão localizadas dentro de um número de diferentes discursos, e por isso variam em termos da linguagem usada, dos conceitos, das questões e dos juízos morais feitos relevantes e as posições de sujeitos disponibilizados dentro deles.

3 Aposta analítica

Para este ensaio, optamos por selecionar um *corpus* heterogêneo, mas que aportasse em uma unidade analisável. A seleção dos três vídeos deu-se por vislumbrarmos a hipótese de que havia ali indivíduos que se engajaram em um processo de identificação com uma formação discursiva, e ideológica, de poder de classes e cujas origens remetiam para um *ethos*⁵ da “aristocracia” da sociedade brasileira (DAMATTA, 1997).

A chegada do Império Português à cidade do Rio de Janeiro instaurou uma dinâmica social que cindiu a sociedade brasileira em, no mínimo, duas posições sociais: de um lado, estava a elite – quer seja econômica, cultural, quer seja da monarquia – que detinha o poder e o domínio sobre os negros e trabalhadores, escravos e ex-escravos, para os quais não era permitido ocupar as mesmas posições sociais e ou comportamentos culturais.⁶

Com a Proclamação da República e, mais tarde, com a conquista do Estado Democrático, os indivíduos foram alçados à categoria de cidadãos de direitos. No entanto, os discursos humanistas, que inauguraram o primado do Homem e a afirmação da igualdade entre os indivíduos, mantêm sua réplica: os discursos que filiam a um *ethos* da aristocracia, do poder sobre o outro e o Estado.

3.1 Organização dos dados

5 Ancoramos em Maingueneau (2008; 2020) para explicar essa noção discursiva que está inserida em uma determinada situação comunicativa sócio-histórica e, por isso, ocorre em um processo de interação exercido pelo locutor em direção ao seu alocutário com a finalidade de exercer uma influência sobre este último. Trata-se de uma noção que acontece no evento discursivo de modo dinâmico e revela a amplitude da reflexividade enunciativa em uma dada cena de enunciação.

6 A complexidade das relações sociais no período colonial no Brasil e sobre como essa configuração contribuiu para a formação do povo brasileiro no século XX foi amplamente estudada por sociólogos como Gilberto Freire e Roberto DaMatta. Neste ensaio, contudo, nos interessa mobilizar tais assunções dentro da noção de formação discursiva.

Para além das noções de discurso e de sujeito, já mencionadas anteriormente, tomamos como dispositivos de análise as ideias de cena enunciativa, formação discursiva e posicionamento discursivo da Análise do Discurso Francesa. De tal modo, empreendemos dois movimentos de leitura dos dados a partir da materialidade linguística: a descrição e a interpretação. Em consonância com Orlandi (2007), vislumbramos o primeiro movimento como forma de mapear a superfície material, por meio da descrição das cenas enunciativas e da análise dos elementos sintáticos dos enunciados, para entrarmos no discurso. Esse gesto de análise parte do “[...] reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua” (PÊCHEUX, 1995, p. 50). No gesto de interpretação, visamos localizar as posições de atravessamento ideológico do discurso que apareceram nos ditos, nos modos de dizer e em seus efeitos de sentido inscritos em formações discursivas e no interdiscurso (ORLANDI, 2007).

Para descrever as cenas enunciativas dos vídeos, nós as consideraremos como CE1, CE2 e CE3. A CE1 (PM..., 2020) aconteceu em um condomínio particular, de luxo, quando a Polícia Militar, após receber uma queixa de violência doméstica, vai até o local. O vídeo foi feito por outro policial que, de dentro da viatura, filma o suspeito que grita e gesticula de modo violento com um policial militar. A CE2 (MULHER..., 2020) mostra um casal, em uma rua repleta de bares, na cidade do Rio de Janeiro que, ao serem questionados por não usarem máscaras e não respeitarem o distanciamento social preconizado pelas autoridades municipais por causa da pandemia de covid-19, desrespeitam o fiscal sanitário. A CE3 (NÃO USOU..., 2020) traz um juiz que foi multado pela Guarda Civil por andar na praia sem máscara de proteção e, nessa situação, agride os guardas civis e rasga a multa que recebeu. A composição, então, das cenas pode ser sintetizada conforme o quadro abaixo:

Quadro 01 - Práticas/Atividades discursivas: enunciados como réplica em circulação nas Redes Sociais

Cena Enunciativa (CE)	Situação comunicativa	Formação discursiva	Posicionamento discursivo
CE1. Morador de condomínio de luxo de SP: “aqui é o Alphaville”	Casal com filho (mulher segura criança no colo) na porta de casa, e o homem agride um policial no lugar da Autoridade do Estado Brasileiro – Instituição	Discurso “aristocrático” colonial brasileiro hierarquizado/elitizado	“Você sabe com quem está falando?”
CE2. Mulher que discutiu com fiscal no Leblon: “cidadão, não engenheiro civil”.	Casal na rua agride um fiscal da vigilância sanitária no lugar da Autoridade do Estado Brasileiro – Instituição	Discurso “aristocrático” colonial brasileiro hierarquizado/elitizado	“Você sabe com quem está falando?”
CE3. Desembargador é multado e agride Guarda Civil Municipal: “Analfabeto e otário.”	Desembargador caminhando na praia sem máscara agride um guarda civil municipal no lugar da Autoridade do Estado Brasileiro – Instituição	Discurso “aristocrático” colonial brasileiro hierarquizado/elitizado	“Você sabe com quem está falando?”

Fonte: elaborado pelos autores

Em todas as cenas enunciativas, os sujeitos são solicitados por agentes do Estado a obedecer a uma ordem e se recusam a fazê-lo, mas, para legitimar esse ato, precisam batalhar discursivamente para ocupar um lugar de poder acima de quem os interpela. Essa negociação instaura, então, um movimento de réplica no qual o sujeito assume um posicionamento de identificação com formação discursiva do “sabe com quem está falando?”, na qual há o poder (quase) irrestrito e há a permissão de desobediência ao Estado. Os enunciados da ordem “sabe com quem está falando?” produzem

“Sabe com quem está falando?” heterogeneidades e posicionamentos discursivos inscritos no discurso aristocrático da elite brasileira

o efeito de sentido de hierarquia porque projetam um enunciador que tem mais poder sobre o seu interlocutor. É, portanto, um projeto discursivo que se assenta em uma posição-sujeito que tem a vontade de marcar o seu poder sobre um *outro*.

No Quadro 01, podemos entender que o conceito de cena enunciativa, sob a perspectiva de Maingueneau (2008), está posto de modo a indicar o espaço constitutivo de materialização do discurso. A situação comunicativa se apresenta em um diálogo de enunciadores e coenunciadores e nestes coloca em cena, em determinado lugar e num momento de enunciação, um modo de dizer constitutivo. O interdiscurso organiza os elementos de união e dispersão de uma rede de textos/discursos que possibilitarão a emergência e a circulação de enunciados que, necessariamente, supõem conflito permanente com diversos posicionamentos.

Já os enunciados, sob o prisma de Volóchinov (2017), estão cheios de vozes oriundas do ambiente que os constituem, isto é, do heterodiscurso dialogizado que se estabelece em uma cadeia de responsividade em que se encontra o sujeito do discurso. Este, por sua vez, vai responder às palavras alheias por meio de diversas produções verbais: réplicas, adesões, ironias, críticas, dissonâncias, que estão ativamente relacionadas com o auditório social que o rodeia.

Retomando a noção de posicionamento estabelecida em nossos estudos (BRITO, 2019), as histórias estão localizadas dentro de um número de diferentes discursos, motivo pelo qual variam em termos da linguagem usada, dos conceitos, das questões e dos juízos morais relevantes, assim como as posições de sujeitos disponibilizadas dentro deles. Ampliamos a noção de posicionamento nesta análise como uma possibilidade de engajamento e identificação, via interdiscurso, aos modos de dizer e aos efeitos de sentido com outros discursos.

Os modos de dizer podem indicar, segundo Maingueneau (2008), as características dos grupos que os produzem e os fazem circular, nutrindo-os de valores dentro de determinadas comunidades discursivas que acabam partilhando ritos, normas e padrões em que emergem dizeres em discursos constituintes (“sabe com quem está falando?”). Esses discursos não acionam somente autores, mas uma plêiade de posições e papéis sociodiscursivos. Nossas análises nos levam a considerar que os posicionamentos postos em jogo nas cenas enunciativas dos vídeos analisados se filiam a um mesmo

espaço do discurso de poder, e revelam o interdiscurso (MAINGUENEAU, 1997).

Os posicionamentos discursivos que se estabelecem ao longo dos ditos analisados assentam em: 1) desqualificar o seu oponente; 2) convocar vozes aliadas que significam uma autoridade hierarquicamente superior à do interlocutor; 3) mobilizar um *ethos* que projeta um poder maior do que o de seu adversário. Assim, ancorados nos elementos referidos por DaMatta (1997) a respeito dos pilares sobre os quais se funda o discurso de poder do “sabe com quem está falando?”, analisamos os índices e marcas linguístico-discursivas que indicam a adesão às noções de pessoalidade (eu sei, eu sou, eu tenho, eu conheço), à filiação a uma rede de influências e à eliminação ou anulação do outro.

O movimento de desqualificar o outro é realizado por meio do uso de enunciados como apresentado no Quadro 2.

Quadro 2- Anular o interlocutor

CE1	Você é um bosta... É um merda de um PM que ganha mil reais por mês, eu ganho 300 mil reais por mês. Quero que você se foda, seu lixo do caralho.
CE2	Como você mediu [o distanciamento social]? Cadê sua trena? Cidadão, não. Engenheiro civil, formado. Melhor do que você.
CE3	Estou aqui com um analfabeto , eu expliquei, e eles não conseguem entender. O Sr. sabe ler? [ao mostrar a carteira de identidade para o guarda municipal].

Fonte: elaborado pelos autores.

Tomando uma posição analítica, flagramos na CE1 que o sujeito enunciador se põe em posição de réplica, de modo agressivo, para anular o outro que o interpela. O outro é qualificado como um objeto que deve ser destruído – visto que não tem valor – acionando o mecanismo inconsciente de identificação projetiva: o policial é um lixo; aquilo que poderia ser jogado fora. É também um *merda ou um bosta*, não serve, não tem efeito.

Na CE2, um casal que está em uma rua do Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, e sai em direção ao fiscal da vigilância sanitária (superintendente de Educação e de Projetos), que recebe a seguinte provocação: “[eu] posso falar com o seu chefe, não?!” e [eu] quero saber como você mediu as pessoas”. E depois : “cidadão não, engenheiro civil formado, melhor do que você!”

Os ditos, que visam a anular o interlocutor, demonstram que a identificação com a formação discursiva do “sabe com quem está falando?” tem um propósito bélico, atravessado pelo desejo de ser alguém que está acima da lei. Assim, é preciso desmoralizar o interlocutor, anular a sua existência, para que ele recue de sua ordem. Nesse processo, os sujeitos falantes lançam mão de artifícios discursivos, gestos não verbais e aderem a uma série de símbolos que os filiam em lugares historicamente marcados como de poder social ou financeiro: “Aqui é o Alphaville”, “Cidadão, não. engenheiro civil, formado”, “Estou aqui com um analfabeto” “O Sr. sabe ler?” [ao mostrar a carteira de identidade – de desembargador – para o guarda municipal]. Os gestos não verbais, realizados pelos locutores, são expressos de modo agressivo e manifestados em “um partir para cima” dos representantes da autoridade estatal tal qual aparecem nas cenas enunciativas 1, 2, e 3: movimento de braço, dedo em riste e o ato de rasgar o papel que continha a multa.

Na CE2, o modo de dizer enunciado pelo casal, primeiro pelo homem e depois pela mulher, revela um elemento essencial de uma marca linguístico-discursiva que é vestígio da negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva da língua(gem), pois desvela o dizer atrelado à ilusão de que o sujeito é fonte de sentido e, por esse motivo, se põe em cena como aquele que tem uma força, não só da palavra, mas do agir, e está abalizado a partir para cima do outro-semelhante que não é considerado, não é visto, ou melhor, nem tratado como igual: [posso falar como seu chefe] e [cidadão não, engenheiro civil formado, *melhor do que você!*]

Esse gesto simbólico de dizer do sujeito (casal que ocupa esse lugar de dizer) que entra em diálogo com o fiscal pode mostrar-nos a voz social do: “você sabe com quem está falando?” que está atrelada à formação discursiva do autoritarismo representada e que emana o discurso aristocrático colonial brasileiro hierarquizado/elitizado.

O segundo posicionamento discursivo aparece como intenção de demonstrar a filiação do enunciatador a uma rede de amizades e de influências. Assim, os ditos sinalizam para as adesões que o sujeito faz em um campo discursivo em relação aos sistemas de valores que aí circulam, não de forma absoluta ou estanque, mas em função dos discursos que ele mesmo produz tal qual se apresenta no quadro a seguir:

Quadro 3 - Marcar a filiação a uma rede de amizades e de influências

CE1	Você é secretário, vem para cá e me ajuda. Marinho vem pra cá agora, traz o secretário de segurança, traz o secretário que tiver que trazer.
CE2	Não vai chamar seu chefe?
CE3	Eu vou ligar para o Del Bel. Del Bel, eu estou aqui com um analfabeto e eu disse a ele que não é ele quem fala comigo. Sou eu quem falo com o Del Bel.

Fonte: elaborado pelos autores.

Em uma situação comunicativa entre interlocutores, os posicionamentos discursivos de um sujeito falante, em seu modo de dizer, revelam o seu trabalho com a língua(gem) nos modos de dizer e nos ditos que deixam entrever atravessamentos e interpelações do sujeito do discurso. Ao marcar que conhece uma instância de poder – localizada na figura de indivíduos –, que ocupa cargos superiores àquele que o interpela, o sujeito volta-se a uma dinâmica do embate para a qual há a necessidade de aliados: [Marinho, vem pra cá agora, traz o secretário de segurança, Não vai chamar seu chefe, eu vou ligar para o Del Bel]. O modo de negociar um suposto poder inclui clamar por um outro com o qual se mantém uma rede de amizade, de troca, de intimidade e que irá permitir-lhe descumprir a ordem que lhe é imposta na situação.

Os indivíduos ameaçam seus interlocutores com a possibilidade da intervenção de outrem, e isso sinaliza a não uniformidade do campo discursivo do poder, visto que há diferentes níveis e lugares de autoridade. Se é pressuposto que o Estado deve vigiar e fiscalizar os cidadãos de modo igualitário, a formação discursiva do “sabe com quem está falando?” legitima a possibilidade de individualizar esse poder por meio do *jeitinho brasileiro*. Em intrínseca relação com esse posicionamento, há o terceiro posicionamento discursivo por meio do qual o dito marca sua construção de autoridade em relação ao interlocutor como se desenha no quadro em seguida:

Quadro 4 - Legitimar a personalidade do poder econômico e/ou intelectual na pauta do *eu sou – eu sei – eu tenho*

CE1	Você não me conhece; Você pode ser macho na periferia, mas aqui você é um bosta; Aqui é Alphaville, mano. eu ganho 300 mil reais por mês.
CE2	A gente paga você, filho. O seu salário sai do meu bolso Cidadão, não. Engenheiro civil formado, melhor do que você
CE3	O Sr. sabe ler? Então leia esse documento aqui [a carteira mostrava que era um desembargador]. Você sabe o que é essa carteira?

Fonte: elaborado pelos autores.

Tomando a CE1 para análise, temos o dito “*Aqui é o Alphaville*” que instaura dois espaços: o aqui [Alphaville] e o aí [periferia]. O dêitico *aqui* marca a divisão entre o eu e tu e sinaliza, para o interlocutor, acerca do “sabe com quem está falando?” porque o *aqui* é o meu território, *eu* ocupo e circulo em um espaço diferente do *tu*. O uso do substantivo Alphaville recupera, por meio da memória discursiva, sentidos em torno de riqueza e de poder. Em seguida, o sujeito diz: [“você é um bosta, você é um merda de um PM que ganha tezentos reais por mês, eu ganho trezentos mil por mês, eu quero que você se foda... você pode ser um macho na periferia, mas aqui você é um bosta”] e repete “[Aqui é o Alphaville, mano.]” O fragmento [você pode ser macho na periferia, mas aqui você é um bosta] também indicia para a instabilidade inerente ao exercício de poder. O policial ocupa um lugar de poder e seu interlocutor reconhece isso ao dizer que [pode ser macho na periferia], contudo esse poder é limitado em territórios frequentados pela elite econômica. Os moradores do Alphaville seriam supostamente diferentes dos moradores da periferia, pois o poder econômico, para os sentidos negociados nesta formação discursiva, se sobrepõe ao poder institucional.

Cabe destacarmos o efeito simbólico do verbo ganhar: primeiro empregado no modo do presente do indicativo antecedido do pronome pessoal: “*eu ganho...*” que, na perspectiva enunciativa de Benveniste (1989), é como o *eu locutor* – **categoria de pessoa** – se coloca no discurso

dirigindo-se para, nesse caso, o PM (outra pessoa). Nesse modo de dizer flagramos, com o uso do mesmo verbo na terceira pessoa do singular do modo do presente do indicativo: “ *você ganha...*”, que o PM não é tratado/considerado, no discurso, pois o *você* recebe o estatuto de (não-dito) ele – **categoria de não pessoa** – como um objeto e ou referente. A conjugação verbal a qual o seu locutor se reporta e pronuncia confirmando assim sua provável identificação com o atravessamento do discurso “aristocrático” da não igualdade que circula com força e carga expressiva no nosso País, especialmente nas camadas ricas da população que, ao que parece, se consideram, pelos menos no modo de dizer, herdeiros de “suposta” elite brasileira.

Nas CE2 e CE3, os ditos também se inscrevem na legitimação da personalidade, do eu sou e eu sei, ali convocados por meio dos símbolos de poder intelectual. Temos o dizer de sujeitos que têm a ilusão de ser a fonte do sentido do seu dito e, por isso, enunciam **eu sei o que eu digo e sei quem sou**: [a gente paga você, filho, o seu salário sai do meu bolso] [você sabe ler? Então leia aqui], **eu sou aquele que pode falar**: [cidadão, não, engenheiro civil, formado, melhor do que você], [você sabe o que é essa carteira?]. O processo de se contraidentificar com os sentidos do ser cidadão e de se projetar como bacharel em engenharia civil ou como desembargador indiciam os significados que a formação acadêmica e a posição profissional tem na sociedade brasileira. O cidadão seria qualquer um e, por consequência, é alguém destituído de poder. Dizer que é melhor do que um agente do Estado, quer seja porque é engenheiro civil formado ou por ser desembargador, visa marcar o pertencimento a elite intelectual, acionando, via interdiscurso e da memória histórica, os sentidos em torno do que é pertencer a essa casta, principalmente em profissões historicamente da aristocracia como a Engenharia Civil, Medicina ou Direito. Tradicionalmente, ainda há a percepção do título acadêmico como um símbolo que diferencia o cidadão comum do ‘doutor’.

Todos os trechos analisados demonstram que uma das vidas pelas quais o sujeito discursiviza a sua identificação com os ditos da pauta do “sabe com quem está falando?” de uma formação discursiva da aristocracia brasileira é o processo de materializar o seu pertencimento a uma elite econômica e cultural.

Considerações finais

Neste ensaio, intentamos descrever os processos discursivos dos quais os sujeitos lançaram mão para indiciar a sua identificação com uma formação discursiva de poder da aristocracia brasileira. Pêcheux (1995, p. 172) tratou a formação discursiva “(...) como espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma ‘intersubjetividade falante’ pela qual cada um sabe de antemão o que o ‘outro’ vai pensar..., e com razão, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro.”

Apoiados nessas considerações, nossa análise descreveu de quais modos o sujeito reformulou os sentidos inscritos no campo discursivo da elite brasileira com um propósito bélico para destruir o seu interlocutor. Alicerçamo-nos nas considerações de DaMatta (1997, p. 275) que tratou a sociedade brasileira como “(...) hierárquica, familista, patrimonialista e que aprova tanto o ‘jeitinho’, quanto um amplo leque de comportamentos similares” e que, nessa dinâmica, opera com duas posições sociais complementares: a do indivíduo e da pessoa. O indivíduo seria o cidadão comum que deve e precisa pautar-se pelo regime das leis universais e institucionais. Já a noção de pessoa alude ao sujeito do poder econômico e/ou intelectual fundado na individualização e na pessoalidade e para o qual há legitimado os privilégios de poder dizer, poder mandar, poder desobedecer.

Tais posições sociais, contudo, não são intrínsecas ao indivíduo e são desestabilizadas em determinadas situações. Quando isso ocorre, o sujeito do discurso aristocrático precisa legitimar o seu poder financeiro, intelectual e sua rede de influências. A batalha ideológica e discursiva pela manutenção dessa hierarquia materializa-se em ditos, conforme exemplificados neste ensaio, que projetam o “sabe com quem está falando?” e “quem é você para falar assim comigo, que sou hierarquicamente superior a você?”.

A formação discursiva da disputa de classes tem tomado atualmente contornos mais autoritários e beligerantes, e para os quais o igualitarismo deve ser combatido em sua raiz. No contexto brasileiro, o indivíduo quando diz “sabe com quem está falando?” está envolvido em uma situação na qual sente a sua autoridade diminuída e/ou ameaçada e, como consequência, tem o desejo de fazer parecer, de forma cabal e definitiva, o seu suposto

poder para anular o outro (DAMATTA, 1997). Na perspectiva linguístico-discursiva da qual partimos, o processo de identificação com os efeitos de sentido da ordem do “sabe com quem está falando?” emerge a partir da desestabilização de lugares de poder. Consequentemente, o sujeito se engaja em um projeto discursivo que, inconsciente ou conscientemente, precisa marcar o seu interlocutor a um lugar menor e de objeto a ser destruído.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. *In*: AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-80.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. *In*: BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. São Paulo: Pontes, 1989. p. 81-90

BION, R. Wilfred. **Conversando com Bion**: quatro discussões com W. R. Bion. Tradução Paulo César Sandler. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

BRITO, Robson Figueiredo. **Posicionamentos discursivos e identitários de sujeitos universitários em experiência de letramento acadêmico em um curso de Direito**. 2019. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, PUC Minas, Belo Horizonte, 2019.

DAMATTA, Roberto. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. *In*: DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 179-248.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In* GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 143-179.

KLEIN, Melanie. Sobre a identificação. *In*: KLEIN, Melanie. **Inveja e gratidão e outros trabalhos**. Tradução A. Cardoso. Rio de Janeiro: Imago, 1997. p. 169-204.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Curitiba: Criar Edições. 2008. 183 p.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Tradução Freda Indursky. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o ethos**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020.

MULHER que aparece em vídeo agredindo verbalmente fiscal da vigilância no Rio é demitida. 7 jul. 2020. São Paulo. 1 vídeo (2 min). Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8679253/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

NÃO USOU máscara: desembargador humilha guardas após ser multado. 20 jul. 2020. São Paulo. 1 vídeo (2.45 min). Band Jornalismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Emth4dhD_7g&feature=youtu.be>. Acesso em: 20 set. 2020.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Tradução de Eni P. Orlandi *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PM xingado por empresário em Alphaville processará agressor por danos morais. 01 jun. 2020. 1 vídeo (2 min). São Paulo. Band Jornalismo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NeNstxxYQfl>>. Acesso em: 20 set. 2020.

TIFOUNI, Leda Verdiani, PEREIRA, Anderson de Carvalho. Análise Indiciária: uma topologia das singularidades. TIFOUNI, Leda Verdiani,

PEREIRA, Anderson de Carvalho, MILANEZ, Nilton (org.) **O paradigma indiciário e as modalidades de decifração nas Ciências Sociais**, São Paulo, EdUFSCar. 2018, p. 121-148.

VOLÓCHINOV, Valentin (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017.

Ethos e vozeamentos

Fernanda Santana Gomes*

Resumo

O estudo consiste em uma análise discursiva da música “Carta à mãe África”, de Genival Oliveira Gonçalves. Com proeminente teor crítico social, o discurso remete ao racismo, de ontem e hoje, e à escravidão do negro ocorrida no passado do Brasil, mas que no presente ainda deixa transparecer marcas de opressão e violação dos direitos humanos. O principal objetivo é examinar como se constitui o *ethos* discursivo do enunciador. Dessa forma, busca-se flagrar os aspectos linguístico-discursivos do texto como interdiscursividade, processos de metaforização, jogos antitéticos e semióticos, responsividade discursiva, ativação de auditórios e construção, mobilização e projeção do *ethos* discursivo. O estudo baseia-se, principalmente, nas concepções teóricas de Bakhtin (2002, 2003, 2014) sobre dialogismo e polifonia e nas noções de *ethos* cunhadas por Aristóteles (2015) e Maingueneau (2008a, 2008b). Procedendo à análise, tornou-se possível perceber a atividade discursiva do enunciador, observar como se posiciona enunciativamente, instaurando e articulando movimentos dialógicos, a fim de mobilizar o auditório e legitimar o seu discurso. Sendo assim, foi possível perceber como se dá a construção e projeção do seu *ethos* discursivo.

Palavras-chave: *Ethos*. Dialogismo. Polifonia. Alteridade. Responsividade discursiva.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa Gomes (Bolsista CAPES). ORCID <https://orcid.org/0000-0003-2758-7369>.

Ethos And Voices

Fernanda Santana Gomes

Abstract

The study consists of a discursive analysis of the song “Carta à mãe África”, by Genival Oliveira Gonçalves. With a prominent social criticism, the discourse refers to the racism of yesterday and today and to the slavery of the black population that happened in the past of Brazil, but which at present still shows its marks of oppression and violation of human rights. The main objective is to examine how the discursive *ethos* of the enunciator is constituted. It seeks to capture the linguistic-discursive aspects of the text such as interdiscursivity, processes of metaphorization, antithetical and semiotic games, discursive responsiveness, construction, mobilization and projection of the discursive *ethos*. The study is based mainly on Bakhtin’s (2002, 2003, 2014) theoretical conceptions about dialogism and polyphony and on the notions of *ethos* coined by Aristotle (2015) and Maingueneau (2008a, 2008b). Proceeding to the analysis, it became possible to perceive the discursive activity of the enunciator, to observe how he positions him enunciatively, establishing and articulating dialogical movements, in order to mobilize the audience and to legitimize his discourse. Thus, it was possible to perceive how the construction and projection of his discursive *ethos* takes place.

Keywords: *Ethos*. Dialogism. Polyphony. Alterity. Discursive responsiveness.

Introdução

Quando se escreve, a alteridade se impõe, inconscientemente, à linearidade discursiva instituída (AGUSTINI; GRIGOLETTO, 2008, p. 147).

Toda palavra comporta duas faces – procede de alguém e se dirige para alguém. Ela não é determinada pelo significado e nem pelo significante. Ela serve de ponte entre locutor e interlocutor, propiciando a interpretação e a compreensão da vida humana. É no curso da interação verbal que a palavra é concebida como um signo ideológico (BAKHTIN, 2003, 2014). Conforme o seu contexto de origem, a palavra ganha diferentes significados. Visto isso, a palavra acaba se tornando um *lòcus* em que valores fundamentais de uma dada sociedade se explicitam e se confrontam. Sendo assim, o tecido textual propõe e convoca o locutor e o interlocutor a problematizarem o contexto social ora idealizado e construído pela sociedade, assim como a ordem estabelecida.

A noção de dialogismo implica essa existência da relação eu-tu, sempre permeada e interpelada pelos signos linguísticos. Conforme Bakhtin (2003, 2014) argumenta, é na relação com a alteridade que os sujeitos vão se constituindo. Nesse sentido, ao se constituir, por conseguinte, ele também se altera. No entanto, somente se consolida socialmente por meio das palavras, dos signos, especialmente devido às interações. A palavra, portanto, projeta-se como indicador das transformações sociais, refletindo e refratando a nossa constituição intersubjetiva.

Nos nossos atos de interpretação e compreensão, a palavra alheia se faz sempre presente. O outro é elemento central para a nossa (trans)formação. Na filosofia de Bakhtin, a noção de alteridade se relaciona diretamente com as noções de pluralidade, heteroglossia e polissemia, imbricadas pela(s) ideologia(s). E é justamente a alteridade que fundamenta a identidade do sujeito, a qual se desenvolve por meio das relações dialógicas e valorativas com outros sujeitos, com diferentes opiniões, perspectivas e consciências.

Tendo como referências centrais as concepções teóricas de Bakhtin (2002, 2003, 2014) a respeito de dialogismo e polifonia e as noções de *ethos* cunhadas por Aristóteles (2015) e Mainueneau (2008a, 2008b), procedo à análise do discurso da música “Carta à mãe África” (objeto analítico deste

estudo – *vide* seção 3), com o objetivo de examinar as marcas do trabalho do enunciador na escrita. Para tanto, busco flagrar, no *corpus* de análise, os aspectos constitutivos do sentido do texto, os recursos de articulação adotados e as estratégias implementadas pelo enunciador, considerando os movimentos dialógicos (atividades de contrapalavra), a interdiscursividade, os deslocamentos/deslizamentos (processos de metaforização, jogos antitéticos e semióticos), a historicidade discursiva, a ativação de auditórios e a construção e projeção de imagem do enunciador – o *ethos* discursivo.

Vozes bem marcantes e intensas perpassam pelo plano discursivo da música “Carta à mãe África”, destacando-se, sobretudo, a voz do sujeito marginalizado, vítima de práticas de depreciação, desvalorização, estigmatização, opressão e silenciamento e a voz do sujeito resiliente, em estado permanente de luta, de validação de sua dignidade e valorização das tradições socioculturais que o constitui e o legitima. No tecido discursivo do *corpus* analítico, percebe-se um sujeito em estado de dispersão que toma posições, revelando-se atravessado e interpelado pelas injunções históricas, políticas, sociais e culturais (FOUCAULT, 1996). É por meio do discurso e sob esse movimento de interação que o *ethos* vai se construindo, posto que é uma noção discursiva (MAINGUENEAU, 2008b). No processo de tessitura textual da música é mobilizado e projetado um *ethos* cindido, interpelado, incompleto e poroso – o *ethos* do lutador – que dá vida às vozes que reverberam a resiliência¹ da população negra frente ao discurso do racismo.

Propiciar discussões sobre o discurso do racismo, em especial no que tange à população negra, é indispensável, com vistas a confrontar os discursos de ódio que são propagados de forma recorrente em nossa sociedade, os quais geram e reproduzem posturas e comportamentos que reforçam a marginalização e a opressão dos sujeitos/povos/nações, o silenciamento de suas vozes e a ocultação de suas práticas socioculturais.

¹ “Resiliência é uma capacidade universal que permite que uma pessoa, grupo ou comunidade previna, minimize ou supere os efeitos nocivos das adversidades” (GROTEBERG, 1995, p. 7). Essa é a definição adotada pelo Projeto Internacional de Resiliência, coordenado por Edith Groteberg e apoiado pela Bernard van Leer Foundation (Cf.: GROTEBERG, E. *A guide to promoting resilience in children: strengthening the human spirit*. The Hague: The Bernard van Leer Foundation, 1995). *Resilio* (latim) significa retornar a um estado anterior. O termo originou-se nos âmbitos da física e da engenharia. Um dos precursores da ideia de resiliência foi Thomas Yang, cientista inglês que propôs o conceito de “módulo de elasticidade” (1807), após realizar experimentos com tensão e compressão de barras. Na área da física, o termo descreve a capacidade que um corpo físico tem de voltar ao normal, após ter sofrido pressão sobre si. Refere-se, pois a uma energia de deformação máxima que um corpo é capaz de armazenar, sem sofrer deformações permanentes. Já nas ciências humanas, a resiliência é abordada como a capacidade humana de reconstrução positiva perante as adversidades (GOLDSTEIN, 2012).

1 Dialogismo e polifonia: relações de intersubjetividade

A noção de interação vinculada à função constitutiva da linguagem é preconizada por Bakhtin (2003, 2014) pela compreensão de uma língua concreta fundamentada na enunciação. Trata-se do uso da língua na dinâmica da responsividade e das relações dialógicas nas esferas e manifestações da atividade humana. Diferentemente de um sistema abstrato (objetivo e homogêneo) de formas, com um centro subjetivo-psicológico de enunciação (o do eu), Bakhtin concebe a língua como atividade humana constituída na interação trabalhada na e pela relação dialógica estabelecida entre o eu e o outrem. O conceito de diálogo como condição de linguagem decorre dessa compreensão, sobretudo a partir do caráter ontológico que circunscreve as práticas linguísticas humanas. Esse diálogo é entendido no sentido mais amplo, pois envolve a língua, os interlocutores e o contexto sócio-histórico e ideológico de produção de enunciados.

Sob essa ótica, a enunciação consiste em um produto da interação social, no tocante a um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais abrangente de uma dada comunidade linguística. Essa relação propicia movimentos de intersubjetividade. Na posição de locutor, o sujeito interage com o outrem, buscando atuar sobre ele, promover a concordância e a aceitação do dito e a realização, quando suscitada, do que se propõe. Nesse percurso, são percebidos os efeitos de sentido do discurso e o processo de compreensão ativa e responsiva, como réplicas, que implicam uma reação/resposta do interlocutor.

Consideradas essas concepções, cabe destacar que Bakhtin (2003, 2014) demonstra uma crítica epistemológica bastante acentuada em relação às oposições entre elementos subjetivos (aqueles encontrados na consciência humana) e elementos objetivos (aqueles vivenciados no mundo real) da teoria de Saussure. Para o autor, tais elementos não alcançam o verdadeiro núcleo da realidade linguística – a comunicação, que somente ganha *status* de completude por meio da interação verbal. É nessa linha de pensamento que Bakhtin (2014) aponta a emergência de uma abordagem marxista da linguagem, relevando a relação entre linguagem e sociedade, com a pretensão de questionar a dialética do signo enquanto efeito das estruturas sociais.

A concepção de linguagem bakhtiniana, compreendida como processo de interação social, fundamenta-se, portanto, nos seguintes princípios: (a) no diálogo com o outro, sendo o sujeito social, histórico e ideologicamente situado, constituído na interação verbal; (b) na noção de que a linguagem é heterogênea, marcada pela presença do outro, havendo a manifestação dos papéis sociais e da(s) posição(ões) dos interlocutores, de suas imagens diante de outros interlocutores e da sociedade; e (c) na questão da discursividade, seja ela simples ou complexa (BAKHTIN, 2003).

Contrapondo a ideia de que o homem seja um mero objeto, os postulados de Bakhtin deixam entrever que se deve construir a imagem do homem numa comunicação interativa. Para que possamos nos reconhecer, precisamos do outro. Conhecemo-nos por meio do outro. Nesse sentido, há uma projeção no outro e o outro se projeta em nós – intenso movimento de reflexões e refrações. Nesse percurso, a polifonia reside justamente no fato de que o eu não se concebe sem o outro. Na polifonia, o dialogismo se deixa ver por meio de muitas vozes polêmicas. Em contrapartida, na monofonia, há somente o dialogismo, o qual é constitutivo da linguagem, posto que o diálogo é, de certa forma, mascarado e apenas uma voz se faz ouvir, sendo as outras vozes veladas, marginalizadas, preteridas. Portanto, há uma distinção bem demarcada entre a polifonia (dialogismo polifônico) e a dialogia (monofonia ou dialogismo monofônico) (BAKHTIN, 2002, 2003, 2014).

A essência da polifonia está intrinsecamente correlacionada à posição do enunciador como aquele que rege uma orquestra composta pelas variadas vozes que constituem o processo dialógico. O enunciador é o responsável por criar as condições para que haja a manifestação do conjunto de vozes que converge sobre si mesmo. Essas vozes e consciências são sujeitos de seus próprios discursos, deixando transparecer independência e se relacionando com as diversas outras vozes no tecido discursivo. A polifonia consiste, pois, na multiplicidade de vozes e pensamentos independentes que exercem influência na interação do sujeito (BAKHTIN, 2002). Assim, “[...] pode-se dizer que o homem tem uma necessidade estética absoluta do outro, do seu ativismo que vê, lembra-se, reúne e unifica que é o único capaz de criar para

ele uma personalidade externamente acabada; tal personalidade não existe se o outro não a cria [...]” (BAKHTIN, 2003, p. 33)².

Estabelecendo essa associação do outro a si mesmo, o sujeito demonstra proatividade, conseguindo refletir-se nessa alteridade. O dialogismo bakhtiniano possibilita que o sujeito se realize por meio da sua palavra, assim como pelas palavras dos outros. Ademais, é importante entender que o sentido da enunciação não se encontra no sujeito, tampouco na palavra e nos interlocutores, ele é o efeito da interação entre os sujeitos, produzido por meio de signos linguísticos.

Dada a compreensão ativa, apreendemos o sentido. O ato de compreender remete a opor à palavra do locutor uma contrapalavra. A noção de compreensão ativa preconizada por Bakhtin (2002, 2003) elucida o movimento dialógico da enunciação. O locutor enuncia em função da existência, seja real ou virtual, de um interlocutor, demandando deste uma atitude responsiva, com antecipação sobre aquilo que o outro visa a colocar, fato que o faz vivenciar ou projetar a posição de seu ouvinte. Como destaca Bakhtin (2014), todo discurso é orientado para a resposta, não podendo evitar a expressiva influência do discurso da resposta antecipada, posto que sempre haverá comentários sobre ele e a ele dirigidos.

Compreendemos a enunciação à medida que a colocamos no movimento dialógico dos enunciados, defrontando-a com os nossos dizeres, assim como com os dizeres alheios. A compreensão dos enunciados de outrem ocorre quando as palavras provocam ressonâncias ideológicas. É devido à dialética interna constitutiva do signo que o sujeito se reflete e se refrata na linguagem. Por vezes, a palavra representa, deixa entrever o resultado polêmico de um embate social (BAKHTIN, 2002, 2003). Consoante essa concepção, pode-se dizer que a palavra mantém um movimento que se volta para o exterior, para a alteridade, para o discurso do outro – é função da dinâmica dialógica demandada pela ordem da linguagem. Explicitados esses aspectos, entende-se que o dialogismo na/da linguagem é, efetivamente, condição estruturante da palavra.

Sob a perspectiva da teoria bakhtiniana, toda relação dialógica questiona o monologismo e problematiza a palavra de outrem. Cumpre

² Para Bakhtin (2002), o gênero romance apresenta diferentes vozes sociais, as quais se defrontam e manifestam variados pontos de vista sociais no tocante a um dado objeto. Sendo assim, consiste em um gênero polifônico por natureza. Para exemplificar, Bakhtin aponta o romance polifônico de Dostoiévski. De acordo com Bakhtin (2002, p. 4), “a multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes penitentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski”.

sublinhar também que as relações dialógicas são capazes de, discursivamente, revelar/colocar em cena o que Bakhtin (2002, 2003) concebe por arquitetônica (ético-estética) da palavra, isto é, a relação valorativa das posições-sujeito “eu para mim”, “eu para o outro” e “outro para mim”.

Nesse contexto permeado pelo princípio da interação, importa para Bakhtin a heterogeneidade constitutiva, posto que é entre discursos. Há de se pontuar que a sua apreensão é devida à memória discursiva de uma dada formação social. Segundo Indursky (2011), a memória discursiva é substancialmente da ordem ideológica e, sob uma determinada formação discursiva, é capaz de refletir o entrecruzamento de sentidos da memória mítica e da memória social, demonstrando-se ativa, com sentidos deslizantes e variáveis. Para produzir gestos de interpretação no texto e se inscrever na sua discursividade, buscando significar, o sujeito precisa resgatar a memória discursiva. Isso porque o discurso não se desenvolve sem memória, assim como a linguagem não tem significado sem a história, posto que, como salienta Courtine (2006), a linguagem é o tecido da memória.

Quando o sujeito se inscreve na prática da escrita, ele se vê imerso em um movimento pendular, oscilando entre singularidade e alteridade. Isso porque, “a escrita consiste em um tecer e retercer de fragmentos de discursos outros. Ela trabalha com o simbólico e produz um espaço simbólico, em que diferentes vozes anônimas (ou não) ecoam, se entrelaçam e, mesmo, por vezes, se contradizem” (INDURSKY, 2016, p. 35). Nesse sentido, a escrita pressupõe a singularidade do sujeito e a determinação do outro: o lugar que o sujeito ocupa socialmente, e, também, o lugar que o seu leitor ocupa, as condições de produção da sua escrita, entre outros aspectos – o que acaba produzindo um efeito ideológico (AGUSTINI; GRIGOLETTO, 2008). Dessa forma, essas autoras ressaltam que:

O sujeito busca, sobretudo na escrita de si, uma maneira de construir sua identidade, através da memória e das relações de identificação com o outro, num constante movimento entre a singularidade e a alteridade. Ou seja, segundo Rickes (2002), a escrita faz trabalhar a falta que é constitutiva do sujeito. Mas, ao apagar a falta, o sujeito não faz outra coisa senão revelá-la, através de um gesto que é singular (AGUSTINI; GRIGOLETTO, 2008, p. 146).

Na análise discursiva proposta neste estudo, o *corpus* tomado como objeto analítico apresenta-nos um *ethos* (a ser explorado detidamente na seção 3) sob o prisma da resiliência, o qual é projetado discursivamente devido aos movimentos dialógicos, à dinâmica da alteridade e aos vozeamentos que perpassam e constituem o discurso e, concomitantemente, o sujeito (enunciador). Sendo assim, na seção subsequente será desenvolvida a noção de *ethos*, sob as perspectivas de Aristóteles (2015) e Maingueneau (2008a, 200b), com vistas à percepção e à compreensão de como se dá a construção, mobilização e projeção do *ethos* discursivo em “Carta à Mãe África”.

2 O *ethos* na esfera social

Conforme os preceitos aristotélicos, o discurso engendra três provas – *ethos*, *logos* e *pathos*, as quais consistem em qualidades que o orador deve demonstrar ao proferir um discurso. Sendo assim, no plano enunciativo, a persuasão pode ser garantida pelo caráter (*ethos*), pela disposição do auditório ao sentir emoção (*pathos*) e pelo discurso em si (*logos*).

Na concepção de Aristóteles (2015), o *ethos* constitui a mais importante das três provas produzidas pelo discurso e está diretamente ligado à Retórica, em que o orador, no ato de sua fala, visa à construção de uma imagem positiva de si mesmo a fim de persuadir o seu auditório. Na Retórica, o *ethos* pode ser considerado como uma característica individual e peculiar de um orador em uma determinada situação oratória e sempre é construído na instância do discurso.

Sob a perspectiva de Maingueneau (2008b), o *ethos* é concebido como uma categoria que resulta da interação de determinados fatores, como: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (*ethos* mostrado) e, também, de fragmentos textuais em que o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos* dito), seja diretamente ou indiretamente (metáforas ou alusões a outras cenas de fala). Para o autor, o *ethos* está prontamente ligado ao estatuto do locutor, à questão de sua legitimidade, ou seja, ao processo de sua legitimação pela fala, isso porque a maneira de dizer pode autorizar a construção de uma verdadeira imagem de si.

À medida que afirma que o *ethos* é a imagem de si no discurso, Maingueneau (2008b) retoma o conceito de *ethos* preconizado por Aristóteles. No entanto, cabe ressaltar que ele acaba ampliando e reformulando esse conceito aristotélico. Sua pretensão era analisar imagens criadas pelos enunciados nos discursos tanto orais quanto escritos, não se restringindo apenas à eloquência, à oralidade em situação de fala, assim como preconizava a Retórica Clássica, a qual primava também pelo aspecto físico do orador, pelos seus gestos e sua entonação.

Compreende-se, portanto, que o conceito de *ethos* da Retórica aristotélica passa por uma ressignificação no campo da Análise do Discurso por Maingueneau. O autor caracteriza o *ethos* como sendo ligado não apenas pela dimensão verbal. Maingueneau (2008b) entende o conceito de *ethos* como uma noção discursiva (sua construção se dá por meio do discurso) e para além de seu aspecto persuasivo, considerando-o como um processo que permite refletir a respeito da adesão do auditório a determinado posicionamento, sendo valorizado o processo interativo entre orador/locutor e auditório/destinatário.

Assim como Aristóteles preconizava, o *ethos*, para Maingueneau (2008b), é construído no âmbito da atividade discursiva, sendo desconsiderada, portanto, a ideia do *ethos* pré-estabelecido. Dessa forma, pode-se depreender que a construção da imagem de si na instância enunciativa só se efetiva quando o enunciador, ao tomar a palavra, consegue se apresentar, se expor ao seu interlocutor no desencadeamento de seu discurso. No tocante à eficácia do *ethos*, o autor pontua que ela está vinculada ao ato/processo de enunciação. Ademais, ele não ignora o fato de que o público-alvo (o auditório) constrói também representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele as projete (MAINGUENEAU, 2008b).

O *ethos* demanda uma experiência sensível do discurso, dado que visa a mobilizar a afetividade do destinatário. Dessa forma, em busca da compreensão do *ethos*, é necessário que a interpretação dos enunciados não seja reduzida a apenas uma simples decodificação, mas que se perceba a influência da experiência sensível que é posta na comunicação verbal. Quando da existência de um *ethos* envolvente e atuante na teia discursiva, o coenunciador ultrapassa o exercício de decifração de conteúdos para participar do mundo concebido pela enunciação, por vezes compartilhando da(s) identidade(s) que transitam e/ou fundamentam o discurso. As ideias

acabam promovendo um movimento de adesão devido à maneira de dizer que reflete também a maneira de ser. O poder persuasivo de um discurso conduz o destinatário à identificação com o movimento de um corpo, seja esquemático ou investido de valores (MAINGUENEAU, 2008a).

Sob essa ótica, os conteúdos seriam dependentes da cena de enunciação. Nesse sentido, portanto, afastamo-nos de uma concepção do discurso voltada basicamente a noções como procedimento e/ou estratégia. Assim como Maingueneau (2008a, p. 29) destaca, “a adesão do destinatário se opera por um escoramento recíproco entre a cena de enunciação, da qual o *ethos* participa, e o conteúdo nela desdobrado”.

Na seção seguinte, será desencadeada a análise discursiva da música “Carta à Mãe África”, em que os vozeamentos (imersos no movimento de interação) propiciam a constituição do auditório, a responsividade discursiva ativa e a construção e projeção do *ethos* discursivo.

3 Construção e projeção do *ethos*

A música “Carta à mãe África”, de Genival Oliveira Gonçalves, mais conhecido como GOG – o poeta, *rapper* e escritor brasileiro, consiste em um discurso que retrata o racismo na carne viva, perpassando pelos tons e pelas dores do processo escravocrata, da submissão, violência e marginalização dos negros. De forma sincrônica, o discurso é um apelo pela valorização das raízes da cultura negra, um resgate da identidade, um grito pela liberdade, pelo reconhecimento e respeito.

A seguir, é apresentado o *corpus* de análise do estudo.

Carta à Mãe África³

Genival Oliveira Gonçalves – GOG4 (com participação especial de Ellen Oléria)⁵

3 Letra da música disponível em: <<https://www.letras.com.br/gog/carta-a-mae-africa>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

4 Página oficial do *rapper* Genival Oliveira Gonçalves (GOG): <www.gograpnacional.com.br>. Acesso em: 11 jan. 2020.

5 Vídeo da música “Carta à mãe África” com a interpretação de GOG e Ellen Oléria disponível em: <<https://youtu.be/C1Q1mtChWmE>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

É preciso ter pés firmes no chão
Sentir as forças vindas dos céus, da missão
Dos seios da mãe África e do coração
É hora de escrever entre a razão e a emoção
Mãe! Aqui crescemos subnutridos de amor
A distância de ti, o doloroso chicote do feitor
Nos tornou algo nunca imaginável, imprevisível
E isso nos trouxe um desconforto horrível
As trancas, as correntes, a prisão do corpo outrora
Evoluíram pra prisão da mente agora
Ser preto é moda, concorda? Mas só no visual
Continua caso raro ascensão social
Tudo igual, só que de maneira diferente
A trapaça mudou de cara, segue impunemente
As senzalas são as ante salas das delegacias
Corredores lotados por seus filhos e filhas
Hum! Verdadeiras ilhas, grandes naufrágios
A falsa abolição fez vários estragos
Fez acreditarem em racismo ao contrário
Num cenário de estações rumo ao calvário
Heróis brancos, destruidores de quilombos
Usurpadores de sonhos, seguem reinando
Mesmo separado de ti pelo Atlântico
Minha trilha são seus românticos cânticos
Mãe! Me imagino arrancado dos seus braços
Que não me viu nascer, nem meus primeiros passos
O esboço! É o que tenho na mente do teu rosto
Por aqui de ti falam muito pouco
E penso... Qual foi o erro cometido?
Por que fizeram com a gente isso?
O plano fica claro... É o nosso sumiço
O que querem os partidários, os visionários disso
Eis a questão
A maioria da população tem guetofobia
Anomalia sem vacinação
E o pior, a triste constatação

Muitos irmãos patrocinam o vilão
De várias formas oportunistas, sem perceber
Pelo alimento, fome, sede de poder
E o que menos querem ser e parecer
Alguém que lembre, no visual, você

A carne mais barata do mercado é a negra
A carne mais marcada pelo Estado é a negra (refrão – 2x)

Ainda reconheço quem sou, e vou
Mesmo ferido, ao frente, ao combate
Os tiros ouvidos aqui vêm de todos os lados
Mas não se pode seguir agachado
É por instinto que levanto o sangue Banto-Nagô
E em meio ao bombardeio
E em meio a fumaça, sigo sem nenhum disfarce
Pois minha face delata ao mundo o que quero
Voltar pra África, viver meus dias sem terno
Eterno! É o tempo atual, na moral
No mural vendem uma democracia racial
E os pretos, os negros, afrodescendentes
Passaram a ser obedientes, afroconvenientes
Nos jornais, entrevistas nas revistas
Alguns de nós, quando expõem seus pontos de vista
Tentam ser pacíficos, cordiais, amorosos
E eu penso como os dias tem sido dolorosos
E rancorosos, maldosos muitos são
Quando falamos numa mínima reparação
Ações afirmativas, inclusão, cotas?!
O opressor ameaça recalçar as botas
Nos mergulharam numa grande confusão
Racismo não existe e sim uma social exclusão
Mas sei fazer bem a diferenciação
Sofro pela cor, pelo patrão e o padrão
E a miscigenação, tema polêmico no gueto
Relação do branco, do índio com preto

Fator que atrasou ainda mais a autoestima
-Tem cabelo liso, mas olha o nariz da menina
O espelho na favela após a novela é o divã
Onde os parceiro sonha em ser galã
Onde as garota viaja
Quer ser atriz ao em vez de meretriz
Onde a lágrima corre como num chafariz
Quem diz! Que este povo foi um dia unido
E que um plano o trouxe para um lugar desconhecido
Hoje amado (Ah! muito amado), são mais de quinhentos anos
Criamos nossos laços, reescrevemos sonhos
Mãe! Sou fruto do seu sangue, das suas entranhas
O sistema me marcou, mas não me arrebanha
O predador errou quando pensou que o amor estanca
Amo e sou amado no exílio por Dona Sebastiana

A carne mais barata do mercado é a negra

A carne mais marcada pelo Estado é a negra (refrão 2x)

Composição: Genival Oliveira Gonçalves – GOG (2006)

A partir das considerações teóricas arroladas e do *corpus* analítico do estudo, é possível ter uma compreensão de como o *ethos* pode funcionar como um movimento retórico com expressiva repercussão argumentativa no discurso. Em consonância com essa vertente, o enunciador do documento em análise apresenta um discurso por meio do qual podem ser percebidas outras vozes e interdiscursos correlacionados aos povos negros, que servem de sustentação para o seu posicionamento em defesa de valores como liberdade, igualdade e justiça, os quais ajudam a engendrar sua legitimidade e autoridade discursiva.

O *ethos* discursivo se manifesta pela entonação expressiva da denúncia, da luta e da resistência que o enunciador imprime ao enunciado no momento em que interage com o seu auditório. As marcas do *ethos* do enunciador podem ser apreendidas a partir de uma totalidade presente na materialidade discursiva de sua obra. Assim como Maingueneau (2008b) assevera, é interessante perceber que o discurso não se apresenta apenas como um conteúdo, mas também retrata um modo de dizer que vai

construindo os sujeitos da enunciação (o enunciador/o enunciatário). Pode-se dizer que, nesse movimento, o enunciador de “Carta à mãe África” busca criar uma imagem que inspire confiança na audiência em correspondência com os princípios da Retórica Clássica – estabelece quase uma espécie de contrato fiduciário.

No discurso em análise, percebe-se a construção de um sujeito em busca de sua identidade, que transita entre dois expoentes que compõem sua essência sociocultural e histórica, trata-se, pois, de sua terra idealizada – África e de sua terra da experiência de vida – Brasil. A África consiste na fonte de sua identidade na esfera social, seu *locus* de pertencimento, sua existência plena no mundo, onde ele percebe o reflexo de sua imagem como a projeção de sua real natureza. Já o Brasil simboliza, para esse sujeito, o exílio, o território da renúncia do eu, onde ele percebe a refração de sua imagem, onde a fragmentação de sua constituição sociocultural relega tanto a sua individualidade quanto a sua compleição coletiva.

Considerando tais aspectos, pode-se dizer que é um sujeito em estado de ambivalência, que experimenta, ao mesmo tempo, sentimentos opostos, os quais se interconectam pela atemporalidade dos tempos que os sustentam. Cabe destacar que a historicidade dos fatos que o sujeito aborda é parte de sua composição histórica. Nesse contexto, esse sujeito extravasa seu sentimento de cólera frente às situações indignas com sarcasmo, por meio de interpelações e cotejamentos pontuais, de forma a fomentar, na mente dos interlocutores, desenhos de cenários que mobilizem, simultaneamente, adesão (reciprocidade em relação) às suas verdades e aversão aos argumentos contrários às suas colocações.

Tomando “a carne” como manifesto, como dispositivo central da sua enunciação, o enunciador consegue projetar o eu poético no sentido de condicionar o auditório à sua regência discursiva. É pelo embate conformado no plano discursivo pautado na tênue trama da identificação e não-identificação sob a perspectiva da alusão ao “não útero” e ao “útero” que o enunciador imprime uma imagem que reverbera posturas de resistência e combatividade perante as condições e a realidade do racismo e a historicidade e as projeções da escravidão. Em decorrência dos posicionamentos do enunciador diante dessa contextualização, percebe-se a manifestação de um *ethos* do sujeito lutador sob o prisma da resiliência.

Sobrevivente da marginalização, do reduto da violência (“Os tiros ouvidos aqui vêm de todos os lados”), de uma “guerra fria” condicionada pela contínua/operante escravidão (“Quando falamos numa mínima reparação/ Ações afirmativas, inclusão, cotas?!/ O opressor ameaça recalçar as botas”), do racismo (des)velado (“Racismo não existe e sim uma social exclusão/ Mas sei fazer bem a diferenciação/ Sofro pela cor, pelo padrão e o padrão”), dos pré-conceitos e dos preconceitos (“No mural vendem uma democracia racial/ E os pretos, os negros, afrodescendentes/ Passaram a ser obedientes, afroconvenientes”), o *ethos* do sujeito lutador que ecoa em “Carta à mãe África” não se constitui apenas no movimento da relutância mas, acentuadamente, em um posicionamento de combatividade atuante, nos moldes de uma militância, em prol da valorização da cultura negra, da reparação de direitos universais e da identidade e projeção do povo negro na sociedade.

Ao criar um campo de proposições discursivas que mobilizam contraposições argumentativas, o *ethos* discursivo clama pela igualdade, pelo respeito e pela visibilidade, buscando ressonância na esfera social – o movimento de alteridade. Discursivamente, o lamento, a dor, a luta e a (re)ação percorrem pelo *ethos* do lutador de forma gradual e progressiva. A seleção lexical da composição musical confere ao discurso um tom de denúncia do racismo e da escravidão, fazendo emergir, na superfície discursiva, a imagem de um sujeito combatente e proativo perante os seus ideais e os dilemas a serem enfrentados e preocupado com a adesão a ser estabelecida com o seu auditório.

Nesse contexto e estado de resiliência, uma estratégia discursiva utilizada como mecanismo argumentativo de contraponto do *ethos* do lutador, a qual acaba fazendo com que ele se estruture e fortaleça no discurso, é justamente a forma como explora alguns operadores argumentativos, fazendo, sobretudo, com que as contraposições possam ser refletidas para que as realidades ora obscurecidas sejam evidenciadas. As sentenças subsequentes explicitam esse aspecto: “Ser preto é moda, concorda? Mas só no visual”; “Continua caso raro ascensão social/ Tudo igual, só que de maneira diferente”; “Os tiros ouvidos aqui vêm de todos os lados/ Mas não se pode seguir agachado”; “Racismo não existe e sim uma social exclusão/ Mas sei fazer bem a diferenciação”; “Tem cabelo liso, mas olha o nariz da menina”; “O sistema me marcou, mas não me arrebanha”.

Consequentemente, com esse movimento discursivo provoca réplicas e trélicas contínuas, aspecto que dota de dinamismo o discurso e acaba despertando a atenção do auditório, sua responsividade e possível adesão aos efeitos de sentido produzidos.

O *ethos* do lutador busca o combate à opressão do Estado (partidários/visionários), do branco (destruidores de quilombos/usurpadores de sonhos) e do próprio *irmão*, o qual não se reconhece como seu irmão, que se vende pelo poder, pela busca da sobrevivência (“muitos irmãos patrocina o vilão”), sem se importar com as possíveis consequências ulteriores, como, por exemplo, o branqueamento da população negra, o genocídio da cultura negra. Esse *ethos* projetado pelo enunciador deixa marcas linguísticas e discursivas de que a libertação de seu povo perpassa pelo término do aprisionamento da mente, rompendo com ideias imputadas por outras culturas que reproduzem paradigmas que cerceiam a liberdade do negro – “Nos mergulhamos numa grande confusão/ Racismo não existe e sim uma social exclusão/ Mas sei fazer bem a diferenciação/ Sofro pela cor, pelo patrão e o padrão”.

A utilização de advérbios temporais e espaciais, como *agora*, *hoje*, *outrora*, *aquí*, retratam uma retrospectiva ao passado e um diálogo permanente com o presente, balizando o eixo argumentativo do discurso. São nesses deslocamentos realizados por meio dos advérbios que o *ethos* transita entre o passado e o presente, criando um campo de antíteses contínuo que auxilia no processo dialético entre essas duas dimensões e acaba contribuindo para arquitetar um discurso atemporal: “As trancas, as correntes, a prisão do corpo outrora/ Evoluíram pra prisão da mente agora”; “Mãe! Aqui crescemos subnutridos de amor/ A distância de ti, o doloroso chicote do feitor”.

No discurso, a presença de índices de interatividade é bem expressiva, como por exemplo: o agenciamento da primeira pessoa do plural – “Alguns de nós, quando expõem seus pontos de vista/ Tentam ser pacíficos, cordiais, amorosos”; a utilização da primeira pessoa explicitando a inscrição do locutor no discurso – “Mãe! Me imagino arrancado dos seus braços” / “E eu penso como os dias tem sido dolorosos/ E rancorosos, maldosos muitos são”; o uso de interjeições que revelam ironia e apelo, clamor – “Hum! Verdadeiras ilhas, grandes naufrágios” / “Quem diz! Que este povo foi um dia unido” / “Mãe! Sou fruto do seu sangue, das suas

entranhas”; o uso de interpelações que demonstram a busca por adesão – “Ser preto é moda, concorda?” / “E penso... Qual foi o erro cometido?/ Por que fizeram com a gente isso?”; o emprego do tom de denúncia no discurso, que visa à reflexão e ao combate de mecanismos opressivos vinculados ao racismo e à escravidão – “A trapaça mudou de cara, segue impunemente/ As senzalas são a ante salas das delegacias/ Corredores lotados por seus filhos e filhas” / “Quando falamos numa mínima reparação/ Ações afirmativas, inclusão, cotas?! O opressor ameaça recalçar as botas”.

No tecimento dessa trama argumentativa, percebe-se um *ethos* discursivo fruto da resiliência, que projeta seu discurso com ares de martírio, com vistas a externar suas dores e, em concomitância, a fortalecer seu clamor por mudanças no *status quo* da situação do negro no Brasil. Como estratégia argumentativa, esse sujeito problematiza as temáticas centrais de seu discurso instituindo, gradativamente, tomadas de consciência política e cidadã. Verifica-se, portanto, que a imagem construída e projetada do enunciador no/pelo discurso da música “Carta à mãe África” – o *ethos* discursivo – remete a um sujeito extremamente engajado na luta contra o racismo e a favor da representatividade e legitimidade da cultura e identidade negra.

Considerações finais

Compreende-se, no processo analítico aqui desencadeado, que a interdiscursividade é uma propriedade constitutiva do discurso. Significa, portanto, perceber e entender que o discurso é constituído de outros discursos – pelos já ditos e por outros a serem ainda produzidos, pois como Possenti (2002, p. 65) salienta, “[...] o discurso nunca é originário de um eu, mas de um outro (discurso)”. Isso porque “[...] as palavras nossas são também do outro e como tais estão carregadas dos murmúrios da história de seus empregos, das cargas dos tons avaliativos que carregaram e carregarão” (GERALDI, 2017, p. 55).

Dada a análise desenvolvida a respeito do discurso da música “Carta à mãe África”, a atividade discursiva realizada pelo enunciador pode ser flagrada por meio da observação dos modos como se posiciona

enunciativamente e da percepção e análise dos movimentos dialógicos, (inter)discursivos que articula, a fim de mobilizar o auditório e, sobretudo, de legitimar o seu discurso. Nesse trabalho do/no plano discursivo, o enunciador inscreveu e deixou entrever um *ethos* discursivo bem demarcado pelo conteúdo de sua enunciação e por meio de uma mobilização de estratégias argumentativas correspondente aos ideais basilares propostos pela composição musical.

No *corpus* em análise, a fim de explorar as temáticas centrais e as subtemáticas, o enunciador recorreu a processos de metaforização e jogos semióticos que desencadearam dicotomias, ora implícitas e explícitas no/pelo discurso, e a exemplificações e cotejamentos que propiciaram um dinâmico jogo antitético. Marcas de alteridade, atravessamento de formações discursivas que revelam/mobilizam o outro, foram exploradas na composição discursiva da música visando a promover o dialogismo entre o enunciador e o seu auditório.

O *ethos* discursivo construído, mobilizado e projetado sob o prisma da resiliência em “Carta à mãe África” se revelou na instância da enunciação, deixando marcas linguísticas e textuais na materialidade discursiva. Nesse percurso, foi posta em evidência a imagem de um sujeito em plena busca pela sua identidade, transitando entre dois expoentes constituintes de sua essência sociocultural e histórica – a terra idealizada (África) e a terra da experiência de vida (Brasil). Por meio do embate instaurado na materialidade discursiva, pautado na contraposição da identificação e da não-identificação sob a perspectiva da alusão ao não útero e ao útero, o enunciador imprimiu uma imagem que reverberou posturas de resistência e combatividade perante as condições e a realidade do racismo e a historicidade e as projeções da escravidão.

Sob essa perspectiva, pode-se dizer que o *ethos* discursivo do *corpus* funciona como um movimento retórico com expressiva repercussão argumentativa no discurso. Procedendo à análise, foi possível perceber que o enunciador construiu o *ethos* de um sujeito inscrito em um contexto sociopolítico e histórico bastante opressor à condição do negro na sociedade brasileira, que enuncia a partir de uma formação discursiva e ideológica pautada na busca pela valorização, pelo respeito e pela legitimidade da identidade e cultura negra. No tecido enunciativo, o enunciador buscou criar a imagem de um sujeito consciente da sua responsabilidade social – o

ethos do lutador. O jogo persuasivo desencadeado com seu auditório foi sendo fortalecido por meio da construção, mobilização e projeção de sua imagem de luta e combatividade frente ao racismo e às condições que fazem reavivar a escravidão. Consoante a esses aspectos, foram sendo criados, concomitantemente, uma rede de adesão e um determinado movimento de conscientização sobre as causas em questão sob o prisma da resiliência.

Referências

AGUSTINI, C. L. H.; GRIGOLETTO, E. Escrita, Alteridade e Autoria em Análise do Discurso. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 22, p. 145-156, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga22/arqs/matraga22a08.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo, SP: Folha de São Paulo, 2015. 238 p. (Coleção Folha; Grandes nomes do pensamento).

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAKHTIN, M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 3. ed. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CARTA À MÃE ÁFRICA. Intérpretes: Ellen Oléria e Genival Oliveira Gonçalves (GOG). Compositor: Genival Oliveira Gonçalves (GOG). In: **Aviso às gerações** [CD]. Brasília: Só Balanço, 2006. 1 CD.

CARTA À MÃE ÁFRICA. Intérpretes: Ellen Oléria e Genival Oliveira Gonçalves (GOG). Compositor: Genival Oliveira Gonçalves (GOG). [Vídeo]. Disponível em: <<https://youtu.be/C1Q1mtChWmE>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

COURTINE, J. O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem. **Polifonia**, Cuiabá, Edufimt, v. 12, n.

2, p. 1-13, 2006. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1067/840>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GERALDI, J. W. Perspectivas críticas dos estudos da linguagem do Círculo de Bakhtin. In: FERREIRA, R.; RAJAGOPALAN, K. (org.). **Um mapa da crítica dos estudos da linguagem e do discurso**. Campinas: Pontes, 2017. p. 33-62.

GOLDSTEIN, T. S. Entre o conceito e a metáfora: a resiliência como abordagem do humano a partir da física dos materiais. **Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 327-331, 2012. Disponível em: <https://scholar.google.com/scholar_lookup?>. Acesso em: 11 jan. 2020.

GROTBERG, E. **Aguide to promoting resilience in children**: strengthening the human spirit. The Hague: The Bernard van Leer Foundation, 1995.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F; MITTMAN, S; FERREIRA, M. C. L. **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

INDURSKY, F. As determinações da prática discursiva da escrita. **Revista Desenredo do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, Passo Fundo, v. 12, n. 1, p. 30-47, jan./jul. 2016. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/5954/3898>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

MAINGUENEAU, D. A propósito do *ethos*. Tradução de Luciana Salgado. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008a. p. 11-29. Disponível em:<<https://pt.scribd.com/document/166478968/Maingueneau-D-A-proposito-do-ethos>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

POSSENTI, S. **Os limites do discurso**: ensaios sobre discurso e sujeito. Curitiba: Edições Criar, 2002. p. 61-73.

Autoria e heterogeneidade em (dis)curso

Renato Cassim Nunes*

Resumo

A pergunta que inquieta pesquisadores de diversas áreas do conhecimento humano, sobretudo aqueles que tomam a linguagem como objeto de estudo, é “o que é um autor?”. Neste ensaio, além de retomar essa questão, levanto outras como: se no baixo letramento não temos autoria, pois esta só apareceria no alto letramento, então essa figura seria uma construção limitada aos saberes? O que teríamos nos discursos fundadores cujos saberes não são aprendidos numa escola/universidade? Os religiosos, por exemplo, nos quais os sacerdotes recebem a revelação de uma experiência com o sagrado? Que tipo de trabalho é necessário com e na linguagem para alcançar a posição de autor? É possível um sujeito se destacar no meio de tantos outros ao mobilizar diferentes discursos numa dada enunciação? Quais indícios nos permitiria eleger alguém como autor de alguma obra? A partir dessas inquietações, pretendo discorrer sobre a categoria autor, a qual gera polêmica na sociedade, seja por motivos jurídicos, nos quais ela aparece em oposição ao plágio ou como sinônimo de originalidade versus falseamento de trabalhos artísticos/textuais, ou por métodos teóricos metodológicos, em que se defende ou se recusa se ela é um fim em si mesma. Para entrar nesse campo, dialogo com Foucault e Authier-Revuz; problematizo Barthes e Tifuni; e tomo alguns discursos atualizados em textos para demonstrar o trabalho que um sujeito discursivo desempenha ao constituir autor de algo e quais efeitos essa posição pode desencadear em campos discursivos distintos.

Palavras-chave: Autor. Discurso. Heterogeneidade.

* Professor da Educação Básica da rede estadual de ensino (SEE-MG). Mestre em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e, doutorando em Linguística na mesma Universidade.

Authorship and heterogeneity in (dis)course

Renato Cassim Nunes

Abstract

The question that worries researchers from different areas, especially those who take language as an object of study, is “what is an author?”. In this essay, in addition to returning to this question, I form others like: if in low literacy we have no authorship, as this would only appear in high literacy, then would this figure be a construction limited to knowledge? What would we have in the founding speeches whose knowledge isn't learned in a school/university? Religious, for example, in which priests receive the revelation of an experience with the sacred? What kind of work is needed with and in language to reach the position of author? Is it possible for a subject to stand out among so many others when mobilizing different speeches in a given enunciation? What evidence would allow us to elect someone as the author of some work? From these concerns, I intend to discuss about the author category, which generates controversy in society, whether for legal reasons, in which it appears in opposition to plagiarism or as a synonym of originality versus falsification of artistic/textual works, or by theoretical methodological methods, in which it is defended or refused if it is an end in itself. To enter this field, I dialogue with Foucault and Authier-Revuz; problematize Barthes and Tifuni; and I take some speeches updated in texts to demonstrate the work that a discursive subject performs in constituting the author of something and what effects this position can trigger in different discursive compositions.

Keywords: Authorship. Discourse. Heterogeneity.

Considerações Iniciais

A figura do autor sempre foi emblemática na produção humana, porque quem assume a autoria de alguma obra tanto pode ser o responsável por aquilo que criou quanto pode alcançar prestígio ou rendimentos financeiros. Geralmente, de acordo com o mundo jurídico, o autor é uma pessoa com nome, identidade e endereço, ou seja, alguém do mundo físico, com quem se pode encontrar em algumas circunstâncias para criticar, elogiar ou mesmo se opor.

A figura do autor também pode assumir uma posição de autoridade quando a obra criada por ele é algo inusitado ou inaugural dentro de um determinado campo do saber, por isso que nesses casos há uma relação metonímica ao referir-se à autoria de certos produtos, trocamos a obra pelo autor, e ao invés de dizermos: li a obra tal, dizemos: li o autor fulano de tal.

Todavia, o problema em torno dessa figura¹ ocorre quando quem assina a autoria da obra é uma pessoa jurídica ou várias pessoas físicas, pois daí não dá para precisar quem foi o responsável pela criação e se tiver que elogiar ou criticar terá de fazê-lo a um coletivo e não a um indivíduo.

Outro problema em relação ao autor é quando este escreve e assina com o uso de pseudônimos ou heterônimos, como aconteceu com Tomás Antônio Gonzaga, que escreveu no século XVIII as cartas Chilenas, mas assinou como Critilo e Doroteu. Levou-se muito tempo de estudos para se chegar à conclusão de que foi Gonzaga mesmo quem as escreveu. Esse problema também é visto na obra de Fernando Pessoa, escritor português, que escreveu vários poemas com nomes e personalidades diferentes, e fez, inclusive, biografias das suas múltiplas identidades para apoderar-se de suas criações, novamente, com muitos estudos comparativos e estilísticos, conseguiu-se precisar que todas essas pessoas não passavam de criações de um mesmo autor.

Pensando em toda essa problemática, Barthes, escritor, ensaísta e crítico pós estruturalista, chega à conclusão de que o autor deve ser dessacralizado, afastado do texto e reduzido a uma figurinha do fundo da cena enunciativa, pelo seguinte motivo:

1 Tomo a palavra figura aqui para representar o autor, por causa do sentido de contorno que esse vocábulo carrega, o qual expressa bem aquilo que o autor é: um contorno de um ser vivo, criativo, que, ao realizar seu trabalho na e pela linguagem, constitui-se em várias imagens construídas no e pelos discursos assumidos pelo sujeito do dizer.

Uma vez o autor afastado, a pretensão de decifrar um texto torna-se totalmente inútil. Dar um Autor a um texto é impor a esse texto um mecanismo de segurança, é dotá-lo de um significado último, é fechar a escrita. Essa concepção convém perfeitamente à crítica, que pretende então atribuir-se a tarefa importante de descobrir o Autor (ou as suas hipóteses: a sociedade, a história, a psique, a liberdade) sob a obra: encontrado o Autor, o texto é explicado, o crítico venceu; não há, pois nada de espantoso no facto de, historicamente, o reino do Autor ter sido também o do Crítico, nem no de a crítica (ainda que nova) ser hoje abalada ao mesmo tempo que o Autor (BARTHES, 1988, p. 52).

Ao apagar o autor, Barthes erige a escrita ou uma obra produzida como algo livre, autônomo, independente. Para ele, com a morte do autor nasce o leitor, ou seja, quando não se recorre ao autor para saber de suas intenções e sentidos para o acabamento textual, o leitor, essa figura² que, segundo Barthes, ao contrário do autor, não tem história, nem biografia, tampouco psicologia, entra em contato com o texto de forma não enviesada, sem interferências ou determinações sobre sua leitura.

Para Barthes, o autor e o leitor não podem ocupar o mesmo espaço, e a arma usada para matar o autor é o próprio texto, entendido por Barthes como uma rede de enunciados advindos de várias culturas, os quais dialogam entre si ora parodiando, ora contestando, ou mesmo reiterando as ideias que defendem. E quem, de acordo com o filósofo, seria capaz de unificar essa rede de sentidos do texto é o leitor e não o autor, pois este não vê sua obra como algo dúbio, cheio de palavras de duplo sentido e de natureza ambígua, mas como uma série de códigos que só serão decifrados pela sua mão.

Sobre essa arma que mata o autor, Foucault dirá, assim como o apóstolo Paulo³, que a letra, outrora tida como artifício para manter viva a autoria, passou a matar seu autor. Foucault dividirá a letra em duas partes: a que ele chamou de **obra**, cujo estatuto ontológico suscita problemas quanto a individualidade do autor, pois, ao designá-lo, a noção de obra coloca em xeque se tudo aquilo que o autor tem no bolso como um comprovante de pagamento do posto de gasolina deve ser publicado como uma obra de um indivíduo qualquer.

² Barthes usa o vocábulo figura tanto para leitor quanto para autor, para este ele emprega num sentido pejorativo, como algo somenos, enquanto que para aquele ele emprega no sentido de protagonista da própria história, alguém dotado de uma autonomia, capaz de interpretar qualquer obra que lê.

³ Em II Coríntios, 3, 6, o apóstolo Paulo, ao se referir que a Lei judaica matou Jesus, diz que a letra mata.

Não sabemos ainda qual é o limite para a publicação de uma obra, isto é, até onde vai o conteúdo textual de uma obra, por isso analisar só a obra é tão problemático quanto analisar só o autor, e, dissociar essas categorias é algo que deve ser feito com muito cuidado, porque há uma relação de interdependência entre essas categorias, haja vista que uma dá origem a outra.

A outra parte da letra que mata o autor, segundo Foucault, é a **escrita**, longe de dispensar a referência ao autor, pois este imprime nela seu gesto e sua marca. A escrita, de acordo com o filósofo, está submetida à prova do esquecimento e da repressão, do esquecimento, porque a escrita tende a apagar as marcas empíricas do autor, e da repressão, porque a escrita impõe ao leitor a necessidade de interpretar e de comentar aquilo que um autor escreveu, num círculo vicioso, fazendo com que o lugar deixado vago pelo desaparecimento ou morte do autor seja preenchido por funções livres,⁴ uma das quais pode ser, conforme Foucault, o nome próprio do autor:

O nome do Autor não está localizado no estado civil dos homens, não está localizado na ficção da obra, mas na reputação que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser. Consequentemente, pode-se dizer que há, em uma civilização como a nossa, um certo número de discursos que são providos da função “autor”, enquanto outros são dela desprovidos. Uma carta particular pode ter um signatário, ela não tem um autor; um contrato pode ter um fiador, ele não tem autor. Um texto anônimo que se lê na rua em uma parede terá um redator, não terá um autor. A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade (FOUCAULT, 2001, p. 274).

Isso nos leva a pensar em algumas figuras que fazem a relação entre o discurso e a materialidade discursiva, ou seja, que fazem a função autor de discursos que fundam ou inauguram certas discursividades e práticas sociais diversas. Podemos pensar, por exemplo, na figura de Moisés, que, no monte Horebe, fundou o discurso religioso judaico. Também podemos pensar na figura de Jesus Cristo, que, apesar de não ter deixado nada escrito, pelo menos até hoje nenhum arqueólogo ou estudioso conseguiu encontrar nada que pudesse ser atribuído como uma obra feita exclusivamente por

⁴ Essa função para Foucault é no sentido matemático, na relação entre dois ou mais conjuntos, seria a relação entre alguns discursos, em especial, os fundadores, e suas respectivas materialidades sejam estas textuais ou de outras semioses.

ele, fundou o discurso religioso cristão, ou mesmo em Maomé, que, apesar do baixo letramento, escreveu o alcorão e fundou o discurso religioso mulçumano.

Assim como no campo religioso, poderíamos pensar no campo literário, jurídico, científico e outros em que essa função autor aparecerá como um nome próprio, estabelecendo, conforme Foucault, uma possibilidade infinita de discursos e a regra de formação de materialidades, por isso, no campo religioso, há depois de Moisés, os rabinos; depois de Jesus, os apóstolos, padres e pastores; depois de Maomé, os xeiques das mesquitas; os quais reiteram, interpretam, comentam e traduzem o que foi dito pelos fundadores, ou seja, eles constroem seus conjuntos de práticas discursivas em cima de tudo aquilo que representa o nome dos fundadores.

Numa direção análoga à de Foucault, Maingueneau (2010), pensando no trabalho do linguista, chega a mesma conclusão de que é preciso perguntar “em que condições um enunciado é suscetível de ter um autor?”. Segundo Maingueneau, nas conversações do cotidiano não se fala em autor, fala-se em interlocutores, mas não em autores, porque uma conversa ordinária, geralmente, não transmite a ideia de uma responsabilidade partilhada e dinâmica, que remete a um autor, logo, dificilmente, ter-se-ia um autor para uma determinada conversa cotidiana, pois, para se ter um autor, é necessário observar a atividade do produtor.

Conforme Maingueneau (2010), o autor passa por três dimensões: a primeira diz respeito ao **autor-responsável**, isto é, aquele que produz diversos textos provenientes de atividades verbais rotineiras como um padre ou pastor que faz um sermão para cada homilia ou celebração religiosa, nessa dimensão autoral, segundo Maingueneau, o autor não é nem o enunciator, nem o produtor de carne e osso, com registro civil, pois apenas assina a responsabilidade pela obra produzida, referimo-nos a ele como o responsável pelo texto, sua autoralidade⁵ está dispersa, pois ainda não conseguiu *status* ao ponto de ser citado ou tomado como uma referência no tipo de produção a qual se dispõe a trabalhar.

A segunda dimensão é a do **autor-ator**, esta diz respeito àquela pessoa que constrói sua existência em torno da produção artística cultural, alguém que, em paralelo à sua profissão, produz, por exemplo, contos

⁵ Termo cunhado por Maingueneau (2010) para referi-se ao *status* que alguém atinge quando funda uma discursividade ou inaugura algo excepcional em alguma área do saber.

ou diários das suas aventuras, desventuras ou desejos íntimos e secretos. Nessa dimensão, o vocábulo autor torna-se concorrente do escritor, literato, intelectual e outros, pois dependendo da posição do sujeito, da época, do lugar e da história, esse estatuto autoral variará.

A terceira dimensão é a que Maingueneau denomina de *auctor*, pois este está associado a um *opus*, ou seja, a um texto ou coletânea de textos cujo *status* de respeito dentro de uma comunidade religiosa, por exemplo, recebe um sentido de destaque, um tratamento diferenciado, porque funda uma discursividade ou inaugura algum ramo dentro de um discurso fundador, ou mesmo rompe com discursos outrora estabelecidos dentro da comunidade, trazendo novas Formações Discursivas.

Segundo Maingueneau,

Para ser plenamente auctor, é preciso ser reconhecido, ter uma “imagem de autor”. O grau desse “reconhecimento” varia com a natureza dos terceiros implicados. Uma coletânea de poesias publicadas por conta do autor e da qual só a família e os amigos próximos do produtor falam confere uma qualidade de “autor” de nível bem baixo; ao contrário, um ensaio publicado por um grande editor, citado por diversas revistas de prestígio e que leva seu autor a um programa de televisão, confere um forte coeficiente de “autoridade” (MAINGUENEAU, 2010, p. 32).

Pensando nesse nível de destaque autoral, Tfouni (2010), ao discutir sobre os graus de letramento pelo viés da dispersão e da deriva⁶, chega à conclusão de que “(...) no caso de discursos com grau mais alto de letramento, haveria autoria, na medida em que a dispersão e a deriva estariam controladas pelo sujeito através de um processo de retroação sobre a cadeia metonímica”, ou seja, para a pesquisadora, o sujeito só se torna autor de alguma obra quando domina conscientemente um assunto a tal ponto de reduzir as dispersões e as derivas da escrita.

Diante dessa situação em que matamos o autor para ficarmos com a obra, sobre a qual nem sabemos o limite, elegendo o leitor, que pode ser desde o mais crítico e reflexivo até o mais ingênuo e passível de enganação, resta-nos, então, saber quem precisa de autor? Ou para quê autor? Estas perguntas podem até parecer ingênuas, mas elas podem ser o pulo do gato, a grande sacada no que diz respeito ao estatuto ontológico da autoria e as

⁶ Categorias cunhadas pela pesquisadora para tratar do Sujeito do Inconsciente que se manifesta na escrita por meio dos deslizos e dos atos falhos.

suas implicações na produção de uma obra, até porque esse tipo de trabalho envolve a produção de sentido e toda produção pressupõe seus produtores, e é justamente neste lugar de produtor que se encontra o autor.

Todo autor é produtor de alguma coisa, assim como Mozart, que compôs a Flauta Mágica, a qual faz tanto sucesso desde o século XVIII. Um músico que compõe peças musicais no seu lar e, às vezes, até chega a registrá-las na Biblioteca Nacional, também é um autor, todavia, nem sempre este tipo de autoria é reconhecido no meio musical e artístico, como foi o caso do compositor austríaco clássico supracitado.

Para alcançar o reconhecimento, o *status* autoral, é necessário produzir algo que destaque no meio da produção na qual o autor se dispôs a trabalhar. Mas que tipo de trabalho um sujeito precisaria realizar com e na linguagem para alcançar a posição de autor? Poderíamos pensar num trabalho que rompesse com paradigmas estabelecidos, como ocorreu com Moisés ao instruir para os ex-escravos hebreus um novo estilo de vida, diferente do que eles viviam no Egito, ou mesmo um trabalho que ampliasse conceitos como foi o caso de Jesus, que, ao interpretar, a lei mosaica no sermão do monte, estabeleceu novos padrões de convivência entre seus seguidores ou fazer algo fundante, inaugural, como foi com Maomé na revelação do Alcorão.

No entanto, ainda há autores no anonimato, sem o reconhecimento, os quais só alcançariam autoria devido a um grau de letramento elevado, pois, de acordo com Tfouni (2010), no baixo letramento não temos autoria, esta só aparece ou se constitui no alto letramento. Mas será que a figura autoral seria uma construção limitada aos saberes? Creio que não, pois se fosse assim não teríamos autores de discursos fundadores cujos saberes não são aprendidos numa escola/universidade, como os religiosos, cujos sacerdotes alegam ter recebido uma revelação ou ter tido algum tipo de experiência com o sagrado, como foi o caso de Maomé⁷ e tantos outros que a história das religiões registra.

Talvez fosse necessário alargar a noção de saber, fazendo uma interseção com a noção de imanência ou mesmo com os estudos das experiências perceptivas de outras ordens, pois os relatos de pessoas místicas, as quais ficam dias em jejuns, em meditações, em orações e/ou

7 Segundo a história do Islamismo, Maomé, considerado pelos muçulmanos como o maior e último profeta divino, recebeu a revelação do livro sagrado, o Corão, do Arcanjo Gabriel e recitou de cor e saltado tudo o que ouviu do anjo.

até em silêncio, mas que depois aparecem “iluminadas”, é muito comum no campo religioso.

Após toda essa prática religiosa, algumas pessoas acabam se destacando nesse campo, e, então, inauguram uma discursividade, seja fundando um novo segmento religioso ou um novo dogma dentro de uma religião já existente. Elas assim o fazem sem ter frequentado uma escola ou cursos acadêmicos, mas apenas experienciando um contato com uma entidade sagrada do plano espiritual.⁸

Por meio desse acontecimento discursivo⁹ é que surgem as obras, cuja materialidade textual pode até circular sem autoria, no entanto, sem esta aquela jamais existiria, logo, nós precisamos do autor não somente para evocar um discurso de autoridade que equilibra a tensão das formações discursivas em uma dada comunidade diante de polêmicas ou embates interpretativos, mas também para produzir algo que nos interpele, provoque, desloque e leve à novas reflexões.

2 A heterogeneidade autoral

Authier-Revuz (2004), em seu grande trabalho sobre as relações entre a alteridade e a subjetividade nos fenômenos enunciativos, chega à conclusão de que a linguagem é por natureza heterogênea, ou seja, ela retoma aquela velha história trazida por Bakhtin,¹⁰ o qual, ao explicar o caráter dialógico da linguagem, diz que não há discurso adâmico, quer dizer, a partir do momento em que Deus, no mito da criação, formou a mulher, Adão deixou de ser o único, eles passaram a ser dois, a família começou a se formar, logo, as palavras ditas já não eram exclusividade de Adão, elas passaram a ser coletivas, o que eu digo o outro já disse, não sou mais a origem do meu dizer, mas me aproprio de enunciados já ditos e reditos por outros, portanto, há um outro em mim todas as vezes que eu enuncio.

Essa noção do *outro* no *um* e vice-versa é que Jacqueline Authier-Revuz (2004) chamou de **heterogeneidade constitutiva** da enunciação,

8 Orlandi (1987), em seu trabalho sobre de análise do Discurso Religioso, diz que este tipo de discurso se dá a partir da dissimetria entre dois planos: o Temporal e o Espiritual.

9 Categoria criada por Pêcheux (2008) para descrever o estatuto das discursividades.

10 Bakhtin na obra Estética da Criação Verbal (2015), evoca o mito bíblico da criação para explicar a dialogicidade da linguagem.

pois todas as vezes que enuncio algo sou atravessado pelo *outro* que também pode falar por mim, nesse caso, seria o que a pesquisadora classificou como **heterogeneidade mostrada**, a qual pode ser **marcada** ou **não marcada**. Ela será marcada quando, num discurso direto ou indireto, reproduzimos o discurso de *outrem*, parafraseando-o ou, simplesmente, citando-o, por meio de recursos gráficos que marcam os ditos dos *outros* no *um* como, por exemplo, as aspas, as glosas e os parênteses, os quais utilizamos em nossas citações, adendos, notas de rodapé e comentários.

No entanto, quando o *outro* estiver diluído no discurso do *um*, não haverá essas marcas gráficas, tampouco indícios claros de que há um *outro* no *um*, como ocorre, por exemplo, no pastiche, todavia esse *outro* está lá e pode ser detectado pela imitação, pelo estilo, pela moldura ou estrutura de ordem artística, sintática, textual e etc., sobre a qual um discurso se materializa.

A esse fenômeno enunciativo que Authier-Revuz (2004) chamou de heterogeneidade mostrada não marcada, sobre o qual, parece-me ser a forma pela a qual a autoria se constitui, pois, a figura autoral está sempre em oposição à outras funções produtoras de textos, como a do fiador, do redator, do narrador e, por que não dizer, a do plagiador? Há sempre um movimento de defesa entre os apreciadores da obra de um determinado autor em defender seu *ethos* autoral, ou seja, zelar pelo nome próprio de quem assina a responsabilidade da obra, inclusive, contra os críticos, separando aqui os reinos, o da Crítica e o da Autoria, os quais, Barthes insiste em juntar, para matar concomitantemente como se estes fossem da mesma estirpe, mas não o são, pois o crítico não preenche a função de autor, um crítico é um crítico, seu estatuto ontológico é o de julgar, seja para o bem ou para o mal, o que o *outro* produziu, enquanto que o estatuto ontológico do autor é o de fundar discursividades, articular ideias, mobilizar conceitos, convocar discursos alheios, orquestrar vozes diversas, num exercício enunciativo, criativo, capaz de impactar comunidades inteiras.

Nesse exercício enunciativo é que o autor é atravessado pelo *outro* que pode ser desde autores antecedentes até autores atuais que influenciaram, impactaram e afetaram o modo com o qual um autor se inscreve em uma determinada obra. Entretanto, esse *outro* não está explícito na atividade autoral, ele se mostra diluído. Um autor está tão misturado de forma

homogênea¹¹ nos *outros* dos quais ele se apropria que chega ao ponto de não dar mais para distinguir tão facilmente os *outros*, nele presente, do *um*.

Pensando nessa diluição do *outro* no *um*, o que torna incertas as formas da presença do *outro* no *um*, Authier-Revuz diz que

Esse modo de “jogo com o outro” no discurso opera no espaço do não-explicito, do “semidesvelado”, do sugerido, mais do que do mostrado e do dito: é desse jogo que tiram sua eficácia retórica muitos discursos irônicos, antífrases, discursos indiretos livres, colocando a presença do outro em evidência tanto mais que é sem o auxílio do “dito” que ela se manifesta: é desse jogo, no “limite”, que vêm o prazer – e os fracassos – da decodificação dessas formas. É também o que instaura, em vez de patamares e de fronteiras, um *continuum*, uma gradação, que leva das formas mais ostentórias – em sua modalidade implícita – às formas mais incertas da presença do outro, tendo no horizonte um ponto de fuga no qual se esgotaria a possibilidade de apreensão linguística no reconhecimento – fascinado ou desiludido – da presença diluída do outro no discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 18).

E é justamente nessa incerteza, a qual eu diria ser de ordem generalizada no meio social, principalmente, no senso comum, da presença do *outro* na autoria, que eleva a função autor como inusitado numa dada produção artística e cultural, conferindo a um nome próprio um *status* de destaque em relação a outros que também desempenham o mesmo ofício.

Por isso, podemos pensar, parafraseando a fala de Jesus Cristo de Nazaré,¹² em sua defesa contra o desprezo dos fariseus, que havia muitos escritores no tempo de Moisés, mas nenhum deles recebeu o título de autor, ou como diz Maingueneau (2010), a autoralidade de um *auctor*; havia muitos oradores no tempo de Maomé, mas nenhum deles alcançou a autoralidade

¹¹ Tomo aqui o conceito de mistura homogênea da Química, que trata das misturas diluídas, cuja distinção dos elementos químicos envolvidos fica difícil de distinguir a olho nu, sendo necessário instrumentos laboratoriais para fazê-lo, como uma metáfora, de um exercício dialético, que explicará o conceito de heterogeneidade, cuja observação leiga ou cotidiana não é capaz de detectar, apenas o trabalho laboratorial, ou seja, o trabalho de pesquisa acadêmica, sobretudo, aqueles de linha enunciativa-discursiva, cumprirá esse papel de separação das misturas e revelará as mostras/marcas heterogêneas da Enunciação.

¹² Jesus, em Lucas, 4, 16-30, responde aos nazarenos que não creram nele, citando o caso dos profetas: Elias e Eliseu, o primeiro foi enviado por Deus para abençoar o sustento de uma viúva durante um tempo de seca, enquanto que o segundo foi usado por Deus para curar o general sírio, Naamã. Jesus diz aos incrédulos que existiam muitas viúvas no tempo de Elias, mas somente uma foi atendida pelo profeta, a mesma coisa ocorreu com Eliseu, apesar de haver muitos leprosos em Israel quando Eliseu vivia, nenhum deles foi curado, somente o estrangeiro, Naamã, é que foi socorrido pelo profeta de Deus. Parafraseio essa história para explicar o estrelato dos autores supracitados, é claro que se trata de uma hipérbole, pois, provavelmente, havia outros autores durante o tempo de Moisés e Maomé, mas apenas estes perduram fazendo sucesso, cujos holofotes desencadeiam vários guardiões dos seus ditos e memórias.

de um *auctor*, só Maomé, isto é, essas personalidades se destacaram num ofício comum a outras pessoas, receberam um *status* ao fundar os discursos judaicos e mulçumanos, respectivamente.

Todavia, esses autores, assim como qualquer outro autor que poderíamos mencionar aqui, são heterogêneos, mas dotados de uma heterogeneidade mostrada e não marcada, porque a presença do(s) *outro(s)* neles está diluída como se fosse uma mistura química homogênea tal como um soro caseiro, no qual misturamos um pouco de água com pitadas de sal e açúcar, percebemos o gosto do sal e do açúcar, mas, ao olharmos o copo, não conseguimos distinguir esses elementos, pois tudo parece tão homogêneo que chegamos a pensar que se trata de apenas um componente químico, diferente, por exemplo, da mistura de água e óleo, cuja separação em um recipiente evidencia a heterogeneidade ali presente.

Em relação a autoria, ocorre o mesmo que no exemplo do soro caseiro, pois ao lermos, apreciarmos, olharmos ou escutarmos um autor pela primeira vez, podemos pensar que se trata de algo homogêneo, de um ser emanente, que é a origem do próprio dizer, alguém cujas palavras são virgens, estão surgindo pela primeira vez, no entanto, não estão, trata-se apenas de um efeito homogêneo, de uma mistura diluída, pois no fundo, esse autor, ou esse *um* está permeado pela presença do *outro*, ou seja, há sempre outros autores que atravessam os ditos do autor atual e que atravessarão os próximos que surgirão, num contínuo, como diz Authier-Revuz (2004), sem fim.

Diante desse atravessamento que perpassa a figura autoral a pergunta que se impõe é esta: se a linguagem é por natureza heterogênea, seria possível um sujeito se destacar no meio de tantos outros ao mobilizar diferentes discursos numa dada enunciação? E a resposta há de ser positiva mediante os exemplos dados das comunidades discursivas religiosas de formação cristã, judaica e mulçumana, nas quais os seus autores fundadores (Moisés, Jesus e Maomé) se destacaram mobilizando diferentes discursos e fundando novas discursividades.

Como Moisés, por exemplo, que no monte Horebe ou Sinai, logo após retirar os israelitas do Egito, entrega-lhes a lei ou a torá, na qual vemos as múltiplas identidades do sujeito Moisés: pastor de ovelhas; legislador; príncipe do Egito; libertador; homem cis heteropatriarcal; marido; genro; pai; profeta e místico, que, preocupado com a conquista da terra de Canaã

por parte dos ex-escravos hebreus, impõe-lhes normas de convivência, dentre as quais, merece destacarmos a célebre frase da lei de Talião:¹³ “olho por olho e dente por dente”, como um amostra da heterogeneidade autoral mostrada e não marcada em Moisés.

Moisés, nos capítulos dezenove ao trinta e um do livro de Êxodo, narra a partida dos israelitas do deserto de Refidim para o monte Sinai, no qual ele recebe a torá de Deus. A partir desse momento, o genro de Jetro se constrói e se inscreve, enunciativamente, como um autor que legisla para seu próprio povo, ao fazê-lo, o libertador de Israel apropria-se do discurso da Lei de Talião, que trata da reciprocidade, um conjunto de códigos legislativos compilados pelo rei babilônico, Hamurabi.

O príncipe do Egito faz isso de maneira tão diluída, tão homogênea, tão *um* no *outro*, que quem não conhece o código de Hamurabi pensaria que Moisés estivesse dizendo algo inusitado, virgem, emante dele, mas não está, ele apenas reproduz algo já dito e conhecido na Mesopotâmia, que, nessa passagem, é por ele (re)dito e (re)ssignificado, pois o endereçamento não é mais para os pagãos da Babilônia, ou seja, os povos politeístas, mas aos israelitas, os monoteístas, o povo de propriedade exclusiva¹⁴ do Deus único de Abraão.

Logo, para detectarmos a presença desse(s) *outro(s)* em Moisés ou em qualquer outro autor é preciso um trabalho laboratorial, um trabalho de pesquisa, um trabalho sobre e no campo discursivo, seja este religioso, jurídico, político e/ou outros, pois uma dada comunidade discursiva, como a israelita, a qual está, aqui, tomada como ilustração sobre a constituição heterogênea autoral, inscreve-se em novas práticas discursivas, portanto, novos dispositivos são tomados pelos sujeitos que as compõe, resultando em novas identidades, como ocorre nessa passagem bíblica em questão, na qual os israelitas estão na condição de ex-escravos, de libertos, de pessoas livres e portadores de uma promessa, a qual diz respeito a posse de uma terra onde eles habitarão noutra condição de vida.

¹³ Em Êxodo, 21, 24, Moisés institui a lei acerca da violência, na qual ele traz a noção de retribuir conforme o dano, por isso diz: “olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé”, que significa se alguém ferir o olho de alguém, o olho da pessoa que feriu deve ser ferido tal como foi o ferimento da vítima.

¹⁴ Em Êxodo, 19, 5, Deus fala pelo seu profeta, Moisés, que a partir daquela aliança feita no monte Sinai, os Israelitas passariam a ser a propriedade exclusiva dele.

2.1 A construção heterogênea de um autor

Na teologia Joanina, nós lemos a afirmação de Jesus Cristo de que o Pai está nele e ele está no Pai¹⁵, isto é, ele era atravessado pela divindade, isso além de conferir poderes a Jesus, pois essa unidade com a divindade celeste o torna participante da natureza divina, ainda evoca a autoridade autoral de Cristo como fundante da cristandade. Essa colocação do apóstolo João demonstra o quanto um autor se constitui de forma heterogênea.

Isso nos faz pensar: quais indícios nos permitiria eleger alguém como autor de alguma obra? Para responder essa pergunta é necessário ver não somente os saberes escolares, técnicos, científicos ou acadêmicos de um sujeito, como propõe Tfouni (2010), mas todo o trabalho que este sujeito desenvolve com e na linguagem e sob quais condições ele o faz.

Ao observarmos, por exemplo, a capacidade criativa e articulatória de Maomé fundando a discursividade islâmica sob a égide do Alcorão, o qual de acordo com os místicos mulçumanos foi dado pelo Arcanjo Gabriel ao profeta Maomé que o recitou na língua árabe de cor e salteado para seus seguidores várias vezes para iniciar as novas práticas religiosas no mundo oriental, vemos um autor ser constituído no meio social em que vivia, ou seja, o comércio e os retiros espirituais no deserto árabe.

Diferentemente de Jesus, que foi um rabino, ou de Moisés, que pertenceu à corte egípcia, Maomé foi apenas um comerciante, sem formação escolar, do baixo letramento, pois sabia cálculos básicos e as práticas religiosas da sua época que aprendeu, provavelmente, com parentes e pessoas da sua comunidade, no entanto, ele fundou uma religião por meio do livro que ele recitou e mais tarde foi compilado e escrito pelos seus seguidores.

Esse autor, apesar de ter sido considerado, praticamente, como analfabeto pelos xeiques biógrafos do profeta, conseguiu em sua obra articular histórias e preceitos tanto da torá quanto dos evangelhos, ora endossando ou mesmo negando, sobretudo, as doutrinas da trindade e da filiação divina de Jesus. A partir desse movimento e sob as condições das guerras entre os clãs do mundo árabe, Maomé surge não somente com

¹⁵ Em João, 14, 10, Jesus, respondendo a Filipe sobre mostrar o Pai, diz que ele está no Pai assim como o Pai está nele.

a identidade de profeta, mas com a de autor do que viria a ser uma das grandes religiões do mundo atual, o islamismo.

Porém, é preciso que se refine um estudo sobre as práticas religiosas do islamismo sob o ponto de vista da Análise do Discurso de vertente francesa, levando em consideração a categoria do interdiscurso, a qual trata das relações entre os discursos que ali se materializam, pois, no Alcorão, encontramos um autor de um texto poético, estruturado em normas de conduta e orientações de convivência, o qual traz a presença do *outro*, também, de forma diluída, logo, heterogêneo, mas de forma mostrada e não marcada, pois Maomé também fala como se fosse a origem do dizer, ele se apropria dos dizeres de Moisés e de Jesus, o que nos faz pensar até que ponto essa apropriação do *outro* torna um texto algo autêntico ou plagiado.

Considerações Finais

Embora os textos possam circular sem um autor, é óbvio que alguém (indivíduo ou coletivo) foi o responsável pela obra que circula. Todavia, há de se observar a relevância social de uma obra, pois é a partir daí que uma comunidade discursiva elege ou depõe um autor.

Se não há obra sem autor, mesmo aquelas que estão no anonimato, e, ao matarmos o autor, evidenciamos sua função, o que faremos com ele? Sem dúvida não há como desfazer dessa figura, parafrazeando o escritor da epístola aos Hebreus:¹⁶ mesmo morto, o seu sangue ainda fala, ou seja, ainda que não saibamos quem escreveu a obra ou não queiramos saber, nas tensões entre os discursos, sempre aparecerá alguém, seja por motivos financeiros, publicitários e outros, reivindicando a paternidade de uma obra, ou mesmo querendo descobrir o responsável por ela, também por várias motivações, as quais variam desde uma aclamação até uma punição.

Quando o texto é produzido por várias pessoas, fica mais difícil ainda para responsabilizar alguém pelos ditos ali presente, logo não dá nem para precisar com facilidade o autor empírico da obra, então, é necessário recorrer a outras formas de categorização da autoria ali presente.

¹⁶ Em Hebreus, 11, 4, o escritor, ao se referir ao assassinato de Abel por Caim, diz que o sangue inocente de Abel ainda clama por justiça.

Outro grau de dificuldade de reconhecimento autoral, numa obra, dá-se, quando o autor já faleceu e deixou a obra sem um desfecho e este é feito por outras pessoas que conviveram outrora com o autor, como foram os casos de Moisés e Maomé, enquanto o primeiro faleceu antes de concluir o livro de Deuteronômio, o qual compõe a torá, o segundo sequer estruturou sua obra, terceirizando esse serviço aos seus seguidores, os quais participaram tanto do registro escrito quanto da compilação das 114 suras ou suratas do Alcorão.

Esses exemplos, dos Evangelhos Bíblicos, da Torá e do Alcorão, tomados aqui como ilustrações, revelam o quanto a figura autoral é heterogênea e a cada atualização de obra artística, escriturística e outras esse continuum da heterogeneidade mantém seu curso, atravessando discursos, os quais circulam em diferentes campos sociais, desafiando-nos, enquanto leitores, pesquisadores e por que não dizer co-autores já que as obras não estão fechadas, podendo ser (re)escritas, (re)interpretadas seja para identificar, desidentificar ou contraidentificar com as ideologias ali presentes, restando-nos apreender pelo fio do discurso, como diz Authier-Revuz (2004), a presença dos *outro(s)* em uma dada obra.

Referências

AUTHIER-REVUZ. Jacqueline. **Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso**. Tradutor: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. IN: Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. (p. 11-80).

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo. Martins Fontes, 6ª Edição, 2015.

BARTHES, Roland. A morte do autor. **O rumor da língua**. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 49-53.

BÍBLIA Apologética de Estudo. 2ª edição ampliada. São Paulo: Instituto Cristão de Pesquisa, 2007.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?**. In: FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos III: Estética: literatura e pintura, música e cinema. Organização e seleção: Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **A noção de autor em Análise do Discurso**. Tradução de Helena Nagamine Brandão. In: Doze conceitos em análise do Discurso. Organização: Maia Cecília Perez de Souza-e-Silva e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAOMÉ. **O Alcorão**. Tradução de Mansur Chalita – 8ª edição. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e o seu funcionamento**. 2ª edição. Campinas: Ed. Pontes, 1987.

PÊCHEUX, Michael. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Ed. Pontes. 5ª Edição, 2008.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento – mosaico multifacetado**. In: TFOUNI, Leda Verdiani (org.). Letramento, escrita e leitura: questões contemporâneas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. p. 217-228.

A representação do discurso do outro e os posicionamentos identitários

Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues*

Resumo

Neste artigo¹ apresento resultados de estudo sobre a representação do discurso do outro (RDO) em artigos científicos publicados em revistas *Qualis A e B* nas áreas de Linguística, Ciências Sociais e Engenharias, à luz dos aportes teóricos da linguística da enunciação, a fim de evidenciar que a escrita de pesquisa não é homogênea como pressupõem, geralmente, os manuais que a orientam. Partindo da premissa de que o discurso direto revela o RDO no sentido estrito, quer dizer, o discurso direto tem por objeto um ato de enunciação outro, bem como um estatuto autônomo ou de menção conferido ao enunciado reapresentado (AUTHIER-REVUZ, 2008), identifiquei 233 citações diretas do tipo longa (denominação dada pela ABNT), as quais foram cotejadas, o que me permitiu categorizá-las em *teórica*, *documental* e *cultural*, dados seu estatuto epistêmico e a origem da citação. Tal resultado pode: i) servir de ponto de partida ou de fio condutor para reflexões sobre os modos de textualização e discursivização da escrita de pesquisa; ii) levar os estudantes universitários a refletir sobre as características da escrita científica da sua área disciplinar; iii) possibilitar o uso consciente do RDO de modo que ele sirva para a construção de quadros teóricos mais consistentes e funcionais em gêneros como ensaios, artigos, projetos, dissertações e teses.

Palavras-chave: Letramento acadêmico. Heterogeneidade discursiva. Discurso de outrem.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-2981->

¹ Este texto é fruto de pesquisa de Pós-Doc realizada no âmbito do projeto CAPES-COFEUCUB n° 834/15– Edital 19/2014.

La représentation du discours autre et les positionnements identitaires

Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues

Résumé

Dans cet article je présente les résultats d'une étude sur la représentation du discours de l'autre (RDO) dans des articles de recherche publiés dans les revues scientifiques Qualis A et B appartenant au champ disciplinaire de la Linguistique, des Sciences Sociales et de L'ingénierie, à la lumière des apports théoriques de la linguistique de l'énonciation, afin de mettre en évidence que la rédaction de la recherche n'est pas homogène comme le supposent généralement les manuels qui la guident. Partant du postulat que le discours direct révèle le RDO au sens strict, c'est-à-dire que le discours direct a pour objet un acte d'énonciation autre, ainsi qu'un statut d'autonomie ou de mention conféré à l'énoncé re-présenté (AUTHIER-REVUZ, 2008), j'ai identifié 233 citations directes de type long (dénomination donnée par ABNT), qui ont été rassemblées, ce qui m'a permis de les catégoriser en théoriques, documentaires et culturelles, compte tenu de leur statut épistémique et de l'origine de la citation. Un tel résultat peut: i) servir de point de départ ou de fil conducteur pour des réflexions sur les modes de textualisation et de discoursivisation de l'écriture de recherche; ii) amener les étudiants universitaires à réfléchir aux caractéristiques de l'écriture scientifique dans leur discipline; iii) permettre l'utilisation consciente de RDO afin qu'il serve à construire des cadres théoriques plus cohérents et fonctionnels dans des genres tels que des essais, des articles, des projets, des mémoires et des thèses.

Mots-clés: Littérature académique. Hétérogénéité discursive. Le discours d'autrui.

1 O objeto de estudo

Os estudos dos letramentos, especificamente dos letramentos acadêmicos (LEA; STREET, 2006), trouxeram muitas possibilidades de se repensar (pré)conceitos sobre as práticas de leitura e escrita na universidade e, a meu ver, a mais importante delas é a negação do discurso do *déficit* do letramento de alunos ingressos na esfera acadêmica a partir da premissa de base segundo a qual a escrita de pesquisa² é um dispositivo material que participa diretamente da produção de saberes. Em outras palavras, esses estudos abandonam a crença da universalização dos modos de ler e escrever e questionam a ideia de que produzir e compreender língua escrita é um assunto que se esgota no ensino superior. Entende-se, no escopo dessas pesquisas, que as áreas disciplinares têm papel determinante na construção genérica da escrita universitária (Cf., dentre outros, HYLAND, 2000; DAUNAY e LAHANIER-REUTER, 2011), ou seja, os modos de questionar, de construir objetos de pesquisa e de pensar científicos estão atrelados às áreas de estudos, isto é, “vinculados com as formas de ler e de escrever que fomos desenvolvendo dentro da comunidade acadêmica à qual pertencemos” (GOTTSCHALK e HJORTSHOJ, 2004 *apud* CARLINO, 2017, p. 17). Nessa perspectiva, entende-se que existem modos distintos do “dizer” científico que são específicos das áreas de conhecimento, que compõem o domínio científico, dadas suas necessidades científicas e seus valores disciplinares específicos.

Assim, no lugar de se falar em *déficit* de escrita acadêmica, esses estudiosos sugerem que seja dada atenção à heterogeneidade das práticas discursivas acadêmicas, apreendendo os textos de pesquisa e para a pesquisa que circulam na esfera universitária tendo em vista os fatores sociais, culturais e intelectuais construídos historicamente no bojo das práticas discursivas legitimadas pelas diferentes áreas do saber.

Há vários estudos que se propõem a problematizar e, por consequência, operacionalizar os modos de textualização do discurso

2 Há de ter em conta que várias são as escritas na universidade a depender dos gêneros e das práticas discursivas que os demandam. Desse modo, tem-se:

1) A escrita acadêmica, no sentido lato do termo, que é realizada pelos estudantes para efeitos de avaliação do conhecimento construído no âmbito das disciplinas: resumos, resenhas, esquemas, estudos dirigidos, provas, exercícios, etc. 2) A escrita que inicia os estudantes à pesquisa: memoriais, dissertações, teses, etc. 3) A escrita de pesquisa, no sentido estrito do termo, que é produzida na pesquisa e para a pesquisa: artigos, relatórios de pesquisa, projetos de pesquisa, etc.. (Cf. DELCAMBRE; LAHANIER-REUTER, 2010).

científico (Cf., por exemplo, HOFFNAGEL, 2009), mas muitos deles concebem a escrita de pesquisa como uma escrita homogênea que se pauta por modos de dizer universais, tais como o apagamento da primeira pessoa do singular e o enquadramento, no tocante a sua arquitetura textual e argumentativa, em um modelo constituído de quatro unidades retóricas recorrentes – Introdução, Métodos, Resultados e Discussão (IMRD) –, oriundo do chamado CARS (Create a Research Space), estrutura de escrita acadêmica proposta por Swales (2008).

Quanto aos manuais de metodologia científica ou as obras didáticas destinadas aos estudantes da graduação, eles oferecem orientações sobre essa escrita como se ela fosse universal, independente das áreas do saber, tanto em termos de estrutura, como em termos de função. Conforme evidencia Grossman (2015), as normas que são estabelecidas por meio da vulgarização científica para os textos da esfera acadêmico-científica parecem assentar-se sob a unicidade do fazer científico, conduzindo a um modelo único dessa atividade³. Sabemos que as diferentes áreas disciplinares não produzem esses textos da mesma forma e, talvez, nem produza todos eles. Sem falar no fato de produzirem gêneros como a patente, amplamente consumida nas engenharias, que não são contemplados nos manuais que se destinam à escrita de pesquisa.

Quanto ao uso do discurso do outro, problemática abordada quase que, exclusivamente, nos manuais de metodologia, encontramos, comumente, uma descrição de natureza prescritiva tendo em vista suas formas – citação direta, citação indireta e citação de citação. Tal categorização é usada como referência por aqueles que produzem textos de natureza científica e vista como reproduções fiéis e não fiéis ao discurso alheio. Da perspectiva dos manuais de metodologia emana, em geral, a compreensão de citar como um conjunto de técnicas que se restringem a aspectos formais e tipográficos – uso de aspas e formatação de paragrafação. Esse ponto de vista sobre a representação do discurso alheio sugere muito pouco do que efetivamente significa o ato de citar dados os limites do funcionamento do discurso de natureza técnica: primeiro, porque não se explicita a atividade da citação como uma operação que engloba uma dimensão textual (muito

³ Importa salientar, também, que há certa padronização nos sumários que constituem essas obras, pois seguem, geralmente, o mesmo rumo de apresentação de capítulos, a saber, não na mesma ordem, uma explanação sobre os vários tipos de conhecimento e o conhecimento científico; uma discussão sobre a composição estrutural dos textos acadêmicos e científicos; uma apresentação das dimensões do fazer metodológico e; algumas orientações sobre a escrita de determinados gêneros como esquemas, fichamentos, resumos e resenhas.

menos discursiva, claro) na construção dos sentidos; segundo, porque se entende, geralmente, a citação como “menção de uma informação extraída de uma outra fonte” (definição dada pela ABNT). Além disso, tal tripartição é problemática, uma vez que: i) a derivação, comumente colocada como delimitadora do discurso direto (DD) e do discurso indireto (DI), não dá conta de explicar a materialização linguística e enunciativa dessas formas de discurso, pois são várias as formas de introdução do discurso do outro que interveem em diferentes planos do enunciado: marcas sintáticas (verbos *dicendi*), marcas enunciativas (tempo verbal e pessoas gramaticais), marcas de pontuação (dois pontos) e marcas tipográficas (itálico e aspas); ii) é difícil uma delimitação rigorosa entre citação direta, citação indireta e citação de citação (ROSIER, 1999; AUTHIER-REVUZ, 1992). Acrescenta-se a isso o fato de que as práticas de ensino e de vulgarização da escrita de pesquisa desconsideram as funções retóricas e discursivas do discurso do outro.

O *apud*, por exemplo, como já sinalizei RODRIGUES, 2015), é visto quase como um tabu. Sobre essa expressão latina, encontro as seguintes orientações em manuais: “Prefira sempre a utilização de textos originais. Evite o uso excessivo das citações de citação (*apud*)” (PADRÃO PUC MINAS DE NORMALIZAÇÃO, 2010, p. 5); “Todo esforço deve ser empreendido para se consultar o documento original” (FRANÇA e VASCONCELLOS, p. 133, 2008); “Deve-se, na medida do possível, evitar esse recurso” (RODRIGUES, 2005, p. 21). Ora, a função do *apud* tem relação estreita com o tipo de pesquisa – se se faz uma revisão bibliográfica, por exemplo, seu uso poderá ser recorrente – e com o modo como se constrói a ética acadêmica no texto – pode-se usar o *apud* com o objetivo de fazer referência a algum autor dada sua contribuição científica, como no caso das traduções –, além de outras funções éticas e argumentativas.

Como disse, esse modo de conceber o discurso alheio, seja nas práticas de ensino na escrita de pesquisa ou nas práticas editoriais que alimentam as práticas didáticas, não mira a heterogeneidade discursiva que é constitutiva de toda e qualquer atividade linguageira, como também desconsidera os fatores enunciativos que a caracterizam.

Dado esse quadro, com o objetivo de contribuir com as pesquisas desenvolvidas sobre o letramento acadêmico e reiterar o papel das disciplinas na construção de saberes, neste texto discuto o estatuto epistêmico e a funções de referência do discurso do outro nos cursos de Letras, História,

Ciências Sociais e Engenharias, assumindo como pressuposto básico o de que os modos de relatar o discurso do outro manifestam posicionamentos identitários dessas áreas do saber. As premissas que orientam a pesquisa são as de que: i) a disciplina prima sobre a língua em matéria de identidade cultural (FLØTTUM, 2009); ii) a referência ao discurso do outro desempenha um papel importante na construção da identidade epistemológica das disciplinas; iii) as práticas discursivas da escrita de pesquisa se realizam de modos distintos segundo as culturas disciplinares.

Dito isso, a seguir, discuto a noção de discurso do outro assumida pela linguística da enunciação para, em seguida, apresentar a análise dos dados.

2 O discurso do outro: na retórica clássica, na literatura e na linguística da enunciação

O discurso do outro interessa, historicamente, à gramática, à estilística, à retórica, à linguística e à teoria da literatura, conforme nos mostra Rosier (1999)⁴. Historicamente, ele foi objeto da narratologia e da retórica antiga, antes de ser considerado uma questão gramatical. Platão, citado em Rosier (1999)⁵, propôs uma classificação dos gêneros literários segundo a presença ou ausência da imitação na construção da narrativa. Uma narrativa no modo simples – diegese – relata em DI; no modo imitativo – mímese – a narrativa relata em DD. Posteriormente, os latinos usaram as expressões *oratio recta* em oposição à *oratio obliqua*, listadas em thesaurus, que revelam a pertença dos termos à retórica e não ao domínio gramatical (ROSIER, 1999).

Relacionadas às noções de verdade e falsidade, as teorias antigas se limitaram aos aspectos formais dos DD e DI, sendo o DD considerado

4 Há de se considerar, também, os trabalhos de Bourdieu (1996) para quem, no mercado simbólico, há os signos de valor (cada fala tem um valor) e os signos de poder (relações de autoridade entre os falantes); e os de Certeau, segundo o qual "a citação é o meio de articular o texto a sua exterioridade semântica, de permitir-lhe fazer de conta que assume uma parte da cultura e de lhe assegurar, assim, uma credibilidade referencial" (CERTEAU, 2011, p. 102).

5 Fludernik sugere que nenhuma análise formal (linguística) do discurso direto e do discurso indireto é fornecida em **A República**. Segunda a pesquisadora, essa distinção é simplesmente pressuposta como intuitivamente apresentada ao público de Platão, pois Platão não oferece nenhuma definição gramatical do discurso direto e do discurso indireto, sendo sua terminologia erigida inteiramente em termos de narração versus falas. Diz, ainda, que as formulações de Platão deram origem a numerosas interpretações conflitantes e os resultados delas podem ser observados hoje na teoria narrativa, na filosofia e mesmo na análise linguística básica. [FLUDERNIK, Monika. **The Fictions of Language and the Languages of Fiction**. Routledge: London, 1993.]

reprodução fiel das palavras do outro e o DI sujeito a modificações devido ao processo de tradução, uma vez que se trata da paráfrase do conteúdo semântico de outro discurso. Só a partir do século XVII é que a gramática integra o discurso citado em forma de dicotomia – DD/DI. A partir do século XVIII, a ênfase é dada à tipografia e à inserção dos diálogos em DD na narração (ROSIER, 1999).

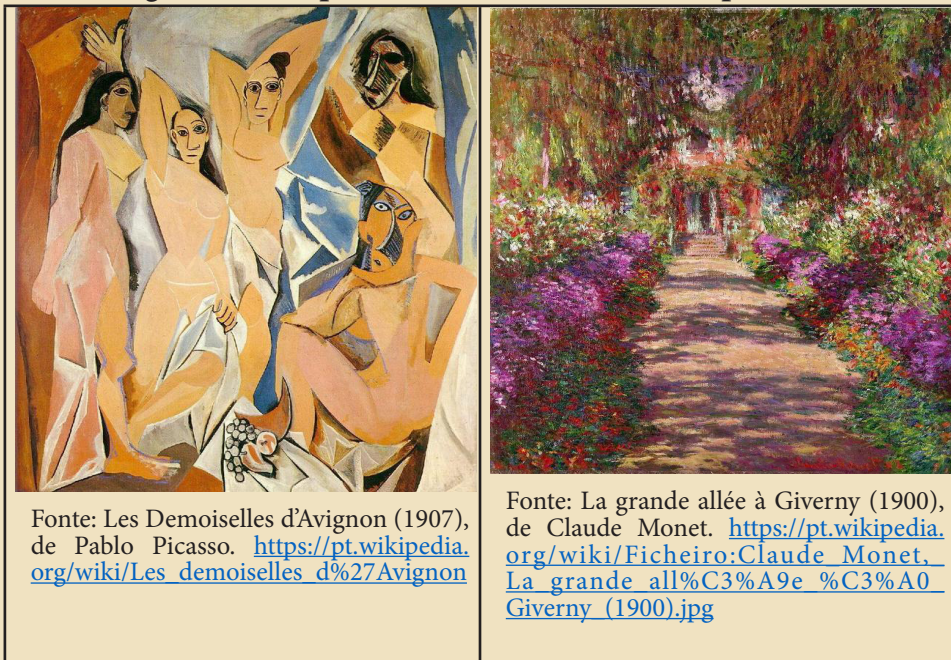
O surgimento da expressão discurso relatado – criação contemporânea – está relacionado ao deslocamento teórico do discurso direto e do discurso indireto para o campo das ciências da linguagem: no lugar de se examinar o sistema linguístico por ele mesmo, examina-se a língua no seu nível de organização discursiva. Resumidamente, essa mudança está ancorada: i) na concepção de um sujeito destituído do domínio de seu dizer no sentido lacaniano; ii) na análise das práticas discursivas, levando em conta a característica ideológica do signo e iii) nas diferentes discursividades, tendo em vista a heterogeneidade dessas práticas (ROSIER, 1999). De maneira mais pontual, o discurso relatado é estudado, no interior da linguística, sob três perspectivas: i) a opção metalinguística que apreende a linguagem em seu componente reflexivo, ilustrada principalmente pela obra de Authier (1995); ii) a teoria polifônica de Ducrot (1987), que oferece uma perspectiva argumentativa e; iii) os trabalhos de Maingueneau (1991, 1997), que oferecem uma síntese da abordagem argumentativa e da abordagem metalinguística.

A partir de século XX, o estudo das *formas de citação da palavra alheia* ocupou lugar nos trabalhos do Dialogismo (Volóchinov e Bakhtin), que tomou como objeto de estudo a literatura e cuja concepção de linguagem é dialógica, sendo a problemática do discurso alheio vista em relação ao problema do diálogo. Esses trabalhos teorizam sobre a mediação entre o discurso interior e a apreensão da enunciação de outrem – “a palavra vai à palavra”. Nesse processo, há duas operações – a réplica interior e o comentário efetivo, organicamente ligados na unidade da apreensão ativa e não isoláveis –, que se realizam no discurso citado que engloba o contexto narrativo. Se o discurso citado e o contexto narrativo estão entrelaçados, impossível analisar as formas de transmissão do discurso de outrem separadamente sem levar em conta essa relação. É em Volóchinov (2017) que se encontra a origem da expressão discurso de outrem definida como “o discurso dentro do discurso, o enunciado dentro do enunciado, mas ao

mesmo tempo é também o discurso sobre o discurso, o enunciado sobre o enunciado” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 249). É dele também o argumento de que “o principal erro dos estudiosos [...] foi isolar, quase por completo, as formas de transmissão do discurso alheio do seu contexto de transmissão” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 255), uma vez que o objeto verdadeiro da percepção ativa do discurso alheio deve ser exatamente essa interação dinâmica destas duas dimensões: o discurso a transmitir e aquele que serve para transmiti-lo.

Na interação entre discurso narrativo e discurso citado, ou seja, na relação do locutor com o discurso que ele retoma, Volóchinov (2017, p. 257), recorrendo ao termo de Wölfflin usado na crítica da arte, identifica duas tendências da dinâmica da orientação discursiva: *estilo linear* e *estilo pictórico*, que podem ser representadas, respectivamente, por Pablo Picasso na sua fase cubista, em que os traços segregam os espaços; e Claude Monet, na pintura de seus jardins, em que se verifica a fusão da natureza com o espaço.

Figura 1: Exemplo de estilo linear⁶ e de estilo pictórico



⁶ O exemplo da obra de Picasso no século XX é modelar para o estilo linear, mas esse estilo é característico da pintura ocidental durante o final do século XV e meados do século XVI, período conhecido como Renascimento ou Renascentista.

Pelo estilo linear, o locutor conserva o discurso de outrem, cria fronteiras nítidas à volta do discurso citado; pelo estilo pictórico, o locutor infiltra suas réplicas e seus comentários individuais no discurso de outrem, desfazendo a estrutura compacta do discurso citado e apagando as fronteiras entre os dois, manifestando-se, assim, uma diversidade de enunciados fundidos.

Authier-Revuz, cujo trabalho promove a compatibilidade entre a dimensão dialógica e a dimensão do inconsciente volta-se para a “configuração enunciativa da reflexividade metaenunciativa” (AUTHIER-REVUZ, 2020), prefere falar em representação do discurso do outro mais que em discurso relatado pelas razões descritas a seguir. O particípio ‘relatado’ constitutivo do sintagma ‘discurso relatado’ foi traduzido do inglês (*reported discours*) e tem várias significações. Segundo o contexto comunicativo e o gênero do discurso em que ele se atualiza, o enunciador pode se mostrar mais ou menos fiel à origem do discurso referido, como podemos observar nos exemplos abaixo (Cf. GROSSMANN; ROSIER, 2016):

- Situação 1. O enunciador é um palestrante e durante sua palestra ele lê passagens de autores tomados como referência para sua fala. Ele reporta literalmente o discurso desses autores.
- Situação 2. O enunciador é um jornalista e entrevista uma autoridade política. Ele registra o diálogo estabelecido entre ele e a autoridade e depois, para a escrita de sua reportagem, ele escolhe os trechos da entrevista e os integra, em parte e conforme os objetivos de seu texto, a sua reportagem.
- Situação 3. Carlos e Sandra conversam e esta diz àquele: Eu gostaria que você consultasse um psiquiatra. Carlos responde: Você está insinuando que eu seja louco? Carlos interpreta as palavras de Sandra que não dizem que ele seja louco.
- Situação 4. O enunciador produz um romance e conta a história de seus pais que viveram durante a Segunda Guerra Mundial. Ele se baseia nas lembranças e nas informações que seus pais lhe deram e inventa também diálogos para tornar o romance mais autêntico. Esses diálogos imaginados são grafados entre aspas como se tivessem sido realmente proferidos.

Tendo em vista essas situações, os lugares sociais e comunicativos dos enunciadores e os objetivos de seus textos, o termo reportado pode significar: 1) reportado fielmente (situação 1) ou em parte (situação 2), proferidos anteriormente (discurso relatado); 2) interpretados como se estivessem sido realmente proferidos (situação 3); imaginado (situação 4).

Assim, relatado não significa sempre que houve, efetivamente, um discurso proferido anteriormente, por exemplo, quando usamos expressões como “você deve ter dito a ele, você me diria sem dúvida”. Essas expressões permitem apresentar um pseudodiscurso relatado e são usadas, por exemplo, em discursos conflituosos como forma de argumento.

Além disso, Authier-Revuz (1998) concebe a representação do discurso do outro (RDO) da seguinte forma:

1. discurso citado em sentido estrito e modalização em discurso segundo. No primeiro caso, outro ato de enunciação é tomado pelo enunciador – Maria disse que você não foi à aula. No segundo caso ocorre a modalização da enunciação, de forma que ela se apresenta como segundo em relação à primeira enunciação – Ela não é nenhuma Brastemp, como se diz;

2. signo padrão e signo autônomo. Em *O carro bateu* a palavra carro está se referindo a uma entidade do mundo. Já em *Não encontrei a palavra carro* no dicionário de francês a palavra carro refere-se ao próprio signo linguístico;

3. representações explícitas da citação e as que supõem um trabalho interpretativo por parte do interlocutor. Distinguem-se três níveis: as formas explícitas, linguisticamente marcadas – segundo X, nas palavras de X; as formas marcadas por elementos paralinguísticos ou tipográficos – aspas, itálico, dois pontos, entonação, que exigem um trabalho interpretativo por parte do locutor; as formas puramente interpretativas como as citações escondidas, as alusões, as reminiscências.

Na crítica literária de Compagnon (1996, p.46), em sua reconhecida obra **O trabalho da citação**, encontramos a seguinte afirmação sobre as funções da citação:

As diversas tentativas de definição da citação e a pequena tipologia proposta para seus valores de repetição baseiam-se em critérios formais e não funcionais. [...]

Podemos descrever todas as formas possíveis, catalogar todas elas, elaborar um modelo que as determine: esse é o objetivo de um estudo formal; mas as funções, estas são essencialmente variáveis segundo os sistemas [...] são práticas efêmeras e empíricas para as quais não há catálogo exaustivo possível.

Mas, argumenta o autor, a forma da citação pode revelar um inventário de funções (COMPAGNON, 1996), tal como nos demonstra o estudo qualitativo efetuado por Boch e Grossmann (2002)⁷, no artigo da revista *Langages*, acerca das funções atribuídas ao RDO nos artigos científicos produzidos por especialistas:

- introduzir seu ponto de vista (“Desde 1966, X assinalava que...”);
- marcar o pertencimento a uma corrente, a uma escola (“Meu estudo se situa no quadro da teoria da polifonia tal como foi desenvolvida por Oswald Ducrot (1984) ”);
- referir-se a trabalhos anteriores, para traçar o estado de uma problemática, para sustentar uma definição;
- fundamentar uma afirmação (“A compreensão em leitura está ligada à automatização dos processos de baixo nível (Fayol, 1988) ”);
- discutir uma afirmação, se afastar de uma posição (“Se se pode admitir, com D. Véronique, que ‘outros morfemas além dos adjetivos podem aparecer em condições comparativas’ (1963:204), o exemplo que o autor dá apresenta alguns problemas (...)”) (BOCH E GROSSMANN, 2002, p. 103).

Maingueneau (1991), ao descrever as funções da citação, faz referência às citações-cultura, que seriam aquelas que trazem o discurso de grandes autores, homens célebres, que funcionam como signos de convencimento, signo de cultura. Essas formas de citação, a meu ver, coexistem com as chamadas de autoridade, que garantem a validade de uma citação e é o tipo constitutivo da escrita de pesquisa. Ademais, a apreensão do discurso do outro no domínio científico pode consistir-se em discursos teóricos e não teóricos. Os primeiros se valem de teorias e pesquisas, enquanto os segundos se constituem de documentos, exemplos, fontes, etc. (REUTER, 2015).

⁷ Cf., também, Hyland (2000).

Tais afirmações sobre as formas e as funções do RDO facilitam nossa compreensão sobre os elementos estabilizadores dos discursos, no caso específico, do discurso científico. Essas marcas cristalizadoras, segundo Volóchinov (2017), são frutos das práticas sociais de cada domínio discursivo. Nessa mesma direção, Maingueneau (1997, p. 86) afirma que seu valor reside em cada formação discursiva, já que “o sujeito que enuncia a partir de um lugar definido não cita quem deseja, como deseja, mas de acordo com as imposições desse lugar discursivo que regulam as citações”. Além disso, o discurso científico, “pela própria natureza de sua orientação, não é tão livre na sua maneira de tratar as palavras de outrem” (VOLOCHINOV, 2004, p. 153).

Na pesquisa que ora apresento, assumi como premissa de base que as formas e funções de “transmissão” do discurso do outro estão sistematicamente atreladas às práticas científicas em que emergem. Em outras palavras, as citações (diretas ou indiretas) são textualizadas conforme seu valor epistemológico nas diferentes áreas do saber, conforme busco demonstrar adiante.

Portanto, se os estudos indicam que as formas e as funções o RDO são distintas em relação a quem enuncia e do lugar em que enuncia, parece-me possível interrogar sobre a natureza das citações no discurso acadêmico: quais são as vozes que falam? que tipo de autoridade é conclamado? quais diferenças e ou semelhanças existem em relação ao uso do RDO nas diferentes áreas disciplinares em estudo? Na próxima seção, apresento as respostas dessas questões.

3 A natureza do RDO nas áreas em estudo

Para responder as questões esboçadas anteriormente, coletei, como já disse, 133 artigos científicos publicados em 12 revistas científicas *Qualis* A e B, entre os anos de 2014 e 2016, nas áreas de Linguística (*Scripta*, *Bakhtiniana* e *Calidoscópico*); História (*História Unisinos*, *Revista de História*, *Varia História*); Ciências Sociais (*Ambiente e Sociedade*, *Caderno CRH*, *Cadernos Metrópole*) e; Engenharias (*Ambiente Construído*, *Gestão e Produção*, *Polímeros*), buscando verificar diferenças e ou semelhanças

existentes em relação ao uso do RDO nessas diferentes áreas disciplinares. A seleção dos artigos publicados em revistas *Qualis A* e *B* se deu pelos seguintes critérios: i) textos publicados em revistas *Qualis A* são reconhecidos pela área como relevantes, o que demonstra os modos de dizer legitimados pelas áreas estudadas; por não haver revista em português na área de engenharia *Qualis A*, as de *Qualis B* foram escolhidas. É preciso sinalizar, ainda, que o número de artigos publicados em cada periódico varia, pois o número de textos publicado em cada volume é uma decisão editorial, sendo difícil e, talvez, impossível escolher revistas com o mesmo número de textos publicados. Como o critério foi selecionar todos os textos publicados em cada volume, não se considerou a variação quantitativa em termos de número de artigos publicados e número de páginas de cada artigo entre os periódicos estudados.

Partindo do pressuposto de que o discurso direto revela o RDO no sentido estrito, quer dizer, o discurso direto tem por objeto um ato de enunciação outro e tem um estatuto autônomo ou de menção conferido ao enunciado representado (AUTHIER-REVUZ, 2004), identifiquei 233 citações longas nesses artigos. A partir do cotejamento dessas citações nas áreas em estudo, categorizei o RDO como *teórico*, *documental* e *cultural*, dados seu estatuto epistêmico e sua origem.

O RDO teórico refere-se às citações diretas de ordem teórico-conceitual cuja fonte é reconhecida pelos pares como uma autoridade na área de saber por ter valor, prestígio, competência, capacidade técnica já comprovados e aceitos (BOURDIEU, 1983). Vejamos:

De acordo com Hopper e Traugott,

não há um caminho único para emergência de novas formas gramaticais, mas há passos que podem ser identificados. Entre estes, a recorrência de certos usos do item lexical em contextos linguísticos altamente específicos, a partir dos quais ele se idiomatizaria numa determinada construção gramatical, cuja erosão morfológica pode ser esperada no curso do tempo. (2003 *apud* VELLOSO, 2007, p. 100) [SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 18, n. 34, p. 23-40, 2º sem. 2014]

No excerto anterior, o RDO é fonte teórica para a discussão sobre a emergência de formas gramaticais. No campo científico, as fontes teóricas são sempre já habitadas. Na verdade, é inconcebível um texto científico que não explicita suas relações com outras teorias.

Já o RDO *documental* constitui-se de citações diretas que se originam de documentos institucionais que comumente são tomados como referência na construção do estado da arte dos artigos. É preciso assinalar que eles são assumidos como referência que contribui para a construção da argumentação e não como objeto de estudo de uma dada pesquisa.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (doravante RCNEI),

[...] a observação e o registro se constituem nos principais instrumentos de que o professor dispõe para apoiar sua prática. Por meio deles, o professor pode registrar, contextualmente, os processos de aprendizagens das crianças; a qualidade das interações estabelecidas com outras crianças, funcionários e com o professor e acompanhar os processos de desenvolvimento obtendo informações sobre as experiências das crianças na instituição. Essa observação e seu registro fornecem aos professores uma visão integral das crianças ao mesmo tempo em que revelam suas particularidades (BRASIL, 1998, p. 58-59).
[Calidoscópico, Unisinos, vol. 14, n. 1, p. 6-19, jan/abr 2016.]

No excerto anterior, o RDO, que denomino *documental*, fornece justificativas para argumentos a favor da validade da pesquisa na medida em que os documentos parametrizadores são tomados como orientação do fazer profissional e podem servir como autoridade para a aceitação desses argumentos. Esse tipo de citação refere-se às citações não teóricas já assinaladas por REUTER (2015).

Por fim, o RDO *cultural* refere-se às citações diretas que se valem de dizeres de pessoas públicas e/instituições que são consideradas como autoridades na área de referência. Nesse caso, também, o RDO não é objeto de análise. Exemplo:

O atual presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), José Ricardo Roriz Coelho,

vê nas deficiências da coleta seletiva e na educação inadequada da população para o correto descarte de materiais passíveis de reaproveitamento o grande gargalo da indústria brasileira de reciclagem.

[Polímeros, 26 (número especial), 49-54, 2016.]

O RDO empírico é usado nas Ciências Sociais, por exemplo, como forma de fornecer a perspectiva daqueles que são referências no assunto em questão, mas que não se constituem como fontes teóricas. Em outras palavras, são saberes considerados pela comunidade como válidos, divididos de acordo com seus locais de circulação, a posição de seus usuários e sua função discursiva (MAINGUENEAU, 1991), embora não sejam de natureza científica. O efeito no texto de pesquisa pode ser visto como o de provocar uma adesão.

Tais categorias do RDO estão descritas na tabela a seguir, que demonstra os tipos as ocorrências encontradas nos artigos dos periódicos em estudo.

Tabela 1: RDO nas diferentes áreas.

Domínio	Qualis	Revista	Número de artigos	Citação longa	Natureza
Letras (Linguística)	A2	Scripta	19	25	Teórico - 25
	A1	Bakhtiniana	9	38	Teórico - 38
	A1	Calidoscópico	14	19	Teórico - 17 Documental - 2
			Total 37		
História	A1	História Unisinos	07	20	Documental - 17 Teórico - 3
	A1	Revista de História	15	44	Teórico - 33 Documental - 6 Empírico - 6
	A2	Varia História	06	24	Documental - 14 Teórico - 5 Empírico - 5

			Total 28			
Ciências Sociais	A2	Ambiente e Sociedade	05	07	Teórico - 3 Documental - 4	
	A1	Caderno CRH	12	27	Documental - 10 Teórico - 12 Empírico - 5	
	A2	Cadernos Metrópole	11	22	Teórico - 11 Documental - 8 Empírico - 3	
			Total 28			
Engenharias	B1	Ambiente Construído	12	1	Teórico - 1	
	B2	Gestão e Produção	15	4	Teórico - 1	
	A2	Polímeros	12	2	Documental - 1 Empírico - 1	
			Total 39			
		Total: 12	Total: 133	Total: 233		

Fonte: dados da pesquisa da autora.

A tabela nos mostra que os três tipos de RDO ocorrem nas áreas do saber analisadas, como também aponta a discrepância de seu uso. Comparando Linguística com as Engenharias, por exemplo, tem-se o seguinte quadro:

Tabela 2: RDO em Linguística e Engenharia.

Área	Qualis	Revista	Artigos	Citações longas	Natureza da citação	
Linguística	A2	Scripta	14	25	Teórica	
	A1	Bakhtiniana	09	38	Teórica	
	A2	Calidoscópio	14	19	Teórica	Documental
	Total		37	82	17	2
Engenharia	B1	Ambiente Construído	12	1	Teórica	
	B2	Gestão e Produção	15	4	Teórica	
	A2	Polímeros	12	2	Documental	Empírica
	Total		39	7	1	1

Fonte: dados da pesquisa da autora.

O que essa comparação revela? Nos artigos analisados, a presença do RDO em citação longa nas Engenharias é quase inexistente, o que me possibilita perceber uma diferença bastante marcante de seu uso nas áreas em estudo. Portanto, as análises dos dados conduzem a recusar, de um lado, a autonomia de disciplinas que são apresentadas como radicalmente diferentes do ponto de vista da origem do RDO, uma vez que as três formas de RDO foram identificadas no *corpus*. De outro lado, a visão homogênea do discurso científico, uma vez que uso do RDO é diferente no que concerne à forma, pois, como disse, a citação longa é quase nula nas Engenharias.

No tocante à diferença do número de citações entre os campos disciplinares, aponto dois fatores que podem explicar essa diferença. O primeiro deles é que nem todos os pesquisadores seguem a mesma trilha de investigação, de modo que discursivização científica não possa se realizar da mesma forma. Outra razão é que alguns campos disciplinares são mais propensos à citação que outros.

Didaticamente, entendo que essa reflexão sobre o uso do RDO nas diferentes áreas em estudo pode ser considerada pelas práticas de didatização da escrita científica. A meu ver, tais práticas deveriam considerar o valor da citação diante de seu valor argumentativo na escrita de pesquisa, da inserção do pesquisador na sua área disciplinar e das políticas de citação que a gerenciam.

4 Algumas conclusões

Neste texto defendo e reitero a tese de que a escrita de pesquisa e para a pesquisa é heterogênea. Acredito que a discussão realizada sobre o uso do RDO nas diversas áreas disciplinares que compõem a academia pode oferecer subsídios para a compreensão do funcionamento do discurso científico, para a inserção dos ingressantes na academia nas práticas desse discurso e até para possíveis transformações das práticas docentes que visam ao ensino da escrita de pesquisa. Defendo que a “aculturação” à escrita de pesquisa não pode ser adquirida unicamente por meio de uma formação metodológica, nem a partir do conhecimento sobre a organização superestrutural dos gêneros e nem, muito menos, de forma natural, uma

vez que ela exige uma familiarização com os problemas de pesquisa e com o modo como eles são discursivizados e textualizados em um quadro disciplinar dado. Mais que compreender a função da citação – que ações retóricas são desempenhadas – e a forma – que mecanismos linguísticos são empregados – é preciso compreender o porquê das diferenças entre as áreas disciplinares. Uma pergunta a ser feita, por exemplo, seria o porquê de áreas como a engenharia não usarem a citação direta na escrita de pesquisa. Hyland (2000), por exemplo, observa que as diferenças nas práticas de citação indicam distinções no modo que o conhecimento é negociado e confirmado em diferentes comunidades acadêmicas. É neste sentido que a citação serve, entre outras coisas, para compreender a identidade do autor e seu grau de pertencimento a uma comunidade discursiva específica.

A resposta a essa pergunta e outras da mesma natureza sobre a representação do discurso do outro por meio das citações poderiam: i) servir de ponto de partida ou de fio condutor para reflexões sobre os modos de textualização e discursivização da escrita de pesquisa; ii) levar os estudantes a refletir sobre as características da escrita científica da sua área disciplinar; iii) possibilitar o uso consciente do RDO de modo que ele sirva para a construção de quadros teóricos mais consistentes e funcionais em gêneros como artigos, projetos, dissertações e teses.

Infelizmente, “o que [é] válido hoje é o pragmatismo pedagógico, é o treino técnico-científico do educando e não sua formação de que já não se fala” (FREIRE, 1996, p. 142) por meio de técnicas de escrita e de “dicas” (RODRIGUES, 2018, RODRIGUES; SILVA, 2019). No entanto, precisamos formar produtores de textos e não meros escreventes (ROJO, 2006).

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Repères dans le champ du discours rapporté. **L'information Grammaticale**, n. 55, 1992, p. 38-42. Disponível em: <https://www.persee.fr/issue/igram_02229838_1992_num_55_1?sectionId=igram_0222-9838_1992_num_55_1_3186>. Acesso em: fev. 2020.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Ces mots qui ne vont pas de soi**: boucles réflexives et non-coïncidências du dire. Paris: Larousse, Tome I, 1995.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva**: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline; DOURY, Marianne, REBOUL-TOURÉ, Sandrine. **Parler des mots**: le fait autonymique en discours. Paris: Sorbonne Nouvelle, 2005.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **A representação do discurso outro**: um campo multiplamente heterogêneo. Calidoscópio, Vol. 6, n. 2, p. 107-119, mai/ago 2008. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/5252>>. Acesso em: maio 2020.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **La représentation du discours autre**. Walter de Gruyter GmbH: Berlim/Boston, 2020. Disponível em: <<http://library.oapen.org/handle/20.500.12657/23212>>. Acesso em: out. 2020.

BOCH, Françoise; GROSSMANN, Francis. Referir-se ao discurso do outro: alguns elementos de comparação entre especialistas e principiantes. **Scripta**, v. 6, n. 11, p. 97-108, 28 out. 2002. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12452>>. Acesso em: ago. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Editora da USP, 1996.

CARLINO, Paula. **Escrever, ler e aprender na universidade**: uma introdução à alfabetização acadêmica. Petrópolis: Vozes, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DAUNAY, Bertrand; LAHANIER-REUTER, Dominique. Les genres décrits dans la formation supérieure: étude comparative en formation professionnelles des enseignants et en formation universitaire générale. Bulletin suisse de linguistique appliquée. **VALSASLA**, 93, 2011, p. 101-113. Disponível em: <https://doc.rero.ch/record/11876/files/bulletin_vals_asla_2011_093.pdf> Acesso em: maio 2019.

DELCAMBRE Isabelle; LAHANIER-REUTER, Dominique. Les littéracies universitaires: Influence des disciplines et du niveau d'étude dans les pratiques de l'écrit, **Diptyque**, n° 18, L'appropriation des discours universitaires, Namur: Presses Universitaires de Namur, 2010, p. 11-42.

DUCROT. Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: Ducrot. Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas - São Paulo: Pontes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FLØTTUM Kjersti. Academic voices in the research article. In: Suomela-Salmi Eija, Dervin, Fred. (org). **Cross-linguistic and cross-cultural perspectives on academic discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, p. 109-122, 2009.

GROSSMANN, Francis; ROSIER, Laurence. L'enseignement des diverses formes et valeurs du discours rapporté au secondaire. In: CHARTRAND, S.-G., (dir). **Mieux enseigner la grammaire**. Pistes didactiques et activités pour la classe. Saint-Laurent: ERPI, 2016.

HYLAND, Ken. **Disciplinary Discourses**: Social Interactions in Academic Writing. London: Longman, 2000.

HOFFNAGEL, Judith C. A prática de citação em trabalhos acadêmicos. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 71-88, 12 nov. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/download/9277/8226>>. Acesso em: maio 2019.

LEA, Mary Rosalind.; STREET, Brian Vincent. The Academic Literacies model: theory and applications. **Theory into Practice**, v. 45, n. 4, p. 368-377, 2006.

LEFEBVRE, Muriel. Les écrits scientifiques en action: pluralité des écritures et enjeux mobilisés. **Sciences de la société**, 67, 2006, p. 3-15. Disponível em: <http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic_00069516/document>. Acesso em: maio 2019.

GOTTSCHALK, Katherine Kiblinge; HJORTSHOJ, Keith. **The elements of teaching writing**: a resource for instructors in all disciplines. Boston: Bedford/St. Martin's, 2004.

LESSA, França Júnia; VASCONCELLOS, de Ana Cristina. **Manual de normalização de publicações técnico-científicas**. 8 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **L'analyse du discours**. Paris: Hachette, 1991.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-reitora de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas da ABNT para apresentação de artigos de periódicos científicos. Belo Horizonte: PUC Minas, 2010. Disponível em <http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao_artigos.pdf> Acesso em: maio 2019.

RODRIGUES, André Figueiredo. **Como elaborar citações e notas de rodapé**. 3 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio. Para além da normalização: aspectos discursivos das normas de padronização. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 19, n. 36, p. 357-368, 1º sem. 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/P.2358-3428.2015v19n36p357> Acesso maio 2019.

RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio. Escrita de pesquisa e para a pesquisa. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio e SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. A escrita de artigo acadêmico em domínios digitais e os efeitos

de suas práticas discursivas na ciência. In: KOMESU, Fabiana e ASSIS, Juliana Alves. Práticas discursivas em letramento acadêmico: questões em estudo. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2019. Disponível em: https://issuu.com/cespuc-centrodeestudoslusoafrobra/docs/ensaios_sobre_a_escrita_acad_mica_oficial_. Acesso em Ago. 2020.

ROJO, Roxane. Letramento e diversidade textual. In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de; MENDONÇA, Rosa Helena (org.). **Práticas de leitura e escrita**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

ROSIER, Laurence. **Le discours rapporté**: histoire, théories, pratiques. Paris: Editions Duculot, 1999.

SWALES, John Malcolm. **Genre analysis**: English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University press. 2008. Original publicado em 1990.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução Sheila Grillo e Ekaterinba Vólkova Américo. São Paulo: Editoria 34, 2017.

A construção do discurso jornalístico: um olhar analítico para a presença dos princípios de responsividade e interdiscursividade em um artigo de opinião

Juliane Ferraz Oliveira*

Andréia Teixeira**

Resumo

Este estudo tem por objetivo compreender os processos responsivo e interdiscursivo que sustentam o discurso jornalístico no artigo de opinião da filósofa Djamila Ribeiro, publicado na Folha de S. Paulo. Para esse feito, o objeto de análise são as estratégias discursivas que sustentam os discursos antirracistas, tematizados no artigo analisado e como elas são representadas no texto “O enfrentamento ao racismo precisa ser mais do que posts para aliviar a consciência”. Tencionamos compreender a produção de sentido frente ao texto analisado e as estratégias discursivas mencionadas. Para isso, adotamos o Círculo de Bakhtin como base teórica para o propósito do estudo, a partir de uma articulação com outros autores (POSSENTI, 2003; AUTHIER-REVUZ, 2004; ORLANDI, 2012 a, 2012b; AZEVEDO, 2014) que discutem a linguagem nas suas diversas manifestações em práticas sociais e discursivas. A análise proposta é de ordem interpretativa, e, como procedimentos, utilizamos a análise Linguística de manifestações discursivas que compõem o *corpus* em questão. Concluímos o artigo com a expectativa de contribuir para novos debates que se propõem a focalizar a questão do racismo na sociedade.

Palavras-chave: Responsividade. Interdiscurso. Racismo. Artigo de opinião.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras – Linguística e Língua Portuguesa/PUC Minas. Bolsista Capes. Integrante do Grupo de Pesquisa ELINC (Estudos em Linguagem e Cognição) da mesma instituição. Professora da carreira EBTT – CEFET MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1326-5609>.

** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras – Linguística e Língua Portuguesa/PUC Minas. Integrante do Núcleo de Estudos em Linguagens, Letramentos e Formação (NELLF) da mesma instituição. Professora da rede pública municipal de Rio Acima, Minas Gerais, MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0642-4301>.

The Construction Of Newspaper Speech: An Analytical Look At The Presence Of The Principles Of Responsiveness And Interdiscursiveness In An Opinion Article

Juliane Ferraz Oliveira
Andréia Teixeira

Abstract

This study aims to understand the responsive and interdiscursive processes that support the journalistic discourse in the opinion article of the philosopher Djamila Ribeiro, published in *Folha de S. Paulo*. For this purpose, the object of analysis are the discursive strategies that support the anti-racist speeches, thematized in the analyzed article and how they are represented in the text “O enfrentamento ao racismo precisa ser mais do que posts para aliviar a consciência”. We intend to understand the production of meaning in the face of the analyzed text and the discursive strategies mentioned. For this, we adopted the Bakhtin Circle as a theoretical basis for the purpose of the study, based on an articulation with other authors (POSSENTI, 2003; AUTHIER-REVUZ, 2004; ORLANDI, 2012a, 2012b; AZEVEDO, 2014) who discuss language in its various manifestations in social and discursive practices. A proposed analysis is of an interpretative nature, and as procedures, we use a Linguistic analysis of discursive manifestations that make up the corpus in question. We conclude the article with the expectation of contributing to new debates that aim to focus on the issue of racism in society.

Keywords: Responsiveness. Interdiscourse. Racism. Opinion article.

Introdução

O objeto de análise deste estudo são as estratégias discursivas que sustentam os discursos antirracistas, tematizados no artigo de opinião insvetigado e como elas são representadas nesse mesmo texto: “O enfrentamento ao racismo precisa ser mais do que posts para aliviar a consciência”, da filósofa Djamila Ribeiro, publicado na Folha de S. Paulo, em 04 de junho de 2020. Temos por objetivo compreender os processos responsivo e interdiscursivo que sustentam o discurso jornalístico no artigo analisado. Também tencionamos compreender a produção de sentido frente ao texto em análise e quais estratégias discursivas sustentam os discursos antirracistas tematizados no artigo, além do modo como tais estratégias são representadas no texto. A fim de contextualizar e ampliar a presente discussão, segue a próxima seção com o contexto de produção do artigo analisado.

O texto em estudo e o seu contexto de produção

Para haver uma melhor compreensão deste estudo, iniciamos esta subseção com o artigo que motivou o presente debate (Quadro 1), publicado no Jornal Folha de S. Paulo, no dia 04 de junho de 2020.

Quadro 1 – Artigo de opinião de Djamila Ribeiro

O enfrentamento ao racismo precisa ser mais do que posts para aliviar a consciência

“Recusamos esta branquitude ora desresponsabilizada, ora culpada, fundada na falsa ideia de ausência de cor e de raça, que goza privilégios como se direitos fossem. Que se orgulha de ter e ser o que nos foi expropriado. Que repousa em um lugar confortável de onde, então, pode ser generosa... Nosso orgulho é ter sobrevivido, a despeito

do que nos foi —e tem sido— imposto. Nosso orgulho é possuir o que não nos foi dado nunca. É continuar. Nossos instrumentos para chegar até aqui precisam ser cada vez mais contados, pois podem traduzir a chave para outro futuro.”

Começo esta coluna com esse trecho do marcante texto “A Era da Inocência Acabou, Já Foi Tarde”, escrito em 2001 por Jurema Weerneck, referência para todas nós há muitos anos. A branquitude brasileira é tão racista que, diante dos protestos nos Estados Unidos pela morte de George Floyd, inaugura o debate racial. Descobriram o racismo, ironiza Silvio Almeida.

“Levou séculos para que o Estado brasileiro pudesse reconhecer a presença do racismo como fator estruturante das relações sociais no país. E isto só acontece agora, ao final do século 20 e início do século 21, como resultado de um trabalho longo, árduo. Denunciávamos o racismo, enquanto demonstrávamos a perversidade com que esse definia privilégios e exclusões, vidas e mortes; enquanto éramos nós mesmos nosso próprio testemunho, o restante da sociedade permanecia em silêncio”, afirma Werneck no poderoso texto.

É claro que é importante que a branquitude brasileira se mobilize contra o sistema que a beneficia.

Agora, mobilizar significa reconhecer o silenciamento com o qual as produções negras foram tratadas, o sufocamento das personalidades, opiniões. Ora, se vamos mesmo lutar contra o racismo, um sistema montado em cima da manutenção do privilégio racial branco, vamos discutir por que eu ligo a televisão e não tem uma programação, uma emissora predominantemente negra. Ora, é pedir muito em um país com 54% da população negra? Acho que não.

Mas aí vivemos num governo cujo projeto é o desmonte de políticas públicas. Que combate ao racismo é esse que busca se esquivar de responsabilidade do fundo do poço que esse país atingiu? Políticos que se vangloriam de sua desumanidade chegaram aonde chegaram sozinhos? Se hoje passamos vergonha no exterior, se políticas de precarização da população brasileira, negra e pobre em sua maioria estão em curso, há um sistema que privilegia a branquitude por trás disso.

Quanto tempo a branquitude dedicou em seus círculos financeiros energias, conspirações e dinheiro ao desmonte do Estado, de políticas públicas, quanto falaram mal do Bolsa Família, quanto tentaram barrar as cotas, quanto puseram em marcha reformas trabalhista e da Previdência que prejudicam a população negra? Aliás, há quanto tempo estão no ar programas policiais vespertinos que reproduzem estereótipos da negritude e chancelam a violência policial?

Ou seja, é mesmo para combater o racismo, branquitude? Pois muito bem, só que a era da inocência acabou, já foi tarde.

O combate não será com uma única reportagem na TV, não será com 20 segundos de entrevista de uma pessoa negra a um jornal inteiro branco, não será com a contratação na empresa de uma única pessoa negra para dar conta de toda a coletividade e utilizá-la de escudo. Não será assim. Não funciona mais. A era da inocência acabou, já foi tarde.

Não será diminuindo o movimento negro brasileiro, pondo em comparação com uma imagem do movimento negro americano. Não será fetichizando imagens de corpos negros sempre em combate, mas debochando quando esses mesmos corpos saem dos lugares impostos, quando esses mesmos corpos demonstram alegria e prazer em ser o que são a despeito de todas as tentativas de humilhação.

Não será sem contar nossas histórias. Não será sem contar do quilombo dos Palmares, da Balaiada, da Conferência de Durban de 2001, que essa história será passada a limpo. Não será sem valorizar as estratégias de resistências dos povos de terreiro. A era da inocência acabou.

O enfrentamento ao racismo precisa ser mais do que *hashtags* e posts com a cor preta para aliviar a consciência. É preciso refletir, ceder, ter compromisso de fato.

Um levante está em curso e quem quiser ficar na frente que fique, será atropelado pela marcha da história. Quem quiser somar, que some, mas de modo profundo, pois não cabem mais estratégias caquéticas que destroem um Brasil por dia. A era da inocência acabou.

Já foi tarde.

Djamila Ribeiro

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2020/06/o-enfrentamento-ao-racismo-precisa-ser-mais-do-que-posts-para-aliviar-a-consciencia.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo, 04 de junho de 2020.

Como forma de compreendermos o contexto de produção desse texto, discorreremos sobre uma série de acontecimentos sociais que nos ajudam a entender a publicação do artigo na semana em questão. Após a morte de George Floyd¹, no final de maio de 2020, em Minneapolis – Minnesota nos Estados Unidos, houve uma série de protestos criticando a violência policial/estatal e a política de extermínio implementada contra a população afro-americana. A partir dessa morte, protestos se espalharam por todo o país, mas não somente na nação. As manifestações se propagaram por todo o globo e podiam ser acompanhadas em muitos lugares das Américas e da Europa. A revolta ditou o tom também nas interações em redes sociais. Usos de *hashtags*, divulgações de dados e estatísticas, produções de vídeos etc., com críticas diretas e indiretas às ações das polícias norte-americanas, se espalharam por toda internet. Em âmbito digital, esse movimento adere ao já conhecido *#blacklivesmatter*. Ainda no contexto virtual, no dia 02 de junho de 2020, os usuários de diversas redes sociais digitais “subiram” a *tag* *#blackouttuesday*, publicando um quadrado preto em seus perfis individuais. Houve grande adesão a essa campanha e vários perfis e sujeitos reivindicaram para si o *status* de antirracistas.

É nesse contexto de efervescência social que Djamila Ribeiro publica seu texto. Em meio ao turbilhão de debates e disputas de narrativas que se definem como antirracistas, a autora propõe um olhar crítico sobre esse fluxo de opiniões. Visto não somente como algo positivo, Djamila nos convida a refletir sobre aquilo que compreendemos como o agir antirracista,

¹ Conferir notícia completa em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/2w7/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policia-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>.

tensionando nossas verdades e certezas sobre o tema. Você é antirracista, até que ponto? Quais são suas ações antirracistas? A que/quem o seu antirracismo serve? Estas são algumas das perguntas que nos perseguem após a leitura do texto.

Frente aos acontecimentos atuais relacionados às manifestações contra o racismo institucional, bem como a outros tipos de manifestações racistas, justificamos nossa proposta de análise pela urgência e protagonismo do tema em âmbito social. Nas plataformas digitais, o racismo e a luta antirracista têm determinado parte significativa dos debates e das discussões. Prova disso é que as *hashtags*² *#blacklivesmatter* e *#blackouttuesday* já passam de 22.2 e 23.9 milhões de menções, respectivamente. Em âmbito acadêmico-científico, a justificativa perpassa pela necessidade de compreender mecanismos e estratégias subjacentes a discursos acerca de temáticas relevantes e correntes na/para a sociedade. Além disso, aproximar as produções das universidades das produções não universitárias se impõe como movimento de compreensão da vida em suas diversas dimensões. A academia precisa integrar e valorizar as múltiplas produções sociais, esta análise filia-se a esse pensamento.

O contato com o objeto de estudo nos fez enxergar a partir de uma perspectiva bakhtiniana (BAKHTIN, 2011, p. 281), uma vez que o “projeto discursivo” e/ou a “vontade discursiva do locutor”, em questão, parece estar ancorado a uma forte atividade responsiva a discursos recentes que sustentam as manifestações antirracistas nas redes sociais e, também, em um movimento de reverberação de discursos antirracistas mais tradicionais, como o da filósofa Ângela Davis. Por esse motivo, tendo como entrada analítica o gênero para nortear o nosso trabalho de discurso materializado do texto de Djamila Ribeiro, propomos uma análise que leve em consideração as categorias responsividade e, em decorrência desta, a interdiscursividade, conforme apresentaremos nas próximas seções. Por hora, elucidamos os fundamentos e o quadro teórico eleito para a presente discussão.

² Termo associado a assuntos ou discussões que se deseja indexar em redes sociais, inserindo o símbolo da cerquilha (#) antes da palavra, frase ou expressão. Quando a combinação é publicada, transforma-se em um *hiperlink* que leva para uma página com outras publicações relacionadas ao mesmo tema. (Site Resultados Digitais).

2 Fundamentos teóricos que ancoram o processo analítico

Nesta seção, além de descrevermos alguns aspectos do *corpus* em estudo, delimitaremos os fundamentos teóricos que estão na base desta interpretação analítica. Partiremos da definição daquilo que compreendemos como gênero, passando por nossa compreensão de responsividade e, por último, de interdiscursividade.

2.1 Gênero discursivo: conceito que norteia a análise

Optar pelo trabalho com o gênero, em uma perspectiva discursiva, implica adotar noções e concepções teórico-metodológicas que contemplem, pelo menos, três parâmetros indissociáveis de investigação: o discursivo, o social e o histórico. Esses aspectos são observados, é claro, tomando como chave de entrada a manifestação linguística concreta, mas não se restringe a ela, pois gêneros discursivos devem ser compreendidos por sua natureza, função e funcionamento em um contexto sociodiscursivo.

Não há possibilidade de estruturar um trabalho que tenha como objetivo se debruçar sobre os gêneros discursivos e não ter como principal referência o filósofo russo Bakhtin. Como discurso fundador da categoria gêneros discursivos, Bakhtin propõe uma visão sócio-histórica e dialógica do termo. Assim, a categoria de gênero extrapola o enquadramento estritamente formal e linguístico e começa a contemplar realidades de atividades humanas e práticas sociais como integrantes indispensáveis.

Gênero, então, passa a ser compreendido como uma ação social, tendo como base a compreensão da língua em movimento, retratando o deslocamento da dimensão apenas da forma e do conteúdo para a noção discursiva. Bakhtin (2011) advoga a tese de que cada esfera de atividade humana elabora seus domínios, práticas discursivas e sociais. Assim, os gêneros representariam formas relativamente estáveis de enunciados que sustentam e atualizam ações e práticas sociodiscursivas.

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular e individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2011, p. 261-262/ grifos do autor).

O autor deixa claro que a ação humana em sociedade, numa perspectiva histórica, norteia as definições de gêneros discursivos. Assim, os campos de atividades humanas organizam as ações em sociedade por meio dos discursos, definindo instâncias de produção, circulação e recepção dos textos/enunciados em gêneros discursivos. Por fim, o texto representa a atualização dos discursos e dos gêneros. No plano textual, conteúdo temático, estilo e construção composicional são combinados em favor de atualizações e práticas discursivas situadas.

É preciso dizer que a base que fundamenta as discussões sobre gênero em uma perspectiva discursiva, engendrada por Bakhtin, é a concepção de linguagem como atividade constitutiva e dialógica, sendo seu espaço de construção e realização a interação verbal. Nesse sentido, gêneros discursivos são formas de funcionamento da língua que atualizamos em forma de textos.

Ao tomar o texto como enunciado, em um estreito diálogo com a perspectiva do Círculo bakhtiniano, Volóchinov (2018, p. 184) defende que toda enunciação, ainda que de forma escrita e finalizada, se presta a responder alguma coisa e, conseqüentemente será direcionada “para uma resposta”, com a qual estabelece uma conexão a partir de um acordo ou

de uma “negação”, surgindo outros enunciados e vozes outras. Sob esse contexto, Bakhtin (2011, p. 297) declara ainda que, por meio do princípio do dialogismo cada enunciação ou enunciado carrega consigo “ecos e ressonâncias” de outros, pelos quais estão conectados no escopo da cadeia do discurso. Portanto, segundo o autor, “Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo”. É a partir desse viés, concebendo a linguagem nas suas diversas manifestações e como atividade constitutiva e dialógica, que segue este estudo. Alinhada a essa visão da linguagem, a seção seguinte se presta a discorrer sobre o gênero eleito para análise neste estudo: artigo de opinião.

2.1.1 O gênero artigo de opinião do campo jornalístico: delimitando o objeto de estudo

Ao lidar com o gênero que compõe o *corpus* aqui privilegiado, é preciso descrever algumas características de sua natureza, função e funcionamento em contexto sociodiscursivo, além das características formais do gênero a que pertence o texto em análise. Para isso, a descrição do nosso objeto parte do campo social, chega ao campo discursivo (contexto de produção, distribuição etc.) e, finalmente, ao texto, ou seja, o fluxo é descendente: da prática social à prática discursiva e à materialidade verbal.

Naquilo que diz respeito às práticas não propriamente discursivas, frisamos o fato de estarmos vivendo tempos de grande questionamento aos métodos discriminatórios implementados pelos Estados no tratamento dispendido aos grupos minoritários, principalmente, às pessoas negras. Diversas práticas racistas cometidas por agentes públicos, sobretudo por servidores da segurança pública, estão sendo questionadas por parte da população americana e, também, pela brasileira.

Casos recentes foram amplamente divulgados pela mídia brasileira, como os de João Pedro³, Ágata Félix⁴, Kauê Ribeiro⁵, Kauã Rosário⁶, entre tantos outros e, juntamente com os atos no cenário americano, engrossaram o coro dos posicionamentos antirracistas em redes sociais digitais e também em manifestações nas ruas. Nesse contexto de efervescência político-social que o artigo jornalístico de Djamila Ribeiro nasce e passa a circular a partir de 04 de junho de 2020, amplificando o debate racial contemporâneo no país e convocando novos personagens a participarem ativamente de um projeto nacional verdadeiramente antirracista.

Antes de verticalizarmos o processo analítico, vale a pena compreender o contexto de produção do texto em questão. O jornal Folha de S. Paulo é uma mídia que tem como público-alvo as classes médias e altas do país, sendo assim, o interlocutor projetado não integra a parcela da população que mais é atingida negativamente pelas políticas de segurança arbitrárias do Estado, mas pela parte que se beneficia dessas políticas, aquela que se sente mais protegida do que ameaçada frente às ações policiais e jurídicas, por exemplo.

O texto de Djamila aborda a temática do racismo respondendo a discursos que estão circulando em ambiente virtual. Com a proposta de transpor a questão geográfica, a autora atualiza as questões raciais a partir do contexto brasileiro, demonstrando algumas contradições e priorizando aquilo que acredita ser o mais urgente a ser feito frente ao racismo em nosso país. Assim, a adesão, por parte da branquitude, na luta antirracista é tensionada pela autora. Djamila, confrontando comportamentos performáticos em ambiente virtual, propõe que o racismo brasileiro seja visto não mais como uma atitude individual de certos sujeitos desajustados, mas como aquilo que realmente é: uma questão institucional e estrutural. Vejamos alguns excertos do material em análise:

Levou séculos para que o Estado brasileiro pudesse reconhecer a presença do racismo como fator estruturante das relações sociais no país. E isto só aconteceu agora, ao final do século 20 e início do século 21[...]. Agora, mobilizar significa

3 Jovem negro que foi baleado e morto na residência familiar, durante uma ação desastrosa da PF no Rio de Janeiro, no dia 19 de maio de 2020.

4 Menina negra morta após ser baleada dentro de um automóvel, em 20 de setembro de 2019, no Complexo do Alemão - Rio de Janeiro.

5 Adolescente negro morto em 8 de setembro de 2019, após receber um tiro na cabeça na favela da Chica, no Complexo do Chapadão, localizado na zona norte do Rio de Janeiro.

6 Garoto negro baleado em 10 de maio de 2019, morreu sete dias após internação em hospital. Tal fato ocorreu após confronto entre polícia e suspeitos no bairro de Bangu, zona oeste Rio de Janeiro.

reconhecer o silenciamento com o qual as produções negras foram tratadas, o sufocamento das personalidades, opiniões. Ora, se vamos mesmo lutar contra o racismo, um sistema montado em cima da manutenção do privilégio racial branco, vamos discutir por que eu ligo a televisão e não tem uma programação, uma emissora predominantemente negra. Ora, é pedir muito em um país com 54% da população negra? Acho que não (DJAMILA RIBEIRO, 2020).

Podemos perceber, a partir da escrita do artigo, que a autora coloca em questão o *mea-culpa* feito no posicionamento assumido por pessoas não negras frente à questão do racismo. Conseguimos compreender que a autora convoca aqueles que não sofrem a violência direta (ofensas pessoais, violência policial etc.) ou indireta do racismo (exclusão ou baixa inserção nos meios formais de educação e trabalho, menores índices salariais etc.) a se posicionarem não mais como não responsáveis diretos pela violência, mas sim como corresponsáveis por uma política de segregação que historicamente os beneficia e como agentes ativos na luta antirracista.

Nesse mesmo excerto, a enunciadora demonstra impaciência frente à imobilidade de grupos de pessoas brancas que são favorecidos com o sistema racista. A utilização da interjeição “Ora” em algumas passagens evoca certa ironia ao perguntar e pontuar ações que parecem óbvias para as pessoas que são vítimas do racismo, mas não tão óbvias para aqueles que não são atingidos negativamente por ele. “Ora, se vamos... Ora, é pedir muito...”. Esse é um recurso muito utilizado no decorrer do texto. Além disso, o uso de pergunta, até certo ponto retórica, frisa a relevância e urgência do processo de mobilização contra o racismo. “Ora, é pedir muito em um país com 54% da população negra? Acho que não.”

Por muito tempo, o racismo foi tematizado e debatido a partir da ótica das vítimas, é preciso ouvir e construir estratégias que partam de um posicionamento autocrítico por aqueles que são os culpados, ou que de forma implícita ou explícita comungam com eles, seja colhendo os frutos da exploração de pessoas negras, seja sendo neutro frente às barbaridades seculares implementadas contra o povo negro, seja visibilizando o recorte racial da sociedade brasileira. Como podemos ver na citação que a autora faz à escrita de Jurema Werneck em seu texto:

Recusamos esta branquitude ora desresponsabilizada, ora culpada, fundada na falsa ideia de ausência de cor e de raça, que goza privilégios como se direitos fossem. Que se orgulha de ter e ser o que nos foi expropriado. Que repousa em um lugar confortável de onde, então, pode ser generosa... Nosso orgulho é ter sobrevivido, a despeito do que nos foi - e tem sido - imposto. Nosso orgulho é possuir o que não nos foi dado nunca. É continuar. Nossos instrumentos para chegar até aqui precisam ser cada vez mais contados, pois podem traduzir a chave para outro futuro (DJAMILA RIBEIRO, 2020).

Nesse excerto, somos capazes de perceber que, pelo viés da negação “Recusamos esta branquitude”, a autora mobiliza outras vozes que, assim como a dela, se instituem como enunciadoras representantes do grupo discriminado (pessoas negras) e projetam pelo menos dois (2) enunciatários: os primeiros sendo pessoas negras subalternizadas pela sociedade hierarquizada em raça, estabelecendo como referente o grupo de pessoas brancas que colhem frutos positivo dessa estrutura social e tecendo uma crítica social – linguisticamente, isto é marcado com o uso do pronome possessivo “nosso” -; e o grupo de pessoas brancas, que é a um só tempo referente e enunciatário, ainda que com propósitos diferentes, já que a crítica está a serviço de uma convocação à autocrítica.

Somente a entrada pela temática não nos permitiria esmiuçar o texto em sua miudeza, mas entrar pelo tema e, mais a fundo, pela materialidade linguística nos permite compreender, por exemplo, o processo de materialização de ecos de outras vozes. Por isso, um ponto que fica claro no texto de Djamilá é a atitude responsiva da autora frente aos discursos sobre o ativismo negro e não negro antirracista. Na próxima seção, tentaremos delimitar o que compreendemos por responsividade, além de descrevermos o funcionamento do texto a partir desse conceito.

2.2 Atitude responsiva manifestada no texto em estudo

Neste momento, é preciso dizer que trabalhar com a concepção de linguagem como dialógica pressupõe a noção de alteridade como princípio constitutivo. Isso significa que existe uma dimensão relacional indispensável, ainda que seja idealizada /imaginária. Além do princípio

dialógico, as questões relacionadas às práticas sociais e ideológicas estão na base do que aqui compreendemos como linguagem.

O centro organizador de qualquer enunciado, de qualquer expressão não está no interior, mas no exterior, no meio social que circunda o indivíduo. [...] O enunciado como tal é em sua completude um produto da interação social, tanto a mais próxima, determinada pela situação de fala, quanto a mais distante, definida por todo o conjunto das condições dessa coletividade falante (VOLÓCHINOV, 2018, p. 216).

Para Volóchinov (2018), toda palavra é ideológica; assim, o acontecimento social da interação discursiva é o elemento mais importante no processo de compreensão dos enunciados que circulam. Flores e Teixeira (2009) comentam esse aspecto importante da obra do autor:

[...] a compreensão de uma fala viva é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa: o ouvinte concorda ou discorda, completa, adapta, apresenta-se para agir desde as primeiras palavras emitidas pelo locutor; o próprio locutor é um respondente, já que toma a palavra na cadeia complexa de outros enunciados. A compreensão responsiva ativa pressupõe o princípio dialógico e a noção de alteridade como constitutivos do sentido, [...] o que faz da enunciação [...] uma atividade intrinsecamente dialógica, em que o reconhecimento de si se dá pelo reconhecimento do outro (FLORES; TEIXEIRA, 2009, p. 151-152).

A partir da compreensão do conceito de responsividade, podemos afirmar que o texto em análise se estrutura de forma a responder a enunciados que circulam nas redes sociais virtuais, acerca de práticas antirracistas por parte de pessoas negras e não negras. Aqui, a responsividade deve ser compreendida como indiciamento do outro, ou seja, a instanciação de enunciatários diversos frente àquilo que se fala.

Também cabe dizer que o texto de Djamila ancora-se em uma atividade responsiva frente ao discurso que exige posicionamento por parte de pessoas negras diante das notícias que descrevem atos racistas por parte do Estado, responde também à performance antirracista criada por pessoas não negras nas redes sociais em plataformas digitais. A autora problematiza o que é ser antirracista de fato e cobra posições ativas de enfrentamento à

questão racial. Ser antirracista é diferente de não ser racista, mas mesmo isto a população brasileira não demonstra ser.

Mas aí vivemos num governo cujo projeto é o desmonte de políticas públicas. Que combate ao racismo é esse que busca se esquivar de responsabilidade do fundo do poço que esse país atingiu? Políticos que se vangloriam de sua desumanidade chegaram aonde chegaram sozinhos? Se hoje passamos vergonha no exterior, se políticas de precarização da população brasileira, negra e pobre em sua maioria estão em curso, há um sistema que privilegia a branquitude por trás disso (DJAMILA RIBEIRO, 2020).

Por meio do uso de interrogações, o endereçamento da fala da autora se estabelece a partir da instanciação de diferentes enunciatários. No excerto acima, o endereçamento das perguntas pode ser atribuído a pelo menos dois interlocutores: o grupo dos atingidos pelo racismo estrutural do Estado e o grupo de beneficiados por essas políticas. Nesse momento, é preciso dizer que, ainda que determinados sujeitos pertencentes ao grupo de pessoas brancas não se beneficiem pessoalmente com as políticas de segregação e marginalização da população negra, sócio-historicamente eles compõem o grupo hierarquicamente privilegiado. Seja pelo fato de terem acesso a determinados bens e serviços, seja pelo fato de compor a parcela da população que é constituída a partir de imagens majoritariamente positivas.

Djamila contra-argumenta a responsabilização única por parte dos sujeitos negros frente a políticas consideradas racistas. A autora, então, critica a inação das populações não negras diante de um sistema racista que distribui hierarquicamente grupos de pessoas a partir de um parâmetro de raça/etnia. Ela ainda põe em questão a utilização de lugares sociais privilegiados na luta antirracista, ou seja, demandar políticas antirracistas e isso significa realocar as noções de direito e privilégio. Assim, os privilégios devem ser derrubados em prol da comunização de direitos para todos.

Em seu processo discursivo, a filósofa mobiliza, também, referências diversas do campo da produção intelectual sociológica. Somos capazes de perceber ecos da fala de Ângela Davis, bem como de outros pensadores negros que discorrem sobre a questão racial. Na próxima seção, discutiremos de forma detida as questões responsivas ligadas à interdiscursividade que passam o texto.

2.3 Atitude responsiva e indiciamento do outro: interdiscursividade do objeto de estudo

Nesta subseção tencionamos proporcionar a continuidade da discussão, além de delinear a concepção de interdiscurso, bem como a sua inserção no texto em análise. A partir desse direcionamento, buscamos compreender a concepção de interdiscurso. E, nesse sentido, apoiamos-nos na visão de Orlandi (2012b), que de modo responsivo nos chama a atenção para a seriedade da “materialidade discursiva”. Segundo a autora, o discurso é visto como a materialidade específica da ideologia, enquanto a língua é a “materialidade específica do discurso” (ORLANDI, 2012b, p. 83-84), ou seja, para a autora, a língua é concebida como a realidade específica dos modos que significam as distintas “materialidades simbólicas”. Sendo assim, Orlandi (2012b, p. 44) afirma: “é o interdiscurso como funcionamento da discursividade”.

Nessa perspectiva, em plena coerência com o já-dito da autora, é possível compreendermos que o interdiscurso é concebido como “exterioridade constitutiva do discurso, ou seja, o já-dito que torna possível todo dizer” (AZEVEDO, 2014, p. 321). É a propriedade que nos possibilita a retomada de outros textos com os quais um dado texto está ligado anterior ou posteriormente, podendo ressignificá-lo. Essa ação pode se dar a partir de uma negação, recusa ou até “postos à distância”. Conforme Possenti (2003, p. 268), isso ocorre “porque não” se explicitam de um modo conforme se faz um “pré-construído”. Além disso, são produzidos por meio de um processo especial, baseado na “semântica de” um determinado discurso, que em “alteridade com outro” discurso, pode constituir algumas simulações.

A propósito desses conceitos, Orlandi (2012a) defende que, mesmo o interdiscurso não sendo representativamente, seus efeitos se refletem na expressão de formas distintas de discurso que delimitam o texto de maneira desigual. Ademais, a autora acrescenta aos seus dizeres que:

As diferentes formações discursivas regionalizam as posições do sujeito em função do interdiscurso, este significando o saber discursivo que determina as formulações. As relações do sujeito com a memória (interdiscurso), como dissemos, toma forma, se materializa na relação sujeito/autor, discurso/texto (ORLANDI, 2012a, p. 115).

Dito isso, é possível reacender a nossa discussão e prosseguir a análise do texto em questão. Podemos dizer que o artigo de Djamila Ribeiro estabelece uma relação interdiscursiva com pelo menos três textos e, em razão disso, a autora ativa uma memória discursiva que possibilita-nos perceber uma construção polifônica, que retoma ecos das vozes de Jurema Werneck, Sílvio de Almeida e Ângela Davis. Nesse processo de discursivização do artigo, inicialmente acreditamos haver um diálogo com o famoso enunciado proferido pela filósofa e ativista do movimento negro norte-americano, Ângela Davis, “em uma sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”. Esse enunciado de Davis faz ecoar o fato de que é preciso que as pessoas em geral ajam contra o racismo e não somente isso, mas que não cometam atos individuais de racismo. Isso fica evidenciado pelo uso da modalização deôntica naquilo que respeita às ações de obrigatoriedade: “não basta não ser... é necessário ser...”. Assim, não ser racista não é favor, é obrigação mínima em uma sociedade que seja baseada em direitos humanos mínimos. Ângela Davis procura desestabilizar aqueles que se posicionam como neutros em um contexto de opressão, dizendo que é preciso se posicionar de forma contrária à opressão, e não apenas não ocupar o lugar de opressor.

Assim como Ângela Davis, Djamila Ribeiro convoca aqueles que sempre estiveram neutros a se manifestarem em favor dos oprimidos e contra as próprias vantagens. Djamila convoca a ações que resolvam com as estruturas sociais de fato, definindo que ser antirracista é tencionar e mover poderes públicos e privados em prol das populações negras. Tanto no enunciado proferido por Ângela Davis, quanto no texto de Djamila Ribeiro, as pessoas são convocadas a agir contra o sistema de opressão que vitima a parcela negra da população. Nesse sentido, somos capazes de compreender que o discurso de Djamila reverbera o discurso de Ângela Davis, evidenciando a dialogicidade.

Ainda nessa ótica, percebemos ecos da voz de Jurema Werneck, e estes se evidenciam logo no início do primeiro parágrafo do artigo de Djamila: “Recusamos esta branquitude ora desresponsabilizada, ora culpada, fundada na falsa ideia de ausência de cor e de raça, que goza privilégios como se direitos fossem.” Com esse excerto⁷, é possível perceber que, na construção do projeto discursivo do texto, estão imbricados os

⁷ Ver trecho completo na inserção da página sete deste estudo.

princípios responsivos e interdiscursivos, que funcionam no artigo como recursos linguísticos que a autora lança mão para discursivizar e resgatar discursos anteriores. Exemplo disso é escolha de uso da linguagem de modo direto, proporcionada pelo recurso de citação direta no seu artigo. Essa estratégia implica diretamente na constituição do seu texto, ao trazer outros enunciadores, ou seja, a autora convoca o(s) *outro(s)* presentes no discurso anterior, que também participam da cadeia discursiva do texto, a partir de uma relação interdiscursiva, que, nesse caso, atribui sentido e significado ao artigo de Ribeiro. Esse *outro* constitui um dos casos de heterogeneidade marcada ou mostrada de orientação revuziana, pois os fios ou indícios desse *outro* estão na materialidade linguística do artigo analisado, expressos por meio de citação direta e/ou discurso direto, portanto a alteridade se demonstra no decorrer do discurso. De acordo com Authier-Revuz (2004, p. 12), é “no fio condutor que, real e materialmente, um locutor único produz, um certo número de formas, linguisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso, inscrevem, em sua linearidade, o outro”.

A partir disso, Djamila se posiciona criticamente frente à população não negra, que se funda, segundo a autora: “na falsa ideia de ausência de cor e de raça”, que é a parcela que não deveria, mas goza de “privilégios como se direitos fossem”. Por meio desse viés argumentativo e, principalmente, na tentativa de sustentar e reforçar o seu posicionamento, Djamila Ribeiro faz escolhas lexicais a partir de um movimento que retoma ao longo do texto o enunciado - “A Era da Inocência Acabou, Já Foi Tarde”. Nesse caso, a articulista de modo irônico faz uma crítica ao racismo e aos últimos acontecimentos racistas nos Estados Unidos e no Brasil. Também, a autora deixa claro que a sociedade não pode mais aceitar o racismo, é preciso se posicionar frente a esse ato e também diante de toda e qualquer ação dessa natureza, isso porque, conforme Djamila, o povo não é mais inocente, portanto, defende que a “inocência acabou”.

Em outra passagem no artigo, percebemos outras escolhas lexicais da autora, tais como os usos dos signos “é claro” (É claro que é importante que a branquitude brasileira se mobilize contra o sistema que a beneficia) e “agora” (Agora, mobilizar significa reconhecer o silenciamento com o qual as produções negras foram tratadas, o sufocamento das personalidades, opiniões), funcionam como modalizadores que instituem novas posturas

frente a velhas práticas. Nesse último caso, a autora convoca seu interlocutor a compreender o que significa ter uma atitude antirracista.

Ainda em análise, percebemos que a articulista com intuito de sustentar a sua defesa antirracista e reforçar, fundamentalmente, o seu argumento, traz também para o seu texto a voz de outro enunciador, ao se apropriar do discurso “Descobriram o racismo”, de Silvio Almeida. No artigo analisado, inferimos que essa ação se presta ao propósito da autora para convocar novamente a voz de Jurema Werneck em outra parte constitutiva do artigo. Além disso, o trecho traz um pressuposto que o racismo já existia, mas só agora foi descoberto. Partindo de um movimento de tomada de posição, podemos perceber que mais uma vez a articulista de modo responsivo, utiliza o discurso alheio – expresso no seu texto por meio de citação direta no trecho - “Levou séculos para que o Estado brasileiro pudesse reconhecer a presença do racismo...[...] o restante da sociedade permanecia em silêncio”. Essa escolha resgata um já-dito e, conseqüentemente, também convoca mais uma vez o *outro* presente em um dizer anteriormente a ele. Fica evidente que se trata de um trecho que a autora, em plena concordância com o discurso de Werneck, chama a atenção da sociedade para “a presença do racismo como fator estruturante das relações sociais no país”. Ademais, Djamila Ribeiro na tentativa de reforçar a sua tese, como também de legitimar o seu discurso, retoma a voz de Werneck no mesmo excerto, para reiterar que a comunidade negra vem sofrendo com o racismo há muitos anos, uma vez que essas ações ou práticas são antigas e datadas desde o “final do século 20 e início do século 21”, conforme dito no artigo.

Diante disso, compreendemos que a articulista convoca em seu texto todas as vozes que podem e devem acabar com esse silenciamento, lutando contra os movimentos racistas, e em defesa da vida dos sujeitos negros. Ademais, ela já traz respostas, pela reiteração da construção da negativa: “Não será...não será... não será...” Também podemos perceber uma crítica à política governamental que tem beneficiado a população branca e vem se esquecendo de mobilizar e implementar ações, políticas públicas educacionais, de segurança e de inclusão destinadas à população negra, assegurando os seus direitos e deveres, enquanto cidadãos participantes de uma sociedade. Por fim, é preciso dizer que, diante de toda a discussão proposta, percebemos que a enunciadora reforça o fato de que é preciso

uma postura antirracista de fato para combater o racismo institucional e estrutural.

Considerações finais

Com este estudo, compreendemos os processos responsivos e, por extensão, interdiscursivos que constituem o texto em análise, a fim de possibilitar uma reflexão acerca do tema proposto para discussão: o racismo. Nessa direção, buscamos respaldo em teóricos que discutem acerca dos respectivos aspectos, com o intuito de compreender os seus usos na análise do artigo de jornal que focalizou o tema escolhido. Por meio de entrada analítica temática e na materialidade textual, tentamos descrever os processos discursivos que são subjacentes à significação do texto em estudo. Acreditamos que propor um estudo que congregue os aspectos responsivos e interdiscursivos do texto nos permitiu compreender, também ainda que em menor proporção, estratégias de composição e constituição do texto.

Outro ponto importante que deve ser mencionado é o fato de aproximar temáticas sócio-historicamente relevantes a produções acadêmico-científicas com o intuito de estreitar o elo entre academia e sociedade. Refletir sobre temas caros a toda sociedade é imprescindível. O racismo, enquanto um desses temas, deve ser discutido e debatido de maneira séria de forma a contribuir para o combate a práticas discriminatórias e elaborar práticas antirracistas. Por fim, concluímos o estudo com a expectativa de que, ainda, há outras tantas ações que precisam ser adotadas tanto pela sociedade como também pelo governo no combate ao racismo. E, para tanto, é essencial a busca e a produção de novos estudos por conta da relevância e emergência da temática.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. *In*: AUTHIER-REVUZ. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-80.

AZEVEDO, Aline Fernandes de. Sentidos do corpo: metáfora e interdiscurso. *Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC*, v. 14, n. 2, p. 321-335, maio/ago. 2014.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. Enunciação, dialogismo, intersubjetividade: um estudo sobre Bakhtin e Benveniste. **Bakhtiniana** – Revista de Estudos do Discurso, [s. l.], n. 2, jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/view/3015>. Acesso em: 07 abr. 2020.

POSSENTI, Sírio. Observações sobre interdiscurso. POSSENTI, S. Observações sobre interdiscurso. **Revista Letras**, Curitiba, n. 61, especial, p. 253-269, 2003.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2012a.

ORLANDI, Eni. **Discurso em análise: Sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2012b.

RIBEIRO, Djamila. **O enfrentamento ao racismo precisa ser mais do que posts para aliviar a consciência**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2020/06/o-enfrentamento-ao-racismo-precisa-ser-mais-do-que-posts-para-aliviar-a-consciencia.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2020.

VOLÓCHINOV, Valentin N. A interação discursiva. *In*: **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico**. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólvoka Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

A pantomima de Regina: fragmento simbólico integrado à rede interdiscursiva de reciclagem memorialística

Daiman Oliveira da Costa*

Resumo

Este artigo se propõe a analisar um pontual acontecimento discursivo presente na entrevista de Regina Duarte, ex-secretária especial de cultura do governo brasileiro, para a emissora de televisão CNN Brasil, em 7 de maio de 2020. Mais especificamente, defende-se a hipótese de que a marchinha “Pra frente, Brasil”, cantada por Regina durante a entrevista, funcionou como um acontecimento discursivo sutilmente integrado a uma rede interdiscursiva que, no Brasil, continuamente reforça simbólicas reciclagens da memória histórica referente ao período da Ditadura Militar (1964-1985) por meio da atualização da memória discursiva. Para tanto, a partir de conceitos-chave dentro do quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa, desenvolve-se um percurso conceitual pautado, sobretudo, nas noções de memória histórica, memória discursiva, interdiscurso e pré-discurso.

Palavras-chave: Memória histórica. Memória discursiva. Interdiscurso. Pré-discurso.

* Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestre em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6258-764X>

Regina's Pantomime: Symbolic Fragment Integrated Into The Interdiscursive Network of Memorial Recycling

Daiman Oliveira da Costa

Abstract

This paper proposes to analyze a specific discursive event present in the interview of Regina Duarte, former special secretary of culture of the Brazilian government, to the television station CNN Brasil, on May 7, 2020. More specifically, the hypothesis is to defend that the song “Pra frente, Brasil”, sung by Regina during the interview, functioned as a discursive event subtly integrated into an interdiscursive network that, in Brazil, continually reinforces symbolic recycling of historical memory referring to the period of the Military Dictatorship (1964-1985) by updating the discursive memory. In order to do so, based on key concepts within the theoretical and methodological framework of the French Discourse Analysis, a conceptual path is developed mainly based on the notions of historical memory, discursive memory, interdiscourse and pre-discourse.

Keywords: Historical memory. Discursive memory. Interdiscourse. Pre-discourse.

Introdução

Em tempos de crise, é comum que a esfera política vire palco oportuno de performances discursivas e que, sob holofotes ideológicos, narrativas dissonantes se digladiem em busca do arrebatamento do auditório, criando um revolto espetáculo do qual irrompem-se silenciamentos e ao qual ninguém presta ovações. Embora o avassalador cenário pandêmico que, em 2020, já vitimou centenas de milhares de pessoas ao redor do globo demande mais empatia e afetividade do que uma metáfora teatral como essa é capaz de oferecer, tudo indica que ela é lamentavelmente acurada para introduzir o objeto de análise deste artigo. Fato é que, em terras brasileiras, não bastasse a crise sanitária e as turbulências da esfera política, um recente episódio esdrúxulo profanou parte da memória histórica da política brasileira, dessa vez em forma de uma constrangedora pantomima. Em 7 de maio de 2020, o Brasil assistiu, perplexo, a ex-secretária especial de cultura, a atriz Regina Duarte, não apenas banalizar a letalidade do vírus Covid-19, mas também contribuir para uma simbólica reciclagem da já obscurecida memória histórica referente ao período da Ditadura Militar no país (1964-1985), durante uma entrevista concedida à emissora de televisão CNN Brasil. Em rede nacional, indagada sobre seus planos à frente do finado Ministério da Cultura – recentemente rebaixado à condição de Secretaria Especial – durante a pandemia, Regina garantiu que “onde há vida, há morte”, confessou que preferia manter o “alto astral”, cantarolou em tom saudosista e mungangueiro a canção “Pra frente, Brasil”, repudiou o apelo de auxílio à classe artística feito em vídeo por Maitê Proença, sua ex-colega de trabalho, e, finalmente, sugeriu que havido sido emboscada pela emissora – que, de forma precoce e desconcertante, foi compelida a encerrar a lastimosa entrevista.

Evidentemente, o trágico espetáculo protagonizado por Regina potencialmente oferece numerosas pautas para análises discursivas e, não obstante, parece haver um latente denominador comum que comprime todas elas: a banalização da morte. De qualquer forma, importa para a análise que aqui se pretende desenvolver um tópico relativamente ofuscado que, como já foi dito, fere a memória histórica brasileira. Na verdade, é muito provável que Regina não tenha consciência de que uma fugaz pantomima

presente em sua performance durante a entrevista jogou mais uma pá de cal sobre o túmulo em que jazem os mortos da Ditadura Militar. A canção “Pra frente, Brasil”, criada em 1970 para incentivar um apoio ufanista à seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo, mas que, na prática, serviu para desviar a atenção das severas violências impingidas pelo Estado, foi ressuscitada pela ex-secretária especial de cultura em tom saudosista para sugerir que os bons tempos haviam ficado para trás. Embora o entrevistador, visivelmente incomodado, tenha respeitosa e repreendido o argumento e sublinhado a letalidade daquele amargo período, o saudosismo de Regina apenas confirma a contínua e perigosa reciclagem de uma memória histórica que deveria ter sido há muito revisitada e passada à limpo, sobretudo em um país que se diz democrático. Entretanto, até os dias atuais, as únicas incursões legislativas bem-sucedidas foram as que se prestaram a impedir esta autópsia simbólica e, de fato, tudo indica que o ex-presidente João Figueiredo conseguiu selar de vez esse impedimento quando sancionou, ainda em 1979, a aviltante e imperdoável Lei da Anistia (BRASIL, 1979), a qual autorizou a impunidade e alavancou o esquecimento. Até mesmo Dilma Rousseff, que foi vítima de torturas no período, surpreendentemente acabou se esquivando de invalidar a famigerada lei quando ainda ocupava o posto da presidência da república. Portanto, parece justo tentar recuperar e esclarecer as estratégias que insistentemente promovem esta reciclagem memorialística e propor uma breve análise crítica sobre as nuances modernas de determinados discursos que, simbolicamente, continuam reforçando esquecimentos.

Para tanto, alguns conceitos caros à Análise do Discurso (doravante AD) de base pecheutiana serão empregados neste texto na tentativa de esclarecer o funcionamento e as consequências da relação entre memória e discursividade. Pretende-se, com isso, desenvolver um mapeamento teórico-metodológico que dê conta de evidenciar como a pantomima de Regina é, na verdade, um acontecimento discursivo que faz parte de uma contínua e paciente rede interdiscursiva que, articulada por determinadas formações ideológicas, as quais ainda serão esclarecidas, recorrentemente recicla a memória histórica por meio da atualização da memória discursiva. Nessa perspectiva, as práticas comunicativas são concebidas como metonímias das relações de poder embutidas na esfera pública e o discurso torna-se um incansável gerador de consensos coercitivos que, em grande

medida, impõem ideologias de modo velado e manobram o modo como os sujeitos experienciam e interpretam os fatos sociais. Sendo assim, a próxima seção desse texto se propõe a explorar o conceito de memória a partir das noções de acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1983), formação discursiva, interdiscurso, intradiscurso (FOUCAULT, 2008; PÊCHEUX, 1995, 1997; COURTINE, 2014) e memória discursiva (COURTINE, 2014), além de outros conceitos acessórios. Não obstante, pretende-se também considerar algumas valiosas contribuições de Marie-Anne Paveau (2013) que, ancoradas nas noções acima, consolidaram a ideia de pré-discurso. Todos estes conceitos servirão para construir um mapeamento apto a esclarecer como as lentes ideológicas filtram o olhar sobre a realidade e, discursivamente, são capazes de atualizar e apagar memórias.

A memória e o esquecimento no discurso

Em AD, memória é um conceito que aparece de modo espalhado, disperso, ramificado em numerosos postulados edificados por autores que se prestaram a escrutinar o complexo funcionamento do discurso a partir da articulação entre o que é sócio-histórico e o que é linguístico. Talvez se possa dizer com grande segurança que memória é um domínio imanente em qualquer análise discursiva, afinal, as práticas comunicativas são sempre uma espécie de refração semântica, que desloca e atualiza sentidos outrora manifestos. Fato é que não há nada de novo debaixo do sol e todas as palavras já foram ditas, no entanto, temos sempre a impressão do inédito. Este curioso curto-circuito memorialístico ocorre porque o discurso é, segundo Pêcheux (1983), estrutura e acontecimento, de modo que o sentido de um enunciado é refém de uma operação interpretativa evanescente, passível de coloridos situacionais que reverberam nos sujeitos por meio das práticas comunicativas. Além disso, a opacidade intrínseca da linguagem impede que os sentidos se cristalizem e, portanto, o discurso torna-se um agenciador de possibilidades; em outros termos, a materialidade linguística é fadada ao equívoco, pois qualquer enunciado tem potencial para se tornar matéria-prima de novos acontecimentos discursivos. Um enunciado como “Pra frente, Brasil” é totalmente aberto a filtros interpretativos e

pode ser usado em um sem-número de discursos; na verdade, cada vez que foi proferido, seja em 1970 ou em 2020, se tornou um acontecimento discursivo e, conseqüentemente, possibilitou interpretações distintas, pois rompeu a estabilidade de uma memória anterior – embora não a tenha apagado, apenas a ressignificado. Nesses termos, a noção de acontecimento discursivo faz da memória basicamente um paradoxo: é lembrança e é esquecimento – só assim se pode reivindicar o *já-dito* em *nunca-dito*.

Com efeito, pensar a atualização da memória por meio do esquecimento exige o auxílio de outros conceitos elementares à AD, para que não se cofunda a memória histórica e a memória discursiva. Como já foi dito, no fim das contas entende-se que as práticas comunicativas são convites a movimentos interpretativos, pois fundamentam-se em um contínuo deslizamento de sentidos que se atualiza efetivamente no discurso. Mesmo assim, convém sublinhar que, segundo a AD francesa, este deslizamento não é aleatório e muito menos de competência dos sujeitos; é resultado da interseção entre interdiscurso e intradiscurso. Além disso, qualquer atualização semântica fomentada por acontecimentos discursivos está inscrita em uma rede de memórias autorizada por um conjunto complexo de formações discursivas. Entretanto, antes de mergulhar nas noções de interdiscurso e intradiscurso, importa considerar as relações de poder embutidas no conceito de formação discursiva e, dessa forma, fatalmente nos aproximamos da tese do assujeitamento.

Embora seja plausível estipular as intenções de um sujeito que, por meio do discurso, atualiza memórias, para a AD francesa não é isso o que acontece, pois nega-se a ideia de um essencialismo subjetivo e assume-se que a produção de sentido é um movimento impositivo. É nesse viés que Orlandi (2007) explica que, embora o sujeito se imagine como origem do que diz e pense ter autonomia na construção dos sentidos, ele, na verdade, se constitui sujeito na linguagem. Em outros termos, tudo o que o sujeito diz está circunscrito ao que ele “pode dizer”, pois, segundo Pêcheux (1997 [1969]), o sujeito é interpelado pela ideologia e, dessa forma, o estatuto do sujeito se constrói na linguagem e independe das intenções do indivíduo. Soa, de fato, um tanto radical a tese do assujeitamento e a supressão da subjetividade sinaliza um notório ponto fraco dessa linha de pensamento – justamente por isso Pêcheux (1983 [1975]) acabou fazendo uma revisão conceitual, a fim de incluir tonalidades subjetivas no assujeitamento e,

assim, insinuou uma articulação entre o inconsciente e a ideologia. Não obstante, em uma tentativa de absorver o contraditório, o divergente, previu-se a estratificação deste assujeitamento e, para tanto, edificou-se a ideia de forma-sujeito, fracionada em graus de pertencimento, de identificação ideológica¹. De um jeito ou de outro, a ideia por trás do assujeitamento é pertinente, pois visa projetar a ideologia e o discurso para o centro da produção de sentido e, com isso, o próprio sujeito torna-se uma espécie de efeito de sentido.

Diante desta logística deveras coercitiva, então, importa sublinhar os alicerces objetivos do assujeitamento e suas respectivas manifestações. Na verdade, apontou-se, mais acima, que o sujeito “diz o que pode dizer”, e esta é uma das definições possíveis para o conceito de formação discursiva, de modo que o assujeitamento pode ser entendido como uma espécie de consequência operacional do discurso. Começa a se desenhar, assim, não apenas o conceito de formação discursiva, mas também o de interdiscurso e o de intradiscurso, que serão esclarecidos logo à frente e conduzirão à ideia de memória discursiva. De fato, embora o conceito de formação discursiva tenha paternidade compartilhada com Foucault (2008 [1969]), entende-se que as reflexões de Pêcheux (1995) ancoraram de vez a prevalência da ideologia nas análises discursivas. Se Foucault, buscando compreender o funcionamento dos discursos que compõem as ciências humanas, se debruçou sobre um princípio de dispersão dos enunciados a fim de rastrear suas regularidades e, conseqüentemente, delimitar o que ele entendia por formação discursiva, Pêcheux se pautou nos estudos marxistas para apontar como o sujeito situa-se em uma incontornável luta de classes que condiciona o seu dizer; isto é, o lugar social que ele ocupa licencia aquilo que pode e deve ser dito. Nessa perspectiva, a formação discursiva é uma espécie de matriz de sentidos, vinculada a um conjunto complexo de atitudes, crenças e representações – as formações ideológicas – que orientam não apenas o modo como o sujeito se posiciona na luta de classes, mas, sobretudo, como ele produz sentido. Em outros termos, a formação discursiva pode ser entendida como manifestação da formação ideológica que condiciona os

1 Quem definiu de maneira clara a estratificação da forma-sujeito foi Freda Indursky (2000). Segundo a autora, quando o sujeito se identifica plenamente com a forma-sujeito implicada em uma formação discursiva dominante, tem-se um caso de superposição; quando o sujeito questiona e se distancia, o caso é de contraindificação; finalmente, quando ele se desloca totalmente da forma-sujeito, ocorre a desidentificação e, conseqüentemente, uma espécie de migração para outra formação discursiva – ou seja, não é uma questão de “desassujeitamento”, pois ele se identifica com outra formação discursiva que, igualmente, o assujeita.

dizeres. Não obstante, falar em luta de classes é falar de atritos ideológicos e é justamente por isso que se compreende a produção de sentido como uma disputa coletiva que visa à construção de um consenso estável, o qual filtre a interpretação das experiências sociais e, na medida do possível, conduza o comportamento dos sujeitos. Trata-se, no fim das contas, de uma gestão sociopolítica.

Se, com efeito, na visão de Pêcheux, o sujeito é interpelado pela ideologia e, por meio do discurso, ele manifesta o seu grau de pertencimento e afiliação ideológica em meio à luta de classes, como seria possível reciclar os sentidos por meio de acontecimentos discursivos? Uma resposta para esse questionamento repousa sobre as noções de interdiscurso e intradiscurso. Tome-se, por exemplo, o conceito de “democracia”. Um ditador enrustido pode perfeitamente engendrar uma atitude monocrática, argumentar que o faz em nome da democracia e persuadir numerosos devotos de que é exatamente isso que está fazendo; tal manobra é o reflexo da ideologia operando através de uma formação discursiva e transfigurando o já-dito – o que se sabe da democracia e o que já foi dito sobre ela. Nesses termos, foram cunhadas as ideias de interdiscurso e intradiscurso, que, segundo Indursky (2003), compõem uma espécie de plano cartesiano, de modo que o interdiscurso, no eixo vertical, compreende um conjunto de formações discursivas que articulam o que já foi dito e indiciam o encadeamento daquilo que é passível de ser repetido, enquanto o intradiscurso, no eixo horizontal, corresponde à prática discursiva do sujeito, a sua enunciação. O ponto de contato entre os eixos concretiza, então, o acontecimento discursivo que atualiza e projeta o pré-construído (o já-dito) no tempo presente – precisamente o que fez Regina; mas ainda não é hora de falar dela. Em outros termos, por compreender um conjunto de formações discursivas que, em grande medida, determina os possíveis deslocamentos de sentidos, o interdiscurso é heterogêneo e oferece a matéria-prima discursiva (o pré-construído) que será rearticulada em contato com o intradiscurso; nos termos de Pêcheux (1995, p. 167), o intradiscurso é um “efeito do interdiscurso sobre si mesmo”. De fato, todas estas considerações insinuam a definição de memória discursiva defendida por Courtine (2014 [1981]), mas talvez seja oportuno retomar mais uma contribuição de Pêcheux antes disso, para que fique mais clara a distinção entre memória histórica e memória discursiva, que será extremamente útil à análise subsequente.

Em 1983, por ocasião de um evento acadêmico realizado em Paris, intitulado *Histoire et linguistique*, Pêcheux participou, junto com outros pesquisadores, de uma mesa redonda² cujo tema central era o papel da memória, sobretudo nos estudos da linguagem. Entre outras coisas, advogou-se que a memória é um entrecruzamento de sentidos – míticos, sociais, discursivos e, claro, históricos – e não deve ser encarada por um viés individualista. A ideia, com efeito, era a de esclarecer que memória não é um repositório de eventos, com bordas fixas e intransponíveis, mas uma rede volúvel e dialética de deslocamentos, de ressignificações, de contradiscursos, de disputas e (por que não?) de repetições. Aberta, portanto, a operações discursivas, entende-se que memória é eminentemente um território em disputa, ao qual ninguém pode reivindicar insuspeição. Nessa perspectiva, pode-se dizer, por exemplo, que qualquer tentativa de recuperar um fato histórico implica, em tese, reestabelecer uma série de implícitos acessórios e, assim, a memória histórica é reconfigurada por meio do discurso, que institui não apenas um deslocamento espaço-temporal, mas um deslocamento semântico materializado por práticas comunicativas. Ora, a ressignificação é um processo discursivo e, portanto, uma memória histórica, quando recuperada, é atravessada pela opacidade da linguagem e vira matéria-prima de acontecimentos discursivos. Foi pautado nestas operações que Courtine (2014 [1981]) consolidou, antecipadamente, a ideia de memória discursiva, a qual, em grande medida, se aproxima das noções de interdiscurso e de pré-construído, pois articula uma espécie de estatuto social da memória ancorado sobre o que é “real na história” e o que é “real na língua”, ou seja, aquilo que é passível de ser repetido, refutado e transformado nas práticas discursivas que operam sobre o já-dito. Portanto, memória discursiva é praticamente uma disputa ideológica pela interpretação, na qual os sujeitos, por meio do intradiscurso, se apropriam da memória histórica e ecoam as vozes do interdiscurso.

A vulnerabilidade da memória histórica fica, com efeito, cristalina. A produção de sentido é obrigatoriamente um processo coletivo contínuo e mesmo que se consolide um consenso relativamente estável sobre um fato ou um período histórico específico – a exemplo da Ditadura Militar no Brasil – ele será sempre passível de reformulações. Nessa perspectiva, compreende-se que a ideologia é praticamente onipotente e que as práticas

² As reflexões de Pêcheux nesta mesa redonda foram posteriormente publicadas por Achard et al. (1999).

discursivas materializam a sua onipresença, mas talvez seja oportuno relativizar algumas nuances deste funcionamento e considerar brevemente pontuais considerações de Paveau (2013) antes de encerrar esta seção. Fato é que a linguista francesa não apenas revisitou o quadro teórico da AD pecheutiana, mas se propôs a inserir tonalidades cognitivas que são deveras atraentes. Em termos gerais, Paveau problematiza a imanência do assujeitamento ideológico e devolve certa autonomia às configurações socioculturais dos sujeitos – algo que, de fato, se mostra promissor, tendo em vista a incompletude da obra de Pêcheux em razão de sua morte precoce. Além disso, o viés cognitivista³, em diálogo com os postulados da AD, joga luz sobre formas variadas de organização do discurso, incluindo, para isso, reflexões sobre artefatos e tecnologias que “distribuem” as matizes semânticas, tais como símbolos linguísticos, objetos manufaturados, obras arquitetônicas etc. Com efeito, Paveau define os pré-discursos como enquadres prévios de saberes, de crenças e de práticas que circulam em determinados grupos sociais, são acessíveis ao indivíduo pela cultura e, sobretudo, são distribuídos nos ambientes materiais das produções discursivas. Assim, a própria memória passa a ser uma espécie de operador pré-discursivo e, não obstante, novamente é possível enxergar grande proximidade com as noções de pré-construído e interdiscurso, mas fica claro que a autora confisca grande parte da onipotência atribuída às formações ideológicas e propõe uma espécie de fragmentação do poder social, que se manifesta na apropriação conjunta de certas crenças e conhecimentos pelos grupos sociais. A hipótese do assujeitamento, nesse viés, se fragmenta, mas sobrevive um caráter coercitivo das práticas discursivas, ainda que de modo relativizado e distribuído.

Evidentemente, esta brevíssima apresentação do conceito de pré-discurso está longe de esgotar a extensa pauta epistemológica esquadrihada por Paveau ao longo de seu livro, que até hoje causa certa tensão entre analistas do discurso, independentemente de suas vertentes teóricas. Na verdade, todos os conceitos esboçados até aqui são apenas sucintos

³ Com o propósito de cunhar o conceito de pré-discurso, Paveau (2013) apresenta um extenso mapeamento da genealogia epistemológica da AD francesa e, ao mesmo tempo, promove um diálogo com as teorias cognitivas, com ênfase na tese da *cognição distribuída*, proposta originalmente por Hutchins (1995) e explorada por Conein (2004). A ideia central por trás dessa tese é a de se esquivar do internalismo cognitivo e explorar com mais amplitude o funcionamento da relação entre linguagem, memória e pensamento, a fim evidenciar como as operações cognitivas são influenciadas pelo ambiente cultural. Para tanto, buscou-se mostrar como as formas contemporâneas de produção e circulação dos discursos são distribuídas na sociedade não apenas nas práticas comunicativas, mas também em lugares, objetos, símbolos etc. Nesse viés, a memória discursiva é igualmente pautada em uma operação distribuída. Tudo isso ficará mais claro na próxima seção deste texto.

mapeamentos teóricos considerados estratégicos para tratar da relação entre memória e discursividade, que será o pano de fundo para a análise discursiva subsequente. Dessa forma, os conceitos pinçados do quadro teórico da AD francesa com base em Pêcheux, aliados às contribuições de Paveau, servirão de lentes analíticas para a identificação dos mecanismos discursivos, sociais e ideológicos por trás da famigerada entrevista concedida pela ex-secretária especial de cultura e, de fato, a memória discursiva e os pré-discursos talvez sejam os conceitos mais elementares entre os que foram aqui sugeridos. No entanto, eles não são suficientes para a identificação das nuances ideológicas embutidas nas práticas sociais que coercitivamente impõem aos sujeitos uma interpretação parcialmente pré-determinada dos fatos; justamente por isso propôs-se o sucinto trajeto teórico apresentado. Sendo assim, está na hora de cruzar o Atlântico e retornar às terras brasileiras – aparentemente um palco inesgotável de peripécias discursivas.

Brasil: palco inesgotável de peripécias discursivas

A operacionalização discursiva mais costumeira que se faz da memória é a guerra de narrativas; até mesmo entre historiadores há conflitos – não à toa investiga-se a história da historiografia. Nesse sentido, como já ficou claro, um eventual consenso sobre a memória histórica passa obrigatoriamente pela memória discursiva e, por causa disso, disputas, reformulações e até apagamentos são inevitáveis. No Brasil, tudo indica que pouquíssimos – quiçá nenhum – períodos históricos são plenamente consensuais e o exemplo mais evidente disso é a Ditadura Militar, que, embora tenha durado 21 anos e deixado irremediáveis cicatrizes em uma geração inteira, é alvo de injuriosos saudosismos. Nem mesmo o minucioso e impactante relatório produzido pela Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014), dividido em três extensos volumes que juntos somam mais de 3.000 páginas, foi capaz de esclarecer ao povo brasileiro que aquele talvez tenha sido o período mais amargo, autoritário e violento desde a abolição da escravatura, em 1888. Diante disso, esta seção se propõe a tentar esclarecer o funcionamento dos mecanismos ideológicos, discursivos e simbólicos que são capazes de colocar em funcionamento este

poderoso mecanismo de apagamento e reciclagem memorialística. Não obstante, pretende-se consolidar a hipótese de que a ex-secretária especial de cultura, Regina Duarte, ao cantarolar uma marchinha popular associada ao período da Ditadura durante sua constrangedora entrevista à emissora CNN Brasil⁴, em 7 de maio de 2020, promoveu, sem ter plena consciência disso, um acontecimento discursivo sintonizado a uma rede interdiscursiva que continuamente contribui para a reciclagem da memória histórica referente ao período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), por meio da atualização da memória discursiva.

De fato, no início deste texto introduziu-se brevemente a peculiar entrevista de Regina e sublinhou-se que ela é um prato cheio para diversas análises discursivas. Nesse sentido, a partir do recorte selecionado para análise, é possível notar que a alusão saudosista ao período do regime militar está intimamente conectada a um discurso que banaliza a morte – algo que se aproxima do conceito de necropolítica, estipulado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2016), o qual dissertou sobre cenários em que o Estado se projeta como responsável pela jurisprudência da morte, por decidir quem tem o direito de viver e quem não tem, seja pela injunção, seja pela omissão. Ora, se a necropolítica explícita do regime militar torturava e matava seus opositores políticos, a necropolítica latente no discurso da ex-secretária especial de cultura se manifesta quando, diante da gravíssima pandemia do vírus Covid-19, que continua causando a morte do milhares de brasileiros, ela afirma que “[...] a humanidade não para de morrer, se você falar de vida, de um lado tem morte [...] A Covid está trazendo uma morbidez insuportável, não tá legal! (sic)”. Sabe-se que, na época da entrevista, Regina era integrante do governo e, portanto, sua fala pode ser compreendida não apenas como uma banalização da morte, mas, sobretudo, como uma espécie de justificativa para a omissão – nesse caso específico, enquanto secretária especial de cultura, ela reforçou a sua omissão diante do apelo de auxílio à classe artística feito em vídeo por Maitê Proença e diante da morte de figuras importantes da cultura brasileira em virtude da pandemia, como a do músico Moraes Moreira e a do escritor e compositor Aldir Blanc. Sendo assim, embora o cenário pandêmico pelo qual passamos não seja pauta da presente análise, ele revela como o discurso de Regina tem as tonalidades da necropolítica e, ao mesmo tempo, sinaliza como a alusão

⁴ O vídeo integral da entrevista está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v9gLHrP7RNw>

saudosista à Ditadura pode ser encarada como parte integrante da poderosa rede interdiscursiva de reciclagem e ressignificação da memória histórica, tendo em vista que a banalização da morte é uma característica de ambas.

De modo geral, entende-se que a entrevista de Regina é um belo exemplo da operacionalidade da memória discursiva e, não obstante, a marchinha confirma a tese de Paveau (2013), pois ilustra a “distribuição” dos operadores discursivos que dão acesso a certas crenças, saberes e representações, materializados não apenas por meio de práticas comunicativas, mas também de artefatos simbólicos. Fato é que, criada durante o período da Ditadura Militar para prestigiar a seleção brasileira na Copa de 70, que conquistou o tricampeonato e acalentou o coração de todos aqueles que, à época, não estavam nos porões dos militares, a marchinha ufanista “Pra frente, Brasil” foi cantarolada por Regina em tom saudosista e com saracoteios dignos de uma pantomima. É claro que pode-se dizer que a música em si é apenas um pequeno fragmento de memória e que talvez o seu traço mais distintivo seja, de fato, a alusão ao título futebolístico, mas é curioso que ela tenha sido evocada justamente quando a ex-secretária foi questionada sobre o seu alinhamento ideológico frente aos rumos da política no país. Também é curioso que, segundos antes de cantarolar a marchinha, Regina tenha dito que não pretendia ficar olhando para trás e reavivando memórias das décadas de 60, 70 e 80. É igualmente curioso que, logo em seguida, Regina tenha cantado a marchinha para lembrar o que, para ela, eram “os bons tempos”. E é fatalmente curioso que o seu discurso se alinhe, como já foi dito, à necropolítica, que durante o regime militar era explícita, mas que hoje se dissimula em descaso e omissão. Na verdade, nada disso é curioso. Tudo isso são ramificações da rede interdiscursiva.

Entende-se que essa rede interdiscursiva teve longos anos de maturação e é composta por formações discursivas diversas que, via de regra, partilham nuances ideológicas. Não é novidade, por exemplo, que até os dias atuais há quem chame de “Revolução de 64” o golpe de Estado que destituiu Joao Goulart da presidência e iniciou a Ditadura no Brasil. Este é um belo exemplo da operacionalização da memória discursiva por meio de uma prática comunicativa, mas sublinhe-se, mais uma vez, que crenças, saberes e representações também se manifestam em outros operadores discursivos, como artefatos simbólicos. Recentemente, os Correios identificaram mais de 700 ruas no Brasil que foram nomeadas em homenagem aos

protagonistas da Ditadura Militar, como se pode notar em uma matéria produzida pelo jornal O Globo⁵. Em contraste, houve diversas iniciativas de grupos e instituições ligadas a direitos humanos com o intuito de renomear estas ruas, no entanto, em muitos lugares, como em São Paulo, elas não foram bem-sucedidas. Tudo isso corresponde a uma espécie de guerra narrativa entre formações discursivas distintas, que disputam o consenso a respeito de uma memória histórica e, por isso, é possível rastrear as nuances ideológicas que se traduzem nas formações discursivas. Ora, quem se refere ao episódio de 64 como “Revolução” certamente é interpelado (para usar os termos de Pêcheux) por ideologias ultranacionalistas, conservadoristas e até militaristas – mesmo que, curiosamente, o termo “revolução” seja comumente associado a ideologias mais progressistas e socialistas; mais um caso de curto-circuito, dessa vez, no léxico. Esse tipo de disputa narrativa sem dúvidas é uma das ramificações do que se nomeou aqui de rede interdiscursiva.

Não obstante, nota-se que desde a crise político-econômica iniciada em 2013 no Brasil uma pungente polaridade ideológica acentuou a guerra pelo consenso a respeito do período do regime militar e, não à toa, foi justamente nessa época que, valendo-se dos direitos democráticos que, ironicamente, só foram instituídos com o fim da Ditadura, uma parcela significativa dos brasileiros começou a pedir, amiúde, intervenção militar, fechamento das instituições democráticas e até restauração do AI-5, o ato mais violento da época, que suprimiu quase todos os direitos civis dos brasileiros. Aparentemente, isso são aberrações ininteligíveis, mas, no fim das contas, são apenas reflexos da amplitude da rede interdiscursiva que continuamente promove a reciclagem desta memória histórica no país. A fim de explorarmos um pouco mais as formações ideológicas constituintes desta disputa narrativa, é oportuno fazer uma brevíssima digressão ao ano de 2013, pois, como foi sugerido acima, nesse época o saudosismo da Ditadura definitivamente ampliou seus adeptos. Depois de mais de uma década de um governo de centro-esquerda, que acumula méritos e deméritos, uma incipiente recessão econômica tornou-se gatilho para o desenvolvimento de uma veemente campanha antigovernista, a qual adquiriu cores conservadoristas e “antissocialistas” quase instantaneamente. Nasceu, assim, o antipetismo, caracterizado por discursos inflamados não apenas contra o

5 Ver: <https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-tem-727-logradouros-que-homenageiam-presidentes-militares-12032700>.

Partido dos Trabalhadores (PT), mas, sobretudo, contra as ideologias mais à esquerda, que se enxergaram em uma espécie de cruzada cuja missão era a de defender a nação contra a famigerada “ameaça comunista” – um termo que visivelmente é uma herança histórica, pois foi precisamente essa a tese usada para destituir João Goulart, em 1964. Evidentemente, seria improdutivo realizar uma extensa e minuciosa análise de conjuntura sobre todos os acontecimentos que, de 2013 aos dias atuais, materializam a demonização das formações ideológicas mais sintonizadas ao socialismo. O que nos importa aqui, quando se recupera esse período, é ilustrar uma fase considerada de extrema importância na contínua disputa discursiva que reivindica o consenso sobre a memória histórica e, sendo assim, nota-se que as formações discursivas vinculadas a formações ideológicas conservadoras e ultranacionalistas, que flertam com o militarismo, lograram um significativo êxito que se reflete, por exemplo, nas manifestações que hoje pedem uma nova intervenção militar⁶. Esse êxito é tão grande que, nos dias atuais, em alguma medida, até mesmo grupos sociais cujas formações ideológicas são divergentes têm se aproximado; neoliberais moderados e progressistas de centro-esquerda, por exemplo, têm percebido a necessidade de defender pautas comuns que são elementares, como a preservação da divisão entre os três poderes, que incrivelmente vem sendo cada vez mais ameaçada, tendo em vista que as mesmas manifestações que pedem o retorno dos militares pedem igualmente o fechamento do Congresso Nacional.

Nesses termos, entende-se que a rede interdiscursiva que recorrentemente atualiza a memória histórica da Ditadura Militar tem ampliado não somente a sua capilaridade, mas, sobretudo, a sua eficiência. Dessa forma, o Brasil tem presenciado a ascensão de uma formação discursiva com características ideológicas ultranacionalistas e monocráticas e, para tanto, diversos artifícios foram e continuam sendo utilizados. Ora, há muitos indícios disso, mas, se levarmos em consideração apenas os que foram até aqui apontados, é possível enxergar até mesmo uma espécie de encadeamento simbólico-discursivo, que se inicia no termo “Revolução de 64”, se alastra nos mais de 700 nomes de ruas que homenageiam presidentes militares, ganha força com o nascimento do antipetismo construído em 2013 (o qual enxerga o “comunismo” em tudo que não seja a sua própria

⁶ Nos últimos anos, as manifestações que pedem a volta dos militares têm ocorrido em várias partes do país, como fica claro no vídeo divulgado pela “Revista Sociedade Militar”: <https://www.sociedademilitar.com.br/2020/04/pedidos-de-intervencao-militar-retornam-com-forca-no-pais-manifestacoes-em-varios-locais-do-pais-pedem-abertura-em-niteroi-en-toaram-hinos-militares.html>

formação ideológica) e, nos últimos anos, tem se traduzido na forma de contínuos pedidos de intervenção militar e de fechamento das instituições democráticas. Dentro desse quadro, entende-se que a pantomima de Regina também é um singelo adendo a esta rede interdiscursiva e representa mais uma operacionalização da memória discursiva, pois a marchinha foi usada como um gatilho memorialístico que ativa um equivocado saudosismo pelos “bons e velhos tempos”. Não obstante, antes de encerrar esta seção e apresentar as considerações finais, vale a pena passar um pente fino em um último aspecto simbólico relevante para a análise, a fim de consolidar a hipótese de que a entrevista faz parte desta rede interdiscursiva.

É possível que, em virtude do constrangimento causado pela performance da ex-secretária especial de cultura, tenham passado despercebidos os dois quadros que compõem o cenário da entrevista, assinados por Rubem Valentim, um artista brasileiro que é referência do construtivismo brasileiro. Extremamente peculiares e geométricos, os quadros são uma releitura de símbolos das religiões indígenas e afro-brasileiras e foram doados ao extinto Ministério da Cultura – hoje Secretaria Especial de Cultura – em 2004, quando Gilberto Gil estava à frente do órgão. O que é relevante para a análise é que, embora os quadros simbolizem a pluralidade cultural, identitária e religiosa do nosso país, eles acabaram sofrendo uma espécie de curto-circuito simbólico, se considerarmos que a entrevista faz parte de uma rede interdiscursiva que, na contramão da função social da arte e da cultura, recicla memórias históricas e silencia a pluralidade identitária, religiosa e, claro, ideológica. Dois episódios recentes podem encorpar esta hipótese. O primeiro deles é que, em janeiro de 2020, o antecessor de Regina, Roberto Alvim, publicou um vídeo⁷ nos canais oficiais do governo para garantir que, daquele momento em diante, a arte brasileira seria “heroica, nacional e imperativa”. Imediatamente a declaração foi vista como paráfrase de uma fala de Joseph Goebbels, ministro de propaganda do governo nazista. O segundo episódio importante é que em uma reunião ministerial realizada em abril deste ano⁸, cuja gravação se tornou de domínio público, o ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, afirmou que odiava os termos “povos indígenas” e “povos ciganos”, e que o Brasil deveria ser um povo só, homogêneo. Entende-se que, juntos, os três episódios –

7 O vídeo foi apagado pela SECOM, mas continua disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3lycKFW6ZHQ>

8 A transcrição integral da reunião ministerial pode ser acessada em: https://issuu.com/mnovaes/docs/laudo_digitalizado

o vídeo de Alvim, a declaração de Weintraub e a entrevista de Regina – ajudam a construir a imagem de que cultura e educação são ferramentas nacionalistas homogeneizantes.

FIGURA 1: Regina Duarte, em entrevista à CNN Brasil.



Fonte: Revista Fórum, 2020

Este exemplo relativamente periférico, com efeito, engrossa a hipótese de que uma rede interdiscursiva de apagamento e reciclagem da memória histórica tem ampla capilaridade no cenário brasileiro e pode se manifestar em suportes e artefatos variados, pois compreende-se que os quadros de Rubem Valentim sofreram um curto-circuito simbólico ao servirem de suporte cenográfico para um acontecimento discursivo que, entre outras coisas, se vincula à ideologia ultranacionalista que tem ganhado notoriedade nos últimos anos. Há, de fato, muitas outras ramificações e implicações desse viés ideológico que não foram contempladas neste texto, as quais podem ser percebidas, por exemplo, quando propõe-se que seja comemorado o aniversário do golpe de 64 ou quando a Câmara dos Deputados precisa emitir um parecer técnico⁹ para explicar que o artigo 142 da Constituição de 88 não pode ser usado como pretexto para validar uma intervenção militar. Exemplos desse tipo são numerosos nos dias atuais, mas seria inviável analisá-los todos aqui. De qualquer forma, tudo o que já foi dito parece consolidar a ideia de que essa rede interdiscursiva é ampla, distribuída e visivelmente eficaz, pois cada vez mais o discurso

⁹ Em junho de 2020, época de intensas rusgas entre os poderes constitucionais, aventou-se a possibilidade de que o artigo 142 da Constituição poderia ser usado para “restaurar a ordem” no país, fato que obrigou a Câmara dos Deputados a publicar o seguinte parecer técnico: <https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/06/parecer.pdf/>.

ultranacionalista se apoia na reciclagem da memória histórica para expandir seus territórios e convencer grande parte da população brasileira de que uma nova versão do regime militar é a única opção para combater a famigerada “ameaça comunista”. Sendo assim, importa agora encerrar a análise e apresentar as considerações finais.

Considerações finais

Diante da breve análise aqui proposta, entende-se que a pandemia do vírus Covid-19 não é a única enfermidade que aflige o Brasil nos dias atuais. Tudo indica que a nossa jovem e inexperiente democracia padece de uma vulnerabilidade memorialística que põe na berlinda a sua própria existência. Por isso, o objetivo deste texto foi deslindar uma espécie de empreitada ideológico-discursiva que é distribuída em práticas sociais e artefatos simbólicos, ora de modo sutil, ora de modo explícito. Nessa perspectiva, o objeto de análise selecionado – a fugaz pantomima de Regina, que imprimiu a uma marchinha vinculada ao período da Ditadura um tom faceiro e saudosista – é uma das sutis ramificações do que se chamou aqui de uma rede interdiscursiva que continuamente recicla a memória histórica por meio da atualização da memória discursiva. Dessa forma, os conceitos pinçados do quadro teórico da AD francesa de base pecheutiana, além das contribuições de Paveau (2013), foram utilizados com o propósito de esclarecer os mecanismos discursivos e as nuances ideológicas que promovem o funcionamento dessa rede e, em grande medida, exercem notável influência não apenas sobre o comportamento dos sujeitos, mas também sobre a logística da política brasileira, que segue flertando com impulsos militaristas e antidemocráticos. Sob a batuta de uma formação ideológica ultranacionalista, a esfera política tem sido palco de discursos coercitivos e ameaçadores que constroem a ideia de que é necessário, pela força, combater um “velho inimigo comum”: o comunismo – o qual, atualmente, já virou uma pecha atribuída a todos aqueles que discordam, em maior ou menor grau, deste viés ideológico ultranacionalista e militarista. Marx deve se revolver no túmulo quando acusam um neoliberal convicto, como o governador de São Paulo, João Dória, de ser comunista.

Portanto, nesse cenário no qual se propagam discursos ultranacionalistas que ameaçam as instituições democráticas, a pantomima da ex-secretária especial de cultura, performada durante a entrevista concedida à CNN Brasil em maio deste ano, é entendida como um acontecimento discursivo sutilmente integrado à rede interdiscursiva que operacionaliza a reciclagem da memória histórica referente ao período da Ditadura, e Regina sequer tem consciência disso, pois, em consonância a Pêcheux, ela é interpelada por uma formação ideológica que a assujeita e a faz contribuir para a atualização da memória discursiva, assim como fazem os milhares de manifestantes que clamam por uma intervenção militar e pela dissolução dos três poderes – a última fronteira da democracia. Dessa forma, entende-se que a esfera política brasileira, especialmente a partir de 2013, tornou-se palco de disputas ideológicas polarizadas, que reivindicam um consenso não apenas sobre a memória de tempos passados, mas também sobre a memória do tempo presente. Ora, até mesmo a pandemia do vírus Covid-19 tem sido explorada por discursos político-ideológicos; a gestão da aparentemente dicotômica relação entre saúde e economia é uma pauta recorrentemente utilizada para contrastar formações discursivas e ideológicas. Aqueles que defendem a quarentena são vistos como “esquerdistas” e aqueles que defendem a reabertura econômica são vistos como “direitistas” – como se o conceito de ideologia fosse, de fato, binário. Nesse ínterim, os grupos sociais menos privilegiados continuam enterrando os seus mortos e a necropolítica moderna continua se esquivando de combater as mazelas sociais. Em suma, compreende-se que a memória do tempo presente está em plena construção, alicerçada sobre contínuas reciclagens memorialísticas a serviço de uma rede interdiscursiva cujas formações ideológicas são, no mínimo, alarmantes.

Referências

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.** Concede a anistia e dá outras providências. Planalto, Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 13 jul. 2020.

CNN BRASIL. **Exclusivo:** Regina Duarte minimiza ditadura e interrompe entrevista à CNN. 2020. (40m24s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=v9gLHrP7RNw>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

CONEIN, B. Cognition distribuée, groupe social et technologie cognitive. **Réseaux**, v. 124, n. 2, 2004, p. 53-79.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2014 [1981].

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HUTCHINS, E. **Cognition in the wild.** Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1995.

INDURSKY, F. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. Em: INDURSKY, F.; CAMPOS, M. C. (org.). **Discurso, memória e identidade.** Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000, p. 70-81.

INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon.** Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 35, 2003, p. 101-121.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios.** Rio de Janeiro: UFRJ, v. 32, n.2, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>>. Acesso em 16 jul. 2020.

ORLANDI, E. P. A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica. **ComCiência.** Campinas: LABJOR-UNICAMP, n. 89, 2007.

PAVEAU, M-A. **Os pré-discursos:** sentido, memória, cognição. Campinas: Pontes, 2013.

PÊCHEUX, M. **Discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1983.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2 ed. Campinas: Edunicamp, 1995 [1975].

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). Em: HAK, T.; GADET, F. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Edunicamp, 1997 [1969], p. 61-105.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. Em: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999, p. 43-52.

REGINA Duarte é abandonada por aliados da classe artística após entrevista à CNN. **Revista Fórum**, [s.l.], 11 maio 2020. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/cultura/regina-duarte-e-abandonada-por-aliados-da-classe-artistica-apos-entrevista-a-cnn/>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

Memos e(m) política: movimentos de análise discursiva

Kátia Regina de Sousa e Silva*
Giliard Dutra Brandão**

Resumo

A proposta deste trabalho é investigar, à luz dos estudos discursivos, os efeitos de sentido emanados de memes, um gênero textual fabricado no meio digital e que tem esse espaço como cenário de circulação. Aqui, focalizamos na análise da heterogeneidade mostrada em “memes de internet”. Pretendemos revelar que, para compreender, efetivamente, tais textos, é preciso entender o entrecruzamento de diferentes vozes sociais e, assim, diferentes discursos devem ser mobilizados, assumidos. Como *corpus* para análise, considerando o atual momento político tão conturbado na história do Brasil, em que eleitores da direita e esquerda encenam uma polarização bem marcada, elegemos seis memes. Essas materialidades foram pinçadas de duas páginas do *Facebook*: “bolsomitos” e “bolsolixos”. Para os movimentos de análise, consideramos o processo de construção do interdiscurso e as refrações de sentidos provenientes da materialidade, priorizando as ressonâncias históricas, culturais e sociais. Como resultado, notamos que os dois grupos produziram memes, com recortes estratégicos, a fim de projetar representações (negativas) dos políticos que não apoiam e exaltar os que defendem, por meio de representações favoráveis a estes. Também percebemos que a produção de sentidos, pelo leitor, é possível a partir da mobilização de aspectos polifônicos, cujas redes verbal e não-verbal estão, intimamente, ancoradas aos aspectos históricos, culturais e sociais, alguns mais bem situados historicamente, outros nem tanto.

Palavras-chave: Análise de discurso. Heterogeneidade. Meme. Bolsonaro.

* Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras - Linguística e Língua Portuguesa (PUC Minas), na linha de pesquisa “Linguagem e Enunciação: Interações Sociais e Práticas Discursivas”. Bolsista da CAPES II. Licenciada em Letras e Pós-Graduada em Revisão de Textos (PUC MINAS). Professora da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte/MG. ORCID 0000-0003-2324-553X.

** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestre em Estudos de Linguagens (CEFET-MG). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras - Linguística e Língua Portuguesa na linha de pesquisa “Linguagem e Enunciação: Interações Sociais e Práticas Discursivas”. Bolsista da CAPES II. Bacharel e Licenciado em Letras (PUC Minas) e Licenciado em Pedagogia (UNIFRAN). ORCID 0000-0002-2435-3025.

Memos and/in Politics: Discursive Analysis Movements

Kátia Regina de Sousa e Silva
Giliard Dutra Brandão

Abstract

The purpose of this work is to investigate, in the light of discursive studies, the effects of meaning emanating from memes, a textual genre manufactured in the digital medium and which has this space as a circulation scenario. Here, we focus on the analysis of the heterogeneity shown in “internet memes”. We intend to reveal that, in order to effectively understand such texts, it is necessary to understand the intersection of different social voices and, therefore, different discourses must be mobilized, assumed. As a *corpus* for analysis, considering the current political moment so troubled in the history of Brazil, in which voters on the right and left stage a very marked polarization, we elected six memes. These materialities were collected from two Facebook pages: “bolsomitos” and “bolsolixos”. For the analysis movements, we consider the process of construction of the interdiscourse and the refractions of meanings from materiality, prioritizing historical, cultural and social resonances. As a result, we note that the two groups produced memes, with strategic cuts, in order to project (negative) representations of politicians who do not support and exalt those who defend them, through representations favorable to them. We also realize that the production of meanings, by the reader, is possible from the mobilization of polyphonic aspects, whose verbal and non-verbal networks are, intimately, anchored to historical, cultural and social aspects, some better situated historically, others not so much.

Keywords: Discourse analysis. Heterogeneity. Meme. Bolsonaro.

Introdução

Com as novas mídias digitais, novos modos de se comunicar e de usar a língua(gem) foram surgindo e ressignificando as interações sociais, sobretudo pelo funcionamento dos textos multissemióticos que transcendem a configuração monocromática, da lógica do grafismo. Consequentemente, novos gêneros textuais emergem dessa ordem social discursiva, uma vez que, segundo Marcuschi (2008),

Os gêneros textuais são os textos que encontramos na nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas (MARCUSCHI, 2008, p. 154).

Dentre os gêneros emergentes das redes sociais, temos o meme, texto que, normalmente, apresenta uma linguagem mista, cujo enredamento discursivo está diretamente ancorado ao tom jocoso. Para alcançar esse efeito de sentido, em sua materialidade há trocadilhos, desenhos com traços caricatos e/ou fotografias adaptadas (modificadas) para determinado fim, que é inaugurar um novo efeito de sentido para ela, pois “todo discurso dialoga com outros discursos e toda palavra é cercada de outras palavras” (BAKHTIN, 2003, p. 319).

Em sua gênese conceitual, meme é um termo criado por Dawkins (1976), em seu livro “The Selfish Gene” (O gene egoísta), que significa “uma evolução cultural, capaz de se propagar”. Existe a expressão “Memes da Internet” – é o que contemplaremos aqui – cuja finalidade é caracterizar uma ideia que, muito rapidamente, se espalha pela *web*, seja por meio de e-mails, de redes sociais, de sites de notícias, entre outros. Outra característica é que tal texto pode ser recriado e reinterpretado, dependendo do objetivo e das circunstâncias, também pode ter, em pouquíssimo tempo, muitas visualizações. Quanto a sua duração, pode ser infinito ou efêmero.

Um bom exemplo disso é o meme a seguir, da vilã Nazaré Tedesco (personagem de Renata Sorrah), na novela Senhora do Destino, exibida em 2004, pela Rede Globo de Televisão. Além de ter atravessado as fronteiras

brasileiras, esse meme mantém-se no tempo, por meio de atualizações enunciativas, de acordo com o contexto social de uso.

Figura 1: Vilã Nazaré Tedesco



Fonte: <<https://www.dicionariopopular.com/meme-da-nazare-confusa/>>.

O meme da “Nazaré Confusa” geralmente é usado para mostrar que a pessoa não entendeu direito o que está acontecendo. Ele pode ser seguido de uma legenda que explique o que causou um pensamento confuso, ou então aparecer dentro de algum outro meme. A imagem é captada de uma cena em que a vilã acaba de ser presa por invadir a casa de sua rival, Maria do Carmo (Susana Vieira). Em sua cela, ela relembra uma conversa com a nora de Maria enquanto olha para as paredes. O modo como a cena foi gravada, cheia de cortes e *closes* no rosto de Nazaré, fez

parecer que a personagem estava meio desnorteada e confusa. Ademais, mobiliza o discurso da matemática, por meio de fórmulas, para reforçar tal complexidade, haja vista o imaginário de que os estudos matemáticos são difíceis, confusos, portanto, mobilizam “um interdiscurso, vozes emergidas de outras formações discursivas” (COURTINE, 1981, p. 87). Apesar de a novela ter sido exibida em 2004, o meme da Nazaré Confusa foi criado apenas em 2016, *viralizando* rapidamente no Brasil e em outras partes do mundo.

Os memes podem se apresentar em diferentes contextos, podendo estar, principalmente, nas redes sociais e, assim, expandir-se rapidamente, tal como um gene, tendo a capacidade de se multiplicar. Além disso, uma das características mais importante para este trabalho é que tal texto é sempre atravessado por outros textos. Em relação à leitura de memes, fica evidente a importância da memória discursiva, cuja atualização se dá na relação entre leitor e texto-discurso. É importante ressaltar que é por meio da memória discursiva que se reconhece “um acontecimento discursivo, descontínuo e exterior, na comunidade interna” (INDURSKY, 1997, p. 45). Nessa esteira,

o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas. Entretanto, o enunciado não está ligado apenas aos elos precedentes, mas também aos subsequentes da comunicação discursiva. Quando o enunciado é criado por um falante, tais elos ainda não existem. Desde o início, porém, o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado. O papel dos outros para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande [...] (BAKHTIN, 2003, p. 300-301).

A realização do processo linguageiro se dá na interação concreta, possuída por substratos de natureza ideológica. Considerando que não é possível trabalhar a noção de leitura de textos sem nos adentrarmos nos fios discursivos que permeiam a materialidade textual, adentramo-nos em teorias discursivas que nos possibilitam discutir as refrações de sentido dos memes, na esfera política. Possenti, sobre o campo científico da Análise do Discurso, argumenta que ela “nasceu como uma resposta à questão de como

ler”, buscaremos deixar bem claro, no ponto de vista da AD, como ocorre a interação por meio da escrita e da leitura e, assim, entender e evidenciar a presença de outras vozes na leitura dos memes (POSSENTI, 2009, p. 10-19).

Diante disso, buscamos evidenciar de que modo os discursos produzidos em memes de política, por dois grupos sociais – um da esquerda e o outro da direita - concorrem para a discussão da representação do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro.

“Bolsomitos” E “Bolsolixos” como gladiadores discursivos

“Você é luz, é raio, estrela e luar, manhã de sol...” (WANDO, 1988).

E assim surgiam os “bolsomitos” e os “bolsominions”. Para eles, Bolsonaro é uma luz no fim do túnel, um raio de esperança por um país melhor, mais justo e menos corrupto. E os defensores/eleitores do atual Presidente abraçam e aplaudem sua causa, entendendo que se faz necessária uma mudança radical e que ele é o homem certo para realizá-la. Considerado um homem conservador, cujo lema de sua campanha política de 2018 - “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” - conquistou milhões de eleitores que elegeram o “Mito”, fortalecendo ainda mais os “bolsomitos”. Assim, numa mescla de discurso religioso, conservadorismo e política, sua representação encontra-se no centro da polarização com os eleitores da esquerda que aclamam o discurso do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, vulgo Lula.

“Bolsomito”, segundo definição do dicionário informal (2016), é “o apelido dado a Jair Bolsonaro por seus fãs que o idolatram devido à exposição de ideias radicais e controversas”. Aos seus seguidores, a esquerda passou a chamá-los de “bolsominions” que, segundo uma das definições do Dicionário Informal, “são aqueles que seguem o líder, a quem chamam de mito, e dão vazão aos recalques narcísicos atacando as diferenças de grupos que elegem como rivais”. Por sua vez, os seguidores de Bolsonaro classificam os esquerdistas como petistas, comunistas e “esquerdopatas” – termo este

usado na internet para se referir à ideologia da esquerda como se fosse uma doença, a psicopatia.

Para Pena¹(2016), os “bolsominions” – também chamados “bolsomitos” – devem ‘ser estudados como um fenômeno complexo’, cujo conceito de “narcisismo das pequenas diferenças”, explorado por Freud, cairia bem.

Quando alguns críticos consideram a palavra nazista exagerada para definir um bolsominion, sempre pergunto se as características citadas por Freud [...] não estavam presentes também na Alemanha da década de 1930. Da mesma forma, recorro a algumas condições históricas, como crise econômica, desgaste da esquerda, falta de representatividade política e a busca por um salvador da pátria (PENA, 2016, s/p).

Por sua vez, o jornalista Marcelo Gouveia (2016) apontava Jair Bolsonaro como “um meme bem sucedido de carne e osso”, que combina com a rapidez e com a superficialidade do mundo das redes sociais. Gouveia (2016) chama a atenção para uma cena ocorrida em 2016, no Paraná, quando Bolsonaro era deputado. Ele foi carregado, nos braços do povo, ovacionado como “mito” e recebeu óculos escuros – os mesmos encontrados nos memes de Bolsonaro – para se adequar ao figurino de outro meme, o hit “Turn Down For What²”.

Para o jornalista, o “Bolsomito” tem explicação, pois “com o PT desacreditado pela exposição de casos de corrupção e com o PSDB conseguindo a proeza de não se mostrar uma alternativa viável ao quadro”, o meme, que até no momento era apenas divertido, foi ganhando mais e mais adeptos. Assim, os seguidores de Bolsonaro foram só aumentando e os memes que “retratavam” a figura do candidato à presidência foram se expandindo. O presidencialável adquiria, então, proporções inimagináveis e o número de “bolsominions” só crescia. Gouveia explica:

Claro, o “Bolsomito” tem explicação. Afinal, um meme só pode ter tal sucesso se houver condições de produção para tanto. E isso tem relação direta com a falta de

1 Felipe Pena é psicólogo, jornalista e professor da UFF. Doutor em literatura pela PUC, é autor de 15 livros e diretor do documentário “Se essa vila não fosse minha”.

2 No Brasil, a popularidade, tanto da música quanto da frase, aconteceu por causa um meme usado na internet [...]. O sentido adotado por nós nada tem a ver com o significado original da expressão: seria uma exclamação, algo como “Toma essa!”.

perspectivas no cenário brasileiro. Quem vota em Jair Bolsonaro não consegue enxergar saída no que está posto pela política tradicional [...]. Foi o que aconteceu com os fenômenos Enéas, em 2002, e Tiririca, em 2010, para o Congresso. Uma forma de dizer “pior do que está não fica” (GOUVEIA, 2016, s/p).

Diante do que o cenário brasileiro apresentava, os esquerdistas davam o grito e tentavam desmistificar o “mito”. Surgia, assim, a ideia de “bolsolixo”, que era defendida por aqueles contrários às ideias defendidas pelos “bolsominions”, considerando o que é defendido por Bolsonaro e seus seguidores algo irreal, digno de ser comparado a lixo, descartável, desprezível.

De tudo que se desenhava na história política do Brasil – e ainda se desenha no atual cenário político – a única certeza são os sentimentos, tão contraditórios, de uma nação: “bolsomito” e “bolsolixo”, esperança e medo, amor e raiva, dois olhares e o único desejo: um país melhor, ou seja, dois lados da mesma moeda. Talvez seja o atual Presidente o político que mais tem causado sentimentos tão conflituosos e tão contraditórios no povo brasileiro. Para uns, esperança num futuro melhor, fim da corrupção, ou apenas uma forma de tirar o PT do poder. Para outros, medo de estar se construindo um país contraditório em suas leis, uma vez que discursos homofóbicos, racistas, misóginos, xenófobos, contra índios, atravessam atuações de diversos políticos direitistas. Essa exterioridade convoca formações discursivas, bem como o entrecruzamento de vozes ideológicas. Courtine (1981) defende que há uma relação específica e relevante no que se refere à manutenção dessa imbricação sociodiscursiva.

Contudo, não é nosso objetivo apresentar propostas e ações do Presidente ou apontar de qual crítica ele se faz merecedor, se estamos com o discurso da direita ou o da esquerda. Nosso objetivo é analisar e discutir os efeitos discursivos nos memes que configuram nosso *corpus* de análise.

Dessa forma, analisaremos o discurso presente no gênero textual meme, oriundo das redes sociais, como textos criados e divulgados amplamente. A função do discurso dos bolsomitos – ou bolsominions – é usar os memes para apresentar um Presidente mito, ficha limpa, cujo objetivo é reerguer um país em crise financeira e moral, segundo *slogan* da direita. Já os bolsolixos usam os memes como uma dura crítica à política de Bolsonaro, buscando suas ações de governo para provarem que este é um

presidente contra o povo, que não tem ficha limpa, que pratica nepotismo e privilegia a classe alta, um homem racista, homofóbico e machista – e, também, que defendem as políticas do governo de esquerda, sobretudo do PT.

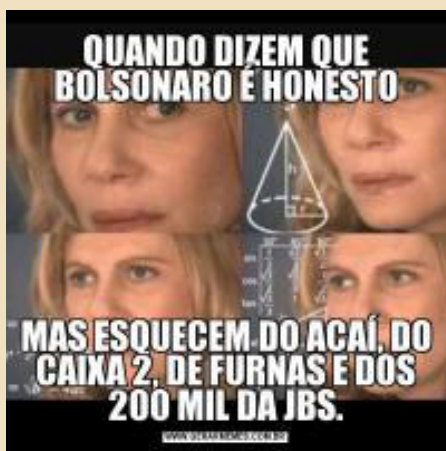
Analisaremos, a partir das considerações acima, os memes escolhidos, observando como os discursos são atravessados, refratados. Segundo Maingueneau (2008), “o interdiscurso tem precedência sobre o discurso. Isso significa propor que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de troca entre vários discursos convenientemente escolhidos”, reiteramos (MAINGUENEAU, 2008, p. 21).

Figura 2: meme do grupo “bolsomito”



Fonte: <<https://www.gerarmemes.com.br/memes-recentes/19814>>.

Figura 3: meme do grupo “bolsolixo”



Fonte: <<https://images.app.goo.gl/xdPHoZ3MnDGFQFhu8>>.

O fio condutor dos discursos que permeiam as figuras 2 e 3 está relacionado ao discurso da honestidade, no domínio político. No meme pertencente ao grupo dos ditos bolsomitos, com a Figura 2, há uma representação de frustração, construída a partir da imagem de uma mulher, em seu quarto, cabisbaixa, que sugere decepção. Esse sentimento ganha força com o enunciado cujo mote é que o presidente não possui envolvimento em corrupção. Aliados a essa construção sociodiscursiva, a imagem de

Bolsonaro rindo e, também, dos dois *emoticons*, reforçam o deboche desse grupo civil.

Já no meme ao lado (Figura 3), do grupo contrário ao presidente, a construção discursiva pauta-se na correlação da personagem Nazaré Tedesco (já apresentada neste texto) com o enunciado elaborado por meio da enumeração de casos indiciários de envolvimento com a corrupção por parte de Bolsonaro. São citados os esquemas que envolvem, diretamente, não apenas o presidente, mas também membros de sua família. Como recurso imagético, além das faces de Nazaré, há uma intensificação desse discurso corrupto quanto ao uso de fórmulas matemáticas, que sugerem complexidade, confusão de relação entre o imaginário da honestidade com a realidade. Nesse curso analítico, o processo semântico que circunda tais discursos se correlaciona, diretamente, à “definição das relações desse discurso com seu Outro” (MAINGUENEAU, 2001, p. 38).

Em ambos os memes, o discurso do questionamento quanto à representação idônea do presidente é colocado em discussão. Para reforçar essa construção sociodiscursiva, são utilizados recursos verbais e não-verbais na composição do texto. O meme traz, em seu bojo material, justamente essa força multimodal, não apenas pela circulação do domínio digital, mas por ser uma composicionalidade própria do gênero. Para a compreensão desses discursos, faz-se necessária a mobilização de memórias históricas, culturais e sociais da política, no sentido macro, ancorado, obviamente, às representações (políticas) de Jair Bolsonaro e sua família. Não obstante, do movimento de polarização instaurado, com mais ênfase, entre o imaginário da direita e da esquerda, no solo brasileiro. Na perspectiva que defendemos aqui, coaduna à de Bakhtin (2003), uma vez que texto e discurso mobilizam outros textos, discursos, portanto outras vozes, cujo processo está para a polifonia, conforme define o autor.

O recorte analítico realizado nesses dois memes pautou-se no verbete da honestidade, caro a qualquer cidadão, principalmente, aos representantes políticos. Espera-se que esses atores sociais tenham condutas éticas e honestas na representação de seu povo, em uma sociedade brasileira em que a democracia é o terreno de atuação. No entanto, o que seria um comportamento óbvio de honestidade, o contexto de escândalos de corrupção desvela que a expectativa é desconstruída pela realidade, historicamente, de comportamentos corruptos.

Nos próximos dois memes, o discurso político que envolve a família do presidente é o foco das discussões. Cremos que esse recorte temático é de grande relevância para este artigo, porque o sintagma nominal “Bolsonaro” convoca representações não apenas do presidente (Jair), mas também de seus filhos. Essas representações estão em campos semânticos muito próximos, cuja mobilização de verbetes (imaginários sociais) como ética, cidadão tradicional, político idôneo – entre outros – circundam os membros dessa família. Destarte, são discussões que integram um sistema ideológico de determinado grupo social,

do qual os enunciados emergem em fluxos discursivos e implicam na estrutura social de interação (VOLÓCHINOV, 2017).

**Figura 4: meme do grupo
“bolsolixo”**



Fonte: <<https://images.app.goo.gl/eUNaKjJMxjN33BVf9>>.

**Figura 5: meme do grupo
“bolsomito”**



Fonte: <<https://images.app.goo.gl/ficRQjcn5TTt86M56>>.

Em meados de julho de 2019, o presidente Bolsonaro decide indicar seu filho, Eduardo Bolsonaro, para a embaixada dos Estados Unidos da América. Certamente, esse posicionamento suscitou diversas

notícias nacionais e internacionais a respeito da indicação. Foi nesse palco noticioso que surgiu o meme da Figura 4, produzida e veiculada pelo grupo denominado bolsolixo. A construção do meme traz uma dialogia marcada no enunciado em cor amarela, que representa a fala do presidente; e em branco pela réplica, cuja representação encontra-se arranjada no questionamento a Bolsonaro. O discurso do nepotismo é o fio condutor da construção sociodiscursiva, uma vez que o questionamento da indicação do filho, para ser embaixador, era se representaria (ou não), de fato, uma ação de nepotismo, de favorecimento de um membro da família.

Como recurso de confirmação de ser um ato de parentalismo, a réplica, marcada em cor branca, traz o discurso dicionarista de Aurélio, algo que se correlaciona a um discurso de autoridade, legítimo. Esse discurso marca, claramente, que o movimento de indicar o filho à embaixada é nepotismo. No entanto, como tréplica, constroem-se dois discursos: o primeiro, está ligado ao questionamento de “quem é o Aurélio”?; o segundo, uma afirmação de que pelo nome deve ser um petista, ou seja, eleitor do Partido dos Trabalhadores. Novamente, a polarização. O binarismo é representado no meme, na alimentação do discurso da direita e da esquerda em tensão intensificada, não um mero conflito. Como fundo desse discurso, está marcado o questionamento de um discurso legítimo (legitimado, científico) pelo presidente, como esse o fez em outros momentos, seja por ele mesmo ou por seus eleitores, como a terra é plana, que Paulo Freire faliu educação, entre outras distorções da realidade construída.

Como elemento imagético, é importante frisar a postura do presidente no primeiro plano do meme, o superior, em que ele aparece representado apontando o dedo, com uma postura de certeza, firmeza, de convicção. Já no segundo plano, surge o contraponto de que a indicação de um filho para a embaixada é, sim, um ato de nepotismo. Nesse plano, Bolsonaro é representado com uma face sisuda, circunspecto, reforçando o questionamento de quem seja Aurélio e que esse discurso de nepotismo só pode ser coisa de petista.

Em relação à construção composicional do meme representado pela Figura 5, é possível flagrar a confluência entre o discurso político e musical, marcando, portanto, o interdiscurso. Como base de construção, o produtor desse meme mobilizou a música “Um elefante incomoda muita gente”, do compositor Marcos Patrizzi Luporini, muita difundida no cenário brasileiro. O uso dessa música tomou corpo em momentos em que determinada pessoa incomoda alguém ou algum grupo, socialmente.

Na narrativa musical, a intensidade do incômodo está diretamente relacionada à quantidade, por exemplo: “um elefante incomoda muita gente, dois elefantes incomodam muito mais [...]”. Por meio da gradação, o meme também sugere esse movimento, uma vez que, a cada quadrante, um representante da família Bolsonaro soma-se ao presidente. Portanto, o meme comporta quatro quadrantes, em que se inicia com o presidente no primeiro e, gradativamente, constrói-se, cada quadrante, com um integrante da família, findando-se com quatro pessoas que estão em cargos políticos. De acordo com Maingueneau (2008, p. 21), o interdiscurso marca o “espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos”, portanto, não se trata de um movimento aleatório, logo trata-se de uma assunção da própria textualidade.

O embate discursivo dos grupos bolsolixo e bolsomito são traduzidos em ambos os memes, pelos quais são mostradas as representações sociais (políticas) de membros da família Bolsonaro, no cenário político brasileiro.

Os memes, a seguir, foram elegidos por terem em suas composicionalidades o atravessamento do discurso midiático, nessa seara de embates entre os grupos bolsomitos e bolsolixos.

Figura 6: meme do grupo
“bolsomito”



Fonte: <<https://images.app.goo.gl/7RQyVvZyfFWBpWPQ7>>.

Figura 7: meme do grupo
“bolsolixo”



Fonte:

<<https://images.app.goo.gl/KERiM28uQYuEokBq6>>.

Neste tópicó analítico, abre-se a discussão da presença da mídia nos entaves entre os dois grupos em análise. Nos memes supramencionados, são utilizados a Rede Globo de Televisão pelo grupo dos bolsomitos e a Rede Record, pelo grupo dos bolsolixos, como construtos de seus discursos, ora defendendo, ora criticando o presidente. Vale destacar que as representações focalizadas são as representações oriundas dos memes, não necessariamente defender se essas empresas televisivas fazem, de fato, a defesa ou o ataque ao Bolsonaro.

Os bolsomitos, na Figura 6, aliam a materialidade verbal do enunciado “Quando um homem sozinho incomoda um império, você percebe que este é o homem certo” à imagem do presidente sorrindo, acompanhada do símbolo da Rede Globo. Ainda, os trechos “incomoda um império” e “certo” (em fonte maior em relação às outras palavras do enunciado) marcam, no primeiro caso, a grandiosidade dessa rede de televisão no cenário mundial e um posicionamento assertivo de seguir Bolsonaro, uma vez que ele incomoda esse império do mercado midiático. Embora não tenhamos outras materialidades que serviram de pano de fundo para a elaboração desse meme, é possível projetar que houve um movimento de crítica a ações do governo em produtos jornalísticos, da Globo.

No meme, Figura 7, há confluências dos discursos político, religioso e midiático, representados pela dialogia entre o pastor Edir Macedo, proprietário da Rede Record e um Diabo, marcando a relação entre o sagrado e o profano. No movimento dialógico, Edir Macedo adere ao pedido do Diabo em apoiar o presidente Bolsonaro. As cenas cotidianas da relação entre Bolsonaro e Edir Macedo revelam um posicionamento do presidente pela predileção (político-ideológica) à Record, haja vista que ele já discursou, por diversas vezes, que a Rede Globo o ataca³, gratuitamente, assim como a seus filhos. Ainda, a Rede Record⁴ foi a escolhida pelo presidente, por diversas vezes, para dar entrevistas exclusivas, além de ter recebido um investimento maior, com publicidade, do que a rede global.

³ No vídeo a seguir, o presidente, com tom discursivo alterado, diz que a Rede Globo faz canalhice, entre outros termos ditos. Assista: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/30bolsonaro-ofende-a-tv-globo-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>.

⁴ <https://observatoriodatv.bol.uol.com.br/noticias/2019/11/bolsonaro-desafia-a-globo-em-entrevista-na-record-tv-me-da-um-espaco-de-15-minutos>.

Considerações finais

Neste trabalho, trouxemos reflexões a respeito da produção, da circulação e das refrações de sentidos de memes, em que a figura do presidente Jair Bolsonaro esteve em voga. Para isso, mobilizamos conceitos de linguagem, texto, discurso, mídia, com recorte para os processos de construção do interdiscurso, bem como de suas correlações históricas, culturais, sociais e políticas.

Como resultados das análises, notamos que os dois grupos produziram memes, com recortes estratégicos, a fim de projetar representações (negativas) dos políticos que não apoiam. Também percebemos que a produção de sentidos, pelo leitor, é possível a partir da mobilização de aspectos polifônicos, cuja rede verbal e não-verbal estão, intimamente, ancorados aos aspectos históricos, culturais e sociais, alguns mais bem situados historicamente, outros nem tanto. Essa estratégia, dos dois grupos, no contexto midiático, é apenas um recorte de um universo muito maior, que tem cristalizado o binarismo político, ou, em outros termos, a polarização.

Referências

BAKHTIN, Mickhail. M. **Estética da criação verbal**. Trad. Bras. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].

COURTINE, Jean-Jacques. **Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en Analyse du Discours**: à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**, Paris, n. 62, p.9-127, juin/1981

DAWKINS, R. **O Gene Egoísta**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2001.

DICIONÁRIO INFORMAL 2016. **Bolsomito**. Disponível in: <https://en.dicionarioinformal.com.br/bolsomito/>

GOUVEIA, Marcelo. **Bolsonaro, o “bolsomito”**: um meme cujo passado não resiste a uma pesquisa no google. 05 de mar./2016. Disponível em www.jornalopcao.com.br. Acessado em 06 de out./2019.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas. São Paulo: UNICAMP, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001, 238 p.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. São Paulo, Parábola, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 1987.

PENA, Felipe. **Bolsominions: quem são e do que se alimentam**. Disponível em <https://m.extra.globo.com/noticias/brasil/contra-a-corrente/bolsominions-quem-sao-do-que-se-alimentam-19177930.html>. Acesso em 14 out./2019.

POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo, Parábola Editorial, 2009.

VOLÓCHINOV, Valentin (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WANDO. **Fogo e Paixão**. In: *O Mundo Romântico de Wando, 1988*. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/wando/49324/>. Acesso em 14 out./2019.

Os textos que um texto esconde...

Sérgio de Freitas Oliveira*

Resumo

Leitura e escrita são atividades interativas, uma vez que quem escreve o faz com um propósito: dizer algo a alguém, seu interlocutor, com uma intenção, de uma determinada forma, numa dada situação. O texto como textualização do discurso é uma atividade coconstruída, efeito de sentidos entre interlocutores. Na concepção interacionista, a produção textual pressupõe um conteúdo interior que se projeta para o exterior pela expressão. O que temos, então? Um sujeito, com sua consciência, suas intenções, seus impulsos e seus gostos, que, pretendendo exteriorizar seu discurso, seu *a-dizer*, se transforma em autor. E o texto, o *dito*, é, por conseguinte, a ponte que permite ao leitor – o seu interlocutor – ter acesso ao discurso e ao sujeito que o produziu. Autor e leitor são dotados de uma memória discursiva presente no processo de produção e leitura do texto, um evento interpretativo, que contém *já ditos* que subjazem ao *dito* ou estão implícitos nele, evidenciando a interdiscursividade/intertextualidade. Nessa perspectiva, um mesmo texto admite a possibilidade de muitas leituras. Como a construção de sentido se faz na interação autor-leitor por meio do texto, o leitor é alçado ao *status* de autor - coautor ou coenunciador - do novo texto produzido com a leitura.

Palavras-chave: Produção textual. Interdiscurso. Ditos e não ditos. Interacionismo.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) . Doutor em Letras – Linguística e Língua Portuguesa. Professor Adjunto II. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2783-1467>.

The Texts a Text Hides...

Sérgio de Freitas Oliveira

Abstract

Reading and writing are interactive activities, since the writer does it with a purpose: to say something to someone, their interlocutor, with an intention, in a certain way, in a given situation. Text as speech textualization is a co-constructed activity, the effect of meanings between interlocutors. In the interactionist conception, textual production presupposes an interior content that projects itself outwards through expression. What do we have then? A subject, with his conscience, his intentions, his impulses and his tastes, who, intending to externalize his speech, his saying, becomes an author. And the text, the said, is, therefore, the bridge that allows the reader - his interlocutor - to have access to the discourse and the subject who produced it. Author and reader are endowed with a discursive memory present in the process of production and reading of the text, an interpretive event that already contains sayings that underlie or are implicit in it, highlighting interdiscursivity / intertextuality. From this perspective, the same text admits the possibility of many readings. As the construction of meaning is made in the author-reader interaction through the text, the reader is raised to the author status - coauthor or coenunciator - of the new text produced with reading.

Keywords: Text production. Interdiscourse. Said and unsaid. Interactionism.

Escrever é uma ação que pressupõe a existência de um sujeito que tem algo a dizer e o faz em relação a um outro – seu interlocutor/leitor – com um certo propósito, ou seja, não se escreve simplesmente por escrever. Há sempre um outro, é uma relação *eu - tu*. Mesmo que o *tu* esteja apenas na imaginação, ou o *tu* seja o próprio *eu*, como no caso dos diários pessoais, em que o diálogo se faz com o próprio sujeito-autor. O princípio fundador da linguagem é, portanto, o dialogismo, dado que um enunciado sempre pressupõe o outro, é de alguém para alguém, é uma relação sujeito-sujeito, como afirma Bakhtin (Volochínov), em **Marxismo e Filosofia da linguagem** (2014).

Ler e escrever é produzir sentido. E textos resultam de um trabalho intersubjetivo, são o lugar de interação e constituição de seus interlocutores. Eles apresentam versões de realidade construídas na atividade discursiva. Para compreendermos os processos de construção de sentido, tornam-se imprescindíveis conhecimentos cognitivos e sociais envolvidos na organização, na produção, na compreensão e no funcionamento dos textos.

Nesse processo de produção de sentidos, cumpre-nos destacar a relação dos sujeitos com os textos no processo de leitura. Para Orlandi (2005b, p. 62), “O mesmo leitor não lê o mesmo texto da mesma maneira em diferentes momentos e em condições distintas de produção de leitura, e o mesmo texto é lido de maneiras diferentes em diferentes épocas, por diferentes leitores”.

Para Coracini (2010), numa concepção interacionista, a leitura se processa na interação autor-texto-leitor. Dessa feita, concordamos com o que nos diz Orlandi (1988), citada por Coracini (2010, p. 18), que quem determina as leituras é o sujeito “enquanto participante de uma determinada formação discursiva, sujeito clivado, heterogêneo, perpassado pelo inconsciente, no qual se inscreve o discurso”. Assim, “o leitor é o ponto de partida da produção do sentido”, ele é o meio que nos permite identificar a produção do sentido, o dito e o não dito, como implícitos, pressupostos e subentendidos. O discurso é *feito de sentidos* entre locutores, é uma “relação de sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, [...] não meramente transmissão de informação” (ORLANDI, 2005a, p. 21), o que é ratificado por Matêncio (2013), ao afirmar ser a textualização uma atividade coconstruída por ações coordenadas dos sujeitos interactantes.

E, por ser fruto de uma interação, o sentido do que se expressa é “um *constructo*, não podendo, por conseguinte, ser determinado *a priori*” (KOCH, 2015, p. 35). Como corrobora Possenti, o discurso é

um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia – que se materializa através da língua. [...] o discurso se constitui pelo trabalho com e sobre os recursos de expressão, que produzem determinados efeitos de sentido em correlação com condições de produção específicas (POSSENTI, 1988, p. 160).

Canguilhem, citado por Pêcheux (1994, p. 62), afirma que “o sentido é *relação a*, o homem pode jogar com o sentido, desviá-lo, simulá-lo, mentir, armar uma cilada”. É, portanto, a partir das relações propostas pelo enunciador que o sentido vai se construindo. Ainda, segundo o mesmo autor, a capacidade do homem de jogar com o sentido é decorrência da própria língua que lhe possibilita esse “jogo”.

Para Pêcheux (1994, p. 63), “a leitura de um arquivo se faz na relação entre a *língua*, como sistema passível de jogo, e a *discursividade*, como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” (grifos do autor).

E Koch (2016, p. 7) ratifica dizendo que “a construção do texto exige a realização de uma série de atividades cognitivo-discursivas que, em seu inter-relacionamento, serão responsáveis pela produção de sentidos”.

Sendo o texto, a materialização do discurso, ele deve, necessariamente, possibilitar ao interlocutor a construção do sentido pretendido pelo locutor. No entanto, um texto não tem uma única leitura, possibilita várias leituras, considerando, naturalmente, o interlocutor, aquele com quem interagimos.

Segundo Possenti (2002):

[...] a questão da qualidade do texto passa necessariamente pela questão da subjetividade e de sua inserção num quadro histórico – ou seja, num discurso – que lhe dê sentido. O que se poderia interpretar assim: trata-se tanto de singularidade quanto de tomada de posição (POSSENTI, 2002, p. 115).

Bakhtin (Volochínov), em **Marxismo e Filosofia da Linguagem**, afirma ser a enunciação de natureza social (2014, p. 113). Segundo esse autor, ela se forma “no psiquismo do indivíduo, exterioriza-se para outrem com a ajuda de algum código de signos exteriores” (2014, p. 115). O que

se evidencia com essa afirmação? A subjetividade, pois há um conteúdo interior que se projeta para o exterior pela expressão, e, obviamente, o primeiro lhe é anterior, embora sejam interdependentes.

Ora, se a enunciação é de natureza social, como afirmamos, ela pressupõe a existência de um interlocutor “pelo fato de que procede *de* alguém [...] e se dirige *para* alguém. [...] é produto da interação do locutor e do ouvinte” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014, p. 117, grifos do autor).

Então, o que temos? Um sujeito, um ser, um indivíduo com sua consciência, seus desejos, suas intenções, seus impulsos, seus gostos, que, pretendendo exteriorizar seu discurso, transforma-se em autor, a quem caberá textualizar esse discurso. O texto é, por conseguinte, a ponte que permite ao leitor ou ao ouvinte – o interlocutor – ter acesso ao discurso e ao sujeito que o produziu.

Analisemos um exemplo que pode ilustrar bem o processo de enunciação: a reportagem veiculada pela Revista Veja, de 29 de maio de 2019, de Thiago Bronzatto, intitulada “Aposta no tudo ou nada”.

Figura 1 – Capa da Revista Veja



Fonte: Reproduzida pelo autor

O que temos na capa da revista?

Temos um sujeito (o ministro da Economia Paulo Guedes) com sua consciência, seus desejos, suas intenções, seus impulsos, suas convicções, para quem “sem a reforma [da Previdência] o país quebra em um ano”. Esse é o discurso do ministro [não do cidadão histórico, situado, Paulo Guedes]. Para exteriorizá-lo, interpretando-o, a Veja [assumindo a posição de autor] textualiza-o, com a expressão “Previdência ou morte”, fazendo uma relação intertextual/interdiscursiva com a expressão que simboliza a Independência do Brasil, proclamada às margens do Rio Ipiranga, “Independência ou Morte!” [texto]. Observe-se que, na capa, temos uma assertiva, enquanto na Proclamação da República temos um grito, o Grito do Ipiranga, marcado na escrita pelo ponto de exclamação.

Sendo o texto a materialização linguística que nos permite ter acesso ao discurso, a intertextualidade evoca o interdiscurso. Na voz do enunciador, temos outra voz, e o novo texto surge num universo já povoado por outro texto, com o qual dialoga (GERALDI, 2010, p. 108). E o mesmo autor afirma que “as vozes mostradas num texto não são neutras e suas retomadas respondem a interesses discursivos do enunciador” (p. 109). Esse texto é o objeto que se apresenta ao leitor e ao analista do discurso, obviamente com objetivos distintos. Por ter sido “produzido por um sujeito interpelado ideologicamente”, esse sujeito assume “a função enunciativa de autor”, produzindo “seu texto a partir de um lugar social” (INDURSKY, 2001, p. 30).

O discurso expresso pelo texto em tela busca associar os dois eventos, a Independência do Brasil e a Reforma da Previdência, no intuito de transferir para a segunda a importância da primeira, que está registrada no imaginário do povo brasileiro. Este é o interdiscurso,

o conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos, sustentando a possibilidade mesma de dizer. Para que nossas palavras tenham sentido, é preciso que já tenham sentido. Esse efeito é produzido pela relação com o interdiscurso, a memória discursiva (ORLANDI, 2005b, p. 59).

Foucault, em **A ordem do discurso**, (1971, apud CORACINI, 2010, p. 17), é quem afirma que “o dizer é inevitavelmente habitado pelo já dito e se abre sempre para uma pluralidade de sentidos, que, por não

se produzirem jamais nas mesmas circunstâncias, são, ao mesmo tempo, sempre e inevitavelmente novos”.

Na concepção da Análise do Discurso, a heterogeneidade do discurso e do texto consiste na presença das palavras de outros sujeitos subjacentes às nossas palavras, como atestam Authier-Revuz e Pêcheux. O que isto quer dizer? Simplesmente que nossas palavras contêm um já dito por outros sujeitos, em outros discursos, em outros contextos, em outros espaços e em outros tempos, que lhe é constitutivo, ou seja, o nosso dizer é interdiscursivo, implica uma memória discursiva (INDURSKY, 2001, p. 28-29).

Esse texto é dirigido ao leitor da revista [interlocutor], que, por seu intermédio, alcança o discurso do ministro, para quem, se não houver a reforma da Previdência, o país quebra, entra em colapso (morre). Ou como expressa o título que o articulista dá ao texto, “Aposta no tudo ou nada”.

Nessa reportagem, que se apoia numa entrevista com o ministro da Economia Paulo Guedes, o articulista inicia o texto (p. 44) com uma narrativa que a contextualiza. Ele se desloca para o passado, “No fim do ano passado, logo depois das eleições”, para expressar uma expectativa futura nesse passado [futuro do pretérito], que não se concretiza. O narrador, no presente, relata fato passado concluído, encerrado, “o futuro ministro da Economia procurou” [pretérito perfeito do indicativo]. Era, na época, um objetivo: “o presidente usaria”, “o novo governo ganharia [...], pouparia”. Há outras marcações temporais, como “já anunciado, *antes mesmo* da sua posse, *nos estertores* da administração, em *fim* de mandato, *seis meses depois*”, “*Lá na frente*”. Na construção do texto, o autor recorre, ainda, a outros mecanismos enunciativos e de textualização, como propõe Bronckart (2012, cap. 4 e 7) ao tratar da arquitetura interna do texto, com o propósito de demonstrar para o leitor a urgência e a importância da reforma para corrigir desigualdades, evitar o caos e impulsionar o crescimento.

A construção de sentido é feita pela comparação, pela oposição, pelo contraste, como no quadro a seguir. De um lado, a salvação, a redenção (a Reforma da Previdência). De outro, as trevas, o caos, a morte.

Quadro 1 – Argumentos apresentados na reportagem “Previdência ou morte”

Previdência (“Independência”)	ou	Morte
<ul style="list-style-type: none"> • Tudo • Economia de até 1,2 trilhão de reais em 10 anos • Afastar o país da crise • Impulsionar o crescimento • Fechar a fábrica de privilégios • Corrigir desigualdades • Caminho virtuoso que conduzirá a outro patamar social e econômico • Prosperidade • Atrair investimentos • Geração de receita • Desbloqueio de recursos contingenciados 		<ul style="list-style-type: none"> • Nada • Déficit de 40 bilhões por ano • Maior problema brasileiro • Caos já em 2020 • Buraco negro que engole tudo • Manter a desigualdade • Máquina perversa • Colapso • Levar o país a um estado de convulsão • Brasil pega fogo • Não ter como pagar aos funcionários • Mercados fogem, dólar sobe, bolsa afunda • Virar Argentina com 30% a 40% de inflação • Virar uma Venezuela, a médio prazo, com desabastecimento, inflação alta, dólar explodindo, zero investimento, desemprego elevado, atraso de salário e de pagamento a aposentados e pensionistas • Bloqueio de recursos, contingenciamento • Universidades e Forças Armadas param por falta de dinheiro • Brasil está se dissolvendo

Fonte: Elaborado pelo autor

Os temas tratados na entrevista são apresentados em forma de assertivas, em fonte condensada, não em forma de perguntas e respostas. Estas são reproduzidas em discurso direto, entre aspas.

Tomemos, agora, para análise, a capa da revista Super Interessante, de julho de 2019.

Figura 2 – Capa da Revista Super Interessante



Fonte: Reproduzida pelo autor

A chamada da capa dessa edição especial da revista é para o tema “Paranoia”. Consultando dicionários, “paranoia” é um termo genérico empregado na Psiquiatria e na Psicologia referindo-se a problemas psíquicos, distúrbios mentais ou perturbações caracterizados por desconfiança obsessiva ou delírios de uma pessoa, decorrentes da sensação

de que alguém a está perseguindo, ou tentando prejudicá-la, de que está sendo traída, provocando-lhe crises descontroladas de ciúme, ou ainda de que está sempre sendo criticada por alguém que se imagina não gostar dela (HOUAISS, 2001, p. 2130).

Etimologicamente, a palavra é de origem grega e significa “loucura; turvamento da razão” (HOUAISS, 2001, p. 2130).

Na análise da composição dessa palavra, identificamos na sua formação dois elementos: “para” e “noia”, que podemos entender como “lutar ou guerrear contra” e “a razão, a compreensão e o entendimento”.

Popularmente, ela é usada com frequência na sua forma reduzida “noia”, que, de parte, passa a significar o todo, ou seja, o sentido da palavra desliza para o segundo elemento de sua composição.

Na reportagem de capa da revista (BOTELHO, 2019), localizamos quatro citações sobre as implicações dessa doença, que contribuem para a construção do já dito na memória discursiva das pessoas e para a compreensão dos sentidos dessa chamada:

“320 milhões de pessoas sofrem depressão em todo o mundo, de acordo com um relatório de 2017 da Organização Mundial da Saúde (OMS)” (p. 20).

“No Brasil, 5,9% da população tem depressão” (p. 24).

“Segundo dados de 2017 da Organização Mundial da Saúde (OMS), a depressão cresceu em 15% desde 2007 e deve se tornar a doença mais incapacitante do planeta” (p. 25).

“A cada duas pessoas com depressão, apenas uma procura ajuda” (p. 28).

Por que toda essa contextualização? Para entendermos o jogo de sentido presente na capa, cujo texto verbal permite ao leitor mais de uma leitura. A imagem, como linguagem não verbal, ilustra e compõe o propósito do sujeito-autor na produção do discurso.

Numa primeira leitura, podemos imaginar que a reportagem tratará da “paranoia”, não enxergando a vírgula ou interpretando-a como separação de sílaba, por não caber na linha, já que há uma figura ilustrando a capa.

Uma segunda leitura, esta mais acurada, nos mostra um outro texto, um intertexto, em que a composição da palavra se transforma em uma frase: o primeiro elemento passa a ser um verbo [parar], na forma imperativa, segunda pessoa do singular, e o segundo, um substantivo, na forma reduzida, na condição de vocativo. O enunciador, com essa frase, dirige-se “à noia” ordenando-lhe “que pare”. “Noia”, nesse caso, é um ente personificado [+ animado], imaginado com capacidade para executar a ordem que lhe é apresentada.

Uma terceira leitura poderia ser com o “para” na função de preposição, indicando que a matéria da revista se destina ou é endereçada “à noia” ou a tem como finalidade. Ou ainda, a preposição no sentido de “combate a, contra a”, como em “para enxaqueca”. Essa terceira leitura fica ratificada no texto que vem logo abaixo, dizendo tratar-se de “um guia” para tratamento da doença. Voltando ao sentido do primeiro termo da composição da palavra, “para” [lutar ou guerrear contra], identificamos um modo de dizer que lhe é coerente: “um guia [um roteiro] com **armas** [...] para **enfrentar** [...] (grifos nossos)”.

Nesse jogo, percebemos um deslizamento de sentidos nos discursos presentes no texto, uma interdiscursividade/intertextualidade, reforçando a ideia de que o leitor é coenunciador, produzindo outros textos, de acordo com a leitura que faz.

O texto, permitindo as várias leituras, materializa diversos discursos que, intencionalmente ou não, lhe subjazem, sendo apreendidos pelo leitor ao interagir com ele. Há, portanto, não ditos que se revelam pelo dito, que emergem do imaginário do leitor ao se deparar com o texto que se lhe apresenta.

Possenti (2001, p. 24) afirma que “Leitura não é a leitura de um texto como texto, mas como discurso, isto é, na medida em que é remetido às suas condições, principalmente institucionais, de produção”. Em outra passagem, esse autor diz que “Ler deveria ser, antes de mais nada, desmontar um texto para ver como ele se constrói, até para que se possa dizer qual a relação entre seu modo de ser construído e os efeitos de sentido que produz” (POSSENTI, 2002, p. 106). Desmontá-lo para desvelar seu modo de produção e sua intencionalidade.

Como preconiza o método indiciário, na interação com o texto, o leitor, numa perspectiva ativa e crítica, rastreia implícitos, pressupostos,

lacunas e subentendidos, realizando um trabalho discursivo na produção dessa leitura, como que desmontando ou desconstruindo o efeito-texto, construindo novos sentidos. Nesse “trabalho discursivo de reestruturação do texto produzido pelo trabalho discursivo da leitura, o texto é ressignificado, dele resultando a reconstrução de um novo efeito-texto” (INDURSKY, 2001, p. 39-40).

Nesse processo de leitura, o sujeito-leitor emerge como um sujeito-autor, respondendo por um novo efeito-texto, ressignificado por sua leitura.

Para Koch (2016, p. 18), “O ouvinte [leitor] não se limita a ‘entender’ o texto no sentido de captar seu conteúdo referencial, mas atua no sentido de reconstruir os propósitos do falante [escrevente] ao estruturá-lo, isto é, descobrir o ‘para quê’ do texto”, pois “**o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele**, no curso da interação” (p. 30, grifos da autora). A materialidade do texto é a menor parte, o que está exposto, explícito. Muito mais está implícito, infere-se, lê-se nas entrelinhas.

E sobre o processo de leitura, Leffa (1999, p. 14) destaca que o significado não é extraído do texto, mas atribuído a ele pelo leitor. “O leitor transaciona com o autor através do texto, num contexto específico, com intenções específicas”, como nos diz Goodman (1994, p. 814, citado por Leffa, 1999, p. 30).

Na concepção interacionista, o autor, na produção de seu texto, não pode pensar apenas *no que* e *no como* escrever. Ele precisa levar em conta o *para quem*, o seu interlocutor. Este é parte constitutiva do processo de escrita.

Na concepção **interacional (dialógica) da língua**, tanto aquele que escreve como aquele para quem se escreve são vistos como **atores/construtores sociais, sujeitos ativos que – dialogicamente – se constroem e são construídos no texto** como evento comunicativo (KOCH; ELIAS, 2015, p. 34, grifos das autoras).

O que é corroborado por Leffa, quando afirma:

O autor muda na medida em que vai escrevendo o texto, muda o leitor na medida em que vai lendo e muda o texto, tanto durante a escrita como durante a leitura. O texto, em outras palavras, é construído não só pelo autor ao produzi-lo, mas também pelo leitor ao lê-lo (LEFFA, 1999, p. 30-31).

Como a construção do sentido se faz na interação autor/leitor, podemos dizer que o leitor é o autor do novo texto que se produz com a leitura, o que elevaria o leitor ao *status* de coautor, dado que a leitura é um processo discursivo, em que autor e leitor são produtores de sentido.

O leitor não apenas se constitui por suas leituras, mas está presente no próprio processo de produção do texto (objeto de leitura) que seja lido, e enquanto leitor virtual, ele é coenunciador do texto. Enquanto leitor real, ele é o enunciador dos sentidos que construiu em sua leitura, e o outro (o autor) passa, neste momento, a coenunciador de sua leitura (GERALDI, 2010, p. 106-107).

No processo interativo de leitura, identificamos o leitor como coprodutor do texto objeto da leitura. É como se, ao ler, o leitor fosse escrevendo um novo texto. Nesse processo de coprodução, o leitor como coenunciador assume uma posição autoral.

Ler um arquivo textual hoje, usando uma expressão empregada por Pêcheux, inclui e implica as contrapalavras do leitor no processo de construção do sentido concreto, produto da leitura que atualiza o texto enunciado num novo contexto, numa nova situação.

Assim, a leitura, por produzir sentido, é coprodução de um texto, parte dele, mas vai além dele, caracterizando-se o leitor como coenunciador, num processo de interação.

Lendo, o leitor produz significações e, nesse sentido, vai se constituindo como leitor. Autor, texto e leitor não preexistem, se constroem concomitantemente. O autor se faz enquanto escreve; o texto se constrói enquanto é escrito; o leitor se constitui enquanto lê, na relação com a linguagem, em função da textualidade.

No texto, “há um *querer dizer* do enunciador, um *projeto de dizer* que orienta a materialização textual. Este *querer dizer* inscreve-se na ordem da *materialidade do discurso* de que o *texto* é a *materialização superficial*” (GERALDI, 2003, p. 107, grifos nossos). Por meio do texto disponibilizado pelo enunciador ao leitor, seu interlocutor, este chega ao discurso (ou aos discursos) que o texto materializa.

Um texto, como manifestação de um discurso, tem seu sentido constituído na relação entre o que se diz e o que não se diz, o *dito* e o *não dito*. Ou seja, mesmo não estando escritos ou expressos no texto, os não

ditos ou implícitos significam e são importantes na compreensão do texto como forma de acesso ao discurso. Como costumamos dizer, é preciso ler nas entrelinhas. Ou como nos ditados populares: “*Para um bom entendedor, meia palavra basta*”, ou “*Para um bom entendedor, pingão é letra*”.

Os sentidos ultrapassam o que está explícito no texto. Segundo Pêcheux (1977), o sentido das palavras está na formação discursiva em que são produzidas. Para o autor, esta determina o que “pode” e “deve” ser dito. Por conseguinte, é nas entrelinhas que se encontra a formação discursiva.

Os implícitos ou não ditos de um discurso expressam a sua incompletude. Para Orlandi (1992, p. 12), “[...] há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”.

Dessa feita, a prática de leitura implica a relação do que se diz num discurso com o que é dito em outros. Foucault, em **A ordem do discurso** (1971 *apud* CORACINI, 2010, p. 17), afirma que “o dizer é inevitavelmente habitado pelo *já dito* e se abre para uma pluralidade de sentidos, que, por não se produzirem jamais nas mesmas circunstâncias, são, ao mesmo tempo, sempre e inevitavelmente novos. Há um não dito naquilo que é dito. “Todo enunciado está intrinsecamente exposto ao equívoco da língua, sendo, portanto, suscetível de tornar-se outro” (PÊCHEUX, 1982, *apud* ORLANDI, 2005b, p. 60) e esse lugar do outro enunciado é lugar da interpretação.

Por isso, para interpretar e compreender um texto, o leitor precisa relacioná-lo com o interdiscurso de que sua leitura necessita. Retomamos, aqui, a capa da Revista Veja, anunciando a questão da Reforma da Previdência, numa entrevista com o ministro da Economia, Paulo Guedes: “Previdência ou morte”, e a capa da Revista Super Interessante, que remete a uma matéria sobre “Paranoia”.

Segundo Orlandi, trata-se de uma leitura discursiva e não de texto, matéria que se coloca diante do leitor. A leitura discursiva

[...] consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro modo, procurando escutar o não dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária [...] porque [...] só uma parte do dizível é acessível ao sujeito, pois, mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece), significa em suas palavras (ORLANDI, 2005a, p. 34).

Referências

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N.). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 203 p. (Linguagem e cultura; 3).

BOTELHO, J. F. O enigma dos antidepressivos. **Super Interessante**, Editora Abril, n. 405, jul. 2019, Edição Especial, p. 16-29.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. Por um interacionismo sociodiscursivo. Tradução Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUC, 2012. 353 p.

CORACINI, M. J. R. F. Leitura: decodificação, processo discursivo...? *In*: CORACINI, M. J. R. F. (org.). **O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira**. Campinas (SP): Pontes, 2010. p. 13-20.

GERALDI, J. W. (org.). *O texto na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. 136 p.

GERALDI, J. W. A leitura e suas múltiplas fases. *In*: GERALDI, J. W. **Aula como acontecimento**. São Carlos (SP): Pedro & João, 2010. p. 103-112.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo de leitura. *In*: LEFFA, V. J. (org.). **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas (RS): Educat, 2001. p. 27-42, 2001.

INDURSKY, F. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. *In*: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. **Discurso e textualidade**. Campinas (SP): Pontes, 2006. p. 33-80.

KOCH, I. V. **Desvendando os segredos do texto**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever: Estratégias de produção textual**. 2. ed. 3. reimp. São Paulo Contexto, 2015.

LEFFA, V. J. Perspectivas no estudo da leitura: texto, leitor e interação social. *In: LEFFA, V. J.; PEREIRA, A. E. (org.). O ensino da leitura e produção textual: alternativas de renovação*. Pelotas (RS): Educat, 1999. p. 13-37.

MATENCIO, M. L. Práticas discursivas. *In: BUENO, L.; LOPES, M. A. P. T.; CRISTÓVÃO, V. L. L. (org.). Gêneros e formação inicial*. Uma homenagem a Malu Matencio. São Paulo: Mercado das Letras, 2013. Cap. 3.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas (SP): Pontes, 2005a.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento de sentidos**. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 1992.

ORLANDI, E. P. Os efeitos de leitura na relação discurso/texto. *In: ORLANDI, E. P. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas (SP): Pontes, 2005b. p. 59-71.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. *In: ORLANDI, E. P. Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. *In: GADET, F.; HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux*. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 1997. p. 61-105.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In: ORLANDI, E. P. Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 1994, p. 55-64.

POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

POSSENTI, S. Índícios de autoria. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 105-124, jan./ jun. 2002, Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10411> Acesso em: 05 jul. 2019.

POSSENTI, S. Sobre a leitura: o que diz a análise do discurso. *In: MARINHO, M. (org.). Ler e navegar: espaços e percursos da leitura*. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2001. p. 19-30.

Silêncio e ausência de cor em manchetes jornalísticas de caráter racial: práticas autorais de escrita para outras (res)significações de sentidos

Angelo Roberto Gonçalves Ribeiro*
Janaína Zaidan Bicalho Fonseca**

Resumo

Este artigo¹ objetiva apresentar um exercício de escrita mediada por uma perspectiva dialógica da linguagem. Para isso, valemo-nos de um trabalho pautado na paráfrase e na reconstrução de sentidos, a partir da reescrita, empreendida por um acadêmico de Letras, de manchetes jornalísticas de caráter racial, fundadas desde uma visão preconceituosa e excludente. A ideia desenvolvida girou em torno da ressignificação de sentidos, tomando como direção escolhas e posicionamentos próprios do produtor do texto, num encaminhamento autoral de escrita. A perspectiva teórica baseou-se nas categorias conceituais bakhtinianas, tanto no tocante à análise das manchetes, quanto no que diz respeito às análises metadiscursivas empreendidas pelo autor das reescritas.

Palavras-chave: Escrita. Autoria. Reconstrução de sentidos.

* Mestrando em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em Letras – Português e Espanhol pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8485-4753>.

** Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Professora adjunta da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: janaina.fonseca@uftm.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1210-4910>

1 Esse artigo está inscrito no projeto de pesquisa intitulado **Leitura e escrita no Brasil, Honduras, Angola e Chile**: formação na universidade contemporânea e (re)produção de conhecimento, aprovado pelo CNPq por meio da Chamada Universal MCTIC/CNPQ N.º 28/2018, Processo: 4/27044/2018-9. Está, ainda, atrelado às pesquisas do projeto de pesquisa **Metodologias para o ensino da escrita na universidade**: discursos e saberes na produção do conhecimento, sem financiamento e apoiado pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Silence and Absence of Color in Journalistic Headlines of Racial Character: Authoral Writing Practices for Other (Res)Meanings of Meanings

Angelo Roberto Gonçalves Ribeiro
Janaína Zaidan Bicalho Fonseca

Abstract

This article aims to present a writing exercise mediated by a dialogical perspective of language. For this, we use a work based on the paraphrase and the reconstruction of meanings, based on the rewriting, undertaken by a Literature scholar, of journalistic headlines of a racial character, founded on a prejudiced and exclusive view. The developed idea revolved around the resignification of meanings, taking as choices the own choices and positions of the text producer, in an authorial direction of writing. The theoretical perspective was based on the Bakhtinian conceptual categories, both with regard to the analysis of the headlines, and with regard to the meta-discursive analyzes undertaken by the author of the rewrites.

Keywords: Writing. Authorship. Reconstruction of meanings.

Trajetórias e encaminhamentos

Surgido em um contexto de retrocesso histórico, no qual se assiste a um explícito ataque às camadas populares do nosso país, este artigo nasceu como proposta de trabalho final da disciplina de Linguística Aplicada, a qual se comprometeu em entender a diferença estabelecida pela linguagem, no constante enfraquecimento de grupos sociais invisibilizados. Nossa intenção foi a de conduzir um trabalho que refletisse sobre como esses grupos são hierarquizados socialmente a partir dos usos feitos da linguagem – objeto de poder constantemente manobrado para o benefício de uma dada ordem discursiva.

Nesse sentido, defendemos a importância de questionar as lógicas sob as quais os enunciados costumam ser construídos nas diferentes esferas de circulação, propondo novas formas, mais conscientes e éticas, de construir os discursos. Apostamos, para isso, na ruptura e na reconstrução dos modos de dizer, estabelecendo uma polifonia controversa com manchetes jornalísticas de caráter racial. Pretendemos, com isso, colocar em análise como esses textos focalizam os negros como alvo da violência e da negligência social, na tentativa de problematizar a construção de sentidos resultantes do apagamento da adjetivação e da naturalização do preconceito em nossa sociedade. A adoção dessa abordagem enunciativa pela mídia certamente está atrelada ao nosso passado histórico de escravidão, cuja dívida moral ainda não foi saldada, prolongando-se discursivamente por meio de uma materialidade linguística que revela forte inclinação para a exclusão social dos negros. É nesse sentido que este artigo pretende caminhar: observando, nas práticas discursivas, como o negro é construído, a fim de buscar compreender o pensamento político e ideológico sustentado na superfície textual.

Para além disso, este estudo também buscou, à luz da reconstrução de sentidos, ressignificar o grupo social vítima de marginalização, lançando mão da reescrita das manchetes, no intuito de tensionar, dialogicamente, a perpetuação dos modos de dizer sobre o negro, cristalizados historicamente. Assim, é na pretensa regulação polifônica que se deseja demonstrar novas formas de referenciação ao negro no curso discursivo.

Pensando nisso, compreendemos que a paráfrase dos textos que constituem nosso *corpus* de análise contribui na mobilização de sentidos outros que colocam em jogo uma consciência autoral construída por intermédio da linguagem, uma vez que colocamos em funcionamento signos linguísticos orquestrados sob matriz ideológica que se diferencia da matriz fundadora dos discursos primeiros. Assim, não criamos apenas inteligibilidades sobre esses discursos, mas construímos, na recriação polifônica, novas formas de entendê-los e de torná-los insubmissos à cultura dominante entronizada no nosso país.

Dessa forma, a Linguística Aplicada discutida no bojo deste artigo relaciona-se com as alternativas de co-criação discursiva, pautadas na inversão ideológica e, sobretudo, no exercício de constituição autoral compreendido como ato responsivo do dizer, ou seja, com a movimentação de um lugar valorativo do dizer, que coloca o sujeito que escreve na regulação consciente do que é dito. Trata-se, pois, de uma posição estético-formal, na qual se encena o dizer do outro, a partir de performances genuínas de escrita.

Sob essa direção, o protagonismo na construção de posturas discursivas é posto em foco, permitindo a estudantes de graduação – como recentemente já o foi o primeiro autor deste artigo – imergir em práticas de escrita assumidas desde a sua vontade autoral. Portanto, para nós, a Linguística Aplicada não está restrita ao contexto educacional como o de graduação, mas não negamos sua extrema importância nesse cenário, já que a formação do acadêmico de Letras está atrelada às descobertas das potencialidades do seu dizer e, conseqüentemente, a como esse mesmo dizer poderá ser ensinado em sala de aula, partindo de uma modificação na forma de se ensinar a escrever – não mais como produto de uma visão una, segura e acabada de texto, mas como fruto de posicionamentos que marcam o ser e o estar de um sujeito no mundo.

A fim de cumprirmos com os objetivos pautados até aqui, selecionamos um pequeno *corpus* de manchetes, do ano de 2019, publicadas em mídia digital, correspondentes a jornais de diferentes regiões do país. Em todas elas, observamos um direcionamento preconceituoso e excludente por parte das instituições de segurança pública acerca do assassinato de cidadãos brasileiros negros, em uma abordagem que relativiza a violência e apaga a vítima. O apagamento, nesse caso, contribui para a manutenção de um juízo

coletivo, que priva o leitor de uma capacidade emancipatória e autônoma de atribuição de sentido, provocando uma sensação de normalidade e de relativização da violência. Tais sensações são potencializadas pela ilusão da audição e da visão, na medida em que o silêncio e a falta de cor afetam as percepções sensoriais do leitor. São essas impressões, porém, que desejamos resgatar no exercício de escrita empreendido neste artigo.

2 Ferramentas conceituais

Neste artigo, escolhemos trabalhar com um quadro teórico que mobilizasse os interesses da Linguística Aplicada, “como área centrada na resolução de problemas da prática de uso da linguagem” (MOITA-LOPES, 2006, p. 18). Somamos a isso a preocupação da área em dar voz aos que estão à margem da sociedade, problematizando e politizando os discursos que os afetam. A Linguística Aplicada que nos move, portanto, é aquela que destina um lugar à construção da vida social por intermédio da linguagem.

Sob esse foco, interessa-nos, especialmente, as particularidades dos discursos e as possibilidades de modificá-los, conforme se dá a busca por novas bases de sentido. Isso porque, numa chave ética do dizer, nem todos os significados nos parecem válidos e, portanto, nem todos devem fazer parte da nossa constituição cidadã. Dito isso, acreditamos no caráter inacabado e infinito do diálogo, considerando o mosaico polifônico a que os dizeres estão submetidos. Nessa medida, as ferramentas conceituais, como polifonia, dialogismo, ideologia, autoria, ato responsivo, posição estético-formal, lugar valorativo do dizer, nos impelem a uma análise dialógica ou bakhtiniana para o tratamento discursivo.

A primeira lição que buscamos trazer para esse trabalho diz respeito à compreensão ativa que aciona enunciados únicos no tempo e espaço da enunciação, isto é, os elementos linguísticos individuais que demarcam uma situação enunciativa não são reiteráveis, uma vez que há um contexto histórico concreto que os origina, assim como um posicionamento ideológico que os motiva. No nosso caso, a geração de sentido com a qual nos comprometemos dialoga com os efeitos dos enunciados jornalísticos, mas com o intuito de negá-los e confrontá-los. No dizer de Bakhtin, “aquele

que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores” (BAKHTIN, 2009 [1929], p. 153). Assim, a mobilização do signo ideológico e plurivalente possibilitou assumir um lugar de enfrentamento no texto, nutrindo o sujeito da escrita² de palavras próprias que remarcam a superfície textual. Buscamos, pois, dar sentido à palavra, de forma que o produtor do texto se visse refletido nessa nova escrita, estabelecendo outro tipo de relação com o discurso alheio, qual seja, o de não submissão.

A partir dessa concepção de escrita – dialógica e singular, a autoria foi se apresentando nas novas manchetes, refletindo as individualidades do ser escrevente e as imprescindíveis tensões decorrentes desse processo. Nas palavras de Sobral, ser autor é “assumir, de modo permanentemente negociado, posições que implicam diferentes modalidades de organização dos textos” (SOBRAL, 2012, p. 131), ou seja, ainda que os enunciados jornalísticos tenham sido retomados na ação de reescrita, os modos de dizer eram constantemente balizados, já que não interessava à atividade didática destruir por completo o dizer primeiro, mas redefini-lo conforme os limites sintático-enunciativos postos em movimento. O que significa dizer que “a posição do autor com respeito ao conteúdo de seu enunciado é ativa, mas não o coloca acima de todas as influências que incidem sobre seu agir em seu ambiente sócio-histórico” (SOBRAL, 2012, p. 127). Nessa direção, a atividade de escrita proposta teve como objetivo a expressão da individualidade do autor, de forma que a linguagem não se apresentasse despersonalizada (BAKHTIN, 2013 [1942-1945], p. 41).

Dessa maneira, a concepção de escrita trazida por este artigo está associada às potencialidades dialógicas da palavra – construída na tensão entre vozes diversas, cada qual com uma posição própria. O papel do sujeito é harmonizar essas vozes e, a partir delas, assumir o seu lugar no texto. E isso só se faz na medida em que se estabelece um exercício responsivo com a palavra, ou seja, em que se assume o que é falado.

É exatamente esse exercício, realizado por um aluno de graduação, inserido em um contexto histórico e social específico, que queremos demonstrar no decorrer deste artigo. Para isso, lançamos mão, após as

² Sujeito da escrita, produtor do texto ou ser escrevente são expressões que remetem diretamente ao primeiro autor deste artigo, que, no ano de 2019, era graduando do Curso de Letras da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e cursista da disciplina de Linguística Aplicada. O exercício de escolha do *corpus*, análise e reescrita é de sua responsabilidade; enquanto coube à segunda autora, a partir de seu lugar como professora, propor e orientar a atividade de escrita, bem como redefinir, para este artigo, os encaminhamentos teórico-metodológicos.

reescritas, de um movimento metaenunciativo, em que o locutor encaminha as próprias reflexões acerca do texto que escreve, operando sobre os enunciados que produz. Embora partindo de modos de dizer já inscritos no corpo social, o dizer, uma vez reelaborado por um segundo produtor de texto, segue encaminhamentos outros que, na experiência didática em pauta, são elucidados, a fim de que o exercício autoral se faça visível.

É significativo salientar a importância da formação desse jovem estudante e a sua construção de repertório. Inicialmente, mobilizando conhecimentos aprendidos em uma universidade pública; posteriormente, pesquisando contributos outros em diferentes esferas sociais, para fundamentar a sua análise e a sua produção escrita.

Além disso, é possível observar a natureza da problematização e seus efeitos. O pensar e produzir uma reflexão gera repercussões significativas em cadeia, ou seja, um estudante formado em uma instituição pública, gratuita e de qualidade pode contribuir com a sociedade a fim de possibilitar ainda mais reflexão acerca da linguagem, alcançando novos indivíduos.

Tal problematização, em uma sociedade tão desigual como a brasileira, em diversos aspectos produz efeitos de autorreconhecimento, revela ainda as discriminações de indivíduos perante os recortes de classe, de raça e de gênero, além de provocar inquietações e inconformidades em relação ao *status quo*.

Para essas análises, o acadêmico se viu diante de um dilema, pois ainda desconhecia a sua legitimidade em propor uma discussão acerca desse tema. Por um lado, por não se reconhecer apto a apresentar e fundamentar a discussão academicamente e, por outro, por não se sentir seguro em relação ao seu local de fala, reconhecido como homem branco.

Esse impasse e presente cautela em empreilhar tal empreendimento é sustentado pelo pouco que o acadêmico conhece sobre os Estudos Culturais e suas problemáticas. É sabido que, dentro das pesquisas dos Estudos Culturais, há a contestação dos limites socialmente construídos (por exemplo, de classe, gênero, raça, etc.) nas mais diversas realidades humanas. “A ‘naturalização’ dessas categorias tem sido precisamente objecto de grande contestação a partir dos Estudos Culturais” (BAPTISTA, 2009, p. 452).

A partir desses conhecimentos adquiridos para além dos muros da instituição educacional, o acadêmico se reconheceu como um possível

agente social que poderia contribuir para uma reflexão, o que legitima a eficácia da interdisciplinaridade e a mobilização de conhecimentos em diversas áreas do conhecimento.

A respeito do local de fala, sustentou-se a partir da contribuição da filósofa Djamila Ribeiro, mulher, negra, escritora e acadêmica brasileira, que confere a todo indivíduo a sua autoridade em se posicionar desde seu lugar. Ainda, conforme a autora, é comum “achar que só o negro pode falar de racismo, se estamos em relações raciais e relações de gênero é importante que as outras pessoas debatam sobre esse tema” (RIBEIRO, 2019, on-line). Desse modo, “todo mundo tem lugar de fala, ... Porque está localizado socialmente, mas é como falar a partir do seu lugar sobre outras questões” (RIBEIRO, 2019, on-line). Portanto, “a pessoa branca deve discutir o racismo até porque faz parte do grupo que historicamente se beneficia dele, mas ela vai discutir a partir de um outro lugar” (RIBEIRO, 2019, on-line).

A partir dessas contribuições, veio a segurança em se posicionar e pensar, a partir das manchetes jornalísticas, a situação de apagamento do negro que estampa o chamariz das notícias. O interessante é refletir como o acadêmico, sendo uma pessoa “branca, pode pensar a situação racial no Brasil que passa por desnaturalizar lugares, por exemplo, que passa a começar a se incomodar a se questionar” (RIBEIRO, 2019, on-line).

Além das contribuições teóricas sinalizadas até o momento, o acadêmico encontrou em uma linguista brasileira, popularizada pelas redes sociais, uma discussão profícua e direcionada às manchetes jornalísticas. Jana Viscardi produz conteúdo sobre linguagem em seu canal no Youtube. A linguista, além de questionar os discursos que ecoam na sociedade, faz divulgação científica. Em suas palavras, ela é:

Uma linguista que procura olhar para a maneira como as manchetes são produzidas, como textos são escritos, para tentar justamente mostrar a importância da linguagem. Nesse sentido o meu trabalho é um trabalho de divulgação científica que pretende justamente trazer cada vez mais para perto das pessoas, ... o olhar de como a linguagem é importante para aquilo que nós experimentamos da realidade, para aquilo que nós recortamos da realidade, e como contexto é importante também dentro disso (VISCARDI, 2020, on-line).

Diante de todas essas contribuições, institucionais e não-institucionais, prestigiadas e não prestigiadas, o acadêmico passou a pensar sobre a possibilidade de escrita, bem como sobre a reflexão da autoria concebida a partir da reconstrução de sentidos revelada neste artigo.

Ditos e (re)ditos do *corpus*

A amostragem para a construção deste trabalho diz respeito às manchetes publicadas em mídia digital, correspondentes a jornais de diferentes regiões do país. Em todas elas, observa-se uma abordagem preconceituosa e excludente por parte das instituições de segurança pública acerca do assassinato de cidadãos brasileiros negros, a partir do apagamento da vítima.

As três primeiras retomam uma fala do presidente da República, mediada por uma heterogeneidade marcada pelo discurso direto. Logo após, em um encaixe sintático, segue-se um enunciado representativo da voz dos jornais que o aludiram. Trata-se, conforme lição bakhtiniana, do discurso de outrem entrando “no discurso e na sua construção sintática, por assim dizer, ‘em pessoa’, como uma unidade integral da construção” (BAKHTIN, 2009 [1929], p. 150). É como se o jornal narrasse a voz do presidente, a partir de suas próprias escolhas linguísticas; sem deixar, no entanto, que haja “a diluição da palavra citada” [...] “de tal forma que a substância do discurso do outro permanece palpável” (BAKHTIN, 2009 [1929], p. 151). Nas escolhas realizadas pelas propostas parafrásicas, também foram tomados caminhos que retomam as vozes da exclusão e da ausência ética, porém, desconstruídas em recursos linguísticos comprometidos com outra matriz de sentido.

Com a finalidade de demonstração analítica, colocamos em tela o primeiro texto, publicado por jornal brasiliense, em abril de 2019:

Manchete 1 – jornal brasileiro

CORREIO BRAZILIENSE Política



'O Exército não matou ninguém, não', diz Bolsonaro sobre músico fuzilado

Presidente falou pela primeira vez desde que o caso ocorreu, em 7 de abril, e disse que o fato se tratou de um "incidente"

CB Correio Braziliense

postado em 12/04/2019 14:50 / atualizado em 12/04/2019 15:32

Fonte: Correio Braziliense (2019)

Conforme podemos observar, a manchete do Correio Braziliense inicia-se com um enunciado proferido verbalmente pelo atual presidente da República, seguido de um verbo declarativo. Esse mecanismo é reconhecido por meio das aspas, graficamente marcadas, que denotam essa constatação. O texto usa esse recurso com o intuito de chamar atenção para o dito e explicitar claramente o posicionamento do emissor, buscando uma suposta posição de imparcialidade ao informar. Apesar disso, observa-se um embate polifônico, pois, quando se afirma que o músico foi fuzilado, nega-se ou desmerece-se a informação primeira de que o Exército não teria matado ninguém. Logo, a manchete é construída em um processo de tensão discursiva que, ao ativar o verbo “fuzilar”, aciona uma rede semântica comum ao espaço militar. Se semanticamente chega-se a essa conclusão, sintaticamente a construção da sentença não obriga o uso de agente da passiva (fuzilado por alguém), sendo esta a estratégia argumentativa encontrada pelo jornal para manter a encenação de imparcialidade.

É importante contextualizar que o carro de uma família negra foi alvejado por 80 tiros durante uma operação do Exército que caçava um delinquente, e tinha como suspeita as características daquele carro. O motorista, negro, pai, músico, segurança, morreu. A manchete jornalística silencia-se, pois não é possível, ao lê-la, inferir que o crime teria motivação preconceituosa por parte do Exército, uma vez que o apagamento da adjetivação da cor da pele das vítimas resulta na impossibilidade de o leitor estabelecer uma conexão sobre a possível motivação do crime.

Baseado em uma suposta imparcialidade dos fatos, o jornal apaga a possível motivação do crime, escolhendo adjetivar a vítima por sua profissão, a de músico, privando os leitores da atribuição de sentido de racismo, pois a questão da cor da pele da vítima e de sua família é importantíssima para a completa notificação dos fatos e posterior possibilidade de interpretação do leitor.

Na reconstrução de sentido, a proposta se baseou na evidenciação das marcas de exclusão social sofrida pelos negros, grupo marginalizado socialmente e objeto de análise desse trabalho. Porém, até aqui, é possível observar não marcas, mas o seu apagamento, é dizer, elas existem, mas em um nível interpretativo mais atento, menos visível, não expresso na superfície textual. É possível constatar que a manchete jornalística não é suficiente para expressar o tamanho da violência a respeito desse grupo atingido – uma minoria social que carece de atenção sobre seus direitos básicos. Ela não dá conta da problematização e tampouco causa algum efeito reflexivo na população, ao contrário, mantém um olhar passivo, encapuzado pelo falso sentido de imparcialidade jornalística, legitimando um posicionamento de naturalização diante das violências contra as minorias.

Proponho, por isso, a seguinte reescrita: “O Exército não matou ninguém, não”, afirma presidente brasileiro negando óbvio fuzilamento de natureza racista. Resolvi trocar o verbo declarativo “diz” para “afirma” com o propósito de expressar segurança na retomada discursiva. Troquei “Bolsonaro” por “presidente brasileiro” em uma tentativa de enfatizar a escabrosa declaração feita por uma autoridade máxima do país. Utilizei também o verbo “negar” e o adjetivo “óbvio” resultante do sentido que o acontecido é um fato, aquilo que não pode ser mudado, nem alterado. Foi, ainda, adicionada a motivação do crime de “natureza racista” para explicitar e marcar os agentes da ação, assim como evidenciar a violência sofrida pela família.

Na continuidade das análises, a segunda manchete, divulgada por um jornal belo-horizontino, segue a mesma performance sintático-enunciativa da primeira, no resguardo da voz do presidente:

Manchete 2 - jornal belo-horizontino

Home > Notícias > Brasil > 'O Exército não matou ninguém não': Bolsonaro classifica fuzilamento com 80 tiros como 'incidente'

'O Exército não matou ninguém não': Bolsonaro classifica fuzilamento com 80 tiros como 'incidente'

De Redação   22 horas atrás

Fonte: BHAZ (2019)

A manchete do jornal belo-horizontino adota um posicionamento, que pode ser compreendido de maneira irônica ao juntar a negativa redundante “não matou ninguém não”, com “fuzilamento com 80 tiros” e “incidente”.

A construção desse enunciado evidencia um posicionamento contrário às declarações do presidente, afinal, é inconcebível um atentado dessa natureza não matar ninguém. O título da reportagem responsabiliza o autor do enunciado por meio do verbo “classificar”, ou seja, o presidente da República classifica o fuzilamento com 80 tiros como um “incidente”. Desse modo, o enunciado atua como juízo de valor criticando Bolsonaro e enfatizando a sua intenção de repelir a responsabilidade do autor da ação: o Exército.

Percebemos que a manchete retoma o caso, por meio da alusão “fuzilamento com 80 tiros”, mas não acrescenta nada a respeito dos envolvidos na ação, pois o que cabe aqui é o foco sobre o posicionamento do presidente em relação ao crime; e é irrelevante saber sobre as pessoas envolvidas, encarado como assunto já enterrado. Essa adoção enunciativa reflete também um posicionamento, já que, ao apagar tais informações, coopera para o silêncio dos inocentes, para o abrandamento de uma consciência social, para a impossibilidade de discussão.

Em vista disso, reescrevo: “O Exército não matou ninguém não”: presidente nega fuzilamento com 80 tiros a carro de família negra e classifica ação como ‘incidente’. Propus a alteração do verbo “classificar” por “negar” e adicionei mais detalhes sobre as vítimas, assim motivando uma atribuição de sentido mais direcionada a respeito da classificação de “incidente” por parte do presidente. Também alterei “Bolsonaro” para “presidente” – função

de fácil reconhecimento do emissor, uma autoridade, tentando trazer uma responsabilidade para o cargo.

Finalizando as manchetes que retomam o mesmo enunciado pronunciado pelo presidente da República, apresento o seguinte texto de um jornal salvadoreense:

Manchete 3 - jornal salvadoreense



Fonte: Correio – O QUE A BAHIA QUER SABER (2019)

Até aqui podemos perceber uma constante adoção sobre a adjetivação e o foco enunciativo a respeito do crime cometido pelo Exército contra uma família negra dentro de um carro em movimento.

A manchete do jornal baiano retoma a notícia em discurso direto seguida de um verbo declarativo, relativizando o assassinato e adjetivando a vítima como músico. Na segunda linha dá mais detalhes, porém novamente adota um posicionamento que favorece um afastamento da motivação. Detalhes redundantes que nada contribuem para uma reflexão social. Adjetiva duas vezes a vítima, músico e segurança, com adjetivos de natureza profissional; esclarece sua idade e oculta os outros integrantes que também estavam no carro e, por fim, nada revela.

O que impressiona é a escolha de um jornal que tem em seu nome “o que a Bahia quer saber” (CORREIO, 2019, on-line), cujo estado conta com o maior número de pessoas que se declaram pretas, se posicionam dessa maneira (UOL, 2013, on-line). Desse modo, temos um triângulo isósceles, de dois lados iguais, representado por um presidente que nega fatos e um jornal “imparcial” que não menciona a autoria de um crime, afetando uma minoria marginalizada e apagada.

Com objetivo de evidenciar o lado silenciado, propus a seguinte reescrita: Exército mata músico negro no Rio e presidente da República diz: “O Exército não matou ninguém”. Diante da reescrita da manchete, tentei marcar duas opiniões, a do jornal e a do presidente. Ainda indico a condição do homem baleado adicionando o adjetivo negro após músico, possibilitando uma problematização social sobre a motivação do crime. Alterei também “Bolsonaro” por “presidente da República” a fim de instalar um sentido de inadequação do enunciado proferido com as responsabilidades do cargo.

Terminadas as manchetes relacionadas à retomada explícita da fala do presidente, segue-se o quarto *corpus* selecionado para análise, no qual ainda se observa a predileção do discurso direto; agora, porém, correspondente à voz do general Heleno:

Manchete 4 - jornal paulistano

SEGURANÇA PÚBLICA

Comandante de ação com 80 tiros no RJ "deu uma bobeadá", diz general Heleno

Fonte: Universo Online, UOL, Grupo Folha (2019)

O infeliz enunciado, em discurso direto evidenciado por meio das aspas, atinge uma barbárie institucionalizada. A manchete do jornal paulistano cria um título irônico, para o caso do músico, negro, assassinado pelo Exército em um carro em que a vítima estava junto com a sua família. Essa notícia, dias depois do crime, foi publicada como resposta acerca da violência, um posicionamento desumano que neutraliza o impacto emocional sofrido pela família, sustentado pela argumentação de uma “bobeadá”, ou seja, ausência de atenção, um descuido por parte do Exército.

É possível inferir que o assassinato de um ser humano por uma instituição de segurança pública é comum e acontece por uma falta de atenção, ainda mais alarmante é a acolhida da irresponsabilidade por parte do general. Oitenta tiros! Qual era a intenção do Exército se não o extermínio? É chocante, desconcertante e até repulsivo tentar refletir sobre

tal posicionamento, pois está afastado de qualquer possibilidade empática, de qualquer direito civil, gerando novamente uma relativização da violência por parte das instituições que deveriam garantir a segurança, além da institucionalização da violência.

Para que o leitor alcance o entendimento do que se trata a notícia, o jornal publica “ação com 80 tiros no RJ” recuperando o crime para que o leitor seja lembrado das notícias publicadas anteriormente. Essa notícia traz dois dados novos: a quantidade de tiros e o posicionamento do general. É irônica, no sentido de opor o numeral 80 ao adjetivo “bobeada”, como se fosse possível, por lapso, fuzilar um carro em movimento.

Buscando uma repercussão midiática, o jornal escolhe suas marcas enunciativas. Aqui também podemos perceber o silenciamento em relação aos seres humanos envolvidos. Como dito, só é possível estabelecer uma conexão do que se trata a notícia pela marca “80 tiros no RJ”, exaustivamente propagada em diversos jornais. É interessante observar ainda que acima do título está escrito: “segurança pública”, obviamente uma alusão ao setor que essa notícia se encaixa dentro do jornal, porém promove também a associação com um efeito irônico, afinal, segurança de quem?

Proponho a seguinte reescrita da manchete: Comandante de ação, que matou homem negro e feriu sua família com 80 tiros no RJ, “deu uma bobeadá”, diz general Heleno. Resolvi incluir entre vírgulas o responsável do ato criminoso, assim como expressar textualmente a condição social das vítimas, “negros”, “morto” e “feridos”, a fim de promover uma atribuição de sentido sobre quem matou, quem morreu, quem se feriu.

Por fim, segue a única manchete que não faz uso de algum tipo de retomada discursiva:

Designer de interiores é morto dentro de veículo de aplicativo durante abordagem policial

Familiares disseram que ele voltava para casa quando foi atingido pelos disparos.

Por Anderson Barbosa, G1 SE — Aracaju

09/04/2019 06h36 - Atualizado há 4 dias



Fonte: G1 – TV Sergipe (2019)

A manchete do jornal sergipano contribui para que uma violência brutal seja relativizada pela sociedade. Silencia-se perante três fatos: a cor, o sexo e o motivo da morte. O título da notícia impede qualquer inferência a respeito desses fatores – determinantes para a completa atribuição da condição injusta que sofrera o assassinado. A cor: substituída pela profissão; o sexo: indeterminado, efeito da escolha que privilegia a profissão; o motivo da morte: apagado.

Apagar a adjetivação da característica física, da cor da pele da vítima, resulta no distanciamento da promoção de sentido atribuída à ideia de racismo por parte da “abordagem policial”, derivando a relativização da violência e a impossibilidade de responsabilidade.

Noticiar os fatos e torná-los acessíveis à população é possibilitar o anúncio de um enunciado mais detalhado de descrições factuais e menos expostos a um posicionamento parcial, podendo gerar uma atribuição de sentido mais representativa da condição do objeto.

Podemos perceber, em uma análise ingênua, uma tentativa de o jornal perseguir uma postura neutra, por meio de uma seleção lexical a evitar uma exposição da condição da vítima e possíveis problemas com a opinião pública. Contudo, vale refletir sobre as implicações contidas nessa manchete. “Designer de interiores” é uma adjetivação que classifica a vítima, deixando de focalizar o seu algoz. “É morto” por quem? Por quê? “Durante uma abordagem policial”, uma situação inusitada. Expor uma perspectiva em relação ao agredido, ou seja, um olhar para quem sofre

a agressão – vítima como foco, é sugerir uma banalização da violência, pois, ao defrontarmos com notícias várias de natureza violenta, passamos a acreditar que é comum ser morto e nos condicionamos a culpabilizar a vítima, vulgarizando enunciados do tipo: “Nossa, mas o que a pessoa estava fazendo?”, “Não pode ser boa coisa”, “Gente de bem não morreria assim”, “Se estivesse em casa, isso não aconteceria”.

Visto que a atribuição de sentido se dá entre a relação texto e leitor, o jornal impede que as condições enunciativas definidas na notícia atinjam um efeito questionador. Nesse processo, como já mencionado, é silenciada a possível atribuição de sentido sobre o preconceito racial, principal motivador do crime. Desse modo, o jornal, buscando uma pseudoneutralidade, uma falsa preocupação discursiva social equilibrada, não eleva o posicionamento da notícia como um crime baseado em injustiça e preconceitos, perpetuando esses estereótipos e aleijando a população de uma possível discussão e reflexão.

Proponho a reescrita da manchete nesses termos: Abordagem policial mata, dentro de veículo de aplicativo, designer de interiores negro. Procurei alterar o foco enunciativo reconstruindo a manchete a partir da ação do agente: “Abordagem policial mata” a fim de marcar o responsável pelo assassinato. Optei ainda por adicionar mais um adjetivo, “negro”, após a caracterização da vítima no intuito de promover uma rápida atribuição de sentido sobre a possível motivação do crime.

Considerações finais

Ao escrever este trabalho em conjunto com a professora, deparei-me com muitas incertezas, reconheci em mim um estado de angústia e pensei algumas vezes que não seria possível continuar. Um trabalho dessa natureza mobiliza reflexão e empatia, conhecimentos linguísticos e extralinguísticos, além de um exercício constante de autorreconhecimento.

Por outro lado, a escrita só foi possível, pois foi auxiliada, orientada e construída em conjunto, e daí talvez tenha nascido um processo de autoria profícuo, porque compartilhado por mãos que, por seguirem juntas, respeitaram o compasso de uma e de outra, tocando afinadas sobre as

teclas que revelavam suas inclinações e perspectivas discursivas, em signos ideológicos que buscavam o seu lugar no dizer. Escrever também foi uma oportunidade de refletir sobre a liberdade, os direitos e a possibilidade de diminuir injustiças. Além de reconhecer o meu lugar como acadêmico em uma Instituição de Ensino Superior, pública e de qualidade. Esse lugar tão atacado e desmerecido.

Nesse sentido, a nossa proposta de escrita se baseou no silêncio metafórico, na ausência de cor da negritude, que alicerçou a construção de sentido das manchetes jornalísticas. Em outras palavras, o silenciamento, o apagamento, a substituição, de determinadas nomeações constitutivas no texto contribuíram para a manutenção de um juízo coletivo, que priva o leitor de uma capacidade emancipatória e autônoma de atribuição de sentido, renegando-o às conformidades estabelecidas textualmente, provocando uma sensação de normalidade perante a exclusão social do indivíduo noticiado.

A impossibilidade de uma manchete imparcial e apolítica é evidente, assim como um posicionamento é inerente ao enunciado, mesmo que não esteja registrado na superfície textual, pois cada enunciado vai expressar seus componentes ideológicos e seu posicionamento norteador, em maior ou menor grau de exposição.

Diante disso, cabe ao leitor o discernimento das tendências enunciativas, a capacidade de fazer uma leitura crítica e eleger a sua fonte de informação. Mas para isso acontecer é preciso ensinar. Ensinar o exercício da leitura de diferentes fontes, no sentido de conceber as multiplicidades dos discursos imbricados nas pautas jornalísticas praticando a compreensão dos efeitos produzidos pelos comportamentos discursivos em cada uma delas. Para isso é preciso defender a educação gratuita e de qualidade para toda a sociedade brasileira, para que seja possível a formação de professores e outros agentes sociais transformadores.

O nosso trabalho tentou demonstrar que a imparcialidade da imprensa é uma falácia, e a tentativa de perseguir essa tortuosa iniciativa resulta na exclusão de determinados grupos mantendo uma situação disforme da realidade. Nenhuma das manchetes jornalísticas menciona a cor da pele do cidadão assassinado, essa escolha poderia derivar de uma ilusão caracterizada como “imparcialidade”, já discutida como controversa, visto que a atribuição de sentido se dá na relação entre o texto e o leitor.

Portanto nos ocupamos por marcar o apagamento da caracterização física, no intuito de ampliar a possibilidade de sentidos ao leitor e de modificar o panorama discursivo instituído. Como observado, há nas manchetes um apagamento referente à cor da pele da vítima e esse apagamento, gerado pela falta de adjetivação específica, é substituído pela profissão. No caso, negro é substituído por: músico, segurança ou designer de interiores. Nesse processo “imparcial” de resignificação se perde a possibilidade de construção de sentido por parte do leitor sobre o preconceito racial, principal motivador do crime.

Desse modo, os jornais, ao construir uma neutralidade e assumir uma preocupação discursiva social equilibrada, meramente ilusórias, não eleva o posicionamento da notícia como um crime baseado em injustiça e preconceitos, perpetuando, assim, uma adoção discursiva excludente.

Em síntese, podemos refletir, a partir da leitura do trabalho, como as manchetes dos jornais aqui apresentados podem colaborar para a manutenção das relações sociais vigentes, em que uma minoria não é representada nas páginas de jornais por uma série de injustiça sofridas, mas é essa mesma minoria invocada, adjetivada e explicitada, quando se trata de um crime por ela cometido.

Referências

BAKHTIN, M. (1942-1945). **Questões de estilística no ensino da língua**. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2013.

BAKHTIN, M. (Volochínov, V.). (1929). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAPTISTA, M. M. Estudos culturais: o quê e o como da investigação. **Carnets**, [s.l.], n. -1, p. 451-461, 1 jun. 2009. Open Edition. <http://dx.doi.org/10.4000/carnets.4382>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/carnets/4382>. Acesso em: 19 maio 2020.

BHAZ. **‘O Exército não matou ninguém não’**: Bolsonaro classifica fuzilamento com 80 tiros como ‘incidente’. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2IvolvB>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

BRAZILIENSE, Correio. **‘O Exército não matou ninguém, não’, diz Bolsonaro sobre músico fuzilado**: Presidente falou pela primeira vez desde que o caso ocorreu, em 7 de abril, e disse que o fato se tratou de um “incidente”. 2019. Postado em 12/04/2019 14:50 / atualizado em 12/04/2019 15:32. Disponível em: <<https://bit.ly/2GjKriU>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

CORREIO. **‘O Exército não matou ninguém’, diz Bolsonaro sobre morte de músico no Rio**. 2019. UOL; MACHADO, 12.04.2019, 14:47:27 Atualizado: 12.04.2019, 14:57:31. Disponível em: <<https://glo.bo/2KBNpn9>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

IBAHIA; GLOBO, Agência O. **Bolsonaro sobre músico fuzilado: ‘O Exército não matou ninguém’**. 2019. Disponível em: <<https://glo.bo/2DbJ97Z>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

MOITA-LOPES, L. P. (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

RIBEIRO, D. **Podcast Matéria Bruta | Lugar de fala**. 2019. 11m. Disponível em: <https://youtu.be/SSaSfc4eJCQ>. Acesso em: 19 maio 2020.

SE, G1. **Designer de interiores é morto dentro de veículo de aplicativo durante abordagem policial**: Familiares disseram que ele voltava para casa quando foi atingido pelos disparos. 2019. 09/04/2019 06h36 atualizado há 4 dias. Disponível em: <<https://glo.bo/2IodmUr>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

SOBRAL, A. A concepção de autor do “Círculo de Bakhtin, Medvedev, Voloshinov: confrontos e definições. **Macabéa** – Revista Eletrônica do Netli, Crato, v. 1, n. 2, dez. 2012, p. 123-142.

UOL. **Comandante de ação com 80 tiros no RJ “deu uma bobeadá”, diz general Heleno**. 2019. Demétrio Vecchioli* e Luís Adorno Colaboração para o UOL e do UOL, em São Paulo 13/04/2019 14h16. Disponível em: <<https://bit.ly/2v5NeGm>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

UOL; MACHADO, Priscila. **Bahia apresenta o maior número de negros.** 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2JI712u>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

VISCARDI, J. **MANCHETES IMPORTAM.** 2020. 9m16s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A6-g5YM9zRM>. Acesso em: 19 maio 2020.

PLANALTO. **Conheça as atribuições do presidente da República:** chefe do executivo é o representante público mais elevado do país. 2019. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2018/12/conheca-as-atribuicoes-do-presidente-da-republica>. Acesso em: 23 maio 2020.

Os sentidos mudam e a cozinha também: análise da(s) formação(ões) discursiva(s) das propagandas da *Todeschini*

Heitor Pereira de Lima*
Kátia Regina de Sousa e Silva**

Resumo

Este trabalho parte da compreensão de que a noção de formação discursiva corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 1988). Nesse sentido, evoca-se a noção de sujeito, categoria analítica que difere pontualmente o quadro teórico da Análise do Discurso de linha francesa pêcheuxtiana das demais teorias que também contemplam o discurso. Embora este ensaio assume seu interesse por formação discursiva, não pretendemos perder de vista a noção de tomada de posição, formações ideológicas e sujeito, como já anunciamos, uma vez que a reunião dessas noções é fundamental para que consigamos acesso aos efeitos de sentido mobilizados pelas formações discursivas (estas a serviço de ideologia) que autorizam o discurso. Para isso, utilizaremos como *corpus* três textos propagandísticos da empresa de cozinhas planejadas *Todeschini* e buscaremos aporte teórico em Michel Pêcheux (1988), por sua importância na teorização do conceito de formação discursiva pela qual foi possível, ao considerar as formações ideológicas, esgarçar o olhar sobre essa categoria analítica tão cara aos estudos discursivos; Michel Foucault (1969), pela sua preocupação em estabelecer as regularidades, os sistemas de dispersão; e Freda Indursky (2020) por compreender sua relevância às pesquisas que visam explorar formações discursivas, sobretudo àquelas que elegem *corpus* da realidade brasileira.

Palavras-chave: Formação discursiva. Tomada de posição. Formação ideológica. Sujeito.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras – Linguística e Língua Portuguesa/PUC Minas. Integrante do Grupo de Pesquisa NELLF da mesma instituição. Bolsista CNPq. <https://orcid.org/0000-0002-3247-4847>.

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras – Linguística e Língua Portuguesa/PUC Minas. Bolsista CAPES. Professora da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte/MG. <https://orcid.org/0000-0003-2324-553X>.

The Directions Change and the Kitchen al so: Analysis of the Discursive Formation(s) of Todeschini Advertisements

Heitor Pereira de Lima
Kátia Regina de Sousa e Silva

Abstract

This work starts from the understanding that the notion of discursive formation corresponds to a domain of knowledge, constituted of discursive statements that represent a way of relating to the prevailing ideology, regulating what can and should be said (PÊCHEUX, 1988). In this sense, the notion of subject is evoked, an analytical category that punctually differs from the theoretical framework of Pêcheuxian French Discourse Analysis from other theories that also contemplate discourse. Although this essay assumes its interest in discursive formation, we do not intend to lose sight of the notion of taking a position, ideological formations and subject, as we have already announced, since the gathering of these notions is fundamental for us to gain access to the effects of meaning mobilized by discursive formations (these at the service of ideology) that authorize discourse. For this purpose, we will use as *corpus* three advertising texts from the planned kitchen company *Todeschini* and seek theoretical support in Michel Pêcheux (1988), for their importance in theorizing the concept of discursive formation through which it was possible, when considering ideological formations, to stretch the gaze about this analytical category so dear to discursive studies; Michel Foucault (1969), for his concern in establishing regularities, dispersion systems; and Freda Indursky (2020) for understanding its relevance to research aimed at exploring discursive formations, especially those that elect *corpus* from the Brazilian reality.

Keywords: Discursive formation. Position taking. Ideological formation. Subject.

Colocando a mão na massa

Essas plataformas movediças sem as quais não se poderia ter percorrido a estrada pela primeira vez... (PÊCHEUX, 1966).

Este ensaio surge a partir das discussões realizadas durante a disciplina Análise do Discurso, ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), que abordou, dentre vários, um operador teórico-analítico importantíssimo ao analista do discurso: formações discursivas. Embora o bom desenho da disciplina tenha nos proporcionado, de modo estendido, reflexões sobre esse operador, tomando Michel Pêcheux, Michel Foucault e alguns pesquisadores brasileiros que estudam sobre o assunto, assumimos os postulados pêcheuxtianos como horizonte, neste trabalho, por entendermos que a discussão promovida pelo iniciador da Escola Francesa da Análise do Discurso, ao perceber que as formações ideológicas são preponderantes nas regiões de sentido, vai além de estabelecer as regularidades, os sistemas de dispersão.

A noção de formação discursiva (a partir de agora FD) é revisitada/tomada frequentemente, seja pelas pesquisas científicas que buscam legitimar visões que garantam a paternidade do termo a quem faz jus, ou ainda, pelas situações ordinárias da vida cotidiana que buscam possibilidades de “desvendar” os efeitos de sentido, sem o compromisso acadêmico-científico.

O nosso trabalho caminha em direção oposta às mencionadas: compreender como a textualização de um discurso, materializada num texto verbal, numa fotografia, numa pintura etc., ou seja, por qualquer semiose, é autorizada por uma FD que legitima o dizer, bem como a forma como se diz, tendo aí um efeito de homogeneidade; por outro lado, como esse mesmo discurso, ao ser inscrito em outras FDs e, portanto, ideológicas, passa a mobilizar sentidos diferentes por meio daquilo que Pêcheux chamou de tomada de posição, o que configura a manifestação da heterogeneidade. Segundo Pêcheux:

[...] a tomada de posição resulta de um retorno do 'Sujeito' no sujeito, de modo que a não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele 'toma consciência' e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus 'semelhantes' e com o 'Sujeito'. O 'desdobramento' do sujeito – como 'tomada de consciência' de seus 'objetos' – é uma reduplicação da identificação [...] (PÊCHEUX, 1988, p. 172).

Diante do exposto, reiteramos que este estudo pretende debruçar-se sobre noção de FD, ancorado no arcabouço teórico da Análise do Discurso de linha francesa que tem Michel Pêcheux como iniciador.

Há ainda outro ponto a ser considerado neste ensaio à guisa de consideração inicial: a necessidade de que sigamos na urgência de compreender a relevância das FDs para os estudos que discorrem sobre o discurso. Freda Indursky, grande pesquisadora brasileira que estuda esse assunto, já nos questionava em seu texto "Formação Discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela?" (2007b) sobre a necessidade de apostar num conceito tão importante aos estudos discursivos, sobretudo, àqueles que não abandonam a noção de formações ideológicas.

Uma vez que percebemos o *corpus* selecionado – três textos criados e propagados pela empresa *Todeschini*, em períodos distintos – como um fato de linguagem por excelência que tem memória e, portanto, nos conduz à memória linguística (ORLANDI, 1995, p. 115), acreditamos que ele nos permitirá: i) acessar às FDs que o autoriza e, portanto, aos efeitos de sentidos; e ii) por meio das tomadas de posição, observar como sujeito ao dizer (com suas intenções e objetivos) não possui controle desse dizer, ou seja, os textos selecionados dizem de maneira completamente diferente em relação a eles próprios, o que nos faz pensar em (re)significação dos sentidos por tomadas de posição.

Diante disso, nosso trabalho aponta para a necessidade de intensificar a discussão teórica que evidencia os estudos sobre a heterogeneidade da linguagem.

Dois caminhos... Uma direção

A partir de agora, discutiremos a noção de FD sob duas perspectivas: a primeira, em consonância com as contribuições foucaultianas – um caminho do qual desviaremos; e, a segunda, pautada nos postulados pêcheuxtianos – caminho no qual seguiremos.

Um caminho do qual desviamos: a noção de Formação Discursiva em Michel Foucault

Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (FOUCAULT, 2005, p.82).

Embora já tenhamos evidenciado a pretensão de nos debruçarmos sobre a noção de FD em Michel Pêcheux, entendemos ser importante considerar a concepção de FD trazida por Foucault, tendo em vista a importância desses dois teóricos no arcabouço da Análise do Discurso de linha francesa, inclusive no que se refere à origem do próprio conceito de FD.

Baronas (2011) considera que há uma paternidade partilhada entre ambos, mas faz uma ressalva, pois muitos estudos, tanto na França quanto no Brasil, apontam que tal conceito surgiu, pela primeira vez, com Michel Foucault, em seu livro *Arqueologia do Saber* (1969), quando, na verdade, ele já havia sido enunciado no artigo *Lexis et metalexis: les problèmes des déterminants*, publicado em 1968, por Pêcheux e Fuchs, caindo por terra a noção de que Pêcheux teria emprestado a ideia de Foucault.

Contudo, não devemos perder o foco. Parafraseando Maldidier (1993), o que nos importa não é a origem da expressão, mas o seu deslocamento, a sua concepção como um “componente da Formação Ideológica”, que determina “o que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição numa dada conjuntura”. E isso se deu com Pêcheux, a partir de 1977, quando ele reordena o conceito foucaultiano de FD que representava

“uma primeira relação entre a História, vista sob os tipos de relações ideológicas de força nas sociedades de classe, e a materialidade linguageira” (MALDIDIÉ, 1993, p. 6).

Foucault deixou suas marcas no campo da Análise do Discurso, uma vez que trouxe, como de fundamental importância para esta área, a relação entre o sujeito, o discurso, a história e o poder. Segundo ele, para compreender a constituição da FD faz-se necessário considerar a importância dos elementos históricos, uma vez que o saber é uma construção histórica e, como tal, produz verdades que se instauram e se revelam nas práticas discursivas. O saber e o discurso são definidos baseados no conceito de enunciado e este “pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo” (FOUCAULT, 1969, p. 135).

É importante entender, conforme o filósofo, que enunciado não é sinônimo de proposição, de frase e tampouco de ato de fala, mas é ele que dá condições para que esses ocorram. O enunciado é regido por regras e faz parte dessa ou daquela FD, é ele que garante a existência de uma proposição que pode ou não ter sentido, de uma fala que vai ou não se encaixar naquele contexto, de uma frase que pode ser gramatical ou agramatical. Conforme Foucault (1969), um sistema linguístico só poderá ser estabelecido se utilizado um corpo de enunciados ou uma coleção de fatos de discurso. É necessário definir regras que permitam construir outros enunciados diferentes, possíveis - “um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos” (FOUCAULT, 1969, p. 30).

O discurso, na concepção foucaultiana, é um conjunto de regras “anônimas e históricas” determinadas no tempo e no espaço, é um conjunto de enunciados que provêm da mesma formação discursiva. Por sua vez, a formação discursiva “caracteriza-se não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidades, mas uma lei de coexistência [...]” (FOUCAULT, 1969, p. 135).

Visando construir o conceito de FD, Foucault buscou, por meio de um projeto no campo da Análise de Discurso, encontrar algo que definisse o discurso numa única unidade. Assim, ele elegeu e analisou quatro categorias: formação dos objetos, relações dos modos enunciativos, formação dos conceitos e escolhas dos temas. Foram, a seu ver, quatro tentativas e quatro

fracassos, mas ele quis prová-las e percebeu que não descreviam a realidade. Concluiu, então, que a dispersão era melhor que a unidade, encontrando, assim, o foco da sua análise. Em relação às quatro categorias analisadas, as regras de FD foram criadas seguindo as condições a que seus elementos estão submetidos.

Um ponto decisório que nos desviou do conceito de FD trazido por Foucault refere-se a sua consideração em termos de saber e de poder, não em termos de ideologia; o filósofo compreende FD numa perspectiva de dispersão, sendo estabelecidas as relações entre o dizer e o fazer e as práticas discursivas marcadas por uma não-autonomia. Em outras palavras, Foucault (1969) defendeu que, quando o sistema de dispersão fosse semelhante entre um determinado número de enunciados e quando uma regularidade pudesse ser definida entre as quatro categorias analisadas – objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas – haveria uma formação discursiva.

Enfim, conforme dito, a contribuição deste teórico é de fundamental importância para a Análise do Discurso e não haveria espaço suficiente, em um ensaio, para discorrer sobre ela. Contudo, tendo em vista o nosso objetivo, seguimos trazendo a concepção de FD na linha de Michel Pêcheux, pela qual seguirá nossa análise.

Um caminho no qual seguimos: a noção de Formação Discursiva em Michel Pêcheux

[...] a formação discursiva pode ser entendida como o que pode e deve ser dito pelo sujeito, ou seja, ela tem seus saberes regulados pela forma-sujeito e apresenta-se dotada de bastante unicidade [...] (INDURSKY, 2020, p. 306-307).

Michel Pêcheux, em parceria com Catherine Fuchs, atento às observações, interpretações, críticas e deformações no que se refere à difusão da análise automática do discurso (AAD), por meio do nível teórico e do nível das aplicações experimentais, propôs uma reformulação de conjunto, visando a eliminar certas ambiguidades, retificar certos erros, constatar certas dificuldades não-resolvidas e indicar as bases para uma

nova formulação da questão (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 163). Nesse sentido, os autores trazem as noções de discurso e ideologia estabelecidas numa relação pela qual

[...] se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p.166-167).

Percebe-se, portanto, que essa noção, desde sempre, é algo importante ao quadro teórico de Pêcheux por considerar as FDs atravessadas pela ideologia que faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer (ORLANDI, 1995, p. 46). Também não esqueçamos da importância da convocação da noção de sujeito para formular a noção de FD.

Isso coloca em suspenso o modo homogêneo pelo qual se entende e se discute FD à margem dos postulados pêcheuxianos: i) na perspectiva da não-falha, ou seja, da impossibilidade de conceber um sujeito que ao estar vinculado a uma dada FD, sujeitando-se, em concordância com os dizeres, identificando-se plenamente com o sujeito universal, à forma-sujeito, de fato um bom sujeito, poderia romper com essa FD ao ponto de inscrever-se em outra e comportar-se como tal; ii) entendida sem ideologia, da pureza, da neutralidade, de sujeitos livres que dizem e se dizem o que querem e como querem, senhores de si e, portanto, proprietários de consciência; iii) do discurso inscrito em uma única FD, ou seja, da insistência da homogeneidade ilusória.

Diferentemente dessas percepções, entendemos que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação com a formação discursiva que o domina (PÊCHEUX, 1988, p. 147). Vale salientar que embora essa “dominação”, ou seja, o assujeitamento é uma noção compreendida fora da concepção pêcheuxiana, na esteira da subserviência,

da ingenuidade, da tolice, aqui a compreendemos enquanto movimento de interpelação dos indivíduos por uma ideologia, condição necessária para que o indivíduo se torne sujeito do seu discurso. E ainda, segundo Pêcheux, os indivíduos são interpelados em sujeitos de seu discurso, pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes (PÊCHEUX, 1988, p. 147).

Diante do exposto, uma questão precisa ser esclarecida: por que Michel Pêcheux apresenta-se como o melhor caminho para compreender FD? Convocamos Freda Indursky, que nos esclarecerá:

[...] é lícito afirmar que, no quadro teórico da Análise do Discurso, tal como formulado por Pêcheux, [...] ao contrário do que ocorre na Arqueologia de Foucault, não só é lícito falar em ideologia, como é ela, juntamente com o sujeito, que é tomada como princípio organizador da formação discursiva. Redizendo e já me posicionando: é o indivíduo que, interpelado pela ideologia, se constitui como sujeito, identificando-se com os dizeres da formação discursiva que representa, na linguagem, um recorte da formação ideológica (INDURSKY, 2020, p. 306).

A partir disso, passamos a observar, por meio das propagandas selecionadas da *Todeschini*, como a identificação do sujeito com os dizeres da FD muda. Assumimos como hipóteses que: i) no primeiro texto, o discurso racista convive harmoniosamente com os discursos de gênero e capitalista, todos autorizados por FDs que legitimam dizeres inaceitáveis à época atual; ii) na segunda propaganda, percebe-se, por um lado, o rompimento do sujeito com a FD que evidencia o discurso racista, embora podemos interpretar a permanência do racismo atuando por meio do não-dito e, por outro lado, o discurso de gênero e o discurso capitalista produzindo efeitos “parecidos” ao texto anterior; e iii) por fim, a terceira materialidade apresenta um rompimento com o discurso de gênero, mas não com o discurso capitalista.

Figura 1 A cozinha de antes



Cozinhas Todeschini. A melhor maneira de segurar a sua empregada.

Se você é destas felizardas que possuem empregada e ainda não tem uma cozinha Todeschini, abra o olho. A sua vizinha pode estar comprando uma e andar de conversinhas no muro com a sua empregada. Afinal, quem não gosta de conforto? Uma cozinha Todeschini é o melhor lugar da casa. Prática na sua funcionalidade e bom gosto em todos os detalhes. Podendo combinar e modular à vontade, dependendo do espaço e da sua necessidade. Agora, se você ainda não tem uma empregada, faça este favor pra você mesma. Amanhã as coisas podem melhorar.



Fonte: <<https://www.propagandashistoricas.com.br/2020/07/cozinha-todeschini.html>>. Acesso em: 20 set. 2020

Embora sejamos péssimos sujeitos devido a nossa desidentificação com as FDs vigentes no texto acima, precisamos entendê-las. Se considerarmos o contexto sócio-histórico, isto é, a exterioridade,

entendemos que essas premissas foram preponderantes para a legitimação de tais dizeres. Os enunciados, em especial, “a melhor maneira de segurar sua empregada” e “Se você é destas felizardas que possuem empregada...” (grifos nossos), somados à fotografia de uma mulher de pele branca, provavelmente a patroa, “abraçando” numa teatralização que sugere uma “prisão” de uma mulher de pele negra, a empregada, endossam FDs que entendem e reforçam o lugar das mulheres: i) ambas na cozinha, espaço designado para elas, uma vez que “lugar de mulher é na cozinha”; ii) a demarcação do território da cozinha: o espaço da patroa difere do espaço da empregada. Ademais, a figura da mulher de pele negra, usando uniforme, reporta-nos à memória discursiva na qual essa mulher representa as escravizadas do período colonial, época na qual era legítimo segurar e possuir seres humanos. Por fim, o discurso capitalista é reforçado pela ideia da compra da cozinha *Todeschini*, afinal, é necessário “abrir o olho” com a concorrência para que sua empregada “não fique, em cima do muro, de conversinhas com a vizinha”.

Assim, ao elegermos esta propaganda, percebemos que há uma identificação do sujeito com as FDs que o interpelam, o que, de acordo com Pêcheux, chamamos de primeira modalidade. Indursky (2020), diz que

a primeira modalidade remete ao que Pêcheux designou de superposição entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito. Tal superposição revela uma identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que afeta o sujeito [...]”. E que nada mais é do que foi descrito por ele como a reduplicação da identificação, tal como vimos nos parágrafos precedentes e que representam a primeira formulação destas noções, no âmbito do quadro teórico da AD (INDURSKY, 2020, p. 308).

Em outras palavras: o sujeito do discurso é um bom sujeito.

Figura 2 A cozinha e algumas mudanças



**MOSTRE QUE VOCÊ ENTENDE
TUDO DE COZINHA.**

Entender de cozinha não significa saber preparar molhos ou temperos especiais. Mesmo quem não sabe nem fritar um ovo, sabe que Todeschini é a melhor cozinha que existe. Qualidade em todos os detalhes e uma racionalização de espaço impressionante. Se você quer agradar na cozinha, comece com Todeschini.


Todeschini
A melhor idéia para qualquer espaço.

Fonte: <<http://www.propagandaemrevista.com.br/propaganda/97/>>. Acesso em: 20 set. 2020

Mesmo tendo ocorrido algumas mudanças, ainda nos consideramos péssimos sujeitos, pois prevalece nossa desidentificação com as FDs vigentes no texto acima.

Nessa propaganda, o discurso capitalista segue evidenciado pelas semioses, trata-se de um texto de finalidade comercial pelo qual reforça-se que “Todeschini é a melhor cozinha que existe”. Por outro lado, o discurso de gênero, autorizado por FDs, segue produzindo efeitos “parecidos” ao texto anterior: a mulher continua “no seu lugar” e, agora, servindo a um homem. O enunciado “Entender de cozinha não significa saber preparar molhos ou temperos especiais” endossa uma competência que toda mulher “deve ter”: a capacidade de servir. O lugar da mulher, enquanto aquela que serve, e o lugar do homem, aquele que é servido, apontam para o discurso de gênero que sempre coloca a figura feminina num espaço desprestigiado em relação ao ser masculino.

O discurso racista, conforme discutimos no primeiro texto, não se evidencia nesse segundo. Tal constatação nos faz perceber que houve aí um processo pelo qual o sujeito do discurso não se comportou como um bom sujeito. Em outras palavras: os dizerem que reforçam o discurso racista não mais são aceitos, uma vez que houve um possível rompimento do sujeito com a FD. O sujeito, por uma tomada de posição, se contrapõe ao sujeito universal, o que configura o mau sujeito. Essa modalidade

[...] caracteriza o discurso do “mau sujeito”, discurso em que o sujeito do discurso, através de uma “tomada de posição”, se contrapõe à forma-sujeito e aos saberes que ela organiza no interior da Formação Discursiva. Essa segunda modalidade consiste em “uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...)” em relação ao que diz a forma-sujeito, conduzindo o sujeito do discurso a contra-identificar-se com alguns saberes da formação discursiva que o afeta (INDURSKY, 2020, p. 308).

Figura 3 A cozinha de hoje



Fonte: <<https://www.behance.net/gallery/29854801/Todeschini-Colecao%20Ser2016>>. Acesso em: 20 set. 2020

Em relação a esse terceiro texto, que traduz bem a situação sócio-histórica atual, somos quase bons sujeitos, uma vez que nos identificamos, em parte, com o discurso presente. Assim como nos anteriores, o discurso capitalista apresenta-se em sua forma plena: i) pelo enunciado “Minha casa tem que ser o meu amor”, no qual “amor” acomoda uma ambiguidade – a pessoa e a cozinha *Todeschini*; ii) pela representação da fartura de alimentos sobre a bancada e objetos tidos como elegantes (luminárias, tábuas, acessórios), pelo comportamento consumista reiterado pelo capitalismo.

No que se refere ao discurso de gênero, percebe-se uma ruptura com a ideia preconceituosa de que “lugar da mulher é na cozinha”. O homem apresentado na propaganda ocupa “o lugar feminino”; a mulher, por sua vez, espera para ser servida. Essa encenação denuncia uma desidentificação do sujeito do discurso com o discurso machista. Assim, o rompimento do sujeito com a FD aconteceu por meio de uma tomada de posição não subjetiva. Dito de outra forma:

O modo da “desidentificação, isto é, de uma tomada de posição não-subjetiva, que conduz ao trabalho de transformação deslocamento da forma-sujeito”, ou seja, o sujeito do discurso desidentifica-se de uma formação discursiva e sua forma-sujeito para deslocar sua identificação para outra formação discursiva e sua respectiva forma-sujeito (INDURSKY, 2020, p. 310).

Portanto, faz-se necessário perceber o sujeito do discurso identificando-se, contra-identificando-se ou desidentificando-se com FDs para que percebamos como somos interpelados pelas formações ideológicas. Daí a necessidade de tal estudo, embora que por um ato de consciência, devemos compreender como somos assujeitados nas e pelas FDs nas quais nos inscrevemos. Mais uma vez, convocamos Indursky. Ela nos mostra a relevância de lutar pela FD:

Julgo, pois, que a FD merece que lutemos por ela, desde que se entenda que não é possível cristalizá-la; desde que ela não se converta em um colete rígido que impeça a fragmentação da forma-sujeito; desde que se entenda que não há ritual sem falhas e que esta falha permite que novos saberes podem inscrever-se, obedecendo ao princípio da transformação; desde que saibamos que esta falha no ritual conduz o sujeito do discurso a apropriar-se de saberes alheios e inseri-los no âmbito de uma FD. Ou seja: a FD deve ser tomada como uma unidade dividida em relação a si mesma, a qual comporta em seu interior diferentes posições-sujeito que representam a fragmentação da forma-sujeito. Penso que é difícil suportar a diferença, mas é ela que mostra que a FD, e não apenas o discurso, é lugar de tensão e não apenas de segurança (INDURSKY, 2020, p. 316).

Uma ilusão necessária

Embora a FD pareça homogênea, sem possibilidade de interferência, dotada de unicidade, ela não o é, haja vista suas porosidades que podem levar o sujeito do discurso a significá-la diferentemente, considerando a ideologia vigente.

No primeiro texto analisado, percebemos que o “bom sujeito” identifica-se com as FDs apresentadas, sendo possível os discursos sobre a exclusividade das mulheres ocuparem a cozinha, “segurar a empregada” (negra) e a compra de um produto *Todeschini* ser sinônimo de conforto e praticidade. No entanto, já no segundo texto, observamos uma desidentificação do sujeito com a FD do discurso racista. Não é mais permitido “segurar a empregada” ou achar que “ela pode ser tomada pela vizinha”. Por outro lado, o discurso de gênero foi ressignificado ao ponto de que o espaço da cozinha passou a ser habitado por um homem, mesmo que na condição de quem é servido. Já no terceiro texto, o sujeito desidentifica-se com a FD que legitima o discurso da mulher subserviente às necessidades masculinas, ou seja, o homem passa a servir à mulher. O discurso capitalista, em todos os textos, foi endossado pelas FDs que interpelam o sujeito. Portanto, nossas hipóteses foram confirmadas pelas análises realizadas que nos mostram: os sentidos mudam e a cozinha também.

Nesses processos, nos quais trouxemos o sujeito do discurso como foco, nossa pretensão foi mostrar que a interpelação da ideologia, por meio das tomadas de posição, dá-se por aquilo que Pêcheux chamou de falha no ritual. Embora não tenhamos espaço para problematizar esse conceito, faremos a última convocação de Indursky que nos esclarecerá:

É precisamente sobre o que estou chamando de falhas no ritual que penso ser necessário colocar o foco: no meu entendimento, a falha no ritual remete para uma falha na interpelação do sujeito, ou seja: é porque o ritual é sujeito a falhas que o sujeito pode se contraidentificar com os saberes de sua formação discursiva e passar a questioná-los, fragmentando a forma-sujeito e produzindo diferentes posições-sujeito (INDURSKY, 2020, p. 314).

Referências

BARONAS, R. L., Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: Sargentini, V., NAVARRO-BARBOSA, P. (orgs.). **M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade.** São Carlos: Claraluz, 2004, p. 45-62.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, F. **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000. (Col. Ensaios, 15).

INDURSKY, Freda. **A noção de sujeito em Análise do Discurso: do desdobramento à fragmentação**. ANPOLL, CD-ROM Síntese 2, Porto Alegre, 2002.

INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. Araraquara: Letraria, 2020.

INDURSKY, Freda. Formação discursiva: esta noção ainda merece que lutemos por ela? In: BARONAS, R. L.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (org.). **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos/SP: Claraluz, 2007b, p. 163-72.

MALDIDIÉ, D. **A inquietude do discurso**. Um trajeto na história da análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. Semen, número 8, 1993, p. 107-119. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/4568978/maldidier-denise-a-inquietude-do-discurso-um-trajeto-na-historia-da-analise-do-d>>. Acesso em 20/07/2020.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

ORLANDI, Eni P. Texto e discurso. Organon. Porto Alegre, **Revista do Instituto Letras/UFRGS**, v. 9, n. 23, p. 63-68, 1995.

Machado de Assis e a crônica: “O punhal de Martinha” – o debate dialógico da memória

Edson Nascimento Campos*
Herbert de Oliveira Timóteo**
Mariano Alves Diniz Filho***

Resumo

A publicação propõe-se a refletir sobre a orientação social da memória como espaço de debate dialógico entre os fatos que se constituem, na contraposição e no confronto, como material de lembrança ou de esquecimento. Do ponto de vista das forças centrípetas há, axiologicamente, fatos que devem ser lembrados, mas há fatos que devem ser esquecidos como restos. Contraditoriamente, as forças centrífugas, ao tomarem, desse modo, o esquecimento, apropriam-se, axiologicamente, de tal material semiótico, rearticulando a sua lembrança como festa de ressurreição de seu sentido social. Em face desse quadro de divisão ideológica, assumindo uma certa exterioridade e uma certa excedência em relação à crônica, “O Punhal de Martinha”, do autor-criador de Machado de Assis, o texto desta publicação analisa as refrações que esse autor propõe ao tomar a defesa axiológica do esquecimento como lugar social de ação das forças centrífugas. Nisso o punhal, como signo, ou resposta social que ocorre na contraposição e no confronto das vozes sociais, passa a ser considerado como metonímia das respostas da valoração/avaliação social que as forças centrípetas e centrífugas atribuem à posição ideologizada para a mulher nas relações que axiologicamente situam o homem como figura dominante. Nas refrações do autor-criador, torna-se importante a lembrança do que seria esquecido, ou seja, a posição social de independência e assertividade da mulher. Por isso é impossível esquecer Martinha como desejam as forças centrífugas, ainda que se possa lembrar de Lucrecia como pretendem as forças centrípetas ao privilegiarem, para a mulher, a posição social de dependência e não-assertividade.

Palavras-chave: Autor-criador. Forças centrípetas. Forças centrífugas. Lembrança. Esquecimento.

* Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor de Ensino Superior da Faculdade de Saúde e Ecologia Humana (FASEH) – Vespasiano – MG. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0188-5782>.

** Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais. Professor da Educação Básica – Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte – MG. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3232-7556>.

*** Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais. Professor da Educação Básica – Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte – MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5046-1575>.

Machado de Assis and the chronicle: “Martinha’s Dagger” - the dialogical debate of memory

Edson Nascimento Campos
Herbert de Oliveira Timóteo
Mariano Alves Diniz Filho

Abstract

This paper contemplates the social orientation of memory as a space of dialogical debates over the facts that constitutes themselves, by contraposition and confrontation, as recollections or memories forgotten. From the centripetal forces perspective, there are the facts that ought to be remembered but also those that must be forgotten and left as residues. Paradoxically, when the centrifugal forces approach forgetfulness in such manner they appropriate this semiotic matter reconnecting the recollection as a festival of resurrection of its social sense. Considering this ideological division scenery and acknowledging a certain exceedance and exteriority on our approach of Machado de Assis’ story, “O Punhal de Martinha” (*Martinha’s Dagger*), this text analyzes the refractions suggested by the author-creator whilst he axiologically claims forgetfulness as the social place of action of the centrifugal forces. “The dagger” as a sign or a social response derived from the contraposition or confrontation of the social voices starts to be considered as a metonymy of the responses of social rating/evaluation that the centripetal and the centrifugal forces attach to the ideologized position of women in social interactions as they place men as the dominant beings. In the author-creator’s refractions it is highlighted the recollection of what was supposed to be forgotten, therefore, women’s social independence and assertiveness. Hence, it is impossible to forget Martinha as it was aimed by centrifugal forces though it is possible to remember Lucrecia as it was intended by the centripetal forces when they favour subordination and non-assertiveness while regarding women’s social position.

Keywords: Author-creator. Centripetal forces. Centrifugal forces. Recollection. Forgetfulness.

CARNAVAL DE ARLEQUIM (Miró)

Descobri que a vida é bailarina

e que nenhum ponto inerte

anula o viravoltar das coisas (ANDRADE, 1996, p. 35).

O caminho da verdade exige um esquecimento: é preciso esquecer-se do aprendido, a fim de se poder lembrar daquilo que o conhecimento enterrou (ALVES, 2015, p. 137).

Introdução

O texto desta publicação, experiência de refração ideológica, objetiva refletir sobre a crônica “O Punhal de Martinha”¹, do autor-criador de Machado de Assis, ocupando a reflexão com o debate ideológico, proposto, axiologicamente, por esse autor, ao penetrar, de forma dialógica, nos conteúdos sociais da memória concebida pela narrativa literária: o de lembrar o que deve e o que não deve ser esquecido.

Aqui reside o pressuposto de que a sociedade capitalista produz econômica e culturalmente os fatos sociais. Desse modo, há fatos, como as cicatrizes, que se destinam à lembrança e há outros, como os restos, que se destinam ao esquecimento pela ação das forças centrípetas. Por outro lado, as forças centrífugas resistem ao esquecimento, trazendo à tona da lembrança o que deve ser lembrado e o que não deve ser esquecido. Por isso, o símbolo como fato social que participa da condição de signo, ao integrar a contraposição e o confronto, atua como construção semiótica que reflete e refrata as orientações valorativas da realidade social. Nesses termos, o punhal de Lucrecia e o punhal de Martinha, como rastros, são índices sociais metonímicos do valor social da mulher na relação com o valor social do homem segundo a orientação social do que deve ser lembrado e esquecido, nos termos da refração das forças centrípetas. Mas, na perspectiva da refração do autor-criador de Machado de Assis, o punhal de Martinha, de acordo com a refração das forças centrífugas, não deve ser esquecido. Isso

¹ O punhal de Martinha, do periódico A Semana, publicada no dia 5 de agosto de 1894, na Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro, e publicada, ainda, na Obra Completa de Machado de Assis, pela Editora José Aguilar, no Rio de Janeiro, em 1973, às páginas 615 e 616 de seu Volume III.

institui, então, o conflito das refrações ideológicas que envolvem o punhal o que justifica o debate dialógico da memória sobre a condição social da mulher, presente na crônica, “O Punhal de Martinha”.

Sociedade e memória: esquecimento

Historicamente, a modernidade capitalista, em sua essência lucrocêntrica, gerou uma experiência que, para Walter Benjamin, nas palavras de Witte e Rouanet (1992), está sob o signo de um novo moderno, cujo nascimento se processa para garantir a reprodução do sistema, por meio da multiplicação do consumo: a criação desse novo, o nascimento das coisas, atende às demandas de compra e venda e, portanto, esse novo nasce com a sua substituição planejada.

Nesse âmbito descrito, a modernidade capitalista é o espaço dialético do convívio do novo com o velho e, tal novo, tal novidade, não passa por um envelhecimento por processos naturais, mas por um envelhecimento planejado e, conseqüentemente, artificial, pois o que determina o movimento do nascer e envelhecer é a dinâmica do sistema, é a dinâmica do processo de industrialização: “As coisas não têm mais tempo suficiente para envelhecer, mas são produzidas de tal modo que são velhas desde o início e devem ser substituídas por coisas novas” (WITTE; ROUANET, 1992, p. 107).

Witte nos diz também que essa mesma dinâmica, em que as coisas nascem com a sua caducidade planejada, alcança o campo da cultura. O autor afirma que “as obras caem fora do seu contexto funcional no momento de sua produção, elas ganham condições de admitir significação enquanto signos” (WITTE; ROUANET, 1992, p. 108), ou seja, o arcabouço, o delineamento da modernidade capitalista, traz em si um caráter funcional, utilitarista, um caráter de praticidade que se assenhora do material e do imaterial, constituindo o modelo burguês de sociedade.

A produção da mente ou do espírito, a produção cultural, poderia ser dito, tem como meta a efetividade e, com isso, a durabilidade. Mas efetividade e durabilidade são impossibilitadas pelo princípio da modernidade. Pois o que acaba de ser criado é imediatamente algo envelhecido e é vítima do desprezo e do esquecimento (WITTE; ROUANET, 1992, p. 105).

Rouanet, também se sustentando nos diálogos com Benjamin, nos diz que “Por um lado, o mundo moderno está sob o signo do novo. É o novo

a serviço do volume de vendas, o novo da mercadoria, da moda, cuja única função é multiplicar o consumo” (WITTE; ROUANET, 1992, p. 111). O capitalismo imergiu o homem de forma tão contundente que, para enfrentar a modernidade o que nos resta é viver o consumo do novo, o consumo que se apresenta como nosso caminho, como nosso destino.

Em exercício de pensar as constantes e rápidas mudanças na modernidade e em entender porque o novo de ontem se transforma tão depressa no antiquado de hoje, Rouanet busca em Benjamin uma possível resposta:

Benjamin responderia à primeira pergunta dizendo que é da essência da modernidade capitalista a eterna produção do novo e portanto a geração incessante do velho. O “novo” é um afrodisíaco para estimular as vendas, e cada vez que esse elixir é aplicado o novo de ontem envelhece, transformando-se em sucata temporal. Ao mesmo tempo, nesse mundo em que tudo se altera, tudo permanece idêntico, porque não muda a lógica do sistema: o novo está a serviço do mesmo (WITTE; ROUANET, 1992, p. 116).

Em síntese, a experiência vivida assume uma trajetória mercadológica e as suas narrativas ganham características estáveis e as possíveis reconstruções dessa narrativa se apresentam como desnecessárias diante de um mundo dado.

Nesse sentido, o conceito de modernidade capitalista passa pelo entendimento de seus paradoxos: entender a modernidade, portanto, é concebê-la constituída da criação e da morte simultâneas de elementos econômicos e culturais. Em tal modernidade, a vida, e seu vigor, subsistem da necessidade de que tudo seja novo constantemente e, para a efetivação desse novo, os movimentos do homem e os fenômenos da vida social caminham na direção do envelhecimento ou da caducidade pré-programada. Em outras palavras, na experiência do mundo moderno, há um caminho preenchido por uma certa espontaneidade do nascer, mas também uma certa artificialidade, pois o nascer surge com a sua morte programada: o envelhecimento é a matriz da continuidade do nascimento porque, em sua essência, as forças do mercado determinam a sua temporalidade. A sociedade capitalista gera a lembrança do novo, mas gera o envelhecimento, a morte e o esquecimento.

Esquecimento: restos

As sociedades, pela ação das forças centrípetas, constituição social que exerce a dominação pelo exercício monologizante das construções semióticas, produzem o esquecimento. Mas essa face da memória, provisoriamente fechada, torna-se aberta pela ação das forças centrífugas que fazem os restos – construções semióticas destinadas ao esquecimento, abandono, morte, ainda que, paradoxalmente, plenos de vida – serem lembrados. É essa a função social do poeta, do arqueólogo, do detetive, do cronista, do historiador: lembrar à sociedade aquilo que ela quer esquecer (GAGNEBIN, 2009). É o que faz o poeta, Carlos Drummond de Andrade, ao lidar com um material que, por exemplo, aparece como cacos, descritos arqueologicamente no poema, “Coleção de Cacos”.

O caco vem da terra como fruto,
a me aguardar, segredo
que morta cozinheira ali depôs
para que um dia eu o desvendasse.
Lavar, lavar com mãos impacientes
um ouro desprezado
por todos da família. Bichos pequeninos
fogem de revolvido lar subterrâneo
(ANDRADE, 1988, p. 533-534).

Já no poema, “O fim das coisas”, o abandono do Cinema Odeon é refutado por Drummond que toma os seus restos para recriar a história do velho cinema à beira da destruição. Na resistência, o poeta recria a história do cinema e o material a ser esquecido vem à tona da lembrança.

Não amadureci ainda bastante
para aceitar a morte das coisas
que minhas coisas são, sendo de outrem,
e até aplaudi-la, quando for o caso.
(Amadurecerei um dia?)
Não aceito, por enquanto, o Cinema Glória,

maior, mais americano, mais isso-e-aquilo.
Quero é o derrotado Cinema Odeon,
o miúdo, fora-de-moda Cinema Odeon.
A espera na sala de espera. A matinê
com Buck Jones, tombos, tiros, tramas.
A primeira sessão e a segunda sessão da noite.
A divina orquestra, mesmo não divina,
costumeira. O jornal da Fox. William S. Hart.
As meninas-de-família na plateia.
A impossível (sonhada) bolinação,
pobre sátiro em potencial.
Exijo em nome da lei ou fora da lei
que se reabram as portas e volte o passado
musical, waldemarpisilândico, sublime agora
que para sempre submerge em funeral de sombras
neste primeiro lutulento de janeiro
de 1928

(ANDRADE, 1988, p. 701-702).

Por outro lado, Elizabeth Gontijo, ao tratar da “Beleza dos Restos”, faz aparecer, detetivescamente, os restos como material que, provisoriamente, se situa à beira da destruição, ou seja, material que precisa, pelo apagamento dos rastros ser recolhido como resto (GAGNEBIN, 2012):

Restos

O sono de um homem
deixa vestígios
na mansidão do travesseiro.

Cinzas sobre a fronha
denunciam
aquilo que ele não pôde sonhar
(GONTIJO, 2011, p. 19).

Lembranças: cicatrizes

As cicatrizes constituem aquelas construções semióticas que, na ação das forças centrípetas, são instituídas, ou articuladas, socialmente, para serem a linha de sentido do que deve durar ou perdurar. Com isso, o que se pretende é garantir, monologicamente, a manutenção da ordem a salvo da força produtiva do esquecimento, operado socialmente pelas forças centrífugas. A despeito desse caráter estabilizador das cicatrizes, a força monologizante de suas verdades coaguladas, não a faz completa, ou acabada. Provisoriamente, como tal, a abertura para o confronto dialógico com o esquecimento torna a lembrança, semioticamente, uma construção de memória que alcança, dialogicamente, um estado de tensão mnêmica.

Nesses termos, é possível dizer que todo texto-enunciado é um campo de forças em movimento dialógico. Bakhtin nos diz que:

Cada enunciação concreta do sujeito do discurso social constitui o ponto de aplicação seja das forças centrípetas, como das centrífugas. Os processos de centralização e descentralização, de unificação e desunificação cruzam-se nesta enunciação, e ela basta não apenas à língua, como sua encarnação discursiva individualizada, mas também ao plurilinguismo, tornando-se seu participante ativo. Esta participação ativa de cada enunciação define para o plurilinguismo vivo o seu aspecto linguístico e o estilo da enunciação, não em menor grau do que sua pertença ao sistema normativo-centralizante da língua única. Cada enunciação que participa de uma 'língua única' (das forças centrípetas e das tendências) pertence também, ao mesmo tempo, ao plurilinguismo social e histórico (às forças centrífugas e estratificadoras).

Trata-se da língua do dia, da época, de um grupo social, de um gênero, etc. É possível dar uma análise concreta e detalhada de qualquer enunciação, entendendo-a como unidade contraditória e tensa de duas tendências opostas da vida verbal.

O verdadeiro meio da enunciação, onde ela vive e se forma, é um plurilinguismo dialogizado, anônimo e social como linguagem, mas concreto, saturado de conteúdo e acentuado como enunciação individual (BAKHTIN, 1990, p. 82).

Rastro: símbolo e signo

Dado o caráter fragmentário dos restos, é necessário que se tomem os rastros como uma construção semiótica metonímica. Se o que se tem são as pegadas do esquecimento, é preciso que o investigador dos restos se arme, detetivescamente, de uma aparelhagem teórico-metodológica que viabilize o acesso ao caráter precário da lembrança que habita o esquecimento: os restos. Para tanto, é útil, metodologicamente, a constituição da aparelhagem teórica do conceito de signo:

O pensamento de Augusto Ponzio (PONZIO, 2008, p. 9) reconhece o caráter polissêmico do conceito de símbolo ao apontar a potencialidade semiótica de tal conceito, dividindo tal polissemia em dois grandes eixos de compreensão: um que reconhece símbolo como sinônimo de signo e outro que reconhece símbolo como um particular tipo de signo. De modo específico, o símbolo em Bakhtin, é um particular tipo de signo. Ou seja, o signo, como símbolo, remete a uma correlação entre o contexto próximo e o contexto distante, a uma “correlação dialética entre identidade e não identidade” (PONZIO, 2008, p. 11). O sentido, assim, se forma no encontro contínuo e permanente da identidade com a alteridade: não há um sentido primeiro, nem um último, pois ele se constitui no entrecruzamento semiótico, nessa relação dialética, bakhtinianamente tratada como dialógica, sem a direção para a síntese com o que aconteceria o fechamento do sentido.

Vale lembrar o que nos diz Mikhail Bakhtin (BAKHTIN, 2010, p. 398) ao pensar, dialogicamente, a constituição do símbolo como signo: “Momento de contraposição do meu ao outro. O calor do amor e o frio da alienação. Contraposição e confronto.” Nessa comparação, em que se contrapõe o contexto da identidade ao contexto da alteridade, o símbolo ganha o estatuto de realização semiótica polissêmica, ou seja, o signo de um contexto ao ser comparado com o signo de outro contexto, pela força da diferença que reside no contraste, ou contraposição, da identidade com a alteridade, constitui, desse modo, o confronto que faz a especificidade da realização dialógica da linguagem na qualidade de construção semiótica (CAMPOS, TIMÓTEO, DINIZ FILHO, 2020, p. 57-58).

O punhal: rastro, símbolo e signo

Assumindo certa exterioridade e certa excedência (BAKHTIN, 2010) em relação à enunciação de Machado de Assis, na crônica, “O Punhal de Martinha”, o que podemos ver, aqui, com esta nova enunciação é que o autor-criador de Machado de Assis poderá ser investigado pela ação dos rastros do signo, punhal. Veja-se a narrativa no Anexo I.

Se admitimos que o signo no Círculo de Bakhtin é um espaço semiótico de contraposição e confronto (uma arena), o que se pode dizer é que o signo reflete e refrata os objetos da realidade exterior objetiva (FARACO, 2009), isto é, o signo diz o mesmo, mas não diz do mesmo jeito: diz de modo dialógicamente diferente. Dessa maneira, ainda que o punhal de Lucrecia e o punhal de Martinha façam referência a um objeto refletido pelo signo, tal referência é refratada. Nessa refração, a contraposição e o confronto do uso do objeto punhal indicam índices de valor axiologicamente contraditórios. Em Lucrecia, o punhal é axiologicamente orientado para a produção do suicídio; em Martinha, é axiologicamente orientado para a produção do homicídio. Tais índices de valor social são expressão da presença da ação dialógica na contradição viva do uso do punhal. São eles os sinais visíveis da valoração/avaliação social. De acordo com Acosta Pereira e Rohling (2020):

O horizonte valorativo dos grupos socialmente organizados de determinada época integra-se ao signo, ou seja, agrega-se ao signo um ponto de vista, uma posição axiológica/avaliativa. Sendo, pois também uma posição axiológica/avaliativa, o signo não só reflete uma realidade, mas também refrata uma outra (ACOSTA PEREIRA; ROHLING, 2020, p. 6).

Se o objeto, como signo, reflete e refrata a orientação axiológica socialmente produzida para tal objeto, o seu uso entrará na contraposição e no confronto da identidade e alteridade dos usuários. Nesse caso, o punhal como arma doméstica e pública pode ser pensado na constituição refratada da identidade do herói. No uso do punhal, Martinha tem, axiologicamente, os atributos identitários da independência e da assertividade na relação com a figura masculina do impostor. E Lucrecia, por seu lado, manifesta, na relação com o impostor, os atributos da dependência e da não-assertividade.

Martinha, ao poupar a sua vida, não poupando a vida do impostor, é heterogeneidade, ou alteridade, que constitui, por negação, a identidade de Lucrecia: Lucrecia não poupa a sua vida, poupando a vida do impostor. Por sua vez, Lucrecia, não poupando a sua vida, ainda que poupando a vida do impostor, é heterogeneidade, ou alteridade, que constitui, por negação, a identidade de Martinha: Martinha poupa a sua vida, não poupando a vida do impostor. O punhal como signo é índice de valor social contraditório que determina a identidade contraditória do herói, quando a identidade, por negação, é força de alteridade a operar na identidade do herói. Tais constatações possibilitam a visão do punhal como rastro, ou seja, como uma constituição metonímica que orienta o olhar para o debate proposto pelo autor-criador de Machado de Assis.

O autor-criador de Machado de Assis: o debate ideológico

Todo enunciado, ou texto, participa de um ato social que se constitui como valoração/avaliação social que indica o tratamento refratado ou ideológico de seu objeto, de seu conteúdo e de sua forma: esse enunciado é índice de refração do autor-criador. Nessa refração do autor-criador é possível ver a diferença ideológica entre os conteúdos axiológicos do lembrar para esquecer e do lembrar para não esquecer o que confere à memória uma ação dialógica.

Nessa ação dialógica, que pressupõe a contraposição e o confronto que fazem alojar no corpo do signo a divisão ideológica que marca a dominação refratada das relações homem/mulher, é que se instaura o debate ideológico.

Na relação de Lucrecia com Sexto Tarquínio, a posição axiológica de superioridade do homem em relação à inferioridade da mulher induz essa mulher à prática socioideológica do suicídio, uma vez que essa prática acontece como manifestação das relações de dominação ideológica, pois a morte de Lucrecia é expressão de sua fragilidade no interior de tais relações. Do ponto de vista das forças centrípetas, esse é o lugar esperado para a mulher, em resposta ao lugar dominante esperado para o homem. São essas as verdades que se reproduzem socialmente como cicatrizes que indicam esse

espaço centralizador da dominação ideológica a ser perpetuada. Por isso, essas cicatrizes não podem ser esquecidas: precisam ser reprodutoramente lembradas. Nesse caso, as práticas da memória são socialmente refratadas pelo viés da conservação. Nessa orientação, o punhal é apenas a metonímia da fidelidade à tradição social.

Já na relação de Martinha com João da Limeira, em contraponto com a relação de Lucrecia com Sexto Tarquínio, o que se observa é a refração da posição contrastiva de Martinha: aqui, a mulher, no interior das relações ideológicas, ocupa um lugar inesperado para a mulher, a de se opor refratariamente à posição ideológica esperada para o homem. É o que explica o ato socioideológico do homicídio praticado. Por isso, do ponto de vista das forças centrípetas, o crime praticado por Martinha deve ocupar o lugar do obscurantismo e o punhal, nesse caso, seria corroído pela ferrugem do esquecimento. Mas, em oposição a essas forças de centralização, o que temos é a reabilitação do caso policial em resto, ou seja, em produto ideológico digno de ser lembrado para não ser esquecido, como manifestação ideológica da memória das forças centrífugas.

Enfim, esse debate ideológico acaba por introduzir no corpo do signo a contraposição e o confronto das vozes sociais que, de modo refratado, se debatem na gestação das relações dialógicas.

A refração ideológica do autor-criador

Se o autor-criador não deixa de colocar em debate as refrações ideologizadas que penetram as vozes sociais dos heróis da narrativa, tal realização é já expressão ideológica que axiologicamente orienta a sua refração. Outra seria a sua orientação ideológica se ele excluísse do debate as vozes sociais que refratam ideologicamente a defesa da posição social das forças centrípetas com o seu poder de centralizar a dominação ideológica a partir de uma única voz monologizante. Mas, ele desdobra, com o seu texto-enunciado, o movimento dialógico de sua voz social axiologicamente orientada.

Nessa orientação refratada ideologicamente, o autor-criador, ao abrir a temporalidade da cidade de Cachoeira à temporalidade da cidade

de Roma, defende a superioridade do punhal de Martinha. Isso porque, dialogicamente, a heroína da cidade baiana, com o uso axiológico do punhal, põe em movimento a ação das vozes sociais que, na valoração/avaliação social, postulam a independência e a assertividade da mulher nas relações refratadas com a figura masculina do impostor. Tal orientação dialógica faz a narrativa de Martinha se constituir como uma peça histórica a ser lembrada como força de resistência dialógica ao destino social, parcial ou injusto, do obscurantismo e do esquecimento que lhe é reservado, como resto, pelas forças centralizadoras da dominação social.

Por outro lado, se o punhal de Lucrecia existe como lenda, ou cicatriz, na qualidade de verdades petrificadas ou coaguladas, inventadas pela história, ou pelos mecanismos de produção, divulgação e recepção, a serviço da dominação social, o punhal de Martinha dialogicamente existiu. Desse modo, ele integra, jornalisticamente, um acontecimento que manifesta a realização das ideologias do cotidiano quando o debate dialógico das refrações humanas acontece na espontaneidade do interior da vida vivida. Por isso, Martinha não pode ser esquecida. Desse modo, ela passa a ser lembrada como título da crônica que registra os conflitos ideológicos abertos da história, trazendo a vida cotidiana para a reflexão e a refração dos espaços ordenados, ou organizados, da literatura como construção ideológica que, desse modo, atuaria em regime de interdependência, com as ideologias espontâneas do cotidiano.

É na vida vivida desse cotidiano, que se debatem, dialogicamente, as palavras da retórica dos historiadores para registrar o acontecimento do punhal de Lucrecia e as palavras nada solenes, destituídas da eloquência retórica, embora criadoras, que acompanham a narrativa do punhal de Martinha. Aqui, o que se manifesta, como realização da criatividade, alimentada pela independência e assertividade da heroína, e localizada no uso da linguagem, é a força dialógica da tensão entre “furar” e “matar”. Nessa tensão, Martinha, criando, ou não, um modo de dizer próprio, faz opção axiológica pela figura do eufemismo: “Não se aproxime que eu lhe furo.” É aqui, nesse enunciado que se encontra em debate dialógico a voz de Martinha e a presença abusiva de João da Limeira, vivo na referência do pronome “lhe”

A palmatória dos gramáticos pode punir essa expressão; não importa, o eu lhe furo traz um valor natal e popular, que vale por todas as belas frases de Lucrecia. E depois que tocante eufemismo! Furar por matar; não sei se Martinha inventou essa aplicação; mas, fosse ela ou outra a autora, é um achado do povo, que não manuseia tratados de retórica, e sabe às vezes mais que os retóricos de ofício (ASSIS, 1973, p. 616).

Além da força criadora presente no eufemismo, é preciso considerar o motivo que justificaria, axiologicamente, a palmatória dos gramáticos a ser aplicada em Martinha pelo uso incorreto ideologicamente de “eu lhe furo”. A autoria desse dizer popular usa, recriando, axiologicamente, o sistema abstrato da língua – tratado pelo espírito conservador da normatividade ideológica dos gramáticos – o pronome “lhe” como ocorrência sintática de segunda pessoa gramatical, quando a norma dos gramáticos reserva para tal pronome, a posição sintática de terceira pessoa. Em tal pessoa, esse pronome seria um índice gramatical de objeto indireto, usado, contraditoriamente, no “eu lhe furo” como objeto direto, ocorrência sintática adequada para “furar” como verbo transitivo direto à luz da sabedoria gramatical estabelecida. Não é esse uso, que evidencia a recriação de fatos gramaticais associados à sintaxe normativa da língua, o motivo da palmatória axiológica dos gramáticos? E não é esse um indicador evidente do uso discursivo, refratado, do sistema da língua pelas vozes sociais das camadas populares às voltas com o debate ideológico que atravessa a constituição da língua e da linguagem e seus usos sociais?

Essas refrações do autor-criador, por trazerem à luz algo que ele pretende revelar, trazem à tona algo que elas, as forças centrípetas, no exercício da centralização para a dominação social, pretendem velar, ou esconder. Com isso, a narrativa dos punhais constitui-se como prática de memória atravessada pelo debate dialógico da lembrança com o esquecimento.

Conclusão

A orientação geral deste texto localiza-se numa análise semiótica que pretende considerar a relação sociedade/memória, advogando a defesa de que os grupos dominantes da vida social, as forças centrípetas,

operam pela produção axiológica do esquecimento dos fatos sociais, os restos – construções sociais a serem desprivilegiadas semioticamente – em proveito da lembrança destes outros fatos sociais, ou seja, as cicatrizes, construções sociais a serem privilegiadas no jogo semiótico, de valoração/ avaliação social, da dominação das forças centralizadoras. Isso, contudo, não significa postular para o esquecimento o lugar ideológico de inércia, mas o lugar contraideológico de articulação social das forças centrífugas, ou de descentralização, que retiram os restos de seu lugar refratado socialmente como esquecimento, garantindo-lhes, com a lembrança, a sua festa de ressurreição, ou reabilitação. Desse modo, trazer o esquecimento para os espaços da lembrança, colocando-o em debate com as lembranças estabelecidas pela vida social, é estratégia de construir, ou reconstruir, os sentidos da História como espaço constitutivo da crônica literária. Essa é a experiência que define “O Punhal de Martinha”.

Referências

ACOSTA PEREIRA, Rodrigo; ROHLING, Nívea. Ideologia e valoração/ avaliação social: Revisitando conceitos na perspectiva dialógica. **Caminhos em Linguística Aplicada**, Taubaté, SP, v. 23, n. 2, p. 15-35, 2020.

ALVES, Rubem. **Rubem Alves essencial**; 300 pílulas de sabedoria. São Paulo: Planeta, 2015. p. 137.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Arte em exposição. In: **Farewell**. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 35.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Coleção de cacos. In: **Notícias do clã**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988. p. 734-735 (Nova Reunião: 19 livros de poesia).

ANDRADE, Carlos Drummond de. O fim das coisas. In: **Boitempo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguillar, 1988. p. 701-702. (Poesia e Prosa. Volume Único.)

ASSIS, Machado de. **O Punhal de Martinha**. Rio de Janeiro: Editora José Aguillar, 1973. p. 615-616. (Obra completa – Volume III)

BAKHTIN, Mikhail. A forma espacial da personagem. In: **Estética da criação verbal**. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução Paulo Bezerra. 5 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. p. 21-126.

BAKHTIN, Mikhail. A estilística contemporânea e o romance. In: **Questões de literatura e estética**. 2 ed. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1990. p. 72-84.

CAMPOS, Edson Nascimento; TIMÓTEO, Herbert de Oliveira; DINIZ FILHO, Mariano Alves. A linguagem amorosa do dialogismo bakhtiniano na constituição da prática pedagógica. In: CAMPOS, Edson Nascimento; TIMÓTEO, Herbert de Oliveira; DINIZ FILHO, Mariano Alves. **Ensaio de Dialogismo**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 57 – 74.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 168p.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os rastros, recolher os restos. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime (org). **Walter Benjamin**: rastro, aura e história. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012. p. 27-38.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2 ed. São Paulo: Ed. 34, 2009. 224 p.

GONTIJO, Elizabeth. Restos. In: **A beleza dos restos**. Belo Horizonte: J&M, 2011. p. 19.

WITTE, Bernd; ROUANET, Sérgio Paulo. Por que o moderno envelhece tão rápido? Concepção da modernidade em Walter Benjamin. São Paulo: **Revista USP**, n. 15, 1992. p. 102-117.

Anexo I

O Punhal de Martinha

QUEREIS VER o que são destinos? Escutai. Ultrajada por Sexto Tarquínio, uma noite, Lucrecia resolve não sobreviver à desonra, mas primeiro denuncia ao marido e ao pai a aleivosia daquele hóspede, e pedelhes que a vinguem. Eles juram vingá-la, e procuram tirá-la da aflição dizendo-lhe que só a alma é culpada, não o corpo, e que não há crime onde não houve aquiescência. A honesta moça fecha os ouvidos à consolação e ao raciocínio, e, sacando o punhal que trazia escondido, embebe-o no peito e morre. Esse punhal podia ter ficado no peito da heroína, sem que ninguém mais soubesse dele; mas, arrancado por Bruto, serviu de lábaro à revolução que fez baquear a realza e passou o governo à aristocracia romana. Tanto bastou para que Tito Lívio lhe desse um lugar de honra na história, entre enérgicos discursos de vingança. O punhal ficou sendo clássico. Pelo duplo caráter de arma doméstica e pública, serve tanto a exaltar a virtude conjugal, como a dar força e luz à eloquência política.

Bem sei que Roma não é a Cachoeira, nem as gazetas dessa cidade baiana podem competir com historiadores de gênio. Mas é isso mesmo que deploro. Essa parcialidade dos tempos, que só recolhem, conservam e transmitem as ações encomendadas nos bons livros, é que me entristece, para não dizer que me indigna. Cachoeira não é Roma, mas o punhal de Lucrecia, por mais digno que seja dos encômios do mundo, não ocupa tanto lugar na história, que não fique um canto para o punhal de Martinha. Entretanto, vereis que esta pobre arma vai ser consumida pela ferrugem da obscuridade.

Martinha não é certamente Lucrecia. Parece-me até, se bem entendo uma expressão do jornal A Ordem, que é exatamente o contrário. “Martinha (diz ele) é uma rapariga franzina, moderna ainda, e muito conhecida nesta cidade, de onde é natural”. Se é moça, se é natural da Cachoeira, onde é muito conhecida, que quer dizer moderna? Naturalmente quer dizer que faz parte da última leva de Citera. Esta condição, em vez de prejudicar o paralelo dos punhais, dá-lhe maior realce, como ides ver. Por outro lado, convém notar que, se há contrastes das pessoas, há uma coincidência de

lugar: Martinha mora na Rua do Pagão, nome que faz lembrar a religião da esposa de Colatino. As circunstâncias dos dous atos são diversas. Martinha não deu hospedagem a nenhum moço de sangue régio ou de outra qualidade. Andava a passeio, à noite, um domingo do mês passado. O Sexto Tarquínio da localidade, cristãmente chamado João, com o sobrenome de Limeira, agrediu e insultou a moça, irritado naturalmente com os seus desdêns. Martinha recolheu-se à casa. Nova agressão, à porta. Martinha, indignada, mas ainda prudente, disse ao importuno: “Não se aproxime, que eu lhe furo”. João Limeira aproximou-se, ela deu-lhe uma punhalada, que o matou instantaneamente.

Talvez esperásseis que ela se matasse a si própria. Esperaríeis o impossível, e mostraríeis que me não entendesses. A diferença das duas ações é justamente a que vai do suicídio ao homicídio. A romana confia a vingança ao marido e ao pai. A cachoeirense vinga-se por si própria, e, notai bem, vinga-se de uma simples intenção. As pessoas são desiguais, mas força é dizer que a ação da primeira não é mais corajosa que a da segunda, sendo que esta cede a tal ou qual subtileza de motivos, natural deste século complicado.

Isto posto, em que é que o punhal de Martinha é inferior ao de Lucrecia? Nem é inferior, mas até certo ponto é superior. Martinha não profere uma frase de Tito Lívio, não vai a João de Barros, alcunhado o Tito Lívio português, nem ao nosso João Francisco Lisboa, grande escritor de igual valia. Não quer sanefas literárias, não ensaia atitudes de tragédia, não faz daqueles gestos oratórias que a história antiga põe nos seus personagens. Não; ela diz simplesmente e incorretamente: “Não se aproxime que eu lhe furo”. A palmatória dos gramáticos pode punir essa expressão; não importa, o eu lhe furo traz um valor natal e popular, que vale por todas as belas frases de Lucrecia. E depois, que tocante eufemismo! Furar por matar; não sei se Martinha inventou esta aplicação; mas, fosse ela ou outra a autora, é um achado do povo, que não manuseia tratados de retórica, e sabe às vezes mais que os retóricos de ofício.

Com tudo isso, arrojo de ação, defesa própria, simplicidade de palavra, Martinha não verá o seu punhal no mesmo feixe de armas que os tempos resguardam da ferrugem. O punhal de Carlota Corday, o de Ravailac, o de Booth, todos esses e ainda outros farão cortejo ao punhal de Lucrecia, luzidos e prontos para a tribuna, para a dissertação, para a

palestra. O de Martinha irá rio abaixo do esquecimento. Tais são as cousas deste mundo! Tal é a desigualdade dos destinos!

Se, ao menos, o punhal de Lucrecia tivesse existido, vá; mas tal alma, nem tal ação, nem tal injúria, existiram jamais, é tudo uma pura lenda, que a história meteu nos seus livros. A mentira usurpa assim a coroa da verdade, e o punhal de Martinha, que existiu e existe, não logrará ocupar um lugarzinho ao pé de Lucrecia, pura ficção. Não quero mal às ficções, amo-as, acredito nelas, acho-as preferíveis às realidades; nem por isso deixo de filosofar sobre o destino das cousas tangíveis em comparação com as imaginárias. Grande sabedoria é inventar um pássaro sem asas, descrevê-lo, fazê-lo ver a todos, e acabar acreditando que não há pássaros com asas... Mas não falemos mais em Martinha.

FAHRENHEIT 451: diálogos com a filosofia de Deleuze

Marcela Penaforte Fernandes*

Resumo

Este artigo pretende identificar na história em quadrinhos *FAHRENHEIT 451*, de Tim Hamilton (2019), traços da filosofia de Deleuze, tendo em vista a construção de uma linguagem da multiplicidade que envolve tecnologia e imaginário cultural. Uma experimentação que pretende ler a ficção norte-americana sob o olhar do desejo em contraste com uma sociedade de controle. O conhecimento como ameaça ao assujeitamento na esteira do pensamento sem imagem, da criação dentro do universo marcado pela transitoriedade. O livro como recurso de combate à máquina despótica. O fogo dos bombeiros como signo da ordem. Apontamentos que constata as ações de liberdade e opressão numa dada sociedade do controle.

Palavras-chave: Deleuze. Ficção. Desejo. Máquina despótica. Linguagem.

* Professora de Inglês da rede municipal de Ibitiré-MG. Graduada em Letras Português/Inglês pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas/2008). Mestre em Estudos de Linguagens pelo Centro de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG/2019) | Belo Horizonte, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5948-2161>.

FAHRENHEIT 451: Dialogues With Deleuze's Philosophy

Marcela Penaforte Fernandes

Abstract

This article aims at investigating in *FAHRENHEIT 451*, comics written by Tim Hamilton (2009), signs of Deleuze's philosophy, considering the building of a multiplicity language that involves technology and cultural imaginary. An experiment that aims to read this North-American fiction under the gaze of desire in contrast to a society of control. Knowledge as a threaten to the system composed by those who serves, analyzed by the concepts of thought without image, of creation inside the universe marked by transience. The book as a resource for fighting against the despotic machine. Firemen's fire as a sign of order. Notes that note the actions of freedom and oppression in a given society of control.

Keywords: Deleuze. Fiction. Desire. Despotic machine. Language.

(...) quem escreve termina por gerar um fluxo que não se completa naquele que lê, mas, ao contrário disso, está sempre à espera de uma nova conexão, de um novo olhar que lhe permita continuar em movimento. É assim que um escrito, seja ele de ficção ou de filosofia, é algo que não se fecha em si mesmo, mas precisa sempre de uma força externa para manter-se “vivo” (SCHÖPKE, 2012, p. 21).

Passando por uma noção de transitoriedade, o pensamento, construído por meio da criação de conceitos, é a potência do estudo de Gilles Deleuze e Félix Guattari, sendo a palavra “movimento” parte dessa filosofia que propõe uma forma de ler o mundo sob o olhar da diferença, da “quebra dos limites” (SCHÖPKE, 2012, p. 21). Nesse sentido, em contato com a nota introdutória do autor Ray Bradbury é possível perceber que sua forma de se relacionar com a arte acontece por meio de um movimento que deixa o “subconsciente (...) correr sem limites” (HAMILTON, 2019, p. 7). Esse fluxo de imaginação como expressão da produção *bradburyana*, torna reconhecido e valorizado seu trabalho que foi escrito no período pós Segunda Guerra Mundial, obra que denunciou a opressão anti-intelectual nazista, o autoritarismo imposto à sociedade. Essa ficção norte-americana pensa um futuro no qual o conhecimento passa a ser controlado. A destruição do conhecimento tem seu ápice no hábito da queima de livros, tendo em vista coibir a potência crítica de um povo instruído. Isso representa uma ameaça ao Estado, razão pela qual na Utopia de Bradbury, retratada por Tim, só é permitida a leitura de manuais para operar aparelhos¹. Nesse ponto, essa proposta de leitura lança reflexões diante dos cruzamentos com as abordagens contemporâneas de uso da linguagem, problematizando as noções que não reconhecem o aspecto múltiplo da prática languageira, tanto no âmbito interacional presencial quanto dentro da cultura digital e busca tecer uma análise que se constrói nas vias da descontinuidade, da incompletude, do indizível.

Considerando essa linha de escrita que está vinculada ao fluxo da imaginação, interessa pensar o *FAHRENHEIT 451* com os conceitos

¹ A descrição inserida nesta parte está baseada na publicação do site da EDITORA SARAIVA. Disponível em: <<https://www.saraiva.com.br/fahrenheit-451-nova-ortografia-4087766/p>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

guattaro-deleuzianos a partir de uma leitura que se constrói pelo “caos”, “lugar onde todas as determinações se desvanecem” (SCHÖPKE, 2012, p. 23), pelas “linhas de fuga”, caminhos em vias desconhecidas, passagem para territórios como permanente “tornar-se” e “desfazer-se” que se “desenham ou se apagam” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 117).

A história em quadrinhos de Hamilton se desenvolve em três partes, sendo a primeira “a lareira e a salamandra”, uma introdução de histórias que apontam para o estranhamento que é produto de um deslocamento, uma mudança de direção pela qual passará o bombeiro Guy Montag e tem seu “acontecimento” em um encontro com a vizinha Clarisse McClellan, uma observadora. Se por um lado Montag, o queimador de livros, defendia os interesses do sistema e agia comandado pelo quartel, de outro, se deparava com a presença “maluca” da moça que caminhava ao seu lado na rua (HAMILTON, 2019, p. 15). As conversas dos personagens podem ser associadas ao “caosmo” guattaro-deleuziano, caos + cosmos, linha conceitual na qual as coisas distintas se relacionam o tempo todo.

Dessa forma, na personagem Clarisse é possível ler traços guattaro-deleuzianos da filosofia da diferença pela produção de um pensamento que é “molecular”, ou seja, que é livre-desorganizante pela afirmação do desejo. Querendo questionar a vida, a personagem se faz multiplicidade ao se descolar das coisas fixas para se abrir a uma violência livre e afirmativa. Mediante a moça, seu deslocamento corporal e livre, Montag pensa: “o quão raro era o rosto de outra pessoa tomar sua expressão e lançá-la de volta sobre você, seus mais profundos pensamentos trêmulos?” (HAMILTON, 2019, p. 21). Clarisse é o signo, a violência, que fará Montag voltar a ver. Pois, “fazia muito tempo que Montag não olhava” (HAMILTON, 2019, p. 18), sua capacidade de observar, de fazer alguma coisa por conta própria, estava cada vez mais comprometida pela estampa da “máquina despótica”² (DELEUZE; GUATTARI, 2004). O serviço profissional de repressão, por um certo período, tornava o bombeiro cada vez mais próximo da moral, da razão, da busca por “corpos dóceis”³, trabalhando o assujeitamento que pretende adequar o desejo. Neste ponto, a queima dos livros é resultado de uma sociedade do controle em seu grau máximo. Quando controla a

2 A expressão é um conceito de Deleuze e Guattari utilizado para falar sobre uma estrutura que busca a lei, que alimenta o capitalismo.

3 Conceito guattaro-deleuziano que trata da condição de submissão, imposição de um sistema que regula o desejo que é produção constante, que é vida em movimento.

subjetividade, a queima dos livros é uma das consequências arbitrárias da sociedade do controle.

A inquietude de Clarisse desperta em Montag um olhar que o faz enxergar o desejo que é revolucionário: “Ele vestia sua felicidade como máscara, e a garota havia roubado e fugido com a máscara e não havia como pedi-la de volta” (HAMILTON, 2019, p. 22). Neste sentido, Montag, desvinculando-se do desejo gangrenado, domesticado, parecia entender que: “(...) como *ruptura*, como *descontinuidade*, a *diferença* não pode ser representada sem se tornar uma inimiga do pensamento, isto é, o elemento perturbador de uma ordem ‘previamente’ estabelecida” (SCHÖPKE, 2012, p. 23, grifo do autor). Dessa forma, essa quebra de paradigmas se coloca em relação de oposição ao que o capitão Beatty, chefe do corpo de bombeiros, observa quando comenta sobre um aluno odiado pela turma por ser “brilhante”: “Não são todos nascidos iguais e livres, como a Constituição diz, mas todos são feitos iguais” (HAMILTON, 2019, p. 58).

Nesse caso, se tem uma completa homogeneização, eliminação da diferença. Em via inversa está a noção metafísica da semelhança que fica então evidente em uma fala que está impregnada com o formato, o molde, com tudo que nega a existência da diferença, pois, nesta concepção, não há espaço para o entendimento da singularidade guattaro-deleuziana, que é igual a pluralidade, uma vez que se considera a imagem do pensamento de Platão, que é algo pronto para se seguir. Contrariamente, Deleuze e Guattari propõem o pensamento sem imagem, ou seja, do “simulacro” (SCHÖPKE, 2012, p. 55), daquilo que não tem cópia, algo que precisa ser criado a todo momento e que acontece de forma incerta. Nesses termos, a base da filosofia platônica (fundamento) é questionada diante da transgressão da diferença que ressoa na própria natureza:

Como falar em *repetição*, se a chuva que cai todos os dias, em uma mesma hora, não é nunca a mesma chuva? Como dizer que as gotas de orvalho, caídas no dia de hoje, poderão se repetir amanhã, se cada gota é única e só poderá retornar se transgredir as leis da natureza? É isso que Deleuze quer mostrar: quando a ciência fala em repetição, está falando apenas da passagem de uma *ordem de generalidade* a uma outra *ordem de generalidade* (...). A repetição é sempre “transgressora” – uma vez que ela vai em direção contrária às leis que impedem qualquer coisa de retornar (SCHÖPKE, 2012, p. 35, grifo do autor).

O trecho acima pode ser lido como parte do processo que desmonta o pensamento do senso comum que pertencia a Montag: o “prazer especial [de] ver as coisas serem consumidas (...) ver as coisas enegrecidas e transformadas”, posicionamento que queria se impor com o fogo da lei que “destrói responsabilidades e consequências. Um problema se torna grande demais? Então para a fornalha com ele” (HAMILTON, 2019, p. 11; 117).

Nesse sentido, sentir o perfume como querosene (capacidade que Clarice tem) é um rastro da brutalidade de um sistema que exige farejadores para combater a “máquina de guerra”⁴ que aproveita das fissuras da “máquina despótica” para desestabilizá-la (DELEUZE; GUATTARI, 2004). Diferentes do “cão mecânico”, uma “incrível invenção que nunca contém um erro”, réplicas eram produzidas no quartel, bombeiros convencidos de que são “garotos da felicidade (...) contra a pequena maré daqueles que querem deixar todo mundo infeliz com teorias e pensamentos conflitantes” (HAMILTON, 2019, p. 125; 137; 59). Os pensamentos conflitantes são aqueles que geram o pensamento mesmo, razão pela qual o pensamento do conflito, os “patinhos feios” no dizer do capitão Beatty, chefe do corpo de bombeiros, eram eliminados pelos bombeiros que, com o fogo, eram treinados para queimar qualquer “bomba relógio” como Clarisse, posto que “Ela não queria saber como se fazem as coisas, mas por quê” (HAMILTON, 2019, p. 59). Esse ímpeto polêmico, na lógica da moral do Estado, se configura como sendo motivo de infelicidade, de confusão.

Em razão disso, a polícia aparece como o caminho da segurança, mas em Deleuze e Guattari, seria uma vigilância periculosa, que distorce as forças afirmativas da vida. Ao categorizar como insano quem “acha que pode enganar o governo e a gente [bombeiros – queimadores de livros]” o jogador do quartel põe as cartas do baralho e suas palavras na mesa. O capitão, “imóvel gado da maioria”, era signo da distorção da palavra “febre”, diagnóstico oferecido para quem se perguntava assim como Montag passou a fazer: “como continuar queimando as coisas?” (HAMILTON, 2019, p. 41; 108; 112). O questionamento de Montag aponta para o processo de transformação, de transvaloração dos valores, pelo qual este personagem estava passando.

O jogo é desafiador e arde como a febre diante da indignação de ser agente e testemunha de uma ignorância que é alheia aos que assumem ser

⁴ Conceito de Deleuze e Guattari que tira o fundamento e coloca tudo em movimento; vale dizer que o termo não é usado no sentido bélico.

“ovelhas que já se desviaram uma vez ou outra” (HAMILTON, 2019, p. 104). Montag, opondo-se a todo esse esquema aprisionador, experimentando o paradoxal e desejando com o grupo de livros assegurar que o conhecimento não morra, participa de uma guerra: a luta agora é contra os “queimadores de livros”, então companheiros de trabalho de Montag.

Esse rompimento de Montag com o modelo vigente, momento no qual o personagem passa a assumir uma nova forma de viver, não mais contra os livros, mas com os livros, é abordado na “Parte dois: a peneira e a areia”. Esse trânsito de Montag vem dos agenciamentos, das forças que estão operando em determinado *socius* (sociedade), que não comportam mais a domesticação da população, o caráter repressivo dentro das instituições, o pensamento único. Nessa fase, como ser pensante, Montag reprova o bem que os bombeiros dizem fazer para o povo e se torna “esquizado”⁵ ao se manifestar como produtor do desejo que está em uma lógica fora das regras (condutas), e em vias moleculares⁶ que tentam tirar a ordem aprisionante das coisas.

Com a explosão desse novo jeito de ver as coisas, Montag passa a ser perseguido pelos seus pares e a experiência da fuga é desenrolada no capítulo final, “ardendo intensamente”. Os defensores dos livros, desejando mantê-los vivos e presentes na vida das pessoas, decidiram decorar aquele conteúdo, na intenção de que um dia os livros pudessem ser “escritos novamente” (HAMILTON, 2019, p. 153). A violência gerada pelo contato com a leitura apostava na oralidade para um dia conseguir passar para o papel o que estava sendo posto em chamas.

As oposições ao violento sistema de controle do conhecimento passam por uma movimentação da imaginação que é uma potência percebida por Nietzsche como pertencente aos “seres do desejo cuja vontade afirmativa quer sempre dar outra vez uma chance a possibilidades novas de vida e de interpretações” (DUMOULIÉ, 2005, p. 156). Montag e os outros personagens interessados nos livros, como corajosos guerreiros, agem agora em nome de um combate travado por uma minoria: os caçadores de bombeiros. Do outro lado do sistema, fazem um papel bem diferente

5 Esse conceito guattaro-deleuziano não remete ao estado clínico de uma pessoa, mas àquele que está em desconformidade com o padrão da normalidade muitas vezes requerido pela sociedade, valorizando assim, sua capacidade de criar, de imaginar, de explorar o mundo de maneiras não convencionais.

6 Molecular é um conceito guattaro-deleuziano que evidencia o movimento constante das coisas. Está em oposição ao molar, que seria o ponto fixo, que tem fundamento, base.

do que costumavam desempenhar. A essa altura da narrativa, Montag, reconhecido como inimigo do Estado passa a ser caçado, e

a polícia sugere que toda a população na área de Elm Terrace faça o seguinte: cada pessoa em cada casa de cada rua abra uma porta da frente ou dos fundos ou olhe pela janela. O fugitivo não pode escapar se todos no próximo minuto olharem de suas casas (HAMILTON, 2019, p. 140).

Ao fugir dos oficiais, Montag para de compactuar com a “máquina despótica” que o deixou cego diante dos acontecimentos abusivos dirigidos ao povo que temia os bombeiros. Dessa forma, para desenvolver essa questão da troca de valores, vale reproduzir a pergunta de Clarisse: “É verdade que no passado os bombeiros apagavam o fogo em vez de começá-lo?”. Ainda encharcado dos pretextos que rondam os servidores da “máquina despótica”, Montag responde: “Não, as casas sempre foram à prova de fogo, acredite em mim” (HAMILTON, 2019, p. 16). Sua fala põe à mostra alguém que provavelmente nunca questionou as ordens que recebeu por falta de vontade ou mesmo medo, mas que executou os serviços com fidelidade.

O ponto escuro do diálogo de Montag e Clarisse, os confrontos e deslocamentos, tudo isso só tornou as coisas mais complexas para o bombeiro, que começa então a se sentir incomodado com o que faz e se preocupa com os prejuízos que a sociedade pode ter com a ação dos queimadores de livros. Nesse ponto, Montag assume a condição de “nômade”⁷ no sentido guattaro-deleuziano, sendo estrangeiro na sua própria terra na medida em que explora territórios de maneira inédita, nas imediações do “devir”⁸.

Esse novo olhar de Montag o torna alvo da polícia. Porém, esse personagem se sente “Em súbita paz... longe da cidade e das luzes, longe de tudo” (HAMILTON, 2019, p. 143). Em uma possível leitura, essa cena de Montag, imerso nas águas geladas do rio, seria a própria tentativa de ruptura dele com a sujeira da “máquina despótica”. Essa alusão ao que Heráclito disse sobre a impossibilidade de alguém banhar-se mais de uma vez num mesmo rio traz a noção do novo guattaro-deleuziano como algo que grudou ao personagem e que, nesse mergulho, tornou-se evidente.

⁷ Conceito que vem da filosofia guattaro-deleuziana que diz sobre aquele que se faz estrangeiro na terra onde habita, que luta por aquilo que deseja e vive sob o ângulo da desestabilidade proporcionada pelo “devir”.

⁸ Conceito de Deleuze e Guattari que trabalha o inesperado, aquilo que não pode ser planejado, que está para acontecer; sem rastros.

O choque do “dever” em contraste com a vida programada que Montag levava; as atribuições do bombeiro e as percepções de cada parte da história: combatentes, suspeitos/acusados. O jeito oficial de dar notícias e circular informações. Toda essa trama foi possível pelo pensamento que Montag se permitiu experimentar. Do outro lado, procurado pelos oficiais, o personagem é dado como morto para mostrar que a vingança do crime contra a sociedade aconteceu, mas tiveram cuidado para não mostrar “o rosto do homem de perto” (HAMILTON, 2019, p. 147).

Confirmando a existência de outros lutadores do conhecimento, o personagem Montag declara que estão espalhados, “abandonados”, e que são: “maltrapilhos por fora, bibliotecas por dentro” (HAMILTON, 2019, p. 152). Outro sinal da inversão de valores sociais que impede o povo de enxergar o que tem valor afirmativo.

Dessa forma, nas cenas finais, a detonação da cidade que virou poeira deixa no ar o poder do império da “máquina despótica” que remove do caminho o que pode atrapalhar sua expansão e marca o desejo gangrenado de fazer desaparecer tudo que existia ali. A menção às “cidades mortas” ao redor do mundo seria uma percepção permitida pela “máquina de guerra” que entende a morte neste caso como a inexistência do conhecimento (HAMILTON, 2019, p. 155). O ser pensante ocupa seu lugar na sociedade de forma diferente e imprevisível, pois está disposto a questionar as coisas, mesmo que para isso, seja necessário sair do *status* pacífico e causar “transtornos”.

Quando em uma sociedade, esvaziada de pessoas, em meio aos destroços, um personagem reconhece que, na ocasião em que tinham os livros em mãos, eles não eram valorizados com a devida atenção, isso é um indício de que a “máquina despótica” está sob a mira de um ataque. Nesse ponto de solidão, eles iriam dizer aos que encontrassem (o que parece um exercício banal, mas é altamente revolucionário): “estamos nos lembrando” (HAMILTON, 2019, p. 156).

Sem embargos, o ato de lembrar está vinculado ao esboroamento da sociedade do controle que está vinculado à vizinhança de Montag com Clarisse. O bombeiro passa por caminhos novos e observa mais as coisas, dialogando, assim, com o pensamento guattaro-deleuziano. Esse tempo para questionar fez o personagem passar de uma margem à outra do rio, como se lê na citação final: “E de cada lado do rio havia uma árvore da

vida... que carregava doze tipos de frutas, e dava frutos todos os meses... e as folhas das árvores eram para a cura das nações” (HAMILTON, 2019, p. 157).

A aparente rotina da natureza tem nas águas o reflexo do novo ser que olha sem inocência, e observa o que poucos podem enxergar. O movimento da cena pode provocar o leitor em relação à noção de previsibilidade (colheita) e ao poder de cura presente bem ali, nas folhas das árvores. A ordem que um dia foi possível admitir converte-se pelo conhecimento crítico que se adquire nos livros e, dessa forma, subverte a ordem despótica. A paisagem já alterada pela radical explosão de intolerância dos guerreiros da “máquina despótica” constitui-se num devir desses e, sendo opressor, nega a multiplicidade, conforme Deleuze e Guattari, chocando-se com a “máquina de guerra” toda vez que alguém tenta desconstruir suas influências.

Como a folha da árvore que discretamente se faz cura para as nações, as folhas dos livros podem curar da doença da ignorância. Os frutos como alimento do desejo do conhecimento são expressão da “máquina de guerra” que nunca alcança uma saciedade de experimentar e se movimenta pelas águas do “devir”. Por outro lado, a sociedade de controle aproveita o fruto de uma forma limitada e deseja impor ao povo uma forma pronta, finalizada de degustar. Nesse ponto, a concepção de vida em cada sistema se diferencia e os seres fazem suas escolhas que podem ou não estar voltadas para o lado fértil da vida.

Os quadrinhos podem servir como estímulo ao pensamento livre por tratar criticamente dessa sociedade de controle opressora que deseja dominar todos os territórios, usando diversos artifícios para iludir o povo e o privar dos momentos de pensar sem imagem, ou seja, de forma criativa. O livro como arma de guerra, traz o conhecimento como ameaça aos padrões sociais vigentes. Sem o pensamento crítico, trabalhando para manter o povo submisso e esgotando sua energia, poucos inconvenientes surgirão pelos caminhos do controle.

Pensando no uso da linguagem na contemporaneidade, nas possibilidades de interação intencionais e/ou espontâneas, nas camadas sociais e nos propósitos de comunicação, o texto ficcional vale como provocação ao que se entende por construir relações por meio da comunicação. Observando vários aspectos que garantem o tom vivo da língua, importa destacar alguns deles aqui: dicionários adaptados

expressando as necessidades emergentes de comunicação, o uso das mídias sociais e as novas implicações da forma de se gerar texto oral e escrito, a questão dos livros digitais, os materiais impressos, a oralidade. Erguem-se com esse viés da vivacidade da língua o aspecto dinâmico e o movimento infinito que atravessam a linguagem. Descolar do caráter previsível, regular que paira sobre fundamentos de ordem gramatical, seria a abertura para esse canal de comunicação da experimentação que gera sensações que as palavras apenas pretendem explicar. Certamente não existe aqui pretensão de negligenciar as normas formais da língua, mas focar naquilo que os usuários experimentam ao utilizar a comunicação que está em constante fluxo, tal como se dá no processo de criação de vocabulário para as necessidades emergentes (pode-se listar aqui o que vem do universo tecnológico, o conteúdo gerado pelas mídias sociais). Nesse sentido, vale pensar na confusa concepção da língua como um objeto de decodificação, como se tudo estivesse ali aguardando uma oportunidade para acontecer. No entanto, essa lógica ignora a complexidade existente na atividade de enunciação justamente por não admitir a existência de um movimento que a atualiza e potencializa. A força que passa nesse canal da comunicação está na esteira do inapreensível perante o novo que a cada instante inaugura posto ainda que se torna impraticável admitir um único jeito de se pensar o mundo, de interagir com o que está diante de nós.

Retomando a escolha dos quadrinhos de Tim Hamilton (2009) para desenvolver o tema da multiplicidade presente na linguagem, é oportuno destacar que os falantes evidenciam esse caráter espontâneo da língua no lugar do modo automático, programado como parece estar posto em certos manuais gramaticais com exemplos que, de alguma maneira, impõem limites às possibilidades inesgotáveis de uso da língua. Uma dessas aberturas seria o controle. A capacidade de usar a língua para impor ordens, para acusar, para distorcer fatos, para fabricar acontecimentos. Os personagens ficcionais vivem esse entremeio: convicções por um lado, incertezas de outro. O mundo que se descortina é inexplorado e a linguagem está como signo de poder. A muralha da ameaça passa a estar nas letras que transbordam dos livros. O valor do contato com a leitura em contraste com os ideais do sistema de controle. O choque de quem entende o que pode acontecer com a oferta do conhecimento e o impacto da parte que deseja reprimir esse potencial da imaginação, da criação. Fazendo um paralelo com o hoje em

dia, o conhecimento está sob ataque, necessariamente pela banalização do discurso científico, pela valorização de formas coloquiais e fraudulentas de circular notícias.

Com a praticidade do universo digital, o convívio a distância está em conexão imediata com as realidades das pessoas e os impactos da comunicação afetam positiva e negativamente todo tipo de público. Os estragos sociais como na ficção são imensuráveis. A propaganda das promessas do mundo tecnológico, a criação da necessidade de se fazer contato por meio de ferramentas de comunicação virtual, gera uma dependência de uma linguagem que sugere uma trama criativa que, por vezes, trabalha a linguagem como instrumento de manipulação, de controle. O conteúdo nocivo que poda a natural multiplicidade da linguagem constrói uma sociedade vigiada por forças que pensam a língua na produção de pensamento com imagem, afugentando a sua exponente geração do pensamento sem imagem, ou seja, da criação que está em construção e não acabada. A filosofia de Deleuze e Guattari longe de pretender resolver questões, se constitui como possibilidade de saída para se combater as violências do sistema de controle, considerando o poder da imaginação que permite pensar de maneira nova, criar saídas diferentes diante de cada problema que surge.

Tendo em mente a marca da multiplicidade presente na linguagem os quadrinhos de Tim Hamilton (2009) corroboram com as análises propostas neste artigo por trazer a temática da perseguição ao conhecimento dentro de um sistema de controle que entende os riscos que o ser pensante oferece para a estrutura do próprio esquema social, no dizer Deleuze e Guattari, “máquina despótica”. Agir na contramão desse sistema dominante é causar desordem e liberar o pensamento sem imagem, dando espaço às faculdades da imaginação, da criação. O constante movimento pertencente a esse processo de fabulação pode desorientar, exatamente por não estar preso a nenhuma fórmula, por ser algo da ordem do imprevisível. Entendendo que esses conceitos filosóficos provocam um novo olhar sobre as práticas de linguagem, compensa refletir sobre as formas de se utilizar a comunicação e os reflexos disso na vida social. O fechamento à noção da variedade seria o preço a se pagar pelo sossego de um caminho que se configura com autonomia de imposição. Contrariamente, estão as vias intocáveis da multiplicidade, dos caminhos do porvir.

Desconstruindo concepções rígidas sobre a prática da linguagem, a partir dos levantamentos aqui apontados, espera-se que caminhos do diálogo na esteira da interdisciplinaridade aconteçam, novas pesquisas sejam realizadas para que se possa, pela aproximação, problematização, cruzamento de saberes, alcançar benefícios para a condição existencial humana necessariamente pelo empenho em se perceber como ser da multiplicidade. Assim, uma proposta intrigante se põe com a leitura dessa história: como cada ser instruído que tem acesso aos livros está promovendo transformações afirmativas por onde passa? Os desafios dos bombeiros revolucionários dialogam com os que os pensadores têm na atualidade. Perseguições, repressões: tudo se torna uma questão de resistência para sustentar as convicções de quem alimenta a imaginação e se propõe a fazer leituras novas ainda que em contato com o mesmo material.

Referências

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. Tradução de Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004. [E-Book]. Disponível em: <<http://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/12/DELEUZE-Gilles-GUATTARI-F%C3%A9lix.-O-Anti-%C3%89dipo-vers%C3%A3o-Portugal1.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, 288 p.

DUMOULIÉ, Camille. **O desejo**. Camille Dumoulié; tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, 327 p.

SCHÖPKE, Regina. **Por uma filosofia da diferença**: Gilles Deleuze, o pensador nômade/Regina Schöpke. – 1 reimpr. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, 219 p.

TIM, Hamilton. **FAHRENHEIT 451**/Adaptação de Tim Hamilton; tradução de Felipe CF Vieira. – São Paulo: Excelsior – Book one, 2019, 160 p.